UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E NATURAIS – CCMN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

INDIRA CAVALCANTE DA ROCHA MARQUES

Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá

Rio de Janeiro
2009

INDIRA CAVALCANTE DA ROCHA MARQUES

Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia

Orientadora: Profª. Drª. Maria Célia Nunes Coelho

Co-orientador: Profº. Dr. Cláudio Antonio Gonçalves Egler

Co-orientadora: Profª. Drª. Rosa Acevedo Marins

Rio de Janeiro

Março – 2009

MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha. Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá / Indira Cavalcante da Rocha Marques. – 2009. 286 f.: Il.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2009.
Orientadora: Maria Célia Nunes Coelho

1. Mineração Industrial do Manganês. 2. Autonomia política, econômica e financeira. 3. Regionalismo 4. (Re)organização espacial. Teses. I. COELHO, Maria C. Nunes (Orient.). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Geografia. III. Titulo

Maria, Maria é um dom
Uma certa magia
Uma força que nos alerta
(...)
Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura dor e alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida
(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Às “Marias”
À MARIA do Socorro
À MARIA Célia

Todo dia é de viver
para ser o que for
e ser tudo
(Beto Guedes e Ronaldo Bastos)

Ao Gil e à Mariana, pela força e delicadeza de
mostrar-me que ***a vida é bela***.

AGRADECIMENTOS

Chegar a esse momento é a certeza da superação de grandes desafios, só possível porque contamos com o apoio de um enorme número de pessoas.

O apoio não se limitou apenas à Academia, mas familiares, instituições, amigos e demais colaboradores.

Ao agradecermos a alguns seremos injustos com os demais. Mesmo assim, incorreremos nesta injustiça. Gostaria, então, de agradecer a algumas pessoas em especial.

À minha *Família*, por entender minha "ausência" e por apoiar-me constante e integralmente. Não citarei nenhum em especial, justamente porque todos são muito *especiais*.

À Maria Célia, pela admiração que cultivo e que extrapola a "eficiência" acadêmica rigor científico, solidariedade humana e exemplo de perseverança na vida. Muito obrigada.

Àqueles que a Academia aproximou do coração: Roberta, Neto, Ana Clara, Patrícia, Elis, Rafael, Glória e demais colegas do curso; Tomás; Sandro, Andréa e aos colegas do CPDA.

Aos demais membros da banca, em especial Cláudio Egler e Rosa Acevedo, pelas colaborações indispensáveis no decorrer do trabalho.

À Ildione e Nildete, fundamentais ao PPGG.

Às Instituições: Governo do Amapá, UFRJ, IBGE e, entre tantas, àquelas que nos cederam informações e espaço em suas bibliotecas.

Aqueles que lutam por uma sociedade sem exploração, onde nossas crianças tenham a certeza do futuro; particularmente os amigos militantes do PSTU e aos seus familiares.

Aos que não mediram colaboração: Luiz Cláudio, Edna Alves, Valdirene Picanço, Paula, Débora Saraiva, Graça Leal, Uédio Silva.

Aos amigos que a vida nos presenteou: família Cartagénes e demais "presenteados" pela Mariana.

Àqueles que o espaço e a pressa não nos permitiram citar.

RESUMO

MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha. **Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Em 1943 o Presidente Getúlio Vargas criou o Território Federal do Amapá e em 1945 foram descobertas as reservas de manganês na Serra do Navio - AP. O minério foi explorado pela Icomi, numa associação com a multinacional Bethlehem Steel Company. Esta produção mineral deu função econômica a uma área onde a economia era muito frágil, reorganizando o espaço e colaborando decisivamente para a consolidação do TFA. A elite político-administrativa local elaborou o projeto de um estado minerador-industrial, onde a transformação do Território Federal em Estado do Amapá seria conseqüência de sua autonomia econômico-financeira. Este projeto encontrou muitas contradições e foi sucessivamente sendo fragilizado. Diante das mudanças mercado internacional do manganês, a Icomi e o Grupo Caemi diversificaram suas atividades no Amapá, introduzindo novos processos tecnológicos na produção do minério e iando outras empresas. Apesar disso, dos *royalties* pagos e do elevado rendimento econômico da empresa, sua atuação no TFA não foi suficiente para concretizar o progresso nas proporções prometidas em torno da mineração industrial. No decorrer da década de 1980 as ra do Navio entraram em exaustão, levando a companhia mineradora a encerrar formalmente suas atividades em 1997. Anteriormente, desde o final dos anos 1970, o movimento regionalista vinha incorporando elementos de crítica ao governo federal e a busca pela elevação do Amapá a estado deixava de ter a mineração como sustentação principal. Diferentemente do senso comum, a relação entre Icomi e TFA foi fundamental para consolidar o Territór Federal e construir as bases para a criação do Estado do Amapá, ocorrida com a Constituição de 1988.

Palavras-chave: Mineração industrial do manganês. Autonomia política, econômica e financeira. Regionalismo. (Re)organização espacial.

ABSTRACT

MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha. Federal Territory and mining of manganese: genesis of the State of Amapá. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

In 1943, President Getúlio Vargas established the Federal Territory of Amapá in 1945 and reserves of manganese were discovered in Serra do Navio. The ore was exploited by Icomi, in association with the multinational Bethlehem Steel Company. This mineral production provided the economic basis in an area where the economy was very fragile. It led to a spatial reorganizing and contributed decisively to the consolidation of the Federal Territory of Amapá (TFA). The political and administrative elite developed a project for a mining-industrial state, where the transformation of the Federal Territory of Amapá into the State of Amapá as a consequence of its economic and financial autonomy. This project encountered many contradictions and was repeatedly being weakened. Facing the changes in the international market of manganese, the Icomi and Caemi Group diversified its activities in Amapá, introducing new technological processes in the uction of ore and creating others. In spite of this, the royalties paid and the high economic return of the company, was not sufficient to achieve progress, as promised by the mining industry. During the 1980s the mines of Serra do Navio became exhausted, leading to t mining company to formally terminate its activities in 1997. Previously, from the late 1970s onwards, the regionalist movement was incorporating elements of criticism regarding the federal government and the pursuit of statehood of Amapá but no longer using the of economic development based mainly on mining. Contary to common sense, the relationship between the TFA and Icomi was essential to consolidate the Federal Territory and build the foundations for the creation of the State of Amapá, which took place with the new Constitution of 1988.

Keywords: Mining industry of manganese. Autonomy of policy, economic and financial. Regionalism. Spatial (re)organization.

LISTA DE SIGLAS

AMCEL – Amapá Florestal e Celulose S. A.
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BASA – Banco da Amazônia
BIRD – Intenational Bank for Reconstruction and Development
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Brumasa – Bruynzeel Madeiras Sociedade Anônima
Cadam – Caulim da Amazônia
Caemi – Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá
Cepal – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CINAL – Comércio, Indústria e Navegação
CFA – Companhia de Ferro Ligas do Amapá
CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CME – Comissão de Mobilização Econômica
CMBEU – Comissão Mista Brasil-EUA
CNG – Conselho Nacional de Geografia
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNMM – Conselho Nacional de Mineração e Metalurgia
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CNPIC – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CODEPA – Companhia de Dendê do Amapá
CPE – Comissão de Planejamento Econômico
CPI – Comissão Parlamentar de Inquéritos
COPRAM – Companhia de Progresso do Amapá
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DIP – Departamento de Impensa
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DNC – Direção Nacional do Comércio
Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público
EXIMBANK – Export – Import Bank of Washington

FERUSA – Ferro, Union Brasil S.A

FMI – Fundo Monetário Internacional

Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GTFA – Governo do Território Federal do Amapá

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBRD/BIRD – International Bank for Reconstruction e Development / Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICOMI – Indústria e Comércio de Minério S. A.

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IRDA – Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá

IUM – Imposto Único sobre Minerais

JPE – Jaakko Poyry Engenharia

JK – Jucelino Kubitschek

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDC – Movimento Democrático Brasileiro

MECOR – Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais

MINTER – Ministério do Interior

MPPEA – Movimento Popular Pró-Estado do Amapá

ONU – Organizações das Nações Unidas

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PDC – Partido Democrático Cristão

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

PMDB – Partido do Movimento Democrático Nacional

PNB – Produto Nacional Bruto

PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

Proterra – Programa de Redistribuição de Terras

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Sema – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TF – Territórios Federais

TFA – Território Federal do Amapá

TCU – Tribunal de Contas da União

UDN – União Democrática Nacional

UFPA – Universidade Federal do Pará

UHCN – Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Reservas de manganês conhecidas no bloco ocidental 127

Tabela 2: Manganês exportado em 1958-1959 por unidades da federação, em toneladas 138

Tabela 3: Evolução da produção da Icomi e dos *royalties* pagos, em 1957-1997 168

Tabela 4: Exportação da região Norte para o exterior, 1958 (Valores FOB a preços de 1974) 169

Tabela 5: Renda interna da indústria da região Norte e do Amapá, 1959 e 1970, em Cr$ 1.000 173

Tabela 6: Destino do manganês amapaense (toneladas), 1957-1997, Anos selecionados. 177

Tabela 7: Distribuição do valor da produção do manganês amapaense (%) 182

Tabela 8: Reinvestimentos da Icomi/Caemi no Amapá – US$ 1.000 de 2003 183

Tabela 9: Recursos programados no I Plano de Desenvolvimento do Amapá/ II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979 201

Tabela 10: Participação do Imposto Único sobre Minerais (IUM) na receita total arrecadada em Macapá, em Cr$ 215

Tabela 11: Valor da produção mineral e do IUM, 1988 216

Tabela 12: Participação percentual do Amapá nas exportações minerais brasileiras, 1957-2000, intervalos selecionados 217

Tabela 13: Saldo comercial e participação do Amapá nas exportações da região Norte, US$ 1.000 FOB 218

Tabela 14: Participação do PIB amapaense em relação ao PIB do Norte; da Indústria do Amapá em relação a do Norte e da Indúst. Amapá em relação do PIB do Amapá (em %) 219

Tabela 15: Evolução do funcionalismo público no Amapá, 1944-1993 (anos selecionados) 220

Tabela 16: Empregados diretos no Amapá da Icomi e de empreendimentos associados, 1957-1999 (anos selecionados) 220

Tabela 17: Evolução demográfica amapaense, 1950-2000 224

Tabela 18: Produção da economia amapaense, a partir da somatória dos principais produtos de cada ramo produtivo, 1962, em Cr$ 230
Tabela 19: Receita arrecadada por município, anos selecionados 236

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1: Localização do Amapá 2

Mapa 2: Brasil e seus territórios federais em 1945 67

Figura 1: Áreas fronteiriças de conflito territorial entre o Brasil e outros países 69

Figura 2: Organograma do Plano de Organização Administrativa do TFA de 1944 84

Figura 3: Futuro da Amazônia dependeria da exploração do ferro do Amapá 123

Figura 4: Complexo Icomi no Amapá 150

Figura 5: Localização das minas de manganês da Serra do Navio 151

Figura 6: Manchete principal do *Jornal Amapá* prometendo transformar o TFA num grande parque industrial 160

Figura 7: Empréstimo do Eximbank seria, primeiramente, para o ogresso do Amapá 161

Figura 8: Proporção dos principais produtos da produção amapaense por município, 1962 229

Figura 7: Relação entre a população rural e urbana do Amapá, 1950-1990 233

Figura 8: Divisão político-administrativa do Amapá – 1943, 1956 e 2000 228

Figura 9: Depósito de rejeitos de manganês em Santana 241

Figura 10: Lago artificial surgido da extração de manganês na mina Terezinha-6 243

Figura 11: Minério de baixo teor descartado na Serra do Navio 244

Figura 12: Aterro para onde seriam transferidos os rejeitos do de Santana 245

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais produtos da produção dos municípios amapaenses em 1962 231
Gráfico 2: Evolução da população urbana e rural do Amapá, 1940-1990 234
Gráfico 3: Comparativo da população do TFA e de Macapá, 1950-2000 234

ANEXOS

Anexo 1: Figura do Contestado Franco-Brasileiro 283
Anexo 2: Figura do esboço das áreas de ocorrência mineral no Amapá, anos 1940 284
Anexo 3: Quadro de ocorrências minerais divulgadas no Amapá 285
Anexo 4: Canteiro de obras da hidrelétrica de Paredão (Icoaracy Nunes), anos 1960 286

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	1
1.1	LOCALIZANDO O AMAPÁ E ESTUDOS JÁ REALIZADOS	1
1.2	A MINERAÇÃO NO AMAPÁ	6
1.3	PROBLEMATIZAÇÃO	7
1.4	PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: UNIDADE HISTÓRICA E REGIONALISMO	11
1.5	SOBRE AS FONTES	15
2	**O REGIONALISMO COMO QUESTÃO IMPORTANTE NO ESTUDO DO AMAPÁ**	18
2.1	REGIONALISMO COMO DISCUSSÃO TEÓRICA	18
2.2	REGIONALISMO E AUTONOMIA NO AMAPÁ	29
2.3	IDENTIDADE E REGIONALISMO NO AMAPÁ	33
3	**DA SITUAÇÃO COLONIAL À FUNDAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ**	41
3.1	O AMAPÁ NO PERÍODO COLONIAL E NO BRASIL IMPERIAL	41
3.2	DO REORDENAMENTO TERRITORIAL À CENTRALIZAÇÃO POPULISTA VARGUISTA	46
3.3	CENTRALIZAÇÃO, REORDENAMENTO TERRITORIAL E SEGURANÇA NACIONAL: O AMAPÁ NA FUNDAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS	59
3.4	FRAGILIDADE DOS ESTADOS AMAZÔNICOS E A RELAÇÃO ENTRE PARÁ E AMAPÁ	71
3.5	A INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS	75
3.6	QUESTÕES ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS NO NOVO TERRITÓRIO FEDERAL	82
3.7	POPULISMO E DISPUTAS POLÍTICAS LOCAIS	87
3.8	AUTONOMIA COMO PRODUTO DO PROGRESSO ECONÔMICO	94
4	**DO FERRO AO MANGANÊS**	97
4.1	POLÊMICAS EM TORNO DA INDUSTRIALIZAÇÃO, DO ESTADO, DO CAPITAL ESTRANGEIRO E DA MINERAÇÃO	97
4.2	O AMAPÁ NO CENÁRIO AMAZÔNICO DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950	108

4.3 O CONTRATO COM A HANNA EXPLORATION COMPANY NO AMAPÁ 112
4.4 O MANGANÊS AMAPAENSE NO CENÁRIO DAS DISPUTAS INTERNACIONAIS 125
4.5 DA DESCOBERTA DO MANGANÊS AO CONTRATO COM A ICOMI 129
4.6 A ICOMI E O PROJETO DE ESTADO MINERADOR-INDUSTRIAL 153
4.7 A ICOMI COMO RECURSO POLÍTICO DESENVOLVIMENTISTA 160
5 PRODUÇÃO DA ICOMI E A AUTONOMIA DO TFA: DAS CONTRADIÇÕES À TRANSFORMAÇÃO DO AMAPÁ EM ESTADO 165
5.1 A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA ICOMI 166
5.2 ICOMI, DISPUTAS LOCAIS, LIMITAÇÕES ECONÔMICAS E INTENSIFICAÇÃO DA CAMPANHA AUTONOMISTA 185
5.2.1 A Produção do Manganês e o Cenário Político Amapaense no Período de 1960 a 1964 185
5.2.2 Do Golpe Militar ao Final dos Anos de 1970: Diversificação da Produção da Icomi e Enfraquecimento da Campanha Autonomista 194
5.2.3 As Contradições do Projeto do Estado Minerador-Industrial 203
5.2.4 A Retomada da Campanha pela Transformação do Amapá em Estado e a Diminuição da Importância Relativa da Mineração no Movimento Autonomista 206
5.3 A ICOMI NO MOMENTO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ 213
6 ICOMI, (RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E QUESTÃO FÍSICO-SÓCIO-AMBIENTAL NA EXPLORAÇÃO DO MANGANÊS AMAPAENSE 223
6.1 A PRESENÇA DA ICOMI NA (RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO AMAPÁ 223
6.2 A QUESTÃO FÍSICO-SÓCIO-AMBIENTAL NA EXPLORAÇÃO DO MANGANÊS 240
7 CONCLUSÃO 248
REFERÊNCIAS 260
ANEXOS 282

1 INTRODUÇÃO

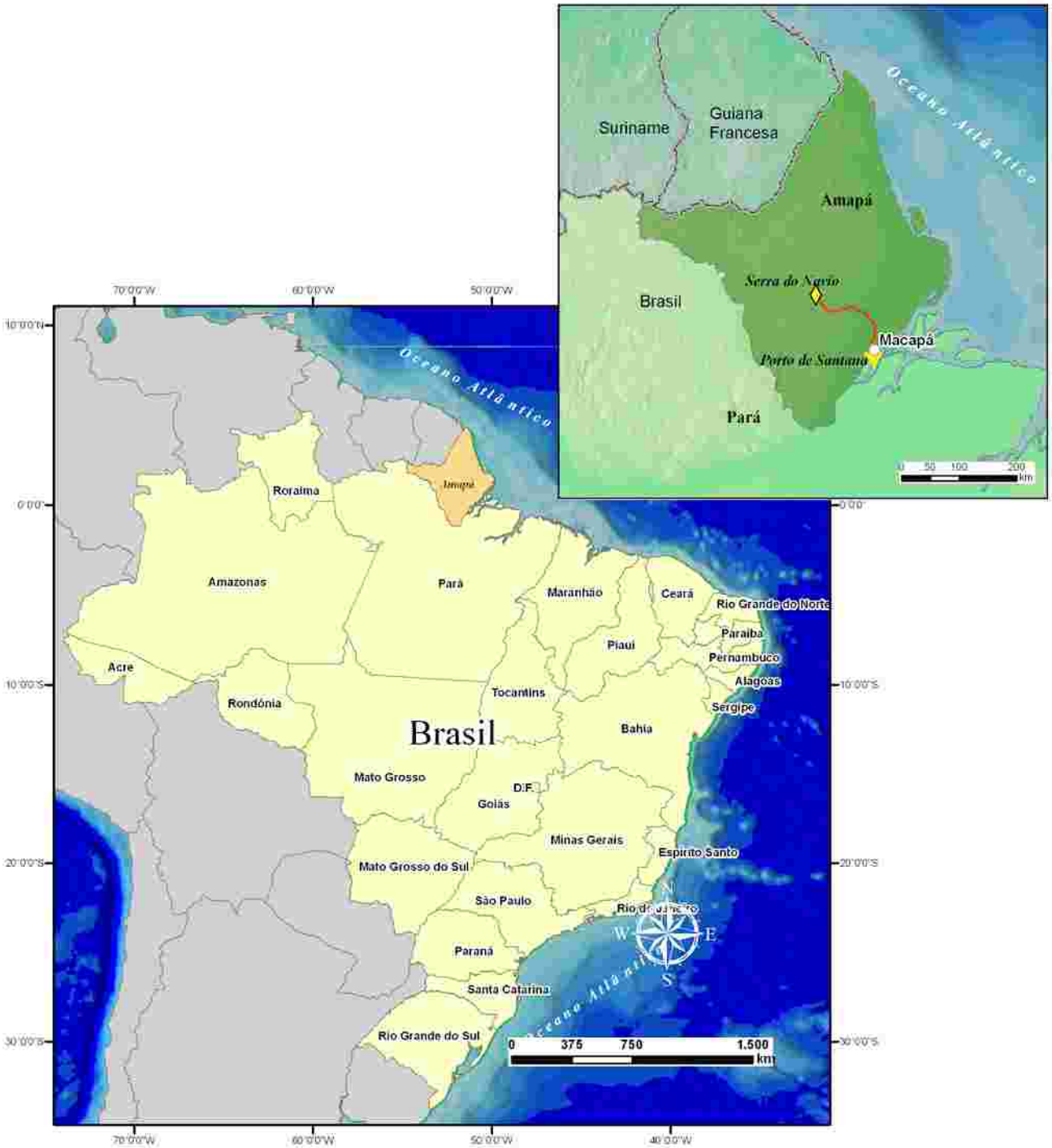
Que papel teve a empresa Indústria e Comércio de Minér S.A. (Icomi) na consolidação do Território Federal do Amapá (TFA) e na sua transformação em estado da Federação brasileira? Eis a questão que nos intrigou nesta tese.

1.1 LOCALIZANDO O AMAPÁ E ESTUDOS JÁ REALIZADOS

O Amapá, com seus 142.814,585 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), está situado numa área de fronteira internacional do Brasil, mais especificamente na Amazônia Oriental e na desembocadura do rio Amazonas, tendo o Estado do Pará como limite ao sul/sudeste (rio Amazonas) e ao sul/sudoeste (rio Jari); ao norte/nordeste, seu limite é o oceano Atlântico e, ao oeste, faz fronteira com a Guiana Francesa, havendo ainda uma pequena parcela de território ao extremo-oeste que tem como limite o Suriname (Mapa 1).

Diversos estudos já foram realizados sobre o Amapá. Co objetivos e pontos de origem diferentes, eles nos ajudaram não apenas a contextualizar o desenvolvimento desse estado como também nos serviram de referência para a construção de outra perspectiva analítica diferente da linha condutora comum presente nesses trabalhos.

Arthur Reis (1949) estudou os primeiros anos logo após a criação do Território Federal do Amapá (TFA), comparando as informações disponíveis sobre o que existia antes dessa criação com as primeiras transformações que ocorriam. O autor enalteceu a fundação desse e de outros Territórios Federais (TF) colocando-a como expressão do progresso para a região.



Fonte: Digital Chart of the World (www.maproom.psu.edu/dew), Arruda (1997), Esri (www.esri.com/lega/copyright-tradmarls.html), Anuário Estatístico IBGE, 1992. Elaboração de Luiz Barbosa e Indira Marques.

Mapa 1: Localização do Amapá.

A obra de Arthur Reis foi publicada em 1949, pouco dep da assinatura do contrato de exploração do manganês amapaense pela Icomi e, na prática, antes da instalação da empresa no Amapá. Portanto, a Icomi inexistia por ocasião deste trabalho. Isso é, evidentemente, um elemento que ajuda a entender as limitações do estudo, pois as informações disponíveis eram incipientes e frágeis, dadas as fragilidades dos levantamentos feitos pelo Território. Outra limitação deve-se ao objetivo de necessariamente enaltecer o novo Território, de construir um discurso performático que o justificasse, o que obscureceu em parte a possibilidade de uma interpretação crítica a criação do TFA e sobre seus primeiros anos de existência. Em todo caso, se desconsiderarmos o relatório feito pelo governador Janary Nunes no final de 1944, o trabalho de Reis foi o primeiro estudo de maior envergadura feito sobre o Amapá.

Fernando Santos (1998), por sua vez, estudou a história do Amapá concentrando-se na figura do primeiro governador do Território, Janary Nunes, e no fenômeno dele decorrente: o "janarismo". A Icomi foi abordada no trabalho, mas com um elemento bastante secundário na história amapaense do período, de modo que a empresa representava muito mais um dado do que um elemento a ser estudado e problematizado. Assim, as variáveis explicativas dos fenômenos que marcaram o TFA foram localizadas, por esse autor, nos processos em torno da figura do ex-governador amapaense, perdendo-se a possibilidade de localizar-se na fértil intersecção entre Icomi e governo do Amapá.

Daniel Brito (1994) estudou criticamente a Icomi e as s nas relações socioambientais introduzidas pela empresa, entretanto u seu estudo na empresa em si, relegando ao segundo plano, por exemplo, a elite político-administrativa. Esse autor seguiu, assim, um movimento inverso ao de Santos. Apesar disso e ainda que de forma secundária, analisou o papel do governo no desenvolvimento do processo de exploração mineral a partir da Icomi, discutindo, além dos impactos sociais e ambientais, as limitações do projeto para o

desenvolvimento regional. Porém, quando se propôs a fazer uma análise da relação entre governo do Território e empresa, ele tomou essa relação como algo dado, e não como um processo que foi construído e, ao mesmo tempo, construiu o estado amapaense.

Jadson Porto (2003) estudou as transformações econômico-institucionais, em cujo contexto analisou a Icomi e a consolidação do TFA. Ele constatou que a presença da Icomi produziu transformações, contudo essa constatação apareceu muito mais como um dado do que como uma problematização da relação entre o Território e a Icomi. Além disso, Porto efetuou uma periodização que, na prática, separou o TFA do Estado do Amapá, como se fossem dois processos diversos e distintos.[1] Afora isso, localizou e destacou a gênese do Território, mas não a problematizou, tampouco examinou a relação Icomi-Amapá com a atenção necessária para o entendimento daquilo que ele próprio propôs-se a fazer: estudar as principais transformações econômicas e institucionais no intervalo temporal que vai da fundação do Território ao ano de 2000.

José Drummond e Mariângela Pereira (2007) procuraram fazer correlações entre a Icomi e o TFA, chegando a falar rapidamente de um "papel fundador" da empresa em relação ao Amapá. O estudo desses dois autores foi bem fundamentado em informações quantitativas, mas tornou-se fundamentalmente descritivo e pouco problematizou os dados disponíveis. O resultado foi que, apesar de afirmarem que fariam uma análise isenta, acabaram em inúmeros momentos tendo como preocupação central enaltecer a presença e o papel desempenhado pela empresa no Amapá.

Evidentemente que cada autor citado se propôs objetivos e focos específicos, de modo que isso marcou cada trabalho em si. Não colocamos em questão a importância desses estudos, inclusive recorremos a eles sempre que necessário, mas, para alcançarmos os propósitos desta tese, tivemos de questionar as interpretações que analisaram a Icomi a

[1] Evidentemente não deixamos de constatar que há fases especificidades diferentes entre o TFA e o Estado do Amapá, mas buscaremos comprovar que são partes compone e um processo longo, não linear.

fundação do estado amapaense como processos distintos. Partimos justamente daquilo que elas negaram e o transformamos em objeto de estudo, ou seja, reexaminamos o processo histórico e a evolução geográfica amapaense, evidenciando a relação entre TFA e Icomi como a gênese do Estado do Amapá. Nesse movimento de construção, não se poderia examinar a história da formação política e econômico-financeira do Amapá de forma linear. A análise deveria necessariamente ser complexa. Fomos ao passado para entender as relações que explicavam o presente, na tentativa de desconstruir mitos.[2]

O período da fundação do Território Federal do Amapá e da instalação local da Icomi ganhou destaque como ponto de partida para compreender a busca das autonomias econômico-financeira e política do Amapá,[3] que se configuraram também como manifestações regionalistas. Não objetivamos fazer um balanço da atuação da empresa no Amapá de modo a enveredar pelo caminho da crítica exacerbada de sua presença, tampouco fazer sua defesa ufanista. Por outro lado, não poderíamos nem negar a importância da empresa na configuração da realidade existente no que oje constitui essa unidade federativa, nem sequer deixar de observar os sérios problemas decorrentes dessa presença, entre os quais se destacava o fato de que a riqueza por ela extraída pouco promoveu em termos de desenvolvimento local duradouro à sociedade amapaense. Esse mesmo procedimento também foi adotado no tocante ao governo do Território Federal do Amapá.

Assim, examinamos privilegiadamente a relação entre empresa e governo do Amapá no processo de autonomia dessa unidade federativa. A busca por esse processo de emancipação política e econômico-administrativa foi um elemento fundamental na constituição do movimento regionalista.

---

[2] O que não quer dizer que o presente explica-se apenas pelo passado; se pensássemos assim, estaríamos desconsiderando os fenômenos e atores atuais na compreensão da realidade hoje existente.

[3] Apesar de falarmos em autonomias (no plural), compreendemos o processo como um só. Depende do período em análise, a busca da autonomia do Amapá (e o discurso em torno dela) sustentou-se mais em elementos econômico-financeiros ou em políticos. Nos primeiros anos de criação do TFA, foram os elementos econômico-financeiros que se destacaram.

1.2 A MINERAÇÃO NO AMAPÁ

O Amapá desde há muito já contava com uma produção mineral, destacando-se a exploração artesanal de ouro. Em 1934, o Departamento de Produção Mineral (DNPM) constatou a presença de manganês no rio Amapari. Quando o governo do Território, na figura de Janary Nunes, assumiu a administração do Amapá, desenvolveu-se uma política ativa no sentido de descobrir e explorar reservas minerais. Em 1945, anunciou-se a descoberta de reservas de ferro no rio Vila Nova, o que originou contrato de pesquisa e exploração entre o governo do Território e a empresa estadunidense Hanna Exploration Company, que não evoluiu para uma produção mineral efetiva. Ainda em 1945, descobriram-se reservas de manganês na Serra do Navio. O governo do Território abriu licitação para a sua exploração, e a Icomi, sediada em Minas Gerais, saiu vitoriosa.

O contrato de estudo de viabilidade da exploração das foi assinado em 1947 entre a Icomi e o Governo do Território Federal do Amapá (GTFA), sendo que em 1950, ele foi revisado e por meio de tal revisão a empresa passou a ter a prerrogativa de exploração dessas reservas e, também, a possibilidade de associar-se a empresas estrangeiras para tal. Logo em seguida à revisão contratual, a Icomi associou-se à norte-americana Bethlehem Steel Company – num contexto de polêmicas acerca da participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

As primeiras exportações de manganês ocorreram em 1957 e constituíram o principal elemento propulsor da produção econômica amapaense e, até meados dos anos 1960 pelo menos, a principal fonte, para a região amazônica, de isas oriundas do mercado internacional.

Afirmamos desde já que a presença da Icomi foi um elemento importante para a consolidação econômica do novo Território. De outro lado, o governador Janary atuou ativamente junto ao Congresso Nacional e à Presidência da República a fim de reunir os elementos necessários ao início e à continuidade da exploração de manganês do Amapá. A partir de meados dos anos 1960, a Icomi procurou diversificar sua produção, recorrendo a outros produtos e atividades. A produção de manganês entrou em crise nos anos 1980, exaurindo-se na década seguinte. Em 1997, a empresa solicitou oficialmente ao DNPM o encerramento dessa produção no Amapá.[4]

Ainda na década de 1960, surgiram propostas de elevação do TFA categoria de estado, prolongando-se essa discussão pelas décadas seguintes. Isso culminou no debate no Amapá sobre a sua manutenção como território federal ou sua ascensão federativa, formando-se correntes defendendo argumentos favoráveis a uma e a outra posição. Em 1988, o Amapá e os demais territórios, à exceção de Fernando de Noronha, foram transformados em estados.

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO

Com a descoberta do manganês, o Amapá, para além de fronteira internacional, transformou-se em fronteira econômica. Estendemos nossa pesquisa até o final dos anos 1980, quando se criou o estado. Nossa análise norteou-se principalmente pelas seguintes questões: quando, como e por que o Amapá se transformou em um estado, em uma unidade federativa autônoma? O Amapá foi desde o início uma realidade geográfica e histórica (pré-existente) ou trata-se de uma unidade socialmente construída, imposta por decreto? No processo de "invenção" do Amapá, qual era o significado das riquezas minerais, então recém-descobertas? Qual foi o papel desempenhado pela Icomi no processo? Como foi construída a perspectiva

[4] A exaustão de uma mina de exploração superficial acontece todas as vezes que a relação entre estéril e minério torna-se desfavorável para a empresa que a explora, face ao preço baixo do minério.

autonomista no Amapá? Mais especificamente: qual foi o papel da Icomi na construção da autonomia econômico-financeira e política do Amapá?

Evidentemente não queremos reduzir a consolidação do TFA e sua transformação em estado somente ao papel da Icomi; queremos, antes, destacar a devida importância da empresa, pois ela estabeleceu uma relação de funcional com o espaço do TFA, implantando, por exemplo, a infraestrutura para a extração e a transformação do minério de manganês (dinamizando a economia e a demografia locais) e, com isso, tornou-se elemento importante para a construção da perspectiva autonomista, tanto pelo seu conteúdo concreto quanto pelo seu viés simbólico.

Como o Estado foi criado com a Constituição de 1988, pode parecer contraditório ressaltar a importância da Icomi no processo de autonomia do Amapá justamente na fase de encerramento de suas atividades, quando seu papel econômico e simbólico não acalantava, nem sustentava mais a perspectiva antes propagandeada grandiosidade e de desenvolvimento do Amapá a partir do discurso do projeto mineral-industrial. Ao contrário. A empresa despertava críticas e ressentimentos em grande parte dos amapaenses, fosse em função dos problemas físico-ambientais ou do fato de ela havia levado as reservas manganês à exaustão. O Amapá ficara longe da propaganda desenvolvimentista feita em torno desse empreendimento. Quando apresentamos nossa problemática a amapaenses e pesquisadores, de imediato surgiu um questionamento e crítica: “como você quer fazer tal análise, se o papel de destaque da Icomi foi anter ao período em que o TFA se transformou em estado?” Desse modo, a Icomi só teria sido importante para o Território do Amapá, e não para a sua constituição em estado. Foi justamente isso que quisemos descortinar comprovando que a empresa foi tão importante para o TFA quanto para sua transformação futura em estado.

Foi com a significativa exploração do manganês pela Icomi que o Amapá consolidou-se como um Território Federal e depois reuniu condições para afirmar-se como estado. Tratava-se de fazer existir um "território" visto como uma entidade social e economicamente viável, mas em processo de construção como instituição que tinha um projeto de progresso que se materializaria no futuro estado.

Como então foi possível destacar tal importância da Icomi nos projetos de transformação do Amapá em estado? Primeiro, devemos compreender que a transformação do Território Federal do Amapá em estado não foi algo repentino, fruto do presente, simplesmente. O estado amapaense, com seu território geográfico, sua identidade e organização espacial, administrativa e institucional, fruto de uma construção histórico-geográfica de longa duração. Faz-se assim necessário entender o passado no sentido de refletir sobre a consolidação do Território e sua transformação em estado, reconstruindo e problematizando a sua gênese, o significado das suas riquezas naturais e o papel desempenhado pela Icomi.

Um instrumento importante que nos ajudou neste movimento analítico foi a perspectiva de unidade histórica aplicada à Europa por Febvre (2004),[5] que nos permitiu pensar o Amapá e refletir sobre quando se achavam reunidos seus elementos constitutivos enquanto organização política, econômica e geográfica. Mais precisamente, refletimos quando se teve a gênese histórica do estado amapaense. O estudo da gênese histórica permitiu-nos analisar e destacar dois elementos, que acreditamos fundamentais, pré-condicionais à elevação do Amapá à condição de estado, unidade da Federação: o TFA e a Icomi. Assim, não compreendemos o processo de formação histórica do TFA um fenômeno à parte do Estado do Amapá. Território e estado amapaense são partes da evolução de um mesm processo histórico-geográfico, com momentos e particularidades próprios, verdade, mas um

[5] Publicado primeiramente na Europa em 1999.

mesmo processo. Estudamos, portanto, a gênese do Estado do Amapá na relação entre a Icomi e o TFA desde o estabelecimento da empresa no espaço amapaense.

Na tentativa de entender e descortinar as relações entre TFA e Icomi, entre seus elementos sociais e o projeto político regionalista, recorremos, entre outros, ao discurso dos governantes e dos empresários, o que nos possibilitou observar a movimentação das forças políticas e econômicas no desenvolvimento do Amapá até sua culminância em estado. Mais que isso: como a Icomi e o projeto de um estado sustentado na promessa da industrialização mineral serviram, primeiro, à proposta desenvolvimentista e autonomista e, depois, deixaram de ser importantes para tal. Utilizamos o conceito de regionalismo como mais um elemento para estudar a gênese histórico-geográfica da autonomia amapaense.

No estudo das políticas autonomistas, evidenciamos as relações externas (particularmente, entre TFA e governo federal) e internas (entre TFA e Icomi, por exemplo) – nestas últimas, as relações entre ações e propagandas o governo local e da Icomi, visando, por um lado, unir objetivos e suscitar na sociedade do TFA o sentimento de se ver como amapaense (fator importante na sua individualização em relação às demais unidades da Federação brasileira) e, por outro, despertar o interesse pela autonomia dessa unidade federativa. Assim, nosso campo de estudo partiu da geografia e dialogou com a história e a política.

Em síntese, as questões centrais que nortearam a construção da tese proposta foram: quando, como e por que o Amapá se constituiu em unidade autônoma da Federação? Qual foi o papel desempenhado pela Icomi nesse processo? Para tal, trabalhamos, entre outras, com a premissa de que a Icomi desempenhou papel fundamental na viabilização econômica e política do Território Federal do Amapá e, nesse processo, em sua transformação em estado da Federação.

No período em análise, a problemática amapaense em questão pode ser resumida em dois problemas interligados: o de gênese de um território federal, associado à localização e à ocorrência mineral, ou seja, de um território federal (cuja criação foi politicamente imposta pela sua condição de fronteira internacional) que tinha a meta de viabilizar-se como uma entidade financeira e administrativamente mais autônoma possível; outro de cunho regionalista, subjetivo, bem como de organização política do espaço interno e regional. Esses dois aspectos de um mesmo processo compunham a luta por uma entidade social, territorial e administrativamente autônoma. Em outras palavras, a problemática amapaense em questão estava situada na intersecção da política, do desenvolvimento extrativo mineral e das aspirações regionalistas de fazer-se ver e tornar-se autônomo, do ponto de vista tanto econômico-financeiro quanto político.

1.4 PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: UNIDADE HISTÓRICA E REGIONALISMO

Com base no levantamento histórico que realizamos, foi possível afirmar que o Amapá foi muito menos um fato em si (a criação do Território Federal e depois do estado) e muito mais um processo socialmente construído, entendido na perspectiva das relações estabelecidas entre os atores envolvidos nessa construção. Para o fim deste muito nos ajudou a perspectiva metodológica da unidade histórica[6] apresentado por Lucien Febvre (2004). Objetivamos entender que o Amapá estado foi uma construção social, real, e não algo dado por natureza ou conseqüência simples do presente.

Tal como Febvre, que procurou destacar que a noção de Europa era "uma noção real e viva" (FEBVRE, 2004, p. 61), portadora de uma solidariedade comum, de uma civilização

[6] Enquanto uma construção social que se pode saber quando surgiu e com quais forças sociais, ou seja, que se pode precisar sua gênese histórica. Neste sentido, não devemos confundir com uma unidade federativa, que é uma divisão político-administrativa de um país.

comum,[7] interessou-nos saber com quais elementos geográficos e sociais foi constituído o Amapá. Quais eram as forças políticas e sociais que o de fora e de dentro, que lhe deram, entre outras, sua forma política, econômica e cultural? O que queremos evidenciar com esta perspectiva metodológica é que a compreensão do presente necessita de um conhecimento preciso do passado, no sentido de desvendar uma gênese que não se inicia com um fato em si, tal qual a data de criação do Estado do Amapá, por exemplo.

Um movimento teórico que buscou analisar o movimento histórico da sociedade, mas partindo da geografia e, portanto, do território (enquanto conceito geográfico), foi realizado por Moraes (2000). Esse autor usou como objeto empírico a categoria "formação territorial" para apreender o movimento histórico da sociedade. O conceito de território, no contexto do Estado-Nação, destacou-se como uma escala analítica que objetivou uma relação entre sociedade e espaço, uma visão angular específica da história. Nessa abordagem o território foi apresentado como um espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada formação "econômica e social", ou seja, "todo território tem uma história que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo" (MORAES, 2000, p. 21).

A formação territorial foi, assim, apresentada por Moraes (2000) como um objeto de pesquisa de análise histórica retrospectiva, uma vez que o autor buscou a gênese dos conjuntos espaciais contemporâneos – que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração. Tomaram-se os territórios atuais como resultado de uma história cuja lógica foi atribuída – *post festum* – e os estudos dos processos de formação territorial indicaram que seus resultados foram construções de natureza diversas: bélicas, jurídicas, ideológicas e políticas. O território, enquanto uma construção política teve também de ser reintegrado por meio de pactos e disputas sociais. Até por isso, a formação territorial apresentou ainda uma

[7] Na perspectiva do autor, a civilização era algo que por natureza tendia ao universal – uma homogeneização no sentido de se ver como "iguais".

face ideológica, resultando em construções discursivas que comandam tanto a consciência dos lugares quanto sua produção material. A questão federativa, o regionalismo e a municipalização exemplificaram bem o conteúdo de tais sociais de ordenamento político do poder no espaço – que, por sua vez, expressaram pactos territoriais.

A análise de Moraes (2000) e, particularmente, a de Febvre (2004), chamam a atenção para a discussão da identidade. Featherstone (1998) interpretou-a a partir da análise da comunidade/nação no contexto da globalização. A comunidade nacional foi invenção, porém não foi criada do nada, ao contrário, sustentava-se necessariamente em um estoque comum de mitos, heróis, eventos, paisagens e memórias que deveriam ser organizados e que assumiam um papel crucial na construção do nacional. A relação diferenciação externa entre "nós e eles" unificava as estruturas internas dos grupos; aparentando para quem visse de fora a localidade de fora uma imagem unificada e homogênea dessa cultura. A cultura local era internamente sedimentada pelas experiências cotidianas e pelas crenças comuns, mas a integração dessas crenças e do sentimento de pertencimento, de particularidade tornava-se mais definida no contato com o outro. Foi por meio do contato que os grupos criaram, recriaram símbolos e formaram uma imagem unificada sua, afirmando sua identidade em relação ao outro.

Ortiz (2005), ao estudar a cultura brasileira e a identidade nacional, afirmou que toda identidade define-se em relação a algo que lhe é externo. Além da dimensão exterior, a identidade possui outra dimensão interna, que é o que os identifica. Identidade foi entendida, nessa compreensão teórica, como algo que se construiu, como uma construção simbólica. Ela não é espontânea. Essa visão eliminou da análise questões sobre falsidade ou verdade do que era produzido, pois, existiria não uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos em diferentes momentos históricos.

Entender a identidade significava, então, compreendê-la “como projeto que se vincula às formas sociais que a sustentam” (ORTIZ, 2005, p. 13 . Foi dessa forma que o autor entendeu o que seria a “identidade nacional”. Na sua ótica, foi o Estado que delimitou o quadro de construção dessa identidade, constituída por meio de uma relação política. Isso implicava afirmar que existia a história da identidade e da cultura brasileira que correspondia aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado. A questão fundamental a respeito da “identidade nacional” consiste em saber “quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?” (ORTIZ, 2005, p. 39). Tudo isso deve ser considerado quando se analisa o processo de autonomia do Amapá.

A elaboração da identidade regional foi um elemento importante no movimento regionalista. Assim, as questões levantadas por Ortiz foram também pertinentes para a análise do regionalismo no Amapá, reforçando a compreensão colocada por Featherstone (identidade relacional) e tornando mais complexa, a partir de sua incorporação, a noção de unidade histórica.

No Amapá, a construção da identidade foi importante para a existência de um movimento regionalista, e particularmente autonomista, conduzido por uma elite política em formação, cujas ações e cujo discurso buscaram, primei afirmar o TFA como uma unidade da Federação brasileira e, posteriormente, elevá-lo à condição de estado brasileiro. O estudo do regionalismo possibilitou-nos visualizar a ação política na relação entre o governo do TFA e a Icomi. Pela importância do tema, o regionalismo será abordado em seção específica.

1.5 SOBRE AS FONTES

Nossa abordagem do objeto de estudo partiu de uma caracterização dos processos histórico-geográficos, políticos e econômico-financeiros, incluindo elementos da organização administrativa, espacial, demográfica, simbólica e cultural do Amapá. Desse modo, o trabalho situou-se na fronteira entre a geografia, a economia e a história do Amapá e manteve diálogos com a política. Destacamos, portanto, duas órbitas que se interligaram: a gênese e a organização do espaço, ou seja, a relação entre tempo e espaço.[8]

A busca das autonomias políticas e econômico-financeiras foram fundamentais para a construção do Estado do Amapá. Assim, para alcançar nossos objetivos, trabalhamos com três fontes de informações, além do levantamento da literatura e da consulta de documentos oficiais. Primeiro, estudamos a evolução e a diversificação da produção da Icomi (exportação, receita, *royalties* pagos e novos empreendimentos), relacionando-as, em diversos momentos, com o desenvolvimento da demografia local, a arrecadação fiscal, o valor dos principais ramos produtivos do Território e a (re)organização espacial (originando novos núcleos populacionais ou dinamizando outros já existentes). Recorremos a uma série de dados secundários (anuários, censos, estatísticas e publicações da Icomi, Receita Federal e outros), analisando-os no sentido de compreender a dinâmica da relação entre o TFA e a Icomi na construção do Amapá estado.

A respeito dos dados sobre a produção do manganês (qua exportada, receita e *royalties*), constatamos algumas diferenças entre os montantes dos valores divulgados pela

[8] Nossa atenção especial concentrou-se naquele que foi o maior empreendimento produtivo do setor privado no Amapá – o complexo Icomi. Sua importância para a transformação do Amapá em estado levou-nos a não dar a mesma atenção a outro projeto de exploração de recursos naturais implantado no Território: o projeto Jari. Esse projeto foi significativo no último período do Amapá como território federal, porém não teve o mesmo impacto sobre a dinâmica econômico-espacial amapaense. Por conta disso e da nossa concentração no objeto proposto para a tese, o projeto Jari foi abordado apenas superficial e rapidamente. Além disso, outro tema abordado de forma bastante secundária foi a questão ambiental. A r ém se deve a que nosso objeto não enfatizar essa temática com destaque.

empresa e aqueles registrados pela Receita Federal. Além disso, os dados colhidos na empresa apresentaram uma série histórica menor. Por causa disso, optamos por seguir os dados da Receita Federal.

As informações sobre a evolução demográfica (quantidade de habitantes, população rural e urbana, concentração populacional) e sobre a formação de novos municípios foram retiradas dos censos demográficos e dos anuários estatísticos do IBGE e dos anuários estatísticos do governo do Amapá.

Em relação à arrecadação fiscal, não foi possível construir uma série histórica confiável. A razão principal, mas não única, foi que, muitos anos, a Receita Federal e os anuários do IBGE não apresentaram números específicos o TFA, incluindo sua arrecadação tributária na arrecadação do Estado do Pará. Nesse caso, optamos por fazer um levantamento, ainda que incompleto, nos anuários estatísticos do Amapá.

Os demais dados sobre a economia (valor da produção dos setores produtivos, produção do extrativismo mineral em relação à economia amapaense e do Norte e outros) foram levantados juntos aos anuários do IBGE e do Amapá, do Atlas do Amapá de 1966 (elaborado também pelo IBGE) e dos planos de desenvolvimento do Amapá.

Eventualmente, na impossibilidade de ter acesso a outras fontes, recorremos a informações presentes em outros trabalhos realizados sobre o Amapá: Porto (2003), Drummond e Pereira (2006) e Leal (2007a, 2007b).

A segunda fonte em que nos apoiamos foi o *Jornal Amapá*, que foi fundado pelo governo do Território em 1945 e se manteve até o final dos anos 1970. Ele funcionava, na prática, como o órgão oficial desse governo, apresentando posições governamentais, discursos, documentos (como os contratos de exploração mineral) e reproduções do *Diário Oficial da União* e de matérias de jornais do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belém do Pará. Por meio dele, tivemos acesso a documentos até então inacessíveis, estatísticas e posições dos

principais atores políticos envolvidos diretamente com a idéia de autonomia, relacionados com o nosso objeto de pesquisa. Essa fonte foi de enor importância para nossa pesquisa, dada a falta de informações estatísticas, documentais históricas registradas sobre o Amapá. Embora a Biblioteca Pública de Macapá não conte com alguns de seus exemplares, o vasto levantamento que realizamos (três décadas contínuas) ajudou-nos muito a fazer a análise histórica necessária – complementada por outros jornais, como o *Voz Católica* (início dos anos 1960), o *Informativo Amapá* e o *Jornal do Dia* na década de 1980, entre outros.

Finalmente, como terceira fonte, além do diálogo com pesquisadores,[9] entrevistamos algumas pessoas que viveram e atuaram no intervalo temporal que compreendeu nosso objeto de estudo: familiares de personalidades políticas dos anos 1940 a 1970, funcionários da Icomi, o ex-governador do Amapá Annibal Barcellos e o ex-governador do Pará e ex-ministro Jarbas Passarinho. As entrevistas foram conduzidas no ntido de perceber-se o movimento dos principais atores presentes no processo de emancipação política do Amapá, a relação destes com a população em geral, os discursos e interesses em questão e, ainda, a utilização do aparato governamental para alcançar o objetivo autonomista.

Além de Macapá, nossa pesquisa incluiu instituições de Belém do Pará (Arquivo Público, jornais locais, Universidade Federal do Pará UFPA), IBGE, etc.), do Rio de Janeiro (Ministério da Fazenda, IBGE, Ministério do Exército e bibliotecas de universidades) e de Brasília (Senado e Câmara Federal).

[9] Maria Célia Coelho, Aluísio Leal, Rosa Acevedo, Gilberto Marques, Maurílio Monteiro e outros.

2 O REGIONALISMO COMO QUESTÃO IMPORTANTE NO ESTUDO DO AMAPÁ

O regionalismo possui diferentes dimensões, como a econômica, a política, a simbólica. Privilegiamos aqui aquelas que facilitam o do Amapá como uma construção política, histórica, geográfica e cultural.

2.1 REGIONALISMO COMO DISCUSSÃO TEÓRICA

A discussão sobre região e regionalismo é bastante variada em suas abordagens e assume diferentes perspectivas metodológicas em diversas correntes teóricas e em diferentes campos do conhecimento científico.[10]

No seu sentido mais comum para a economia, em grande medida regionalismo é a reação de uma região que se "atrasou" no "desenvolvimento econômico" – que, para muitos, foi sinônimo de industrialização capitalista. A região tornou-se, nessa abordagem, o lugar das reivindicações, e tanto ela quanto o regionalismo foram apresentados como se fossem homogêneos, de onde se retirou a "vontade regional", representação do interesse de todos.

Furtado (1999), apesar das suas contribuições para a economia política brasileira, incorreu, pelo menos nas suas primeiras elaborações, na estreiteza da elaboração acima exposta. Para os que raciocinaram segundo esse esquema, o regionalismo reduziu-se a um conjunto de reivindicações da região atrasada com o objetivo de alcançar o nível de desenvolvimento (ou de industrialização) das regiões que se industrializaram. O progresso e a superação do atraso e da desigualdade dependeriam da ação estatal e, em particular, do planejamento público. Evidentemente, dependendo da corrente teórica, o papel do Estado

[10] A título de constatação rápida da diversidade de abordagens, basta lembrar a elaboração de Werlen (2001), que analisou o regionalismo, não com base no espaço ou na região, mas a partir do sujeito. Sustentado nos conceitos de Giddens (1991), Werlen incorporou o regionalismo aos quadros da globalização, numa relação contraditória entre moderno e pré-moderno, destacando uma modernidade tardia.

recebeu mais ou menos destaque na solução dos desequilíbrios – no caso das vertentes liberais, esse papel foi mais discreto, pelo menos teoricamente.[11]

Nas diversas abordagens do regionalismo, três esferas assumem maior importância. Alguns autores destacaram muito mais uma em detrimento de outra. Estes elementos eram: (1) a dimensão política, que incluía o debate sobre po dominação, opressão/alienação e ideologia; (2) a dimensão territorial, expressada na definição de região, ponto de partida para os diversos autores, que ora a negam, ora tentam conceituá-la; (3) finalmente, a dimensão da cultura, abordada sob o aspecto da representação, que destacava a identidade e o simbólico.

Gottman (1952) entendeu o regionalismo como a tendência de um setor para individualizar-se em um espaço habitado. Mas a capacidade de individualizar-se, própria dessa visão do regionalismo, permitiu à geografia regional incorporar a iconografia (dimensão simbólico-cultural) às suas análises. O autor destacou a importância do estudo do sistema de movimento (circulação no espaço, que podia ser de ordem política, econômica, cultural, etc.) e do sistema de resistência ao movimento (iconografia) para a criação da diferenciação na superfície do globo. Para Gottman, o movimento constante de multidões não parecia caótico; pelo contrário, o movimento tornava um país suficientemente dinâmico, permitindo organizar o espaço. Ao longo desse processo, o espaço diferenciou-se, regionalizou-se. Entretanto, essa diferenciação por meio do movimento teve de incorporar princípios abstratos, ou seja, fez-se necessário acrescentar símbolos nos quais os indivíduos acreditavam. Esses símbolos foram ignorados ou negados por outros indivíduos.[12]

---

[11] Qual o problema da abordagem economicista? Foi justamente cair no determinismo econômico, depositando uma expectativa exacerbada e uma neutralidade inexistente no planejamento e nos planejadores, deixando de levantar questionamentos básicos de grande significância. Quem ou o que produziu aquela realidade desigual? Quem tem a prerrogativa do ato de planejar?

[12] Foi assim que a iconografia tornou-se, em geografia regional, uma barreira de resistência ao movimento, possibilitando a criação de pólo de diferenciação. Neste sentido, o autor ressaltou que não há fronteira escrita na natureza que separe dois povos de maneira completamente eficiente. Daí a importância dos princípios abstratos (lembranças coletivas) que são responsáveis pelos códigos sociais comuns, que unem os indivíduos, estabelecendo laços e fixando-os no espaço, criando unidades (regiões) numa área de circulação.

Na conclusão de Gottman, foi a tríplice associação de circulação, movimento e iconografia que explicou a diferenciação do espaço e sua organização, pois essa tríplice associação permitiu compreender que a delimitação do mundo devia-se mais às barreiras que estavam na subjetividade dos indivíduos do que a todas as características físic presentes no espaço.

Para Bourdieu (1989), os critérios de identidade regional ou étnica na prática social eram objetos de uma dupla representação. Eram *representações mentais* (língua, sotaque e outros elementos), ou seja, eram atos de representação e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, aos quais os indivíduos aplicavam seus interesses e seus pressu stos. Eram também *representações objetivas*, coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou atos, que seriam estratégias destinadas à manipulação simbólica tinham por objetivo determinar a representação mental que o grupo podia ter destas propriedades e de seus portadores. Assim, as lutas em defesa da identidade étnica ou regional seriam um caso particular das lutas de classificações, "luta pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legitima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos" (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Nessa luta, o que estava em jogo era o poder de impor uma visão do mundo social por meio dos princípios de "di-visão", que no grupo realizavam o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade o grupo. O princípio de "di-visão", tal como apresentado por Bourdieu, era um ato propriamente social que introduzia uma ruptura, uma fronteira, que separava "nós" e "eles" no mundo social. Mas o ato de traçar as fronteiras deveria ser realizado pelo indivíduo de maior autoridade, que, ao fazê-lo, traria à existência aquilo por ele enunciado.

Em Bourdieu, o discurso regionalista era um discurso *performativo*,[13] que buscava impor como legítima uma nova definição das fronteiras, de conhecer e de se fazer reconhecer a região contra a definição dominante. Desse modo, o ato de classificar, quando conseguia fazer-se reconhecer, instituía uma realidade usando do poder de revelação e de construção exercido pela objetivação no discurso. Mas a eficácia discurso performativo, que pretendia fazer existir o que ele enunciava no próprio ato de enunciar, era proporcional à autoridade daquele que enuncia. Porém, essa eficácia não dependia apenas do reconhecimento dessa autoridade, dependia também do nível em que o discurso, ao apresentar ao grupo a sua identidade, estava fundamentado na objetividade desse grupo, isto é, nas propriedades econômicas ou culturais que seus membros tinham em comum.[14]

Nesse movimento teórico, o regionalismo foi apenas mais um caso das lutas propriamente simbólicas, na qual os atores podiam estar em estado de dispersão, individualmente, ou em estado coletivo, organizados. O que estava em jogo era a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas. os atores entravam na luta simbólica de forma isolada, eles não tinham outra alternativa a não ser aceitar a definição dominante da sua identidade ou buscar a assimilação da identidade dominante como sendo a sua. Já a luta em estado coletivo pela transformação das relações de força simbólica tem como objetivo, não a eliminação das características estigmatizadas/negativas, mas a apropriação coletivamente do poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade, do qual o grupo tinha abdicado em favor do dominante enquanto aceitava ser negado ou negar-se. Desse modo, o estigma "produz a revolta contra o estigma" (BOURDIEU, 1989, p. 125).

---

[13] A representação foi comparada ao desempenho teatral.

[14] Para Bourdieu, a oficialização teve a sua realização na manifestação, ato pelo qual o grupo tornava-se visível, manifesto para com ele próprio, comprovando assim sua existência como grupo conhecido e reconhecido que aspirava à institucionalização. Desse modo, "o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto" (BOURDIEU, 1989, p. 118).

A reivindicação regionalista seria, assim, uma resposta ao estigma que produzia o território do qual aparentemente ela fora produto, ou seja, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como atrasado, definido pela distância econômica e social em relação ao centro, não teria de reivindicar sua existência.

O movimento regionalista visava sustentar sua prática identidade regional que foi simbólica e historicamente construída por diferentes atores sociais interessados em fazer valer sua existência. Essa existência, como assinalou urdieu, era produto do discurso regionalista (diríamos nós: era "também" produto desse discurso), ou seja, de um discurso performativo que buscava impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dava a conhecer e fazia reconhecer a região. Assim, o regionalismo tinha em vista universalizar valores, constituindo-se a universalização como a estratégia de legitimação.

Do que apresentamos de Bourdieu, podemos concluir que símbolos eram instrumentos de integração social, e o regionalismo era um exemplo de luta simbólica, na qual o grupo dominante construía a imagem da região como algo do interesse de todos; porém esse grupo falava da região de acordo com sua visão e seus interesses e esforçava-se para fazer dessa visão particular a visão de todo o grupo (identidade), buscando desse modo a integração social de que falamos.

Castro (1989a) analisou a prática regionalista no Nordeste brasileiro tendo como um dos objetivos evidenciar a importância do território como base para a ação política. Tal estudo definiu o espaço como produto e mediador das relações sociais e destacou que este, para realizar-se, precisou de uma base territorial concreta – o território, suporte físico fornecido pela natureza, em que a sociedade organizou-se e construiu o seu espaço.

Para a autora, a dimensão territorial era ao mesmo tempo uma "unidade geográfica, uma unidade social e uma unidade política" (CASTRO, 1989a, p.). O espaço era definido como espaço-territorial. Ele era pensado com base em seu conteúdo e social, mas a

materialização dos processos históricos (a produção do espaço) não era homogênea, pois a sociedade relacionava-se de forma diferente e com recursos diferentes com a ureza, produzindo espaços diferenciados. Essa compreensão impunha a existência da noção de frações de espaço dentro do espaço total. A região, partindo dessa compreensão, seria uma fração do espaço total, constituiria um nível de análise do território. Esse nível não era estabelecido de forma arbitrária; pelo contrário, era fruto do acontecer particular do fato social, ou seja, fazia parte da totalidade socioespacial, embora fosse definido pelo lugar em que ela ocorria. Nesse sentido, a compreensão da região deve apoiar-se na contextualização da identidade regional.[15]

Havia dois níveis de identidade em Castro: um era o imediato, estruturado individualmente (topofilia) e o outro era o coletivo, estruturado na dinâmica das relações sociais – denominado pela autora região de vivência ou identidade regional. Nesses termos, a região era uma fração estruturada do território. Por apresentar estrutura, uma região específica possuía uma identidade que a diferenciava das demais regiões. Essa fração personalizada possibilitava a sua delimitação com base na compreensão da especificidade que ela continha. Assim, a região era "concreta, observável, delimitável e socialmente construída" (CASTRO, 1989b, p. 391). A região era, então, o espaço vivido da identidade física, cultura econômica. Contudo, Castro lembrou que esse caráter específico e diferenciado da região não significava o seu isolamento, pelo contrário, a região era o espaço da interação com a sociedade global.[16]

---

[15] De modo geral, a identidade territorial, em Castro, foi um fundamento extremamente importante para a análise da região, pois "a diferenciação espacial define-se na identidade que se realiza nas relações homem-meio" (CASTRO, 1989a, p. 15). Partindo dessa compreensão e apoiada no conceito de "topofilia" de Bachelard, que evidenciou a relação afetiva entre o indivíduo e o lugar, a autora procurou mostrar que "o espaço em sendo a morada do homem estabelece com ele os seus laços" (CASTRO, 1989b, p. 390).

[16] Santos (1985) evidenciou o caráter específico da região, onde ela apresentava uma combinação localizada de uma estrutura específica de demografia, de estruturas sociais, de receitas, de consumo, etc. Ela um local que tem seguimentos e momentos, pois evolui na história. Contudo, apesar de destacar as especificidades da região, Santos não a concebeu como um ente autônomo; ao contrário, para ele, a região seria parte do "sistema nacional", uma subunidade do todo nacional.

Castro também destacou a diferença entre a região de vivência e a r ião definida por critérios político-administrativos. A região de vivência era construída pelas relações territoriais, econômicas, sociais e culturais. Por outro lado, a região administrativa estava relacionada com os níveis administrativos de poder territorial. Essa escala administrativa podia englobar diferentes regiões de vivência, como poderia inibir ou incentivar identidades regionais. Assim, "a região é moldada pelas imposições objetivas da natureza e da sociedade e redefinida pelas imposições subjetivas das relações de poder" (CASTRO, 1989a, p. 19).

Esses dois níveis de região não eram necessariamente excludentes, ao contrário, eles podiam complementar-se e mascarar-se entre si, dando legitimidade à região política. A integração entre esses dois níveis decorria da arbitragem das alianças e coalizões das elites das diferentes regiões de vivência que compunham a região política. Logo, a região enquanto construção histórica era forjada pelos atores mais importantes desse processo. Assim, o papel desempenhado pelas elites era fundamental, tanto para definir o caráter da região como para a projeção de sua imagem.

A questão da imagem evidenciou que a região, além de uma forma concreta, foi também representação e ideologia. Essa representação foi apropriada e reelaborada pela elite, que construiu um conjunto de idéias que foi reassimilado coletivamente como ideologia. Essa ideologia, elaborada a partir da base regional com um fim específico, constituiu uma dimensão do regionalismo, que se manifestou como consciência regional.

Castro destacou ainda que as opções ideológicas das el lações com o poder central eram elementos fundamentais dos meios de articulação da política regional. As elites tanto podiam estabelecer alianças com o poder central – o que as tornava beneficiárias da

situação de marginalidade econômica ou política – quanto confrontar-se com ele, se isso lhes trouxesse benefícios.[17]

Qual a importância da elite local no processo em análise? Pa Castro, a elite tinha a tarefa de remover as barreiras que dificultavam a atuação do Estado – entendido pela autora como facilitador da expansão do capital. Assim, o Estado apoiava-se nas elites locais, estabelecendo alianças com elas ou captando-as; elas, por sua vez, utilizavam o seu poder de barganha para direcionar, mesmo que em parte, as decisões de acordo com seus interesses.

As características regionais "referem-se, então, a uma tendência histórica patrocinada pelos interesses localmente dominantes – família, religião, política e empreendimentos – no sentido de favorecer práticas compatíveis, e tornar-se parte da mesma estrutura de percepção cultural" (CASTRO, 1989a, p. 26). Desse modo, a identidade regional era influenciada pelo comportamento da elite local em relação à própria região, ao poder central e às outras regiões.[18]

A análise regionalista era, assim, bastante complexa, pois envolvia identificação e coesão no interior da região, como também articulação com o poder central e competição externa tendo em vista a defesa, a preservação ou a obtenção de condições mais vantajosas. Dessa forma, o regionalismo era simultaneamente intrínseco, relativo e relacional. De acordo com Castro, a investigação sobre o regional evidenciou, de modo geral, a espacialização do sistema político; por isso, a autora buscou compreender suas articulações e interações tanto no

---

[17] Nesse sentido, as questões regionais poderiam ser tratadas de diferentes formas, fazendo-se necessário analisar os recursos e a materialização da expressão política d diferenças. Um exemplo: nos países com problemas de diferenças étnicas e culturais bem definidas, essas diferenças serviam como recursos para tornar visível o confronto desencadeado por um poder político e econômico desigual.

[18] Interpretar o regionalismo dessa forma supunha ter como referência a interação entre espaço e política, na qual cada um era reciprocamente determinante e determinado. Logo, a ação política, enquanto atividade governamental, definia espaços, mas era também definida por eles. Assim, o regionalismo do Nordeste, segundo Castro, era produto da especificidade do caráter político das interações sociais regionais, e sua existência resultava tanto dos fatores históricos locais como das relações da região com o poder central. O confronto de interesses regionais apontava para a questão do regionalismo – entendido como mobilização política de grupos dominantes numa região que lutam para defender interesses específicos, contra outros grupos dominantes de outras regiões ou contra o próprio governo central. Assim, o regionalismo seria um conceito político, vinculado aos interesses territoriais. Desse modo, o regionalismo referia-se tanto ao tema da participação política, como ao da organização espacial, pois a manipulação política supunha também intervenção espacial.

âmbito local quanto com o poder central. Essa decisão implicou analisar o regionalismo com base na complexa relação entre espaço, ideologia e política.

Pelo que foi exposto, foi possível constatar que o regionalismo foi tomado como a expressão política de uma região, particularmente na ótica do conflito (apesar de poder haver coalizão de interesses, quando a região política fundia-se com a região de vivência) entre os da região e os de fora. A elite conduzia a "defesa" da região, mas, para que a região fosse considerada um espaço da ação política, fez-se necessária a constituição de uma identidade regional. Por conseguinte, a região apresentava-se como representação (que tinha base concreta) e ideologia e como um espaço que possibilitava a disputa pelo poder.

A análise centrada na elite pressupunha uma desigualdade de poder, um desnível entre os setores componentes da sociedade. Sendo assim, ficava implícita a existência do conflito, apesar de que a análise de Castro centrava-se muito mais no estudo da elite e os conflitos quando emergiam se apresentavam, principalmente como disputa entre grupos dominantes. Diferentemente, na análise de Gottman, o conflito ou desaparecia, ou perdia importância, de modo que o caráter reivindicatório que marcou o regionalismo perdeu evidência. Assim, a dimensão política perdeu importância, apresentando-se como um caráter organizacional.[19]

Sustentada no marxismo e na análise com base em conflitos, Markusen (1981) afirmou que o significado de uma região encontrava-se, não na realidade empírica denominada região, mas nas lutas que nela ocorriam. Enquanto Castro (1989a) fez da região um problema de análise – o regionalismo seria um de seus conteúdos possíveis –, Markusen evitou abordar a

[19] Diferentemente de Gottmam (1952), Castro (1989a) sustentou que a identidade estava intimamente relacionada ao conflito. Sua concepção de identidade diferenciava-se da concepção adotada pela antropologia tradicional, que considera o contato entre as diferentes culturas como o elemento essencial da construção de identidade. A autora não negou o contato entre culturas presente na identidade, porém procurou problematizar o aspecto cultural ligado à noção de identidade ao concebê-lo como recurso político. Ela concluiu que o conflito entre identidades diferentes remete-nos à disputa de poder, ou seja, o confronto com o outro (com o diferente culturalmente) é um confronto de interesses, refletindo um desnível de poder. Isso expressava ainda uma superposição de escala de poder no território (o regional e o Estado central). Nesse processo, a delimitação da região e da identidade não podia ser rígida, ela era uma construção social política e era arbitrária e concreta ao mesmo tempo.

região, que, segundo sua análise, não evidenciava as relações sociais. Desse modo, a autora centrou seu estudo, não na região, mas no regionalismo, por entender que ele expressava as lutas sociais, e a região não.[20]

Entre as instituições da sociedade humana, Markusen (1981) afirmou que o Estado Nacional foi a instituição central para a análise do regionalismo. Para a autora, o Estado Nacional foi uma forma de opressão e serviu como meio de manutenção da exploração de uma classe social por outra. Enquanto instrumento de o política, o Estado usa o poder político para negar a um grupo o direito à plena parti na vida política de uma sociedade – ou mesmo o controle de seu futuro coletivo através do exercício de mecanismo político.

Markusen enfatizou, portanto, a dimensão política em seu estudo sobre o regionalismo. Segundo a autora, mesmo uma questão regional de causa econômica teria objetivo político, uma vez que se tornaria regionalizada precisamente por meio da reivindicação contra uma instituição do Estado. Desse do, o regionalismo seria uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado Nacional.

Em Markusen, a natureza territorial de uma luta regional, a diferenciação territorial, por si só, não seria a base para a definição regional para a luta regional. A diferenciação era legitimada e expandida pelo Estado, de tal maneira que alguns grupos sociais reivindicavam melhor tratamento para seu território com a finalidade de eliminar fontes adversas de diferenciação.

Em Castro, o conflito não esteve dissociado da base territorial, já que a região era um elemento importante na definição da identidade regional. Assim como Anne Markusen,

[20] Para investigar os conflitos sociais que constituem o regionalismo, a autora utilizou a definição marxista de alienação. Porém, enquanto no marxismo clássico a alienação desenvolveu-se na relação capital-trabalho, em Markusen, essa alienação encontra-se nas diversas instituições da sociedade humana, e não apenas na produção. Está no lar, no Estado Nacional e no conjunto de instituições culturais. Em qualquer uma dessas instituições, a opressão ou a exploração ocorre em comum com uma forma de alienação da sociedade humana.

Castro destacou a dimensão política, mas a Markusen abordou a esfera política no sentido de evidenciar que as reivindicações regionalistas eram uma reação ao Estado. Nessa abordagem, o Estado ganhou uma centralidade não encontrada em outros autores até aqui abordados. Muito mais que em Castro, na segunda autora o Estado foi abordado como uma forma de opressão política. Desse modo, a alienação era elemento de dominação ao mesmo tempo em que impulsionava as lutas pelo fim da opressão. Em Castro, como vimos, o político foi problematizado a partir do confronto, segundo a ótica elite, e a identidade foi, ao mesmo tempo, recurso de coesão interna e de dominação da elite em relação à sociedade local; foi também recurso político usado no confronto com outro grupo ou poder central.[21]

Também partindo do marxismo, Massey (1981) discutiu o gionalismo enquanto produto da acumulação de capital. Essa acumulação, responsável por uma divisão espacial do trabalho, produziu uma diferenciação espacial desigual no capitalismo.[22] Diferentemente de quem parte da região para definir e analisar o regionalismo, Massey defendeu que o estudo deveria começar, não pela região, mas pela acumulação de capital. Desse modo, a autora priorizou a acumulação de capital na análise da diferenciação espacial e, por conseguinte, do próprio regionalismo. O desenvolvimento regional apresentou-se, então, como um desenvolvimento desigual. Problemas aparentemente específicos de uma região estiveram relacionados com um contexto mais amplo da dinâmica econômico-social intraestatal.

Massey enfatizou a esfera econômica (enquanto acumulação capitalista) entendeu a região, sobretudo, como produto e desdobramento da div territorial do trabalho realizada pelo capital. Nesse caminho, mas partindo da sociologia, Oliveira (1977) definiu região com

[21] Markusen (1981) teve o mérito de tornar mais complexo o estudo do conflito social, pela ênfase dada à opressão, mas, ao negar a região, deixou de perceber que a base físico-material de um território pode em alguma medida influenciar as relações sociais e, portanto, o regionalismo. Ao colocar toda capacidade de determinação nas relações sociais em si, independentemente da realidade física e/ou de outras dimensões, incorreu num certo determinismo que limitou a riqueza de sua análise.

[22] Mesmo tratando dessa caracterização, Massey chamou a atenção para o fato de que as formas de diferenciação espacial relevantes para a acumulação não se restringem à economia pura. Vários outros também podem influir na diferenciação espacial, como questões fundiárias, luta de classes, políticas estatais, etc.

base na especificidade da reprodução de capital, nas formas assumidas pela acumulação, nas estruturas de classes relacionadas a elas e nas formas da luta de classes e do conflito social no plano mais geral. A região era o espaço onde se imbricam a reprodução de capital e a luta de classes, onde econômico e político se fundiam, assumindo uma forma especial de aparição no produto social e nos pressupostos de reposição. Mesmo dizendo que não queria criar uma tipologia de regiões a partir de uma tipologia de formas de capitais, Oliveira afirmou que as diversas formas de acumulação do capital produziam diferentes regiões.[23]

Ao apresentarmos a necessidade de incorporar uma análise das relações da acumulação capitalista, não estamos propondo reduzir a região e o regionalismo a um simples movimento de homogeneização ou de concentração de capital. Queremos somente alertar para o fato de que o regionalismo, a autonomia, o discurso, a identidade e a representação não estão de todo isolados da realidade capitalista.

2.2 REGIONALISMO E AUTONOMIA NO AMAPÁ

A análise de Bourdieu (1999) ajudou-nos a compreender como foi construída a imagem da região amapaense, pois o Amapá, enquanto região político-administrativa era produto da ação do governo federal, que criou o Território Federal do Amapá, porém a identidade desta região não era fruto de um decreto-lei, mas de um processo mais complexo, onde o simbólico passava a ser elemento constituinte.

Por outro lado, se discordamos da geografia tradicional de Ratzel (1990a, 1990b), que apresentou o ser humano como passivo diante do meio, também temos de constatar que as construções sociais não são puro simbolismo abstrato. Elas são feitas em um território

[23] Assim, a constituição das regiões decorria do modo de produção capitalista, a partir do qual as "regiões" eram espaços socioeconômicos aos quais se sobrepunha uma das formas de capital "homogeneizando a região" por conta de sua preponderância e pela formação de classes sociais – e tanto a hierarquia quanto o poder eram determinados pelo lugar e pela forma em que eram "*personas* do capital e de sua contradição básica" (OLIVEIRA, 1977).

concreto.[24] Não podemos deixar de constatar, por exemplo, que a realidade amazônica, por causa do grande volume de águas, de alguma forma interagiu nas relações que os seres humanos estabeleceram entre si nesse espaço, contribuindo para a conformação da identidade do ribeirinho (aquele que vive à margem do rio).

No Amapá, a ação da elite político-administrativa foi fundamental para forjar simbólica e objetivamente o caráter regional e também a imagem de progresso do TFA como predestinado ao futuro estado.

O debate sobre regionalismo em Castro foi importante para nossa investigação, mas, no caso do Amapá, devemos considerar algumas especificidades. Por isso, nosso ponto de partida afasta-se do objeto prático de Castro (1989a). Em nossa análise, não partimos de uma região já estabelecida (por exemplo, o Nordeste), que ia sofrendo mudanças, assim como sua elite, já estabelecida e consolidada; partimos do próprio processo de constituição da região (o Amapá). Nesse sentido, o estudo da gênese histórica do Amapá possibilitou-nos compreender como foi constituída a especificidade regional, assim como os próprios sentidos de regionalismo.

Recorremos ao regionalismo para enfatizar a ação política de base territorial na construção da autonomia do Amapá. A mobilização regionalista foi analisada em distintos momentos, o que nos permitiu perceber formas diferentes de relação da elite político-administrativa local com o poder central. O regionalismo amapaense foi fortemente marcado pela ação direta do poder central. Essa ação específica foi determinante para a diferenciação inicial da região amapaense, a criação da nova unidade federativa, a constituição de suas fronteiras e da própria identidade local. No primeiro to, foi o governo federal que impulsionou a formação da elite no Amapá – que não se colocava numa posição de confronto

[24] Pádua (1997) partiu da interpretação de natureza e mundo natural como construções sociais, mas reconheceu que a continuidade da vida humana depende da sua relação com elementos não-humanos (geomorfologia e clima, por exemplo) que possuem dinâmica e constituição próprias. Assim, constatou a importância dos elementos biofísicos como componentes intrínsecos do jogo de interação entre a sociedade e a natureza.

com o primeiro, ao contrário, havia associação direta e imediata com ele. Posteriormente, essa relação assumiu outros contornos. O poder central passou a ser alvo de questionamento, e a busca da autonomia sustentou-se na crítica da falta de apoio ao TFA por parte do próprio governo federal.

Neste nosso estudo sobre o regionalismo, a elite, enquanto recurso conceitual e prático foi considerada elemento importante, mas devemos, desde já, fazer algumas observações necessárias a esse respeito. Primeiro, elite é um termo com diversos sentidos, que variam dependendo de quem e de como é manipulado, o que o deixa, em alguns casos, com um conteúdo impreciso e vago. A elite é a expressão de uma dominação intelectual e econômico-política que guarda proximidade ou relação direta com setores economicamente dominantes da sociedade. Isso significa que a elite era a burguesia diretamente no poder? Não necessariamente, entretanto esteve diretamente ligada aos esquemas de dominação política que envolviam diferentes classes e atores sociais.[25]

Afora isso, quando se examina a elite na ótica do confronto interregional ou com o poder central, normalmente se incorre em dois problemas: primeiro, minimizam-se ou desconsideram-se os conflitos internos da região (grandes proprietários *versus* pequenos produtores descapitalizados, por exemplo) – essa minimização diminui a capacidade de compreender a complexidade de uma realidade marcada pelo conflito entre diversos níveis e setores da sociedade, não apenas entre quem domina, mas também entre dominantes e dominados; segundo, tende-se (até pelo silêncio do pesquisador) a considerar a sociedade local como totalmente passiva e receptora das ações da elite.

---

[25] Para Bobbio a teoria da elite era aquela que afirmava que "em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora de poder, contraposição a uma maioria que dele está privada. [...] Ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e impor cisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha que recorrer à força, em última instância" (BOBBIO, 1984, p. 5). Poulantzas (1977) afirmou que as elites são diversas e suas fontes de dominação residem no poder econômico e no Estado. Elas influenciam e participam do poder político institucionalizado. O autor destacou ainda que a burocracia, como uma das elites, possui um poder político próprio, que esta manteria pelo simples fato do seu controle sobre o aparelho de Estado.

Por que, então, recorremos à elite no estudo do regionalismo na conformação do Amapá em estado? Porque ali as classes não estavam plenamente constituídas; estavam em construção e ainda muito fragilizadas. Não havia um significativo sistema de pequena produção descapitalizada, muito menos um operariado forte e organizado, longe disso. Até mesmo os proprietários de terra e os comerciantes eram frágeis, em relação aos quadros não apenas nacionais, mas também regionais (quando comparados com outros do Pará).

O Território Federal sob a imagem de progresso, recurso da ideologia que orientou a busca da autonomia, foi potencializado com a presença Icomi – que, por sua vez, foi determinante na definição da funcionalidade da região amapaense.[26] A ação política – no caso, a mobilização regionalista – deu nitidez à identidade regional e à perspectiva autonomista a partir dos elementos que a estruturaram: a Icomi e o TFA. Mais do que isso: a ação política foi fundamental na construção concreta da região, (re)organizando o espaço, ou seja, desestruturando-o e reestruturando-o. A região representou-se, assim, como um produto político, e não apenas físico e econômico.

Também a perspectiva metodológica de unidade histórica de Lucien Febvre (2004) foi útil para compreendermos a constituição do Amapá como ente federativo brasileiro. O Amapá vivo, real e humano, enquanto unidade histórica, remeteu-nos à questão da gênese: quando surgiu este Amapá? Procuramos compreender a gênese histórica do Amapá não como algo simples, produto de um ato repentino de um determinado momento (o decreto-lei que criou o TFA ou a Constituição brasileira de 1988, que o transformou em estado), mas, ao contrário,

[26] A função foi aqui entendida com base no conceito de espaço como construção social de Milton Santos (1991), que o definiu como o meio, o lugar material da possibilidade de ocorrência dos o meio onde a vida se torna possível. O espaço é um conjunto de objetos (naturais e artificiais) e de relações que se realizam sobre os objetos. "O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais" (SANTOS, 1991, p. 71). Em seu conceito espaço, Milton Santos reuniu quatro categorias: a função, a forma (paisagem), a estrutura (estrutura social e econômica, base na qual se inter-relacionam as classes sociais) e o processo. A função (diretamente relacionada à forma) é a tarefa, ou seja, a atividade desempenhada pelo objeto criado. Desse modo, ela é a atividade que a forma assume. Uma não sem a outra, pois as funções corporificam-se nas formas e estas, por sua vez, são criadas a partir de uma ou mais funções. Assim, Santos (1985) afirmou que não poderíamos tomar essas categorias de forma isolada, pois isso nos impediria de evidenciar a totalidade espacial, que supõe o movimento comum entre elas.

buscamos, por trás da simplicidade da realidade, a complexidade dos fatos. O Amapá foi e continua sendo parte de uma construção geográfica, histórica e política. Entendê-lo nesses termos suscitou a pergunta citada anteriormente: quando, como e por q se fez o Amapá? Com essa pergunta (e com sua resposta), objetivamos compreender melhor este acontecimento recente, a transformação do Amapá em estado, e, nesse processo, o papel desempenhado pela Icomi. Buscamos entender o Amapá em suas determinações internas e nas suas relações com o externo – porque o compreendemos como um processo que é interno e externo ao mesmo tempo, inclusive quando da busca de autonomia.

2.3 IDENTIDADE E REGIONALISMO NO AMAPÁ

Com base no levantamento demográfico e produtivo feito pelo Governo do Território Federal do Amapá nos três municípios componentes do novo território, ainda no primeiro semestre de 1944, constatou-se que o município de Amapá contava 8.000 habitantes, Mazagão, 7.000 e Macapá, 10.000. A sede deste último (capital territorial) contava aproximadamente 2.000 pessoas apenas (NUNES, 1946). Conclui-se, portanto, que a população era principalmente moradora rural.[27]

Além da delimitação político-administrativa do Amapá, a elite local em formação procurou delimitá-lo não apenas a partir de critérios econômicos e financeiros, mas também simbólicos, valorizando seus feitos históricos, culturais e riquezas naturais. Assim, as comemorações do aniversário da assinatura do Laudo Suíço foram apresentadas como o coroamento histórico da conquista do Amapá no espaço nacional. Esse fato era ao mesmo tempo apresentado pela elite como sinônimo de brasilidade e de identidade amapaense,

[27] Esses dados do levantamento do governo territorial apresentam diferenças em relação ao censo do IBGE de 1939-1940. Segundo o IBGE, em 1940 os três municípios contavam uma população total de 30.747 pessoas, das quais 93% residiam no campo. Macapá contava 16.234 habitantes, sendo 93,8% na zona rural. Pelo que se observou, em 1940 os números da população total de Macapá eram maiores que os levantados pelo governo do Território. No capítulo 6, abordaremos com mais detalhes a evolução demográfica do Amapá e seus municípios.

porque particularizava a história do Amapá e dava nitidez à identidade regional (luta heróica do povo amapaense pelo Brasil). A ação regionalista dessa fase de consolidação do Território construía a visão da região e a identidade regional no contexto da nacionalidade, ou seja, o regionalismo reforça o nacionalismo e vice-versa. A elite político-administrativa partia então da região de vivência, conceito trabalhado por Castro (1989a).

Na formação da identidade regional amapaense, buscou-se construir símbolos, datas específicas e heróis que dessem especificidade àquela ião e ao mesmo tempo fossem elementos constituintes do sentimento de pertencimento – o sentimento de conhecer e de fazer-se reconhecer (discurso performativo), segundo Bourdieu (1989).

Um elemento que se destacou foi o mito do Cabralzinho mo herói amapaense, autor de um feito regional que ganhara dimensões nacionais. A área do Território Federal do Amapá, mais precisamente a região compreendida entre os rios Oiapoque e Araguari, foi motivo de disputa entre Brasil e França, originando na segunda metade do século XIX, foi constituído o território do Contestado franco-brasileiro, compartilhado pelas duas nações (Anexo 1).

O fato de os garimpeiros brasileiros serem impedidos de ter acesso às minas de ouro do Calçoene (ainda município de Amapá)[28] levou à formação de um Triunvirato[29] (1894), que assumiu as funções de governo e depôs o representante no Contestado. O governador da Guiana Francesa, M. Charvein, nomeou um brasileiro chamado Trajano para governar Cunani (no Contestado franco-brasileiro) e restabelecer as condições anteriores. Ao chocar-se com o Triunvirato, Trajano foi preso por ordem de Cabralzinho e conduzido à vila do Amapá.

[28] Nesse período, a cidade de Amapá foi a mais movimentada da região que depois se tornaria território federal: atraiu pessoas de origens diversas para extrair ouro e desenvolver atividades no comércio impulsionado por esse metal (MORAIS; MORAIS; ROSÁRIO, 2006).

[29] De início, o Triunvirato foi composto pelo representante brasileiro no Contestado, Desidério Antônio Coelho, pelo engenheiro e geógrafo Antônio Gonçalves Tocantins e por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho – comerciante que desde o período imperial participava partidos políticos e mantinha interesses econômicos com a elite paraense. Pouco depois, Tocantins foi substituído pelo Cônego Domingo Maltez.

Charvein ordenou que o capitão Lunier chefiasse um destacamento de 60 homens[30] da marinha para prender Cabralzinho e libertar Trajano. Segundo a história amapaense, Cabralzinho enfrentou os franceses e matou Lunier, mas havia relatos que apontavam outra versão. Ao desembarcar na vila do Amapá, Lunier dirigiu-se a Cabralzinho, mas foi morto precipitadamente por um tiro de um dos moradores humildes da vila. Iniciou-se o confronto, no qual Cabralzinho e outros homens fugiram para a mata (siriubal). Os franceses então assassinaram 38 brasileiros, entre mulheres, crianças idosos. Dona Inês Magave, uma sobrevivente, relatou o caso a Raiol: "falsidade, foi alsidade porque o cabeça era o velho Félix. Aquele homem era guerreiro mesmo. Cabralzinho, Cabralzinho ele foi se esconder" (MAGAVE *apud* RAIOL, 1992, p. 201).

Logo após o massacre e a retirada francesa, Cabralzinho fez um relato e enviou-o ao governador paraense Lauro Sodré e ao jornal *Diário de Notícias*, de seu sócio em Belém, Felipe José de Lima. Com o relato divulgado pelo jornal (escrito em português e francês, pois foi enviado a Paris também), Cabralzinho tornou-se herói (reconhecido pelo governo brasileiro) por ter defendido e derrotado os franceses. Pouco tempo depois, Cabralzinho nomeou Felipe J. de Lima advogado do Triunvirato.

A importância de Cabralzinho decorreu não de seu suposto feito heróico, mas da manipulação dos fatos para atender seus interesses pessoais, o que acabou dando uma grande dimensão ao ocorrido (que em outra situação ficaria praticamente desconhecido) e contribuiu para a resolução do conflito pela região a favor do Brasil.[31] Portanto, diferentemente do que

---

[30] O número de soldados varia de 60 a 130 ou mesmo 200, de acordo com o depoimento de Cabralzinho (RAIOL, 1992).

[31] "O que ficou, afinal do conflito de 1895, na Vila do foi a história contada por Cabralzinho, um verdadeiro coronel que agia com claros objetivos econômicos voltados para si e para pessoas da elite sediada na capital paraense. Mas foi com sua astúcia que construiu, sem se aperceber, um projeto político que foi fazer do acontecimento no Amapá, não a caracterização do massacre da gente humilde e indefesa da Vila, mas um feito heróico para a saga de uma fronteira marginal do país. A repercussão política desse projeto de Cabralzinho não chegou apenas a despertar o sentimento nacional do Brasil, mas alcançou as fronteiras internacionais e foi fazer do massacre um acontecimento de dimensões que Cabralzinho jamais poderia vislumbrar em seu projeto. Mesmo diante da extrapolação das verdadeiras intenções do projeto de Cabralzinho, o Amapá se consagrou,

afirmou Raiol (1992), Cabralzinho não se tornou herói mentalmente por seu mérito próprio. De modo geral, a história paraense não registrou o feito de Cabralzinho ou, quando o fez, atribui-lhe pouca importância – lembremos que naquela época a área do Contestado fazia parte do Pará.

O destaque e regate de Cabralzinho como herói foi feito a partir da criação do TFA. O governo territorial comemorava a data do seu feito, o governador fazia discursos exaltando a figura daquele herói e trouxe familiares de Cabralzinho para alguns dos eventos em sua honra.[32]

Se o Amapá tivesse continuado como parte do estado paraense, possivelmente Cabralzinho não teria a evidência que passou a ter a partir de 1943. O ato de Francisco Xavier da Veiga Cabral foi apresentado como um feito regional e nacionalista, assim como nacionalista foi a ação do governo federal ao criar o rritório Federal do Amapá.

Após a criação do Território, as denominações Amapá, povo amapaense, "nós, amapaenses", entre outras, tornaram-se freqüentes no vocabulário da elite político-administrativo. Foram incorporadas e criadas datas cívicas;[33] heróis, bandeiras, a Mística do Amapá (NUNES, 1944), datas religiosas e outras também reforçavam a referência ao TFA no sentido de construir e particularizar a imagem da região amapaense (associada à promessa de progresso). Segundo Santos (1998), em 1944, o promotor público Joaquim Gomes Diniz compôs o poema "Canção do Amapá", exaltando o patriotismo dos amapaenses e valorizando a região. Nesse mesmo ano, o poema foi musicado pelo maestro Oscar Santos e adotado como símbolo do território pelo governo Janary.[34]

---

terminantemente, terras do Brasil e, neste campo, Cabralzinho se tornou, definitivamente, o nosso herói sem precisar criar atos de bravura" (RAIOL, 1992, p. 206).

[32] Um discurso ilustrativo do que estamos falando foi o que Janary Nunes proferiu no Congresso Nacional em 1963, quando então era deputado federal (JORNAL AMAPÁ, 23 maio 1963).

[33] Data de construção da Fortaleza de São José de Macapá, da criação do A, da instalação do governo territorial, do padroeiro do Amapá, afora as já citadas.

[34] A Canção do Amapá é atualmente o hino do Estado do Amapá.

Esse movimento para enaltecer e particularizar a região ajudou também a construir a identidade amapaense, diferenciando-a do Pará simbolicamente, pois, institucionalmente, o Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, delimitando as fronteiras, já o tinha feito. A região juridicamente estabelecida passava a ser entendida como uma coisa única e progressista. Isso pode ser comprovado pela exaltação política constante nos discursos de Janary e nos artigos do *Jornal Amapá*.

No processo de formação do regionalismo amapaense, podemos observar que a construção da identidade regional não se contrapunha ao nacional; ao contrário, o regional era o prolongamento de uma ação redentora e nacionalista do federal.[35] Apesar disso, buscou-se constantemente especificar a região amapaense para que fosse reconhecida no âmbito local e nacional.[36]

Nesse sentido, a condição de território federal e a potencialidade mineral constituíam uma das vertentes da construção da identidade regional e da perspectiva autonomista. Esses dois elementos construíam concreta e simbolicamente o Amapá, produzindo a imagem de um Amapá dinâmico no presente em oposição ao passado caótico. Isso pode ser constatado no relatório de Janary (NUNES, 1946) ou nas diversas matérias publicadas no *Jornal Amapá*.

> Coaracy estará disposto a mostrar-vos o Amapá. Desde o Amapá abandonado nas selvas ínvias da Amazônia caluniada, sem transporte, sem educação, sem saúde, até o Amapá renascido, onde as escolas se espalham, onde surgem os hotéis, onde o cinema já existe, onde os campos experimentais ensinam ao cafuso e ao curiboca a arrancarem da terra dadivosa e boa o que ela oferece ao trabalho consciente do homem. O Amapá das riquezas inexploradas (JORNAL AMAPÁ, 24 ago. 1946).

[35] Comemorando o 9.º aniversário do TFA, o *Jornal Amapá* afirmou em sua matéria principal: "É que no dia 13 de setembro de 1943 o presidente da República, dr. Getúlio Vargas, assinava o inspirado, patriótico e objetivo decreto criando, entre outros, o Território Federal do Amapá. E desde este momento S. Excia, com alta visão de estadista a se interessar pelo progresso de todo o país, oferecia à região amapaense um advento de justa e humana recuperação, o que foi recebido com o jubilo dos que, naufragados, vêm surgir uma flutuante tábua salvadora" (JORNAL AMAPÁ, 13 set. 1952).

[36] Para isso contribuíram as ações do governo territorial, que seguidamente trazia comitivas de parlamentares e jornalistas para conhecer e divulgar o TFA. O deputado Coaracy Nunes reconheceu isso: "organizei cinco caravanas de parlamentares e jornalistas, conduzindo até o extremo Norte 56 deputados, 6 senadores e 18 homens de imprensa, que verificaram pessoalmente a concretização de um grande ideal, realizado por uma equipe de moços" (JORNAL AMAPÁ, 25 nov. 1950).

Um momento bastante significativo nesse processo foi a promulgação da Constituição de 1946. A possibilidade de extinção dos territórios federais e o questionamento do contrato com a Hanna Exploration Company para a exploração do ferro do rio Vila Nova geraram reações de defesa da nova região (amapaense) por parte da elite polítco-administrativa e da sociedade, aprofundando o sentimento de pertencimento a ela. Lembremos que Featherstone (1996) afirmou que o movimento de homogeneização, de identificação e de pertencimento ganha força no contato com o outro e no confronto. Os setores empresariais locais e o próprio governo do Território organizaram manifestações públicas de apoio ao governador e pela manutenção do TFA.

A região também era uma construção ideológica, calcada em determinado território.[37] A elite elaborou a sua visão da região e procurou generalizá-la, como se fosse a de todos os que habitavam o Amapá. Quando ela falava sobre ação nacionalista, progresso e riqueza mineral tinham como pano de fundo os seus próprios interesses. Concordando com Castro (1989b, p. 391), afirmamos que a região foi "concreta, observável, delimitada e socialmente construída". Ao mesmo tempo em que se apresentou como uma determinada área geográfica foi, também, o lugar da ação política, onde se expressou um regionalismo. O Amapá foi sendo construído como realidade concreta e como sentimento. Além disso, a elaboração de uma identidade regional fez parte do projeto de construção do Amapá como um novo estado da Federação brasileira.

Desse modo, a imagem do Amapá enquanto futuro estado não foi o simples resultado de um decreto arbitrário ou de um processo pré-estabelecido; foi um processo de legitimação construído e conduzido, antes de tudo, por sua elite – ainda que incorporasse elementos da vivência cotidiana local. Em continuidade, a imagem do Amapá sustentou-se, entre outros

[37] Território enquanto conceito geográfico.

fatores, em uma idéia e promessa de progresso que se associava à autonomia. Mas a autonomia dos primeiros anos, logo após a criação do Território, era a autonomia econômico-financeira: primeiro, porque era preciso dar função econômica ao novo território de modo a justificar sua manutenção; segundo, porque a autonomia econômica era a pré-condição para a autonomia político-administrativa.

> Apoiada no polígono econômico – Pecuária, Minérios, Agricultura e Energia e Porto de Escoamento –, a política econômica do Amapá tem dirigido sempre seu fluxo para horizontes mais plenos de conquistas duradouras. As técnicas modernas de culturas da terra, nas pesquisas no desenvolvimento da pecuária, nos transportes, nos sistemas motrizes de impulsão, foram modificados radicalmente, propiciando os avanços a largos passos para a independência econômica e financeira da região (JORNAL AMAPÁ, 13 set. 1958).

A idéia de progresso foi fundamentada em dois significativos fatores locais: a condição de território federal e o potencial mineral – ao mesmo tempo em que eram elementos locais também decorreram de ação externa. Quanto ao potencial mineral, em 1946, foi descoberto minério de ferro no rio Vila Nova e firmado um contrato de exploração do GTFA com a empresa norte-americana Hanna Exploration Company. Ainda em 1946, foram descobertas as minas de manganês da Serra do Navio, o que resultou no contrato de exploração com a Icomi em 1947. Desde então, divulgou-se que a produção mineral seria o caminho do progresso econômico e social do Amapá.

A exploração do ferro pela Hanna ficou apenas no contrato. Não foi o caso do manganês pela Icomi. A implantação do complexo de exploração do manganês levava o governo do Território a apresentar essa empresa como propulsora do progresso e da autonomia econômico da região: geraria renda (*royalties*), diversificaria a produção e atrairia a siderurgia e outros empreendimentos para o Amapá. Isso ganhava importância na medida em que a região, pelo menos até o início da década de 1940, se apresentava totalmente carente de políticas públicas que objetivassem sua valorização e o seu desenvolvimento.

Em 1952, em um discurso de balanço de seu governo, Janary Nunes, afirmou que já havia encaminhado o processo de exploração do manganês do Amapari, o que seu financiamento. O governador assegurou que daria continuidade ao programa de sua administração, “sempre ajudado pelo apoio do povo desta terra, cujo principal objetivo é transformar o Território num próspero Estado da Federação brasileira” (JORNAL AMAPÁ, 11 out. 1952). Percebe-se que o discurso de progresso em torno da mineração e da promessa de industrialização recorriam à sociedade local para obter sustentação.

3 DA SITUAÇÃO COLONIAL À FUNDAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

O Amapá já possui uma longa história, apesar de estar os estados mais novos da Federação brasileira. A análise desta história faz parte do entendimento da mação deste território federal em estado.

3.1 O AMAPÁ NO PERÍODO COLONIAL E NO BRASIL IMPERIAL

Os primeiros registros históricos do espaço a respeito do que corresponderia ao território amapaense datam do período do Brasil colonial – no contexto das grandes navegações do século XV e XVI. As terras do Amapá naquele período pertenciam à Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Foram doadas pelo rei Carlos V a Francisco de Orellana em 1544 sob a denominação de Adelantado de Nueva Andaluzia, nome que passou a designar toda aquela área que incluía também a Guiana (REIS, 1949). Francisco de Orellana não chegou a tomar posse do território, e as demais concessões feitas pela Coroa Espanhola também não se efetivaram.

Os acontecimentos históricos que marcaram essa área envolveram também a presença de franceses, holandeses e ingleses, que disputavam o título de descobridores dessa região da América do Sul. Em resposta às tentativas de expansão al por parte da França, da Holanda e da Inglaterra na Amazônia, a Coroa Ibérica (união das coroas espanhola e portuguesa) passou a adotar uma política de ocupação, defesa e de exploração do espaço que, até então, não despertava grandes atenções. Um exemplo dessa maior atenção dada à Amazônia foram as “expedições guarda-costas”, responsáveis, entre outros feitos, pela expulsão dos franceses de São Luís (1615) e pela fundação do Forte do Presépio, que deu origem, em 1616, à cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (hoje capital do estado

paraense). Essas expedições efetivaram, assim, a conquista da região amazônica e a posse da foz do rio Amazonas (AMARAL, 2004).

No caso específico das terras do Amapá, de acordo com (1980), Reis (1949) e Santos (1998), a preocupação de combater as investidas de estrangeiros no litoral da Guiana fez com que a Coroa Ibérica criasse a Capitania do Cabo Norte, doada ao s Bento Maciel Parente, em 1637, cuja área estendia-se desde o rio Oiapoque até o rio Amazonas.[38] "Parente tomou posse e fez construir o Forte do Desterro (Almeirim- Pará) a fim de guardar os seus domínios contra as pretensões de franceses e também holandeses, pois ambos disputavam a posse de Caiena" (MATTOS, 1980, p. 43). Entretanto, Bento Maciel Parente não chegou a colonizar de fato a área.

Em 1640, momento de recuperação do império português, as terras e as águas da Amazônia e da Guiana passaram de fato a Portugal. O litoral da Guiana, de soberania lusa, passou a ser denominado "Costa do Norte". Seu ponto extremo ao norte era o rio Vicente Pinzón, ou Oiapoque (REIS, 1949).

O interesse francês até então se concentrava em outras áreas do litoral leiro, mas isso mudou no decorrer do século XVII. Segundo Reis (1949), com sua colônia sul-americana, situada perto da Amazônia brasileira, os franceses começaram a penetrar nas terras do Cabo do Norte. O governador de Caiena, Marquês de Ferroles, concedia autorização aos comerciantes franceses para passarem além do Vicente P (rio Oiapoque), penetrando assim nas terras do Cabo do Norte. Em 1697, De Ferroles, seguindo ordem do rei da França, Luís XIV, estendeu a fronteira de Caiena até o rio Amazonas, objetivando, na prática, incorporar o Cabo Norte ao território francês. O governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, repeliu a ação dos franceses no mesmo ano, seguindo as orientações da metrópole portuguesa.

[38] Foi nesse momento que as terras da Amapá foram delimitadas pela primeira vez: abrangiam o território entre os rios Oiapoque, Paru e Amazonas.

Em decorrência dessa disputa entre portugueses e franceses pela Costa do Cabo do Norte e também da situação desfavorável dos primeiros no cenário europeu, em 4 de março de 1700, as duas potências firmaram um Tratado Provisional, pelo qual a região ficava submetida à total neutralização e os dois países teriam até ao ano seguinte para solucionar a situação a propósito da fronteira da Costa do Cabo do Norte. Em 1701, assinaram novo acordo, tornando permanente o tratado anterior.

No entanto, ao recuperar sua aliança com a Inglaterra, Portugal rompeu com a França e passou a não considerar os acordos anteriores. Em 1713, em Utrecht, foram firmados sete tratados entre Portugal e França a fim de resolver a pendência entre os dois países. No caso específico do Cabo do Norte, o tratado de Utrecht firmou o rio Oiapoque como a fronteira entre as colônias das duas potências européias (RIBEIRO, 2005).

Mesmo tendo assinado o tratado de Utrecht, os franceses continuaram a penetrar as terras do Cabo do Norte. Os portugueses, a fim de garantir o território, passaram a adotar uma política de povoamento efetivo na região. Como parte dessa política, em 1751, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado, elevou o povoado de São José de Macapá à categoria de vila e enviou o primeiro grupo de casais para Macapá. Como a colonização da região continuava sendo um problema para Portugal, dadas as condições ambientais e a falta de atividades econômicas que fixassem a população, recorreu-se a outras políticas de ocupação demográfica. Em 1771, como parte das medidas de povoamento, 136 famílias vindas da cidade de Mazagão, na África, chega à região do Cabo Norte. Com essas famílias, fundava-se a então Vila Nova de Mazagão.[39] Além de Macapá e Nova Mazagão, a fortaleza de São José de Macapá, inaugurada em 1782, também foi um dos elementos que concretizaram os anseios de defesa dos primeiros tempos da conquista portuguesa nessa parte do Brasil (REIS, 1949).

[39] Hoje o núcleo urbano de Mazagão Velho.

Após a Independência brasileira, os franceses, sob as ordens do rei Luís Felipe, no período de 1832 a 1840,[40] retomaram a política expansionista na Amazônia e declararam que o rio Vicente Pinzón seria o rio Araguari, passando a nder sua ocupação da região até esse rio.[41] Contudo, a ameaça de boicote ao comércio francês no Rio de Janeiro e a interferência da Inglaterra fizeram com que os franceses recuassem em 1840. Nesse mesmo ano, estabeleceu-se no Araguari a colônia militar "Pedro Segundo", com objetivo de povoar a região e de impedir futuras investidas francesas. As evidentes intenções francesas para o território amapaense eram motivadas ainda pela exploração de ouro em Calçoene (que contribuía para atrair garimpeiros franceses para a região) e pela tentativa de abrir a navegação do Amazonas (RAIOL, 1992).

Esse confronto de interesses levou ao fechamento de um acordo, ainda no decorrer da segunda metade do século XIX, pelo qual a área entre os rios Oiapoque e Araguari seria uma região compartilhada pelos dois países. Porém, quando ocorreram importantes descobertas de ouro em Calçoene, em 1894,[42] a situação da área contestada entrou em crise. A presença cada vez mais intensa de franceses na região e a contabiliz da maioria do ouro como produção da Guiana Francesa originaram constantes conflitos diplomáticos entre os dois países, além de conflitos diretos na área em disputa. Um desses conflitos em decorrência da exploração do ouro foi quando o capitão de Calçoene, o francês Eugène Voissien, impediu o acesso de brasileiros às minas. Como reação, os brasileiros instituíram uma junta governativa,

---

[40] Benevides (1946) afirmou que esse período estendeu-se de 1835 a 1841.

[41] A ocupação dos franceses deu-se durante a Cabanagem, revolução popular que sacudiu Amazônia, e particularmente o Pará, e que chegou a dominar e a administrar Belém por certo período. A França usou o "perigo" da agitação cabana como justificativa para estender seu território nas terras amazônicas. A Cabanagem ficou marcada como um movimento dos caboclos amazônicos contra os grandes proprietários e detentores de renda. Segundo Raiol (1992), quando a Cabanagem foi desencadeada, os setores que dispunham de algum poder político e econômico em Macapá e Mazagão declararam-se pela legalidade e organizaram a resistência aos cabanos.

[42] Mais precisamente "em fins de 1893, por obra dos irmãos Germano e Firmino Ribeiro (garimpeiros paraenses) dá-se a grande descoberta de ouro em abundância em outros locais do município de Calçoene. A notícia de um 'El Dourado' em terras amapaenses motivou uma corrida aventureiros de várias partes, principalmente de brasileiros e franceses, acirrando ainda mais a disputa pela posse das terras amapaenses pelas duas nações" (MORAIS; MORAIS; ROSÁRIO, 2006, p. 87).

denominada Triunvirato, que possuía jurisdição sobre todo o território do Amapá, tendo como base a Constituição do Estado do Pará (REIS, 1949; MATTOS, 1980; SANTOS, 1998).

Essa ação brasileira resultou no conflito entre as duas nações na área contestada. O Triunvirato saiu bem-sucedido desse conflito, e seu líder, Francisco Xavier da Veiga Cabral, recebeu honras de herói nacional, pois teria defendido a integridade do Brasil (MATTOS, 1980; REIS, 1949).

A questão fronteiriça entre brasileiros e franceses ficou conhecida como a "Questão do Amapá". Essa questão, segundo Mattos (1980), foi solucionada por meio de um acordo internacional firmado em 1º de dezembro de 1900 pelo presidente suíço Hauser, que declarou o fundamento do Tratado de Utrecht como definitivo, dando ganho ao Brasil e incorporando definitivamente 225.000 km² ao território brasileiro (MORAIS; MORAIS; ROSÁRIO, 2006). O representante dos interesses brasileiros nesse caso foi o Barão do Rio Branco.[43] O espaço contestado franco-brasileiro, ao ser reconhecido legal e internacionalmente como território brasileiro, foi incorporado formalmente ao Estado do Pará.

A primeira divisão do território brasileiro ocorreu ainda sob o domínio português com a constituição das capitanias hereditárias,[44] a fim de assegurar a Portugal a manutenção da posse sobre a nova colônia. Dadas as dificuldades da colonização, a nova colônia foi dividida em dois Estados, um ao centro e sul (Brasil) e outro ao norte (diretamente controlado pela

[43] Ainda da fase dos conflitos, em 1885, foi criada a República do Cunany (povoado de aproximadamente 600 habitantes), que abrangia o território entre os rios Oiapoque e Araguari. Jules Gros foi "eleito" Presidente vitalício do novo Estado, cujo ministério funcionava em Paris e era constituído por membros estranhos à vida da nova República (RAIOL, 1992). Segundo Reis (1949), apesar de sua pouca duração (de 1885 a 1887), essa República criou ministérios, bandeira e emitiu moeda. y e Costa (2004) afirmaram que sua criação foi uma inteligente ação diplomática e política para criar uma região independente sob a proteção da França. Explica Raiol (1992, p. 57): "Evidentemente, o que se armara com a criação da esdrúxula 'República' era uma situação objetivando preferentemente lesar os interesses, os títulos em que se apoiava o Brasil, entretanto, face ao escândalo, o governo francês não teve outra saída que não desaprovar o episódio". Em 1901 houve uma tentativa de recriação da República do Cunany na região do Contestado, nesse caso seria o Estado Livre do Cunany. Seu dirigente foi o francês naturalizado brasileiro Adolpho Brezet. Logo após o anúncio, o governo paraense enviou soldados que interromperam no seu início a "nova" República (RAIOL, 1992).

[44] Inicialmente as capitanias apresentavam certo grau de autonomia, pois eram descentralizadas em relação à Coroa portuguesa. Essa situação gerou o receio de que governo português perdesse o controle sobre elas e de que elas alcançassem a independência política. Assim, ndo as capitanias. Posteriormente, essa centralização das capitanias (já sob a denominação de províncias) foi atenuada (FREITAS, 2004).

metrópole lusa). Em relação à Amazônia, segundo Mattos (1980), manteve-se essa lógica de ocupação por meio da divisão territorial em grandes lotes: capitanias gerais e secundárias. Na região amazônica, foram criadas 10 capitanias.

Com a independência do Brasil, as capitanias passaram ser denominadas províncias. Segundo Mattos (1980), que recorreu a fontes diversas, no caso amazônico, as 10 capitanias foram reduzidas a quatro províncias: Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. A única alteração na divisão do espaço brasileiro, nesse período, foi a da província do Amazonas, desmembrada do Pará em 1824.[45]

A instalação da República não eliminou as propostas de redivisão territorial brasileira, particularmente para as áreas de fronteiras e com pouca densidade populacional. Apesar disso, a Constituição de 1891 estabeleceu a base para o reordenamento territorial do país. O seu artigo 4° determinava que seria permitido aos estados incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexar-se a outro ou formar novos estados. Contudo, essa prerrogativa cabia, não ao governo federal, mas aos estados. Isso justificava a não criação de territórios. Os estados demonstravam pouco interesse em desmembrar-se. Essa situação só mudou quando essa prerrogativa passou para a órbita da União, por meio das Constituições de 1934 e 1937. Em 1942 e 1943, Getúlio Vargas criou sete territórios federais, entre eles o TF do Amapá (BRASIL, 1891; 1936; 1937; 1943a).

3.2 DO REORDENAMENTO TERRITORIAL À CENTRALIZAÇÃO POPULISTA VARGUISTA

No início do período colonial, o Brasil caracterizou-se, no tocante à sua organização política e administrativa, por uma fraca presença do poder metropolitano e por uma frouxa

[45] Apesar da manutenção da divisão territorial, inúmeros projetos foram apresentados buscando redividir o território brasileiro e o amazônico. Por exemplo, Fausto de Souza propôs uma configuração do espaço brasileiro com 40 províncias, entre as quais 17 nas regiões Norte e Centro-Oeste (SANTOS, 1998).

ligação entre as várias regiões que o compunham. A criação das capitanias hereditárias em 1534 foi a solução encontrada por Portugal para defender, explorar, expandir e desenvolver a extensa colônia. Como recompensa pelos serviços prestados, os donatários recebiam amplos poderes sobre as capitanias.

A ampla jurisdição das capitanias no início da colonização foi em parte revista em 1549, quando D. João III criou na colônia o governo geral, sediado na Bahia. Os donatários perderam parte de seu poder exclusivo. A criação desse governo não significou o fim das capitanias, a administração simplesmente passou para a Coroa.[46]

Após a independência brasileira, um cenário de forte centralização no poder central do Império sobre as decisões a respeito de assuntos das províncias possibilitou, segundo Figueiredo (1998), o surgimento das demandas pela descentralização. Estas, por sua vez, desencadearam fortes críticas ao regime monárquico. Essas críticas, de modo geral, puderam ser compreendidas se levarmos em consideração que no Império o mundo oligárquico dominava: havia grandes propriedades de terra, cujos donos tutelavam os direitos civis e políticos. A resistência contra a interferência do poder central era, em linha geral, a defesa do poder privado, ou seja, dos privilégios oligárquicos.

A autonomia das províncias era considerada um ponto central, inclusive para garantir a unidade do país, pois, se no processo de Independência, a monarquia garantia a integridade territorial e a estabilidade institucional, no Império, mais precisamente a partir da década de 1860, ela tornava-se alvo de duras críticas. A centralização monárquica, vista como sinônimo de despotismo suscitava a possibilidade de desmembramento. Por outro lado, invocava-se a descentralização como a condição para a unidade do país. O federalismo representava, assim, o deslocamento do centro de poder para os estados. Esse novo regime era agora orientado

[46] No tocante ao espaço colonial amazônico, para Figueiredo (1998), o esforço de afirmação da soberania luso na região – ou seja, o enquadramento administrativo desse espaço administração metropolitana – fez com que alguns antigos aldeamentos fossem elevados à condição de vila.

pelos interesses dos grupos dominantes, ligados ao setor agroexportador, sob a hegemonia da burguesia cafeeira. A demanda federalismo/descentralização, nesse período, revelava a forte presença da base localista, principalmente nas províncias mais dinâmicas.

Sobre a relevância dos poderes locais na Federação, Carvalho (2005) destacou que a Federação permitia a mobilização das oligarquias locais, reforçando suas estruturas sociais de poder já existentes e, assim, a desigualdade, a hierarquia e o privatismo.

As oligarquias regionais, que defendiam o federalismo, procuravam descentralizar o sistema de poder, trazendo-o para seu controle. De acordo com Figueiredo (1998), a descentralização, como demanda do federalismo, consolidava um "pacto" entre as províncias mais fortes e as mais fracas, ou seja, a instauração da República redefinia as regras da competição política entre elas. As críticas contra a centralização monárquica tendiam a tornar a bandeira federalista "popular" entre as várias oliga regionais. Isso ocorreu menos porque essa bandeira era um projeto claramente delimitado de organização política e mais pelo interesse de ampliar seus espaços de poder em relação à União. O "pacto" entre os estados fortes e fracos fundamentava-se no princípio da divisão interna do poder, segundo o qual os primeiros poderiam disputar o controle da União e os demais procuravam, por meio do controle das máquinas estaduais, assegurarem suas bases regionais de poder.[47]

O federalismo brasileiro teve como marco de mudança a Constituição de 1891. Fortemente influenciada pela experiência norte-americana, essa Constituição absorveu seus princípios de democracia republicana. Porém, segundo Almeida (2001), nos Estados Unidos o federalismo nasceu como um pacto político entre os estados, fruto esforços teóricos e de negociações políticas. Os estados que já possuíam sua organização cederam poderes à União.

[47] No plano do debate teórico geral, Levi (2004) afirmou que o resultado da distribuição de poderes foi a Federação, na qual, por um lado, co-habitavam estados-membros independentes e, por outro, cada parte do território e cada indivíduo se submetiam a dois centros de poder: o do governo federal e o dos estados-membros (unidades federativas). O modelo federal exerceu uma divisão de poder de base territorial, onde a divisão dos poderes e o sufrágio popular garantiriam a liberdade e a igualdade política. No Estado centralizado, o movimento foi o inverso, o único centro de poder possível era o do governo central.

No caso da Federação brasileira, ocorreu o inverso: a União pré-existia e criou os estados que receberam da Constituição o poder de auto-organização. Para Costa (1998), a República Federativa brasileira resultou muito mais de um lento processo de decomposição do regime imperial do que de um projeto claramente elaborado de Oliveira (1995) também evidenciou a fragilidade da forma federativa brasileira. Para ele, a "adoção da forma federativa foi apenas uma solução *de jure* para acolher um *status quo* constituído pelas oligarquias regionais e provinciais já poderosas no Império" (OLIVEIRA, 1995, p. 77).[48]

O federalismo brasileiro era sinônimo de descentralização política do poder. Esta, por sua vez, significava liberdade, mas para os interesses privados, pois o federalismo que se instaurou no país era bem-vindo para os poderes locais e objetivos liberais.

De acordo com Almeida (2001), foram as idéias e os interesses da elite que conferiram especificidade à fórmula federalista brasileira, se comparada ao modelo norte-americano. Ao fazer tal afirmação, Almeida apoiou-se nas argumentações de Kugelmas, para quem a federação extraordinariamente descentralizada, que resultou da Carta Magna de 1891 e da construção política realizada pelos primeiros presidentes civis, foi obra da elite paulista. Essa elite, de acordo com Kugelmas, movimentou-se, não em prol de um projeto nacional de hegemonia, mas de um projeto que assegurasse condições para o funcionamento, no estado paulista, de um poder público capaz de atender as necessidades das atividades estruturadas em torno do café. Esse federalismo foi também assimétrico, uma vez que a autonomia estadual não teve na prática a mesma amplitude para todos os me os da federação. A autonomia dependia das condições financeiras, militares e políticas de cada estado-membro.

[48] Fiori (1995) destacou a dificuldade para se formular uma definição abrangente válida do que seja o federalismo. Almeida (2001) também aponta a dificuldade no estudo do federalismo, especialmente na ciência política brasileira, que se apresenta, ainda, como um incipiente e em formação. Para esse autor, a federação é uma forma de organização política baseada na distribuição territorial de poder e de autoridade entre esferas de governo, constitucionalmente definida. Ainda sobre a dificuldade de definição, Oliveira (1995) afirmou que a federação no Brasil é uma "idéia fora do lugar" porque não tem tradição no pensamento teórico brasileiro.

Esse federalismo esteve marcado por acordos entre os estados-membros, mas também por conflitos que se foram intensificando a partir das mudanças que ocorriam na economia e na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX. Isso desembocou na Revolução de 1930.

A crise política que resultou na Revolução de 1930 desenrolou-se no âmbito dos conflitos entre os grupos oligárquicos, os crescentes urbanos (particularmente a classe média) e as tensões regionais. A Revolução de 1930 não apenas foi impulsionada por fatores internos, mas também sofreu influência de fatores externos. A crise econômica de 1929 foi um desses fatores: embora não tenha sido elemento decisivo, acelerou a dinâmica da crise, que se encontrava em andamento já há algum tempo na Primeira República. Dentre os motivos, destacou-se a crise das oligarquias estaduais, decorrente das situações economicamente desfavoráveis de seus produtos em relação à política de valorização do café, mantida sob a hegemonia dos Estados de São Paulo e de Gerais. Do lado dos grupos urbanos, especialmente sua parcela de classe média, a ise sustentava-se nas reivindicações de maior abertura dos espaços políticos (FAUSTO, 1997).[49]

Na ocasião das eleições de 1930, ficou claro que os grupos políticos de São Paulo não pretendiam abrir mão do controle do governo federal. Basta lembrar a manifestação de apoio do então presidente Washington Luís a Júlio Prestes, paulista, no lugar do mineiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, como rezava a política do café com leite de então. A oligarquia mineira, por sua vez, reagiu, articulando-se com o Rio Grande do Sul, com a Paraíba e com o Partido Democrático de São Paulo, formando a Aliança L l e lançando Getúlio Vargas à

[49] Outro grupo social que apareceu nesse contexto, e que teve significativa importância, foi dos militares, que buscava atribuir a sua instituição não somente o papel de defensor da nação, mas também de participante ativo na política do país. Nesse sentido, destacou-se o grupo militar denominado tenentismo, movimento liderado por jovens oficiais tenentes do Exército. Eles representavam, não a instituição como um todo, mas um segmento do Exército. Segundo Fausto (1997), o movimento tenentista, "nos anos vinte, tornou-se para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente [...], para as classes dominantes regionais em oposição ao núcleo agrário-exportador, os tenentes apontavam um caminho novo que, mesmo a custo, acabou sendo trilhado: a utilização da violência, associada a um programa de limitado alcance" (FAUSTO, 1997, p. 409-410).

Presidência. O resultado dos enfrentamentos que se seguiram à eleição foi a deposição de Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas. Logo na fase inicial do governo provisório, Vargas assinou decreto centralizando em suas mãos os poderes Executivo e Legislativo, dissolvendo o Congresso Nacional e as Câmaras estaduais e municipais. Essa medida, além de garantir o controle do poder, também neutralizava o poder das oligarquias (FAUSTO, 1997).

A mudança progressiva do regime e a diferenciação do aparelho estatal implementada com a Revolução de 1930, no processo de crescente centralização do poder, responderam a um conjunto de pressões desencadeadas pelas transformações econômico-sociais que se estavam produzindo no cenário brasileiro. Essas pressões, *grosso modo*, estão relacionadas com a incompatibilidade entre o formato da organização política vigente (estrutura de poder rígida e inflexível) e as aspirações políticas dos setores sociais emergentes, que não encontravam abertura para sua participação no poder. Com base nessas considerações, Diniz (1997) concebeu a centralização e o fortalecimento do executivo federal durante o Estado Novo como o ponto máximo de um processo político marcado por uma crise de poder.

Diniz (1997) ressaltou ainda que o novo formato centralizador da máquina estatal redefiniu os instrumentos de influência sobre o governo. O controle do poder central sobre o processo decisório deve ser entendido num sentido relativo, na em que a consolidação das tendências coercitivas e centralizadoras que passavam a predominar com a udança de regime político implicaria não uma exclusão de influência, mas uma redefinição dos ca de acesso e de influência, através dos quais se faria sentir a interferência dos diferentes grupos. Para a autora, o Estado Novo, que se consolidou no período de 1937 a 945, não pode ser concebido como monolítico e independente das forças sociais em conflito.

Com o federalismo da República Velha, buscava-se descentralizar o poder até então concentrado no governo imperial e centralizá-lo no governo/oligarquia local. O federalismo

brasileiro com Vargas/Estado Novo foi marcado, não pelo movimento clássico de descentralização, mas, ao contrário, pela centralização.[50] A União apareceu como o fundamento da consolidação da unidade entre a sociedade e o governo federal/Presidência. Procurou-se estabelecer uma imagem de povo brasileiro apegado muito mais à União do que aos estados federados. A visão de União[51] foi uma das bases de sustentação do regime ditatorial-populista; por meio dela, procurava-se fundamentar o sentimento comum de nação. Por conseguinte, essa própria idéia/defesa de nação também buscava fortalecer a organização centralizadora do Estado. A Constituição federal, elaborada de acordo com os interesses do governo federal, subjugava todas as esferas de poder e unidades federativas.

Para Diniz (1997), o Estado Novo foi um momento do processo vivenciado na de 1930 e, também, a reafirmação das tendências autoritárias presentes desde o início da Revolução de 1930. Essas manifestações autoritárias representaram um corte com o regime anterior, produzindo rupturas em vários níveis. Uma dessas rupturas, por exemplo, foi a reestruturação das relações de poder, agora voltadas para a (re)afirmação do poder do Estado e para a nacionalização da política, em razão do relativo esgotamento do regionalismo e da desarticulação dos instrumentos do poder oligárquicos. Esse período ficou caracterizado pela reestruturação das relações de classes e pela redefinição das alianças políticas. Mas, apesar de evidenciar as mudanças ocorridas nos anos 1930, Diniz 1997) também assegurou que a Revolução de 1930 não afetou de forma expressiva a estrutura de dominação pré-existente,

[50] A implantação do Estado Novo de orientação populista provocou profundas mudanças no Estado liberal e na política oligárquica da Primeira República. Dentre as mudanças, destacou-se o abandono do liberalismo político, que teve como justificativa a crítica segundo a qual ele retirava do poder central a capacidade de formular e dirigir a política nacional. No Estado Novo, segundo Diniz (1997), a configuração do aparato burocrático-estatal passou a ser de grande porte e o sistema alcançou seu maior grau de fechamento, caracterizando-se esse Estado como altamente centralizado e intervencionista. O objetivo disso, de modo geral, seria dar viabilidade ao controle do poder central sobre as principais decisões econômicas desestruturar as bases regionais dominantes. O Governo Federal passou, então, a criar comissões, conselhos, departamentos, instituições, a formular planos, a promulgar leis e decretos, que atendessem tal prerrogativa.

[51] União não como instância de poder, mas como unidade entre os membros da nação, entre povo e governo, etc.

mantendo certas regalias para a elite tradicional – a rearticulação do esquema de poder deu-se pela acomodação e pela justaposição dessas elites aos grupos emergentes.

A elite industrial era contrária à prática autoritária do Estado e reivindica o acesso aos centros de decisão, mas concordava com o Estado no tocante à intervenção estatal na economia e à definição dos novos parâmetros pelos quais se deveria pautar o nacionalismo econômico (DINIZ, 1997).

Para Diniz (2004), a exemplo de Ianni (1986), no período de 1930 a 1937, ocorreu a passagem de uma sociedade de base agroexportadora para outra de base urbano-industrial.[52] Em sua análise, Diniz destacou a tendência da ascensão da industrialização como um elemento que acarretou mudanças estruturais na economia e, por conseguinte, no plano político. Prova disso foi o esvaziamento do poder agrário e oligárquico regional em detrimento do pólo urbano-industrial e o fortalecimento do poder do Estado, por meio de uma centralização crescente da capacidade decisória do Executivo federal.[53] Para o que nos interessa, isso não é sem importância, pois essa concentração de poder foi importante para a criação dos territórios federais e mesmo para as decisões relativas à mineração amapaense.

No plano militar, Fausto (1997) chamou a atenção para a colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos (EUA), com a criação de comissões mistas de defesa. Os EUA obtiveram a cessão de bases aéreas no Norte e no Nordeste e o compromisso d Brasil em colaborar com um contingente militar no conflito. No plano econômico, podemos citar os Acordos de Washington, assinados em 1942. Segundo estimava apresentada pelo autor, cerca de 60% das exportações entre 1942 e 1943 corresponderam a negócios relacionados a esses acordos, que,

---

[52] Ademais, segundo Ianni (1986), os acontecimentos internos e externos no período de a 1945 colocaram em evidência tanto os limites como as possibilidades do sistema econômico e político brasileiro. A revolução de 1930 e a reorganização do Estado permitiram uma revisão das relações de dependência com o mercado externo, assim como uma reorientação do sistema econômico nacional.

[53] Weffort (2004), ao analisar a década de 1930, atribuiu a Vargas o pap histórico de criador do Estado moderno no Brasil, isto é, do Estado Nacional com capacidade de organização e de controle do funcionamento da sociedade em âmbito nacional. O que se tinha antes de 1930 era um Estado oligárquico, uma situação de poder: ao invés de se falar de uma organização federativa do Estado, dever-se-ia falar de uma fragmentação do poder do Estado Nacional, um Estado em fragmentação.

por sua vez, estabeleciam preços fixos para a compra de alguns produtos brasileiros pelos norte-americanos.[54]

Junto com essas mudanças políticas e econômicas em curso, houve modificações na forma como se concebia o Brasil como nação. De acordo Carvalho (2005), as imagens sobre a nação brasileira variaram ao longo do tempo e de acordo com a visão da elite ou de seus setores dominantes. A visão paternalista do povo construída por essa elite e teve início em 1930 com o movimento nacional de caráter civ l e militar que deu fim à Primeira República. O golpe de 1937 implantou um Estado autoritário de orientação populista. A grande novidade nesse período, segundo Carvalho, foi a construção do nacionalismo: "o Brasil era o povo brasileiro" (CARVALHO, 2005, p. 260). Desenvolveu-se a valorização do povo pela ação política; as técnicas de comunicação com o povo e as vantagens daí decorrentes ficaram conhecidas como "populismo". Assim, o regime de 1937 redefiniu a identidade nacional. Mais que isso: essa redefinição foi parte do programa político do governo Vargas.[55] No caso do Amapá, a partir de sua criação em 1943, desenvolveu-se uma identidade com especificidades, mas, também, influenciada pelo movimento mais geral que marcou a redefinição da identidade nacional, de que fala Carvalho (2005).

A partir desse governo nacionalista, a política de colonização assumiu novos contornos. Durante muito tempo na história brasileira, a imigração esteve associada à colonização, mas, a partir do século XIX, passou a haver uma ênfase na necessidade de mão-

[54] Ainda no contexto das relações internacionais, navios mercantes brasileiros foram torpedeados em agosto de 1942. Essa situação provocou um movimento de massa no Brasil, evidenciando uma pressão popular até então censurada pelo regime. Aliada a isso, havia a contradição de o Brasil ter entrado na guerra contra os países nazifascistas, enquanto vivia um regime muito próximo deles. Esse contexto dinamizou as forças que lutavam contra o regime, resultando na campanha pela redemocratização em 1945 e no fim do Estado Novo, com a queda de Vargas (1945) e a Constituição de 1946, de cunho liberal, se comparada à anterior (IANNI, 2004).

[55] Ainda segundo Carvalho (2005), o regime autoritário avançou em ção ao Império e à Primeira República ao apresentar positivamente a população e as tradições do país, ao colocar o homem brasileiro como o centro da identidade nacional. Porém, essa valorização do povo não permitia que ele falasse, ele não tinha voz própria, e sua identidade e a identidade da nação eram outorgadas pelo regime. Sob a imagem projetada de um Estado conciliado com a população e com as tradições nacionais, aboliram-se partidos e movimentos políticos, fechou-se o Congresso Nacional e proibiram-se as greves. "Calava-se a nação para se falar em seu nome" (CARVALHO, 2005, p. 263).

de-obra para a produção agrícola. Depois de 1930, quando ocorreu a grande crise da superprodução do café, a imigração estrangeira deixou ser interessante para o país. O governo passou a adotar uma política de limitação da entrada de estrangeiros de "terceira classe" no Brasil (ESTERCI, 1972).

No Estado Novo, a colonização assumiu contornos nacionalistas, tendo como característica central a migração de trabalhadores brasileiros. Em 1938, Vargas anunciou a "Marcha para Oeste", campanha de colonização voltada para a ocupação do interior do país, visando estimular as migrações, especialmente para o Oeste e para a Amazônia.[56] A "Marcha" foi uma das vertentes nacionalistas do Estado Novo. Fundamentava-se no discurso governamental, segundo o qual era necessário ocupar material e simbolicamente o território nacional, cujos grandes "vazios" poderiam "despertar a cobiça" de governos e grupos estrangeiros. Como as disputas fronteiriças com os países vizinhos já haviam sido superadas, tratava-se de uma expansão da fronteira para áreas não ocupadas, ou frouxamente ocupadas dentro do território nacional, de modo a garantir o seu desenvolvimento e a evitar questionamentos sobre a soberania do país em relação a elas (ESTERCI, 1972; IANNI, 1986; RICARDO LEITE, 1942).

Segundo Fausto (2006), Getúlio Vargas destacou a importância da "Marcha para Oeste" para a criação de uma nação unificada economicamente por meio da ocupação para oeste. O estadonovista atribuía a si o papel de agente unificador, responsável pela promoção do povoamento e da ocupação dessa parte do país. Para Vargas (JORNAL AMAPÁ, 28 abr. 1945),[57] esse povoamento, incluindo os territórios federais em criação, significava também

[56] Essa "Marcha para Oeste" apresentava uma retórica de valorização da pequena produção (em detrimento do latifúndio), dos benefícios para a população rural e para o cooperativismo, do fim dos desequilíbrios espaciais decorrentes da ocupação do litoral em detrimento do interior. De acordo com Ianni (1986), foi nesse contexto que o nacionalismo passou a ser um componente mais explícito do universo sociocultural, político e econômico do país. Ele teve profunda influência na percepção e na ação política do Estado em relação ao interior, especialmente em relação à Amazônia.

[57] Para obter sustentação em nossos argumentos, recorremos em diversos momentos ao *Jornal Amapá*, órgão de imprensa do governo do TFA. Analisar os argumentos pre em jornais e em outros documentos requer o

promover o aumento da produção agrícola e mineral, o que reverteria em favorecimento ao desempenho industrial do país, condição prioritária para a unidade econômica visada pelo governo. Segundo a intervenção de Vargas, o Brasil politicamente era uma unidade, todos falavam a mesma língua e tinham a mesma tradição histórica. Porém, do ponto de vista econômico, a realidade brasileira era o inverso, o país era visto como um arquipélago, formado por algumas ilhas, com alto grau de desenvolvimento econômico e industrial, contrastando com espaços vazios. Uma das tarefas centrais do Estado Novo era povoar os "espaços vazios", a fim de fazer coincidir as fronteiras políticas com as econômicas.

De acordo com Figueiredo (1998), a "Marcha para Oeste" deixou transparecer, de forma emblemática, a percepção militar do espaço (e principalmente do espaço da fronteira menos ocupado) a ser conquistado, explorado e, antes de tudo, controlado pelas forças internamente encarnavam, naquele momento, a manutenção da integridade do país em um processo gradualmente conquistado pelo Exército. Essa ção militar conseguiu a exclusividade da competência bélica da Nação, tornando-se a detentora única da violência institucional que respaldava a soberania do Estado.

Os militares, segundo Ianni (1986), foram levados a reelaborar suas concepções sobre defesa e segurança nacionais, agora pautadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Passaram, assim, a apostar na modernização e no progresso industrial como condição para o seu próprio engrandecimento. O apoio ao governo de Getúlio Vargas estaria em consonância com o crescimento organizacional dos militares.[58]

---

cuidado de observar o momento histórico em que foram f para assim compreendermos a destinação e os objetivos por eles perseguidos.

[58] Isso pode ser observado nas seguintes palavras do ministro da Guerra, Góes Monteiro, na década de 1930: "o Estado [...] deve ter poder para intervir e regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação. [...] Nestas condições, as forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar estrutura à existência nacional" (ALMEIDA, s/d, s/p). A partir do exposto, fica compreensível a presença, direta ou indireta, dos militares nas frentes de mobilização patrocinadas pelo governo ao interior do país. A expedição Roncador-Xingu em 1943, considerada de "interesse militar", era apresentada como uma marcha rumo à civilização. A essa expedição, seguiu-se a criação da Fundação Brasil Central. Segundo Lenharo (1984), a constituição dessa fundação pelo Estado Novo foi uma das ações que mais

Ainda em 1943, Vargas criou os territórios federais. No texto introdutório de apresentação dos territórios federais, expõe-se o que se esperava com sua criação:

> alcançar o desenvolvimento de uma nova civilização no brasileiro, cujos estados continuam ainda como verdadeiras monstruosidades lutando contra o cruciante problema dos transportes e sofrendo há séculos de anemia crônica em quase todas as suas fontes de produção [...]. São, ainda, e, acima de tudo, imensas regiões despovoadas, sem qualquer plano inteligente de colonização, sem capacidade de auto-desenvolvimento (BENEVIDES, 1946, s/p).

O principal ideólogo da "Marcha para Oeste" foi Cassiano Ricardo Leite, que publicou em 1940 o livro intitulado *Marcha para Oeste*: a influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil. Segundo Esterci (1972), a vertente nacionalista, presente no mito das bandeiras apresentado por Ricardo Leite, tinha por finalidade legitimar a ordem política estabelecida com o Estado Novo em oposição à ascensão dos valores ideológicos democráticos.

A obra de Cassiano Ricardo Leite (1970) procurava lidar com a contradição do governo Vargas que, sendo ditatorial, lutava no conflito bélico mundial junto a regimes democráticos.[59] Fazendo uma analogia entre o passado/bandeira e o presente/governo Vargas, Cassiano Ricardo destacava a forma de governo criada pela bandeira, que era um governo forte e independente de Portugal. O poder absoluto do bo de tropa[60] na "marcha para a nossa realidade nacional" justificava-se, porque fazia a bandeira avançar sobre todos os obstáculos e manter-se unida, contra a desordem, assegurando, assim, a defesa do grupo.

Para Ricardo Leite, o governo varguista remetia ao governo forte com poder centralizado no cabo de tropa do nosso passado bandeirante. O Presidente encarnava um

---

aqueceram o rótulo da "Marcha para Oeste", que incorporava o espírito épico das bandeiras, pela iniciativa de penetração, desbravamento e colonização.

[59] A "Marcha para Oeste" sustentava-se no nacionalismo, que era um recurso de sustentação e de defesa do regime. Para Ricardo Leite (1970), a história da organização social e política propriamente brasileira iniciou-se com a bandeira. Ela criou a nossa geografia, uniu as raças e povoou o nosso país. A bandeira foi um fenômeno único, tipicamente brasileiro, e a retomada do espírito bandeirante também o teria de ser, não se podendo copiar nenhum regime existente naquele momento: dever-se-ia construir a "nossa democracia" (sustentada no modelo da bandeira). Somente um Estado moldado no espírito da bandeira (movimento em direção ao interior) poderia manter a integridade da nossa geografia.

[60] Figura componente do movimento das bandeiras.

bandeirante, mais precisamente um cabo de tropa. Justificava-se, assim, a necessidade da centralização do poder nas mãos de Getúlio Vargas, no de realizar a integração e a defesa da soberania do país no contexto de guerra e desordem mundial, tal como ocorrera com o cabo de tropa, responsável pela defesa do grupo no passado.

O nacionalismo apresentado na obra de Ricardo Leite e presente no Governo Vargas deve ser ainda mais problematizado. A vertente nacionalista desenvolvida pelo Estado Novo não significava necessariamente um processo de enfrentamento do capital externo – e isso queremos destacar. Lembre-se, por exemplo, a assinatura dos Acordos de Washington como parte destes, a política da Batalha da Borracha na região Amazônica.[61]

Além desses exemplos, podemos também destacar um trecho do discurso que Vargas proferiu em Manaus, em 1940. Imbuído da exaltação nacionalista, Vargas defendeu a necessidade da "colaboração" do capital estrangeiro para o país e para a Amazônia.

> Vim para ver e observar de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócios, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1954a, p. 10).

A afirmação de Vargas e a obra de Cassiano Ricardo Leite permitiram-nos constatar que a defesa nacional, enquanto vertente nacionalista apresentava dois movimentos: de um lado, a política de colonização, com a "Marcha para Oeste" – símbolo de brasilidade, suporte ideológico de defesa do regime –, priorizava a imigração de brasileiros para ocupar o interior do país, em detrimento dos imigrantes estrangeiros; de outro, a política econômica e

[61] De acordo com Leal (2007a, 2007b), dada a carência infraestrutural da região, sem a entrada do capital e sem a máquina administrativa montada pelo governo norte-americano para obter borracha (em contingência de guerra), não surgiria tão rapidamente na Amazônia a estrutura operacional para a realização de tal Batalha, a não ser ao longo prazo.

desenvolvimentista-industrializante enfatizava a importância da entrada de capital estrangeiro no país, para colaborar, tanto quanto os brasileiros, no progresso econômico da Nação.

3.3 CENTRALIZAÇÃO, REORDENAMENTO TERRITORIAL E SEGURANÇA NACIONAL: O AMAPÁ NA FUNDAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

Os territórios federais refletiram a conjuntura dos an 1930-1940 e foram produto daquele contexto e das contradições que então se apresentavam. Buscava-se demonstrar que o governo nacionalista e forte estava protegendo, ocupan e desenvolvendo o país. O que significava a defesa nacional na criação dos territórios federais? A criação dos TF e a própria questão da segurança nacional demonstraram a existência de um triplo movimento: um primeiro, externo, relacionado às disputas pelo poder por espaços que levaram à Segunda Guerra Mundial, disputas inclusive dentro do próprio bloco Aliado (interesse dos Estados Unidos no controle político-econômico de países como o Brasil, por exemplo); um segundo, de caráter interno, referente ao processo de centraliz no Executivo federal, que já destacamos; um terceiro, também no plano interno, representado pelas contradições do regime ditatorial de Vargas, que levaram a críticas contra o governo, produzindo crise. A esses três movimentos – e, particularmente, ao último –, incorporamos a fragilidade dos estados amazônicos em sua crise econômica prolongada por toda primeira metade do século XX. Por causa desses elementos, fortaleceu-se a construção de uma imagem de governo genuinamente brasileiro (nacionalista) e forte.

A justificativa apresentada pelo governo para a criação dos territórios federais – interesse da defesa nacional – contribuía para a consolidação da imagem de um Estado forte e desenvolvimentista, único capaz de estabelecer as condições mínimas de nacionalização, de garantia da unidade nacional, de organização social e econômica e de segurança das regiões de fronteiras. A questão da manutenção e proteção das fronteiras nacionais ganhou, desse

modo, destaque no processo de criação dos territórios is. Essa visão, ademais, era sustentada pela ideologia militar de "vazio demográfico", segundo a qual o espaço amazônico, concebido como fronteira política, deveria ser defendido contra "ameaças externas" pela presença do Estado forte.

O contexto da "Marcha para Oeste", que abrange a criação dos territórios federais, simbolizava, segundo a visão do governo, "o verdadeiro sentido de brasilidade". Esse caráter nacionalista, sob a bandeira da defesa nacional e da conquista territorial interiorana para a unidade do país, evidenciava o caráter político da "Marcha para Oeste". O Presidente Vargas assim explica a criação dos territórios federais:

> Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos para dentro de nossos limites territoriais para fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. O escasso povoamento de algumas fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais sob a direta administração do Governo Federal. Era uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente dos militares que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional.
> A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colidentes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses territórios resume-se em poucas palavras: "sanear", "educar", "povoar" (J L AMAPÁ, 28 abr. 1945).

Mas as metas de sanear, educar e povoar vinculavam-se ao interesse de interligar economicamente o país – um dos objetivos da "Marcha para Oeste" e da criação dos territórios federais. Anuncia Vargas:

> Teremos ligado tais regiões quase isoladas aos centros de produção do litoral e do centro, facilitando, assim, o intercâmbio de todos os produtos nacionais.
> Eis a finalidade de criação dos Territórios Nacionais.
> A história dos povos está ligada à sua geografia. [...] É o destino dos povos ligados à terra e plasmados pela energia criadora dos homens. E a nossa marcha para Oeste

> significa precisamente uma das formas de manifestação destino (JORNAL AMAPÁ, 25 jan. 1951).[62]

A mobilização concreta por meio do deslocamento de migrantes para o interior era apresentada como um processo de mudança na organização social. A "Marcha para Oeste" mobilizava ideologicamente, por meio do recrutamento e do engajamento, e procurava legitimar o governo varguista e desmobilizar outros discursos que não fossem o do Estado Novo.

A criação dos territórios federais, com o argumento de defesa nacional em virtude da Segunda Guerra Mundial e de ambições de estados imperialistas, estava mais diretamente em consonância com a necessidade de centralização e de legitimação do governo Vargas. Buscava-se muito mais legitimar o governo e seu projeto para o país, dadas as pressões democráticas surgidas com o conflito mundial, do que responder às ameaças bélicas externas. Evidentemente, não podemos negar as contradições e pressões decorrentes do cenário externo. A França havia sido ocupada pela Alemanha nazista, e o Brasil fazia (e faz) fronteira com sua possessão na América do Sul, a Guiana Francesa – motivo de disputa entre o governo francês e o brasileiro até 1900, área correspondente ao Território Federal do Amapá. Portanto, não é possível negar as determinações externas, ao contrário, mas queremos chamar atenção para a complexidade em torno da criação dessas unidades federativas, em que as determinações internas assumem papel de destaque.

A discussão sobre a redivisão territorial do país e da Amazônia, sustentada nos argumentos de segurança nacional e de desenvolvimento, não era um fato novo, tampouco eram recentes as polêmicas. Segundo Mattos (1980), a criação da província do Amazonas, após a independência do país e a Constituição de 1824, ocorreu sob forte debate.[63]

---

[62] Assim como a citação anterior, esta foi extraída do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e publicada no *jornal Amapá* referente a um discurso de Vargas proferido em abril de 1944.

[63] Formaram-se na época dois grupos: os que eram a favor e os que eram contra. Incluiu-se nesses últimos a bancada do Pará, que tinha o apoio do senador Vergueiro, representante da província de São Paulo, cuja comarca

Ainda no período imperial (1853), surgiu uma proposta de redivisão territorial da Amazônia. Segundo Porto (2003), foi o deputado pela província do Grão-Pará, Cândido Mendes, quem fez a proposta. Novamente parte do Pará seria desmembrada para formar uma nova unidade federativa, com o nome de Oyapockia e a capital em Macapá. Mais uma vez, a bancada paraense posicionou-se contra o projeto.

Com a Constituição republicana de 1891, o Brasil passou a ser uma federação de estados, com três níveis diferenciados de competência: a União, os estados e os municípios – cada qual com as suas estruturas político-administrativas específicas e uma divisão de poderes. Apesar dessas alterações, a Constituição republicana não acolheu as propostas de divisão territorial e manteve a configuração do período imperial, mudando apenas o nome de províncias para estados. Na República, as manifestações por uma redivisão territorial continuaram. Assim, vários projetos de redivisão do espaço amazônico foram, por exemplo, apresentados por Quintino Bocaiúva (MATTOS, 1980).

Os projetos de redivisão político-territorial, em especial para a Amazônia, tinham como justificativa a preocupação com as áreas "despovoadas" e com as debilidades operacionais dos governos estaduais para administrar tão vastos territórios, especialmente as áreas de fronteiras internacionais, que estavam praticamente abandonadas. Era o caso da região que viria a ser o Território Federal do Amapá.

Como já destacado, a disputa fronteiriça entre o Brasil e a França ("Questão do Amapá") foi resolvida por meio do acordo internacional de dezembro de 1900. A partir da resolução, o governo brasileiro incorporou a área ao Estado do Pará. As terras da antiga capitania do Cabo do Norte foram divididas em três municípios: o município do Amapá, que incorporou toda a área do antigo Contestado, pela Lei 798, de 22 de outubro em 1901, o

---

de Curitiba também pleiteava a sua elevação à província – desmembrando-se de São Paulo. Do grupo defensor, podemos destacar o senador Cândido Batista, responsável pela emenda de elevação da comarca de Curitiba à província. Os posicionamentos favoráveis e contrários à criação dependiam dos interesses das elites envolvidas.

município de Macapá e o município do Mazagão. Na área da fronteira setentrional, surgiu o atual município de Oiapoque, que em 1903 foi definido como distrito pela Lei Municipal n.º 15 do município do Amapá (PORTO, 2003).

A área composta pelos três municípios caracterizava-se pela pequena produção primária e pela baixa ocupação populacional.[64] Além disso, nem os administradores dos três municípios, nem fazendeiros e comerciantes se fixavam neles.

Essa situação levou a discussões acerca das políticas deveriam ser adotadas para as áreas de fronteira, não apenas do ponto de vista mi itar, mas também de ocupação demográfica e econômica. Mas a fragilidade das políticas adotadas e a crise da economia amazônica depois de 1910 suscitaram discussões sobre a possibilidade de desmembramento daqueles municípios do restante do Pará.

A atuação mais concreta por parte do Governo Federal, Soares (1995), foi representada pela criação da Comissão Colonizadora do em 1919, em resposta ao senador paraense Justo Chermont – que no Congresso federal pedira maior atenção para a fronteira setentrional do país, classificando a fronteira oiapoquiense, no dizer de Alicino (1971), de "terra abandonada e sem dono." Outra ação do governo federal nessa região foi o estabelecimento da Companhia Especial de Fronteira, do Exército brasileiro, em Clevelândia do Norte, em 1922.

Como desdobramento do pleito de Justo Chermont, aprovado pelo Congresso Nacional, a Comissão Colonizadora executou estudos e o governo federal autorizou a

[64] "A economia era toda baseada na indústria extrativa, animal e vegetal, sem plano de fixação em bases mais racionais. Mesmo assim, a incipiente agricultura e a pequena indústria rural e as atividades pastoris estavam sempre à mercê dos desequilíbrios impostos pela mineração. Quando aparecia um novo e mais rico filão aurífero, lá iam os braços, rumo à brenha, em busca da riqueza fácil. [...] [O ouro] jamais contribuiu para as rendas municipais, pois sobre ele nunca incidira nenhuma tributação. Era o paradoxo de uma riqueza que onde aparecia desorganizava o trabalho e gerava pobreza [...]. Os administradores que passavam pelos municípios da Guiana Brasileira mantinham suas famílias em Belém, o mesmo acontecendo com o rico comerciante, fazendeiro e explorador de ouro, que tendo feito ali sua fortuna, lá não deixava nada do que a terra laboriosa lhe propinara. Os prefeitos viviam a maior parte do tempo na capital ao lado das famílias. Casas nas sedes quase não as havia em condições de serem habitadas" (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, n. 109, 1945, p. 129-130).

fundação da Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte.[65] O governador paraense da época, Lauro Sodré, recebeu de bom grado essa iniciativa:

> O que agora faz o Governo Federal é cumprir dignamente os seus deveres, resguardando convenientemente a nossa fronteira do Extremo Norte. E ajudar-nos, cumprindo assim os seus deveres, fazendo um pouco pelo Estado e em nosso benefício, quando para o Oyapock encaminhar população nacional, quando tanto feito por muitos Estados, levando lares e numerosas turmas de estrangeiros, graças a cujos braços e atividades tanto se lhes acresceu a riqueza (SODRÉ *apud* ALICINO, 1971, p. 76).

A implantação da colônia agrícola de Clevelândia do Norte não havia alcançado o intento de povoar significativamente aquela fronteira, tampouco a dinamizara economicamente. Por outro lado, permanecia a presença econômico-cultural francesa naquela área. Isso, somado ao quadro da Segunda Guerra, com a ocupação da França pela Alemanha, levou o governo Vargas a ampliar a presença militar naquela fronteira, criando o 3.º Batalhão de Fronteira, sediado no Oiapoque em 1942.

Anteriormente, o governo federal já havia demonstrado a intenção de ter um maior controle direto sobre aquela região. No final da década de 1930, a atividade aurífera no município do Amapá mostrava-se ainda bastante dinâmica para a economia local, mas fiscalização era deficiente. O contrabando para os países vizinhos era uma constante. Nesse contexto, sob a argumentação de defesa da riqueza loca Getúlio Vargas anunciou a intenção de criar um território federal naquela área:

> Falando sobre a produção do ouro no Amapá região fronteiriça das Guyanas em sua maior parte desviado para o estrangeiro [...], S. Exc. [Getúlio Vargas] afirmou que, de acordo com o Estado Maior do Exército, em breve seria criado o território do Amapá, com o devido aparelhamento, para evitar o co ndo (FOLHA DO NORTE, s/d, 1939).

[65] Fundada em terras cedidas pelo governo paraense à União. Segundo Alicino (1971), o nome da colônia foi uma homenagem ao presidente estadunidense Grover Cleveland, responsável pela concessão de um laudo que ajudou o Brasil a ganhar a disputa arbitral com a Bolívia sobre o Acre.

Para que isso se tornasse realidade, o governo teria de associar a prerrogativa constitucional (estabelecida nos anos 1930) à ação política efetiva. Os primeiros passos para a implantação de territórios federais no país foram dados com a anexação do Acre ao território brasileiro, mediante um acordo assinado entre o Brasil e a Bolívia em 1903. Desse fato decorreu a primeira experiência brasileira de criação de um território federal pela Lei n.º 1.181, de 24 de fevereiro de 1904. A criação do Território Federal do Acre gerou repercussões em algumas regiões da Amazônia, ainda que posteriormente a 1903. Por exemplo, em 1920, foi lançado um manifesto de habitantes dos municípios s de Macapá e Mazagão que passavam por uma forte crise econômica. Segundo Buarque (1925), o documento foi enviado ao presidente Epitácio Pessoa, pleiteando a transformação dos municípios em território federal. Segundo Santos (1998), a manifestação desses municípios foi fortemente questionada pela bancada paraense e pelo governador paraense na época, Lauro Sodré. O pleito não foi aceito.

A criação do Território Federal do Acre também foi criticada pela bancada amazonense, que, visando os dividendos da borracha acreana, pleiteava anexá-lo ao seu território estadual. Segundo Freitas (2004), Rui Barbosa foi contratado para defender os interesses amazonenses, sem, contudo, alcançar seus objetivos.

Com a Constituição de 1891, já se estabelecera a possibilidade legal de criação dos territórios, mas enquanto prerrogativa dos estados. Em 1937, essa atribuição foi transferida para as mãos do governo federal, num processo em que se observava a redução da autonomia dos estados e o fortalecimento do poder central. Mas, qual ocorrera na Constituição de 1824, a adoção da letra constitucional na década de 1930 não se deu sem polêmica. Pelo menos até a Revolução de 1930, foi intenso o debate sobre a possibilidade de criação dessas novas unidades por parte do governo federal. Mattos (1980) afirmou que, no parlamento federal, na Assembléia Legislativa e na imprensa, formou-se um campo de batalha em que se

opunham duas correntes antagônicas: uma defendendo fortemente a autonomia dos estados, de acordo com a Constituição de 1891, e outra favoráve à implantação da autoridade federal. Apesar do debate intenso, as mudanças em curso na economia e na sociedade brasileira apontavam para a centralização do poder no governo federal, e isso foi importante na decisão de criação dos territórios federais.

Foi a Constituição de 1937 que, de fato, estabeleceu as condições jurídicas que possibilitaram a implantação posterior dessas novas unidades federativas no espaço brasileiro Seu artigo 6.º afirmava: "A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada por lei especial" (BRASIL, 1937, p. 2).

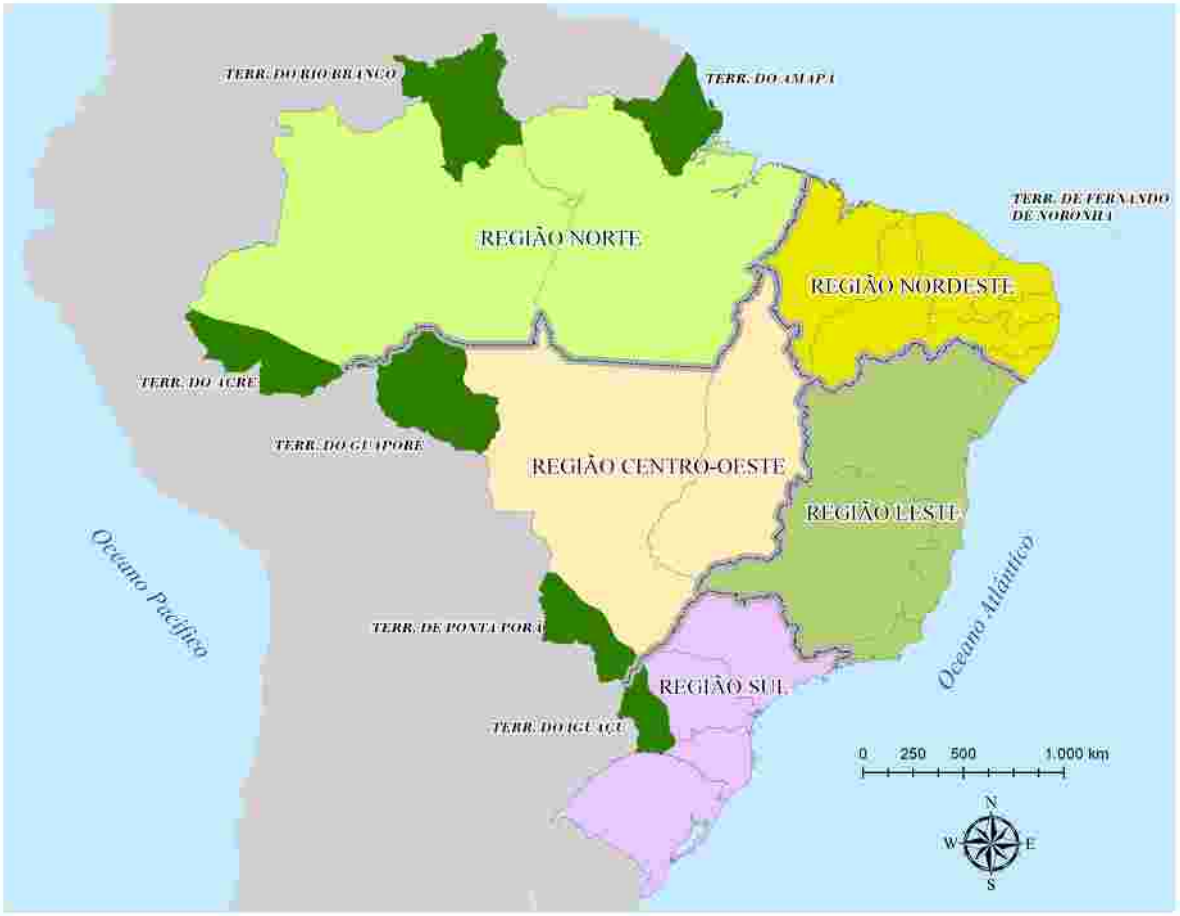
As áreas destinadas à criação dos territórios federais, como determinava o artigo 6.º, seriam originárias de desmembramentos dos estados que se apresentavam fracamente povoados e com debilidades econômicas e administrativas. Esse era o caso particularmente da Amazônia, cujos estados eram lembrados no discurso do "vazio demográfico", além de fazerem parte das áreas de fronteiras internacionais, inclusas no discurso de "defesa nacional".

Medeiros (1944) assim explica a justificativa de "defesa nacional" para a criação dos territórios federais:

> [não significava] somente realizar atos com objetivos militares, mas empreender medidas com fim de preservar o país de ameaças de toda ordem; defender as fontes de atribuições nas zonas de fronteiras (internacionais); salvaguardar riquezas contra as ações dispersivas das populações rurais, guardar as minas contra as obras inescrupulosas de contrabandistas estrangeiros, [...] enfim, assegurar a saúde das massas rurais pela realização de uma política de saneamento. [...] Povoar, organizar, sanear, educar significam [...] obras de defesa nacional (MEDEIROS, 1944, p. 507).

Apesar da prerrogativa constitucional presente desde 1937, os territórios federais só foram criados em 1942 e 1943: no primeiro ano, Fernando de Noronha e, em 1943, por meio

do Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima), Amapá, Ponta-Porã e Iguaçu (Mapa 2).



Fonte: Digital Chart of the World (www.maproom.psu.edu/dew); Arruda (1997); (www.esri.com/lega/copyright-tradmarls.html); Anuário Estatístico IBGE, 1992; Adas (1994). Adaptação de Luiz Barbosa e Indira Marques.

Mapa 2: Brasil e seus territórios federais em 1945

Na criação dos territórios federais não houve consulta plebiscitária, de modo que a população não foi chamada a opinar. Foi um decreto presidencial.

> O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos termos do artigo 6º da Constituição, decreta:

> Art. 1º – São criados, como partes desmembradas dos Estados do do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa-Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio-Branco, do Guaporé, de Ponta-Porã e do Iguaçu.
> § 1º – O Território do Amapá terá os seguintes limites:
> – a Nordeste e Leste, com o Oceano Atlântico;
> – a Sudeste e Sul, o canal do Norte e braço norte do rio Amazonas até à foz do rio Jari;
> – a Sudoeste e Oeste, o rio Jari, da sua foz até às cabeceiras da Serra do Tumucumaque;
> – a Noroeste, pela linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; [...]
> Art. 2º – Passam para o Domínio da União os bens que, pertencen aos Estados ou Municípios na forma da Constituição e das leis em vigor, se acham situados nos Territórios delimitados no artigo precedente.
> Art. 3º – A administração dos Territórios Federais ora criados será regulada por lei especial (BRASIL, 1943a).

O federalismo pressupõe uma dada distribuição territorial do poder. Até 1930, pelo menos havia uma concentração de poder nos estados da Federação brasileira. Os estados não tinham grande interesse no desmembramento porque isso oderia representar, mesmo que potencialmente, perda de poder. O (re)ordenamento territorial (com a criação dos territórios federais) só ocorreu quando se inverteu o movimento de distribuição do poder federativo, que passou a concentrar-se no Executivo federal – no governo Vargas.[66] Assim, não bastava a letra constitucional. Era preciso a superação de outras barreiras ligadas a interesses diversos. "As elites dirigentes estaduais queriam a todo o custo manter o privilégio de conservarem intocados e improdutivos os enormes latifúndios que lhes foram doados. Não seria por iniciativa estadual que algo haveria de mudar" (MATTOS, 1980, p. 68).

O repasse de parte considerável do território amazônico para a administração direta do governo federal, que nomeava seus governadores, fez parte do processo de centralização populista de poder no governo federal e, particularmente, na figura de Getúlio Vargas. Por outro lado, o momento de guerra mundial reforçava a política de segurança nacional (proteção das fronteiras), justificativa importante para a criação dos novos territórios. Os TF foram

[66] Evidentemente não estamos querendo dizer que a centralização é exclusividade do governo Vargas de 1930-1945. A centralização, com suas nuanças, foi a marca dos governos brasileiros no século XX. Basta lembrar o caso da ditadura militar que se iniciou com o golpe de 1964. Tampouco podemos afirmar que sempre que houver centralismo haverá redivisão territorial.

criados em áreas que já haviam sido motivo de disputas anteriormente com outros países ou, como no caso de Rondônia (com a ferrovia Madeira-Mamoré), que estavam envolvidas no acordo da resolução das divergências (Figura 1).

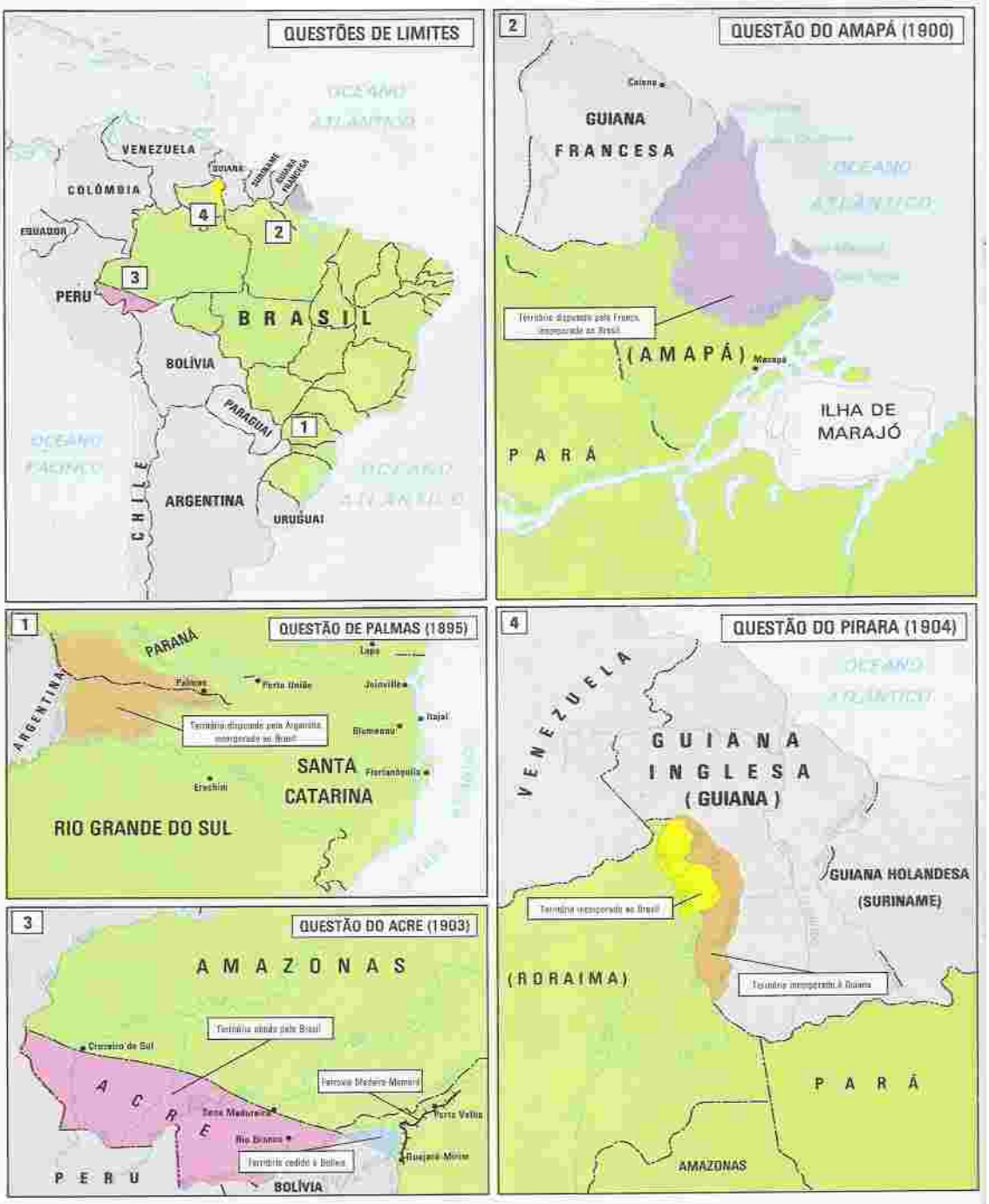


Figura 1: Áreas fronteiriças de conflito territorial entre o Brasil e outros países

Fonte: Arruda (1997).

No caso do Amapá em particular, algumas especificidades podem ser destacadas: 1) além de ter sido área de disputa internacional e de manter fronteira com a Guiana Francesa (cuja sede do país europeu estava ocupada pela Alemanha nazista), o Amapá era região comprovadamente produtora de ouro e com fortes indícios da existência de outros minerais; 2) em função dos acordos de guerra que o Brasil firmou com os EUA, montou-se no município do Amapá uma base aérea militar norte-americana, com soldados e oficiais ali instalados, de modo que essa situação exigia uma maior presença ou atenção do governo federal na área – em nossa opinião, isso explica em grande medida o fato de o governo Vargas ter escolhido inicialmente essa cidade como a capital do Território, emprestando-lhe, inclusive, o nome para a nova unidade federativa;[67] 3) das áreas litorâneas do país, o Amapá era a que apresentava menor distância com os EUA, Caribe e o Canal do Panamá, além de estar próxima da Europa; 4) era uma região de baixa densidade populacional, que ficava na foz do Amazonas, particularmente no seu Canal Norte;[68] 5) o governo paraense tinha pouca capacidade para desenvolver políticas específicas para aquela área.

A criação do Território Federal do Amapá, como obra de v lização da fronteira internacional, não só representou uma nova divisão administrativa, mas também criou toda uma nova realidade sociopolítica, econômica e espacial para essa região. Após a criação dos territórios federais, iniciou-se a nomeação de seus governadores. No caso do Amapá,

[67] Por causa dessa base aérea, o governo federal reforçou a presença militar brasileira na região, aí sediando duas unidades: em Clevelândia do Norte, onde já estava, instalou o Terceiro Batalhão de Fronteira e, na cidade do Amapá, a Quarta Companhia Independente (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, n. 109, 1945).

[68] Essa foi uma das razões importantes para a mudança da capital para Macapá. Essa cidade era melhor localizada geograficamente para fazer a defesa da foz Amazonas. A cidade de Mazagão não era diretamente costeira e ainda ficava mais ao sul. A cidade de Amapá localizava-se mais ao norte, era, e continua a ser, interiorana, e a costa do município ficava em área de aberto (com as influências do Amazonas). Macapá localiza-se diretamente nas margens da foz do Amazonas, na curva central da costa amapaense, de modo que as embarcações que entram nesse rio pelo seu canal norte de passar pela costa macapaense. Afora isso, por sua localização central, esse município oferecia boas condições tanto para fazer a ligação com o principal centro urbano-comercial da Amazônia (Belém), como para responder às sobre a fronteira com a Guiana Francesa (Oiapoque).

escolhido por Getúlio Vargas foi o paraense e capitão o exército Janary Gentil Nunes.[69] Juntamente com a criação do Território, foi definido, do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 e setembro de 1943, que a cidade do Amapá seria a sua ital (BRASIL, 1943b). Porém, segundo o próprio governador (NUNES, 1946), uma das primeiras medidas tomadas por ele, acatando sugestões, foi a transferência da capital dessa cidade para Macapá. Isso foi oficializado em 31 de maio de 1944, por meio do Decreto-Lei nº 6.550. Instalando-se nessa cidade, o governador iniciou os trabalhos de efetivação do território em questão.

3.4 FRAGILIDADE DOS ESTADOS AMAZÔNICOS E A RELAÇÃO ENTRE PARÁ E AMAPÁ

Quando os territórios federais foram criados, os estad amazônicos vivenciavam uma profunda crise econômica, decorrente da redução acentuada da produção de borracha natural. Esse fato ajuda a entender a pouca resistência dos estados locais à criação dos territórios. Para Loureiro (2004), a crise amazônica atingiu tal magnitude porque o esquema de produção, sustentado pelo capital comercial, não estimulou a produção industrial – muito pelo contrário –, nem mesmo a agricultura.[70] Todo o investimento concentrava-se quase exclusivamente na exploração extrativa do látex.

O processo de industrialização ocorreu paralelamente e associado à concentração econômico-industrial no Sudeste brasileiro. São Paulo consolidou sua posição de centro dinâmico da economia nacional. Enquanto nesse estado ocorria o surgimento e a consolidação do capital industrial nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX (auge

[69] Segundo Reis (1949), a legislação que criou os territórios delegou o governo deles a oficiais do Exército. Porém, na legislação (decretos) por nós consultada, encontramos referências aos militares que serviriam na administração dos territórios (Decreto nº 5.839), mas a que definisse que os governos teriam de ser necessariamente militares. Apesar disso, os primeiros governadores nomeados foram todos iciais militares. Janary Nunes, capitão do exército, contou a seu favor a indicação ao governo do Amapá com o conhecimento sobre a região, pois havida servido militarmente nessa área em dois momentos (1936 e 1940). Além desse conhecimento, Janary Nunes também chefiara campanha de nacionalização empreendida pelo exército nos Estados de Santa Catarina e Paraná (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, nº 109, 1945).

[70] Diferentemente do café, como comprovado por Silva (1986).

do café), a Amazônia limitava-se a reproduzir as relações ligadas à produção gomífera. O capital comercial e os setores dominantes locais satisfaziam-se com os lucros, cuja origem estava na extração do trabalho excedente do seringueiro, mas a realização assegurava-se no circuito da circulação-comercialização.

Afora isso, em 1910, aproximadamente 62% da arrecadação amazônica destinavam-se ao governo federal. Por outro lado, os estados ficaram com 75,4% do total de despesas na Amazônia em 1890, com 90,5% em 1900 e com mais da metade nos anos de 1910 e 1920. Em termos absolutos, os gastos federais na região – que foram 12.359 contos de réis em 1910 (quando a arrecadação do governo federal foi de 41.876 contos de réis) – caíram para 7.503 contos em 1920. Quando a crise despontou, a região clamou por ajuda, e a atitude do governo federal foi reduzir suas verbas na Amazônia (SANTOS, 1980).

Ademais, o auge da produção gomífera, com elevação da arrecadação pública, deu-se também em um período marcado pelo endividamento público regional amazônico (ROCQUE, 2001).[71] Com a crise da borracha, a arrecadação pública desabou. A receita amazonense caiu de 18.069 contos de réis em 1910 para 7.428 contos em 5. No Pará, a receita de 20.255 contos no primeiro ano reduziu-se a 8.887 contos de réis cinco anos depois. Diante do endividamento crescente, os governos estaduais cortaram bruscamente as despesas, mesmo em serviços fundamentais (MARQUES, 2007; ROCQUE, 2001; SANTOS, 1980).

A crise prolongou-se pelas décadas seguintes, mas a Segunda Guerra Mundial trouxe um curto estímulo à economia regional. Com os seringais do Sudeste Asiático ocupados pelos japoneses, o Brasil firmou os Acordos de Washington, comprometendo-se a aumentar a produção gomífera para abastecer exclusivamente a indú estadunidense, reduzindo o

[71] Os estados regionais assumiram para si o ônus de obra infraestruturais necessárias à reprodução do capital aqui presente: os portos para a exportação, por exemplo. Além disso, a eles cabia a contrapartida à concentração de renda urbana, havendo necessidade de obras de urbanização, transporte, eletrificação e lazer (teatros, bibliotecas, etc.).

consumo interno nacional (LEAL, 1999, 2007a; 2007b; PINTO, 1984). Para tal, criou o Banco de Crédito da Borracha (BCB), em julho de 1942.[72]

Em 1942, produziram-se 12.204 toneladas de borracha e 21.192 toneladas em 1944, o que representou um aumento da produção, mas ficou bem abaixo das 37.178 toneladas de 1912. A vitória dos aliados na guerra e a retomada do controle sobre o Sudeste Asiático fizeram retornar o desinteresse dos EUA pela produção amazônica (MARQUES, 2007; PINTO, 1984).

A crise da borracha e o fato de a economia amazônica não encontrar outro produto que recriasse o dinamismo anterior levavam a oligarquia regional a clamar, segundo Santos (1980), por intervenção do governo federal para reerguer economicamente a Amazônia, mas, segundo Marques (2007), o processo de acumulação de capital e industrialização do país não era suficientemente forte a ponto de impulsionar a economia dessa região, tal como pretendiam os reclames regionais. Na realidade, de acordo com Oliveira (1977), o que se observava era a concentração e a centralização de capital no núcleo dinâmico da economia nacional, o Sudeste, particularmente em São Paulo.[73]

Os investimentos públicos feitos com a chamada "Batalha da Borracha" logo cessaram. Para o governo brasileiro, os Acordos de Washington visavam interesses concentrados no Sudeste do país principalmente, como era o caso do estabelecimento da indústria do aço. Por outro lado, nos anos 1940, a produção amazônica ainda estava centrada na produção extrativa tradicional, na qual a borracha destacava e atraía o que havia de recursos públicos. Além disso, os estados permaneciam endividados e com suas receitas deprimidas. No caso do Pará, por suas dimensões territoriais significativas, havia dificuldade em atender as reivindicações dos municípios, particula daqueles mais distantes e com

[72] O BCB era estatal, mas 40% de seu capital pertenciam à Rubber Reserve Company (agência governamental estadunidense), e dois dos seus seis diretores eram norte-americanos (MAHAR, 1978; PINTO, 1984).
[73] Para desenvolver o capitalismo brasileiro, segundo Cano (1985), o Estado não poderia deixar que os interesses regionais ficassem acima dos interesses nacionais – o desenvolvimento da indústria.

baixa geração de renda – era o caso daqueles situados na área fronteiriça que a constituir o Amapá. Ali havia baixa densidade demográfica e não se dispunha de grandes seringais nativos, ou seja, os municípios estavam deslocados do centro das atenções paraenses.

Ademais, segundo Lenharo (1984), a empreitada colonizadora com a "Marcha para Oeste" significava capital investido nos limites territoriais do Estado, valorização de imóveis, maiores possibilidades de especulação e ativação de negócios. Especialmente na Amazônia, pelos elementos já expostos, pode-se dizer que a criação dos territórios federais como parte desse processo de colonização não encontrava resistência por parte das autoridades uais. Tal criação significava que o governo federal arcaria com os gastos de infraestrutura, saneamento básico e outros, em áreas que antes eram de responsabilidade estadual.

Diferentemente do que ocorrera em 1920, quando o governador paraense era Lauro Sodré, em 1943 o governador Magalhães Barata (interventor nomeado por Vargas), segundo afirmação de Santos (1998), enviou ao Presidente Getúlio Vargas um telegrama felicitando-o pela decisão de criação dos territórios federais – o que incluía o desmembramento do estado paraense para a criação do território federal do Amapá.[74] Em relação à pouca resistência local, não podemos esquecer que os governadores eram nomeados por Vargas. A decisão do governo federal deveria ser tomada sem protestos, pelo menos explícitos. Havia controle da imprensa, e os partidos, os sindicatos e as assembléias estaduais estavam fechados. Em entrevista pessoal, concedida em 24 de abril de 2007, Jarbas Passarinho relatou:

> O Pará não apresentou resistência. Primeiro era um município muito distante [no caso três municípios]. [...] Em [19]43 havia ditadura completa, que foi a verdadeira ditadura que eu conheci. Não havia nenhuma casa legislativa, de vereador a Presidente. Não tinha a menor liberdade de imprensa du período e pior do que não haver era o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda. Ele fazia o elogio do ditador e mandava, como release, para todos os jornais que tinham que publicar.

[74] Nos jornais paraenses da época, por nós consultados, houve grande destaque para a criação do território amapaense. Além disso, no início dos anos 1940, havia e expectativa, com o soerguimento da economia da borracha em decorrência dos Acordos de Washington. Se a área desmembrada fosse rica em seringais, as resistências seriam muito maiores.

> Então eu aprendi uma nova definição de fascismo. Fascismo não é só impedir de criticar, é obrigar a elogiar [...].
> [Com a Revolução de 1930] o Barata era o todo poderoso, (mas havia perdido a disputa estadual e) tinha caído no ostracismo.[75] Ele estava voltando. Foi guindado de novo pelo Getúlio. [...] Então era o Getúlio que queria, então o Barata faria os maiores elogios.

Embora o relato de Passarinho tenha um grande fundo de verdade, a postura pró-Amapá por parte de setores destacados da elite política paraense permaneceu depois do fim da ditadura varguista. O *Jornal Amapá*, defendendo a manutenção do Território, afirmou que o próprio Estado do Pará, na figura do seu ex-governador e membro da Comissão Constitucional, o senador Magalhães Barata, defendia a manutenção dos territórios: "à míngua de recursos próprios, via-se [o Pará] obrigado a deixar o Amapá abandonado e [...] este, sob administração federal, pode tornar-se um grande centro mineral e de pecuária" (JORNAL AMAPÁ, 20 abr. 1946). Depois do debate constitucional e da manutenção d Amapá como território federal, Magalhães Barata felicitou o povo amapaense por tal fato: "Tendo-me esforçado para a manutenção desse Território, vejo assim coroada de êxito a minha interferência para uma solução que vem beneficiar esse Território e o nosso Estado. Peço transmitir minhas felicitações à população desse Território" (JORNAL AMAPÁ, 7 set. 1946).[76]

3.5 A INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

Os territórios federais foram criados em 1942 e 1943, não foi elaborada conjuntamente uma legislação que amparasse legal e institucionalmente essas entidades federativas. Essa instabilidade já estava presente desde a criação do TF do Acre (1904). O

[75] Em decorrência de uma dissidência de deputados de seu partido. A eleição governamental era indireta, por intermédio da Assembleia Legislativa. Isso ocorreu antes do estabelecimento do Estado Novo.

[76] Em 1947, o interventor federal no Pará, coronel José Faustino Santos e Silva, visitou o Amapá e em seguida mandou telegrama ao Presidente Dutra, elogiando o governador do território amapaense e afirmando: "por essa amostra se pode julgar o acerto político da criação dos Territórios e o quanto se impõe aceitá-la nos estados de economia deficitária como o melhor processo governamental no sentido da recuperação de nossa terra e de nossa gente. Permita-me, pois, Vossência, que o felicite calorosamente pela obra que o seu Governo realiza através do acendrado patriotismo do capitão Janary Nunes" (JORNAL AMAPÁ, 8 fev. 1947).

Estado do Amazonas questionou esse ato do governo federal, argumentando a falta de determinante legal para a criação e a permanência dessa nova unidade na forma em que se apresentava. Desde aquele ano, havia uma ausência de sustentação na legislação brasileira que definisse e regulamentasse esse ente componente do sistema federativo do país. O território federal era, em termos práticos, uma área diretamente pelo governo federal, sem organização jurídica própria, sem o exercício do voto e com ausência completa de cargos eletivos. Ele era algo superior ao município, pois agregava várias unidades municipais, mas estava longe da autonomia e das prerrogativas dos estados.

Essa entidade federativa indefinida, por não dispor de nenhuma autonomia,[77] era subordinada à Presidência da República e nela estava centralizada. Contraditoriamente, isso aconteceu num momento de descentralização político-federativa do Brasil (1904), quando os estados dispunham de significativa autonomia em relação à União.

A Constituição de 1891, de cunho liberal, estabelecia normas pelas quais se regiam os estados federados, mas não oferecia amparo jurídico à implantação de territórios pelo governo federal. O governo federal precisava estabelecer condições jurídicas para a regulamentação desses territórios na Constituição brasileira. Como parte desse movimento, houve a revisão constitucional de 1926, a Constituição de 1934 e finalmente a Constituição de 1937, que estabeleceu as diretrizes constitucionais do reconhecimento jurídico dos territórios federais. A administração desses entes seria regulamentada por lei especial.

Os territórios federais foram criados em 1942 e 1943 sob a justificativa da defesa nacional e do fortalecimento econômico e político das áreas fronteiriças. Apesar da letra constitucional, a lei especial não foi criada. Por isso governo federal assumiu a

[77] Autonomia geralmente é tomada como a capacidade de autogovernar-se. Peter Evans (2004), ao estudar a democracia, analisando os casos do Zaire e do Japão, definiu a autonomia como a habilidade de formular objetivos coletivos contrapondo aos interesses individuais dos dirigentes políticos. Ela sempre apresenta-se em relação a algo. No caso do Amapá, nosso objeto de pesquisa, a abordamos em termos operacionais, a transformação de um território federal (tutelado pelo governo federal) em estado federativo.

responsabilidade de conduzir as estratégias de desenvolvimento dos territórios federais (administração, planejamento e infraestrutura) a partir de decretos-lei, portarias e nomeações do Presidente da República.

As novas unidades federativas não possuíam representantes legislativos (vereadores, deputados ou senadores), não dispunham de autonomia política e capacidade financeiro-administrativa. Diferentemente dos estados, os territórios federais não arrecadavam impostos próprios, não possuíam organização política e gozavam de uma estreita órbita de atribuições e funções fixadas pelo governo federal. Os territórios federais, portanto, caracterizavam-se pela elevada participação do poder central nas decisões e organizações administrativas e econômicas locais. Os governadores e secretários-gerais eram nomeados pelo Presidente da República e os prefeitos, por esses governadores. Vale destacar que, nesse período de ditadura varguista, os estados também haviam perdido muito de sua autonomia (FREITAS, 2004; PASSARINHO, 2007).

A situação indefinida dos territórios federais ensejou esforços diversos no sentido de defini-los institucionalmente. Medeiros (1944) analisou a experiência Território Federal do Acre, destacando o papel centralizador do governo federal nos territórios federais e ressaltando que a centralização evidenciava dois aspectos para definir os mesmos: a sua integração ao Estado federal e a sua autonomia. Quanto a s integração, os territórios federais eram unidades federativas, uma vez que eram reconhecidos constitucionalmente como partes integrantes da Federação brasileira. Quanto a sua autonomia, eles se assemelhavam mais a uma unidade administrativa, o que se explicava pela sua elevada dependência da União. O cargo de governador deveria ser identificado com o de administrador, já que, sem autonomia, restava apenas a função de administrar as diretrizes estabelecidas pelo governo federal.

A Constituição de 1946 foi elaborada e promulgada após a restauração da democracia brasileira. Os estados e municípios retomaram sua autonomia, e foi estabelecida a proporção dos deputados na Câmara Federal: cada território federal teve direito a um deputado federal[78] e os estados ficaram com no mínimo sete representantes naquela casa legislativa. Foi determinado também o número de três senadores para cada estado, mas os territórios continuaram a não possuir esse cargo eletivo, assim como a não eleger governadores e prefeitos (FREITAS, 2004).

Se a criação dos territórios federais não gerou grandes protestos no Pará, o mesmo não se pode dizer da fundação dos TF situados no Centro-Sul do país.[79] Dada a forte insatisfação, os parlamentares dos Estados do Paraná e Mato Grosso apresentaram emenda requerendo a extinção dos territórios federais. Conseguiram êxito q o aos territórios do Centro-Sul, pesando a seu favor o fato de esses estados terem alcançado progressos no período (MATTOS, 1980).[80]

Na realidade, diferentemente do que sustentou Mattos (1980), as posições das bancadas dos estados que haviam sido desmembrados para a criação dos territórios não eram homogêneas. Santos (1998) afirmou que os representantes do Pará, de modo geral, defendiam a manutenção dos territórios federais porque a condição de unidade federativa controlada pela União era motivadora e atrativa do povoamento e da colonização das áreas de fronteiras internacionais. Com isso, assegurava-se a integridade nacional.

---

[78] Apesar de terem conseguido um representante federal, existência dos territórios federais foi muito questionada na Constituição de 1946. Entre os que criticavam a existência dos territórios, estavam ntares do Estado do Pará e, principalmente, a bancada do Amazonas, insatisfeita com a anexação do Acre e com perda de parte de suas terras para a criação dos territórios de Guaporé (hoje Rondônia) e Rio Branco (atualmente Roraima).

[79] A grande maioria dos políticos e empresários dos Estados do Mato Grosso, de Santa Catarina e do Paraná consideravam tal criação desnecessária. Evidentemente eram duas realidades distintas. Na Amazônia havia fragilidade administrativa e econômica, enquanto nos estados centro-sulistas já se tinha um relativo fortalecimento e expansão da economia.

[80] Passarinho (2007) também destacou que, para a reanexação, foi decisiva a recuperação da força política da oligarquia desses estados após a queda de Vargas: "os [territórios] do Sul não vingaram por [conta da] força política que estava sendo reconquistada pelas oligarquias [dos estados citados]" (PASSARINHO, 2007).

Para o senador Magalhães Barata, os governos dos estados desmembrados não dispunham de recursos suficientes para a colonização e a organização daquelas áreas fronteiriças. Sobre o Território do Amapá, declarou Barata:

> é rico em floresta e, especialmente, em metais estratégicos, com uma população reduzidíssima, que deve ser ampliada, custe o que custar, para que ali se organize um grande parque industrial, especialmente em manufaturas de base metálica. Minério de ferro de alto teor metálico, manganês, minério para a produção de estanho em grande quantidade, industrialmente econômicas, que beneficie uma vasta região brasileira, são alguns aspectos da economia do Amapá.
> [...] mas os governos dos Estados do Amazonas, do Pará, de Grosso, Paraná e Santa Catarina, não contam com recursos próprios bastantes para levarem adiante essa obra de organização, dependendo, portanto, do governo federal (JORNAL AMAPÁ, 29 jun. 1946).[81]

Os governadores dos territórios federais também se posicionaram em defesa de sua manutenção. O governador amapaense encaminhou à Constituinte um relatório de obras e serviços realizados e a realizar (NUNES, 1946). O relatório servia, entre outros, aos interesses de defender a manutenção do Amapá na condição de território federal.[82]

O intenso debate constitucional de 1946 resultou nas seguintes definições: o artigo 8º da Constituição extinguiu os territórios federais de Ponta-Porã e Iguaçu, mas manteve os territórios do Amapá, Guaporé, Rio Branco, Acre e Fernando de Noronha, sem indenização aos seus estados de origem. O artigo 3º atribuiu a uma lei especial a futura transformação dos territórios federais em estados. Entretanto, a natureza jurídico-institucional dessas unidades federativas continuou indefinida.

---

[81] Quanto à posição dos estados reclamantes, Magalhães Barata afirmou e questionou: "o Pará não está reclamando nada [...] provem o que fizeram, no passado, e justifiquem o que pretendem fazer no presente, para, antes de mais nada, terem o direito de ser ouvidos, no que pretendem reivindicar [...] para que se diferenciem de nós outros paraenses que não advogamos a volta do Amapá ao Estado" (JORNAL AMAPÁ, 29 jun. 1946).

[82] O governo do Amapá também usou seu jornal para cobrar apoio do recém-eleito Presidente Dutra (PSD): "O Amapá não esquece que compareceu às urnas, em sua quase totalidade votando num Partido de cuja plataforma é nítida a promessa da manutenção dos Territórios Federais. Cabe portanto ao PSD cumprir esse dispositivo do seu programa de ação" (JORNAL AMAPÁ, 20 abr. 1946). Anteriormente, na "mística do Amapá", de 1944, y já havia defendido a permanência do Território, apostando no apoio e na escolarização do caboclo (morador local). Isso seria a "garantia da penetração e da exploração da gleba e o fator mais precioso da segurança das fronteiras" (NUNES, 1946, p. 31) e, por si somente, justificaria a manutenção dos territórios federais.

A proposta e o esforço de regulamentar os territórios federais partiram do deputado federal do Amapá Coaracy Nunes, irmão do governador amapaense, que apresentou à Câmara Federal o projeto nº 608/1947 que instituía a Lei Orgânica dos TF, de acordo com o artigo 24 da Constituição Federal, que dispunha que a organização administrativa e judiciária dos territórios seria regulada por lei federal própria.[83] Em 1949, Coaracy Nunes apresentou um requerimento à Câmara Federal, assinado por 133 deputados, solicitando a imediata discussão e votação do projeto, mas não conseguiu êxito.

A Constituição de 1967, de forte tendência centralizadora, ao mesmo tempo em que assegurou a autonomia dos estados, também manteve a falta de autonomia dos territórios federais. Apesar disso, ampliou de um para quatro o número de deputados federais de cada território federal, exceto Fernando de Noronha, que não possuía representantes. Por outro lado, os territórios federais continuaram sem senadores.

Em 1967, o governo militar fez a Reforma Administrativa (Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967), instituindo o sistema federal de planejamento. Os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Planejamento deveriam elaborar um geral de governo. Nos territórios federais, o Decreto-Lei nº 200/67, artigo 171, definiu que as suas administrações seriam exercidas por programas plurianuais, de acordo os objetivos dos planos gerais do Governo Federal. Segundo Freitas (2004), foi a partir das diretrizes da Reforma Administrativa que a União, em 1969, por meio do Decreto-Lei nº 411/69, passou a ter uma definição mais clara dos objetivos da administração dos territórios federais.[84] Esse decreto-lei

[83] O projeto, de modo geral, apresentava normas administrativas, criava em cada território uma delegacia do Tribunal de Contas, transformava em polícia militar a guarda territorial e dava autonomia aos municípios, que passariam a eleger os prefeitos e vereadores.

[84] No que toca aos territórios federais, o decreto-lei estipulava que seriam administrados pela União tendo em vista as seguintes metas: "a) desenvolvimento econômico social, político e administrativo, visando a criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria Estado; b) ocupação efetiva do Território, notadamente dos espaços vazios e zonas de fronteiras, mediante o povoamento orientado e a colonização; c) integração socioeconômica e cultural à Comunidade Nacional; d) levantamento sistemático dos recursos naturais para o aproveitamento racional de suas potencialidades econômicas; e) incentivo à agricultura, à pecuária, à silvicultura, à piscicultura e à industrialização, através de planos integrados com os órgãos de desenvolvimento regional, atuantes nas áreas respectivas; f) melhoria condições de vida das populações, mediante efetiva

também orientou a questão tributária, definindo que os impostos atribuídos aos estados cobrados nos territórios deveriam ser destinados à União,[85] de acordo com o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição de 1967/69 (BRASIL, 1969).

O Decreto-Lei nº 411/69 passou a definir o que seria o território federal, equiparando-o aos órgãos de administração indireta, sem, contudo, determinar se eram autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista. Esse amparo legal definiu também as funções do poder executivo dos TF (artigos 14 a 24, 63 a 67), sendo os governadores ainda nomeados pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado (artigo nº 15).

De acordo com Freitas (2004), o Decreto-Lei nº 411/69 despertou discussões entre os juristas, principalmente sobre o processo de centralização e descentralização das decisões e sobre as divisões dos recursos financeiros entre o poder central e os territórios federais.

Temer (1975) discutiu o Decreto-Lei n.º 411/69 e a natureza jurídica dos territórios federais. Os TF eram "pessoas jurídicas de direito público, de capacidade administrativa e de nível constitucional, geneticamente ligadas à União, tendo nesta a fonte do seu regime jurídico infraconstitucional" (TEMER, 1975, p. 73). Esse autor compreendeu os territórios federais como autarquias territoriais.[86]

---

assistência médica, sanitária, educacional e social; g) garantia à autonomia dos municípios que os integram e assistência técnica às respectivas administrações; h) preservação das riquezas naturais, do patrimônio e das áreas especiais protegidas por lei federal (FREITAS, 2004, p. 50-51).

[85] Nos territórios, só os municípios, por força da Constituição de 1967/69, teriam como seus os tributos conferidos constitucionalmente a eles. O Decreto nº 411/69 também restabeleceu parcialmente a autonomia dos municípios dos territórios federais, que estava inativa desde 1943. A partir de então, esses municípios voltavam a ter câmara de vereadores, porém os prefeitos continuavam a ser nomeados.

[86] Para Temer (1975), o termo "autarquia" não seria suficiente para definir os TF, pois não possibilitaria a compreensão da sua natureza jurídica, uma vez que não se tratava de mera prestação de serviço da própria Administração Central, ao contrário de todas as autarquias de serviços. Os TF foram criados por mecanismo legislativo especial, portanto a denominação "autarquia" a eles conferida não exprimia com exatidão sua relação em âmbito constitucional, nem era suficiente para fornecer seu sistema orgânico. Partindo dessa compreensão, o autor definiu os territórios federais como autarquias territoriais, por possuírem competência definida em função de um território, como parte de sua substância. O termo "autarquia" foi motivo de controvérsias sobre a precisão de seu conteúdo. No tocante à administração pública brasileira, tomou-se a autarquia como uma entidade auxiliar da administração pública estatal, autônoma e descentralizada, ou seja, que pôde ser enquadrada como parte da administração pública indireta; tanto seu patrimônio quanto sua receita, apesar de serem próprios, são tutelados pelo Estado brasileiro (AURÉLIO, 1977; WIKIPÉDIA, 2008). O Decreto-Lei nº 200, de 1967, definiu autarquia como um "serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita

Como se pode verificar, no que diz respeito à natureza jurídica dos territórios federais, apesar das diretrizes constitucionais que possibilitaram o amparo legal para a criação dos TF, da proposta de Lei Orgânica projeto nº 608/1947 e do Decreto-Lei nº 411/69, não se conseguiu resolver a questão da indefinição jurídico-institucional que os acompanhou desde sua criação. O que ficou claro com as referidas diretrizes foi a estreita ligação, no âmbito jurídico, desses entes com a União, tanto é que nem sequer possuíam capacidade de autolegislar, senão sob a censura da União.

3.6 QUESTÕES ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS NO NOVO TERRITÓRIO FEDERAL

Quando o Território Federal do Amapá foi fundado, Macapá tinha como principal fonte de receita a borracha silvestre, mas também exportava peixe salgado e tinha um rebanho de 26.817 cabeças de gado bovino. A principal produção de Mazagão era a borracha silvestre, e o município exportava também peles de animais e outros produtos extrativos (castanha, sementes, óleos, etc.). No Amapá, havia 22.254 cabeças de gado bovino, mas 75% das suas exportações provinham da indústria extrativa animal (couro de jacaré, peixe seco, grude de gurijuba e peles de ouros animais) (NUNES, 1946).

O governo do TFA foi efetivado em 25 de janeiro de 1944, e passou a estruturar o serviço público local com os seguintes órgãos e diretorias (Figura 2):

> Secretaria Geral, Dr. Raul Monteiro Valdez; Diretoria do Departamento de Segurança Pública e Guarda Territorial, Dr. Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque; Diretor de Educação e Cultura, Dr. Otávio Mendonça; Diretor de Produção e Pesquisa, Dr. Arthur de Miranda Bastos; Diretor de Viação e Obras Públicas, Dr. Hildegardo Nunes; Diretor do Departamento de Administração, Sr. Paulo Moacyr de Carvalho; Diretor do Departamento de Terras, Geografia e Estatística, Sr. Oscar Leite Brasil (REIS, 1949, p. 125).

próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram para seu melhor funcionamento gestão administrativa e financeira descentralizada" (BRASIL, 1967b).

De acordo com o organograma (Figura 2), o governo do TFA tinha, em 1944, dois tipos de preocupações: uma com os serviços básicos (saúde, educação e segurança) e outra com a produção (mineral, agropecuária e industrial). As duas requeriam obras de infraestruturas.

A estrutura administrativa que se devia implantar exigia, inclusive, a construção das obras elementares para o funcionamento do serviço público no TFA: prédio do governo, residência governamental, casas para certos moradores e funcionários governamentais, entre outras. Por conta disso, o governador foi levado a montar uma olaria e outros serviços. Esse novo quadro organizacional dos serviços públicos já ev a a introdução de uma nova elite na região amapaense – nesse caso particular, vinculada à administração da máquina pública.

Além dos argumentos sobre a questão da segurança nacional, a transformação do Amapá em território federal tinha também como ideologia a defesa do progresso em uma área atrasada econômica e socialmente. A menção de "progresso" pressupunha existência de um "atraso". Nessa relação entre progresso e atraso, o passado era constantemente revisitado num duplo movimento de concepções profundamente imbricadas: por um lado, enalteciam-se aqueles que lutaram por uma área específica, buscando-se assim reconstruir uma determinada história, seus símbolos, fatos, etc., de modo a fazer ir um sentimento de pertencimento, de "nós", de vinculação à área, de delimitação de fronteira (no sentido de diferenciar-se dos demais); por outro lado, a ida ao passado também ressaltava o atraso e o abandono dessa mesma área – por conta disso, a ação federal, que empreendida em meados dos anos 1940, representaria a redenção, a perspectiva de progresso e o resgate dos "heróis" que haviam conquistado o Amapá para o Brasil.

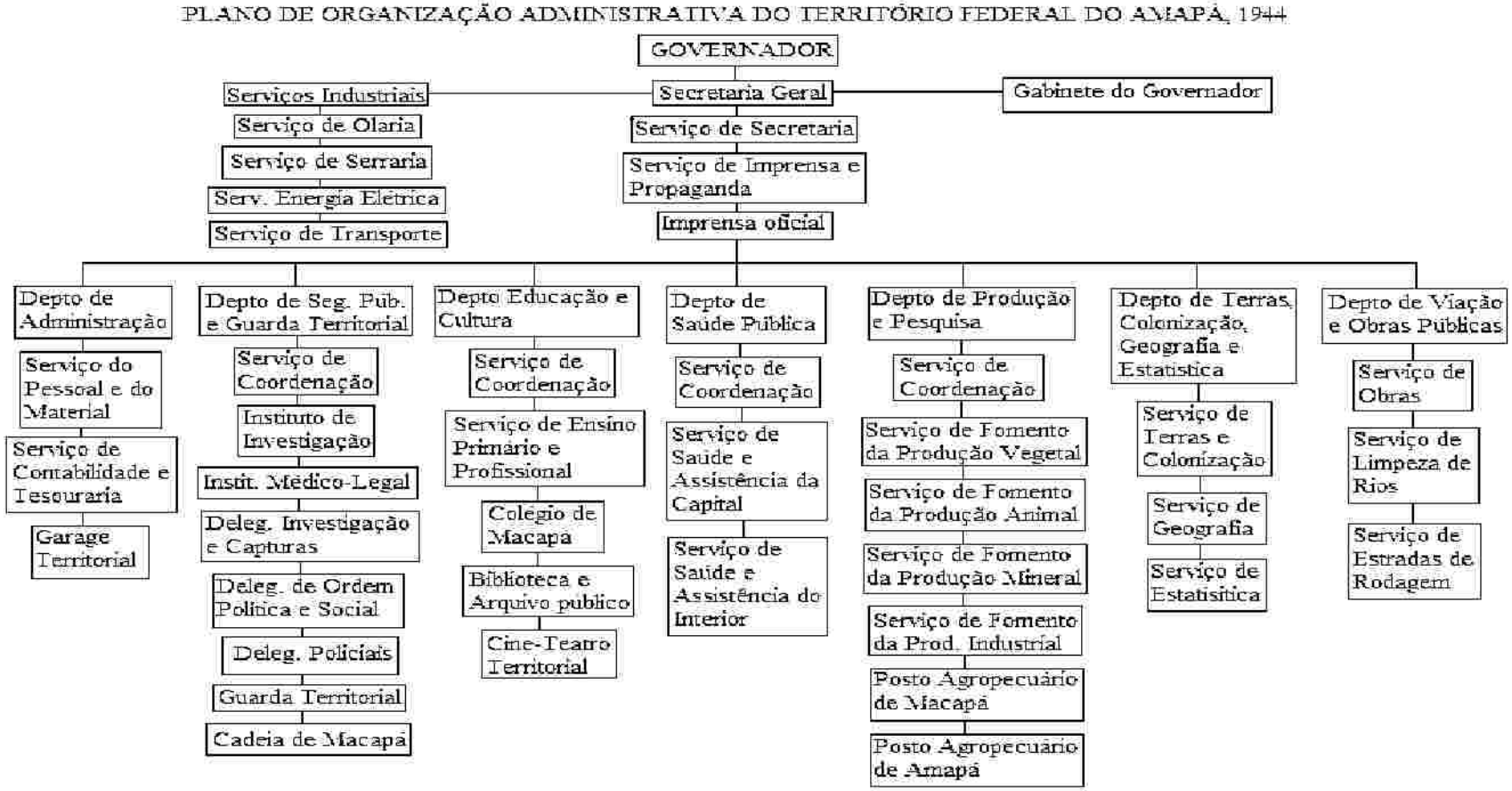


Figura 2: Organograma do Plano de Organização Administrativa do TFA de 1944

Fonte: Nunes, 1946.

Em relação ao segundo movimento, o abandono não era imputado a alguém. O responsável não era o governo federal, pois ele estava agindo em "defesa" do Amapá, mas também não se citava abertamente o governo paraense, embora as argumentações encerrassem a conclusão implícita de que ele abandonara aquela região, por não ter condições econômicas de desenvolvê-la.

Objetivando enfatizar as mudanças positivas decorrentes da criação do Território, Reis (1949), ao traçar o perfil histórico do Território do Amapá,[87] ressaltou os aspectos negativos da área antes da sua transformação em território federal. A crítica ao passado buscava apresentar uma perspectiva positiva de futuro: "aquela paisagem desoladora de 1934 começou a tomar novas cores" (REIS, 1949, p. 129).[88] Para Reis, as obras realizadas nos primeiros anos de existência do Território do Amapá sustentariam seu futuro: sua transformação em estado.

O trabalho de Reis (1949) não era uma novidade do pont de vista da crítica ao passado amapaense. Ao assumir o governo do Território recém-criado, Janary fez um levantamento de sua situação e revelou uma paisagem caótica:

> Em Macapá, capital do Território, nenhuma casa possui sanitárias higiênicas. [...] [A educação pública] estava em completo abandono, sem nunca ter sido eficiente. Para a população de 25.000 almas do Território, apenas existiam 7 escolas, aliás péssimas, instaladas em casas e barracas em ruínas (NUNES, 1946, p. 5-6).[89]

A situação da economia, na visão do então governador, era tão ruim quanto o cenário citado acima, de modo que pouco se produzia em termos agropecuários, e a produção de ouro, que já tivera importância anteriormente, estava em declínio acentuado:

---

[87] O governo amapaense contratou Reis para fazer um estudo sobre o Amapá (JORNAL AMAPÁ, 4 nov. 1950). Possivelmente a obra citada é fruto desse estudo.

[88] "O Território, que naquele ano inicial de nova vida não era mais do que um enfermo abandonado aos azares das enfermidades, encontrou no trabalho ciclópico e ininterrupto o remédio de seu soerguimento e de vitalização de suas fontes de energia" (JORNAL AMAPÁ, 13 set. 1952).

[89] Evidentemente não estamos querendo negar as contradições do passado e da realidade amapaense dos anos 1940, mas devemos destacar que a sua constatação pelo governo local foi usada de acordo com seus interesses.

> Nos últimos anos, a riqueza do Amapá era a exploração ouro, que entrou em franca decadência. As minas do Oiapoque, do Cassiporé, do Calçoene, do Araguari e do Vila Nova estão quase abandonadas.
> Há mais de um lustro não se produz um litro de essência de pau-rosa.
> Segundo informações dos fazendeiros, o rebanho de gado bovino foi bastante sangrado com as grandes exportações feitas para as Guianas vizinhas e diminuído por efeito de epidemias.
> A castanha de 1942 não tem cotação no mercado. Restam fontes de renda, para atração de braços e de colonos, a borracha, que é encontrada em abundância nos Municípios de Macapá e Mazagão e insignificativamente no de Amapá, e o peixe em salmoura e salgado, pescado nas águas de Macapá e de Amapá.
> As safras locais de gêneros de primeira necessidade são ridículas, não chegam para o consumo interno. É mesmo característico o preço elevado da produção local (NUNES, 1946, p. 6).

Em 1958, ao tomar posse como governador amapaense, Pauxy Nunes referiu-se ao Amapá de antes da fundação do Território como um espaç

engrandecedora, luta de recuperação dos espaços mortos e improdutivos de nossa Pátria" (JORNAL AMAPÁ, 16 fev. 1958).

A importância de resgatar o conteúdo simbólico dos discursos em torno do qual se estruturou a imagem promissora da criação do TFA (como predestinado a futuro estado) e sua aplicabilidade ao cotidiano social e político amapaense (ação do regionalismo) teve como ponto de partida os elementos constitutivos da "especificidade regional" (heróis, cultura, etc.) e os interlocutores mais interessados em forjar estas elaborações. Refletir sobre esse processo possibilitou-nos compreender as nuanças do regionalismo local: como foi construído e com quais fatores concretos e conteúdos simbólicos. Além disso, a compreensão dos meios utilizados pela elite, a partir do imaginário elaborado em torno da busca da autonomia, evidenciou também uma tomada de posição. A escolha de expressões como "povo amapaense", "Amapá futuro estado brasileiro", etc., não foi inocente, ao contrário, revelava intenções e interesses próprios dos grupos sociais que forjaram o regionalismo amapaense, entre os quais manter-se a frente da administração governamental do Território Federal.

3.7 POPULISMO E DISPUTAS POLÍTICAS LOCAIS

Destacar a elite se consolidando no Território Federal do Amapá, suas disputas pelo poder e suas alianças internas e externas foi importante, na medida em que nos permitiu perceber, além da correlação de forças, a visão elitista de Amapá que se foi elaborando ao longo do tempo. A disputa pelo poder que se acirrou entre as elites locais com a criação do Território Federal do Amapá contribuiu, ainda, para a da gênese política, econômica e cultural do Estado do Amapá. Afinal, antes da criação do Território, o que havia eram municípios paraenses, e não uma região integrada, com governador e representante na Câmara Federal - como ocorreu quando da existência do Território -; tampouco existia partido político, organização pública administrativa própria, Quanto ao sentimento de identidade coletiva e regional, no Amapá, falava-se, não em povo amapaense, mas em povo "paraense".

Segundo Santos (1998), tão logo assumiu o governo do Território, Janary reconfigurou a estrutura de poder local, cooptando coronéis (latifundiários), chefes de festas religiosas e comerciantes, que se tornaram a base de sustentação de sua ação política. Além disso, constatamos que o governador tinha o controle direto dos principais cargos públi pois ficava sob sua responsabilidade a indicação de prefeitos, secretário-geral, representante do governo na capital federal e outras funções públicas. indivíduos que ocuparam esses cargos, *grosso modo*, vieram de fora do TFA, a convite de Janary Nunes. Essas pessoas, por sua formação profissional e pelos cargos ocupados, passaram a ser reverenciadas pela sociedade local – eram os "doutores". Estes, por sua vez, deviam obediência a quem os nomeara. Assim, configurava-se uma rede de relações que ampliava o domínio político do dirigente governamental amapaense.

Afora isso, Janary Nunes conseguiu eleger deputados federais e nomear, por meio de indicação presidencial, governadores que o substituíram. Entre os deputados e governadores,

constaram seus dois irmãos. Como, na prática, o governante nomeado nessas condições era uma indicação de Janary, mantinha-se sua rede de influência política. No período em que Amapá tinha direito a apenas um deputado federal e que a máquina governamental era dominada pelos Nunes, o ex-governador amapaense sempre conseguiu eleger o candidato que apresentava. Tudo isso contribuiu para que ele controlasse o governo amapaense ininterruptamente, pelo menos até o início de 1961, durante mais de 17 anos, sendo 12 anos como governador. Isso diferenciou o governo do Amapá das administrações dos demais territórios, na medida em que eles foram marcados, em pela instabilidade do ocupante do cargo governamental; no caso amapaense, ao contrário, houve estabilidade. Para tal, concorreram também, entre outros fatores, o desenvolvimento da produção mineral, a estreita relação do governo com a Icomi e a perspectiva de progresso econômico decorrente desta relação. Em 1946, o general Eurico Gaspar Dutra, quando assumiu a Presidência da República, mudou os governadores de todos os territórios federais, menos o do Amapá. Em 1951, quando retornou à Presidência, Vargas nomeou novos governadores para os territórios de Guaporé e Rio Branco, mas manteve Janary Nunes no Amapá.

Em relação à população local, o governador amapaense desenvolvia uma política populista e paternalista, distribuindo alimentos e caminhando pelo interior com médicos e enfermeiros. Assim como Magalhães Barata no Pará e Getúlio Vargas no governo federal, Janary também alimentava o culto à sua personalidade e buscava o reconhecimento tanto interno, junto à população do Amapá, como externo.

A valorização pessoal de Janary realizou-se juntamente com a ação política que construía a imagem de um Amapá progressista, nacionalista e com grande riqueza mineral. O culto ao indivíduo do governador era, de modo geral, operacionalizado pelo seu órgão oficial

de imprensa, o Jornal Amapá.[90] Um exemplo da projeção da figura de Janary Nunes pode ser encontrado em matéria de 1945, quando da comemoração do segundo ano de sua nomeação para a administração do Território. O progresso da reg amapaense foi vinculado ao desempenho do governador. O interesse dos amapaenses e o progresso do Amapá eram vinculados intencionalmente à figura do governante amapaense, numa ação dita como patriótica.[91]

De início, o governador amapaense não era filiado a nenhum partido; sua sustentação, nos primeiros anos, decorria da existência da ditadura varguista que o nomeara. Também inexistiam partidos políticos organizados no Amapá, logo não havia oposição político-partidária organizada ao governador. Em 1945, Janary fundou o Partido Social Democrático (PSD) no TFA, partido do general Eurico Dutra – que ainda no ano em curso venceria as eleições presidenciais, contando com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas.

Além do culto à sua figura, o governador amapaense construiu uma estrutura governamental que lhe dava sustentação: o *Jornal Amapá*, fundado em 1945, e a Rádio Difusora, fundada em 1946, entre outros. Sempre que necessário, funcionavam como instrumentos políticos particulares do governador, portanto um instrumento acrítico.

Com a Constituição de 1946, os territórios federais passaram a ter direito a um representante na Câmara Federal. Janary Nunes indicou irmão, Coaracy Nunes, ao cargo

[90] Eram organizadas manifestações e passeatas de populares, de classes "conservadoras" (comerciantes e proprietários rurais) e de trabalhadores em homenagem ao governador, que recebia todos em sua residência.

[91] "A terra, cujo clima se propagandeara como hostil à vida humana não o era na acepção lacta do termo, porém mais parecia um burgo abandonado e triste, sem luz, sem higiene, sem água e sem transporte, onde não existia, portanto, qualquer sombra de conforto. [...] O capitão Janary encarou a dura tarefa com superioridade de vista. E, com o concurso de auxiliares devotados iniciou a sua administração. [...] Hoje, a transformação é radical. [...] Dos espessos matagais que encobriam as ruas macapaenses, surgiu, como por encanto, uma série de habitações, [...] dando novo aspecto à urbe" (JORNAL AMAPÁ, 29 dez. 1945). "O progresso que se vem observando é um atestado eloqüente das inúmeras realizações com que vem sendo dotada a terra amapaense, em menos de um triênio, graças ao patriotismo do Exmo. Sr. Capitão Janary Gentil Nunes" (JORNAL AMAPÁ, 7 set. 1946).

legislativo, mas o fez procurando caracterizar que o povo escolhera de forma espontânea a candidatura de seu irmão.

Os descontentes com a indicação de Coaracy Nunes organizaram-se sob a legenda do PTB, no município de Amapá, lançando João Álvares de Azevedo Costa à Câmara Federal. Mas esse partido não conseguiu o registro dessa candidatura no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, restando somente a candidatura do PSD. Coaracy Nunes foi eleito com a maioria dos votos.[92] O insucesso do PTB não impediu a formação desde então de uma oposição organizada a Janary, concentrada principalmente na capital territorial. Ela seguidamente foi desarticulada por conta das artimanhas do governador. Não é demais lembrar que a máquina governamental tinha uma importância bastante significativa numa região pouco desenvolvida economicamente. Quem a controlava era Janary, e ele não hesitava em usá-la a favor de sua política populista ou como instrumento de intimidação polít Além disso, essa oposição, além de frágil e suscetível às investidas janaristas, era uma organização essencialmente de composição local, enquanto Janary co com fortes articulações dentro do governo federal e com o apoio da Icomi – no caso dessa empresa, desde as negociações para a sua instalação em solo amapaense.

Nas eleições de 1950, novamente a família Nunes saiu vitoriosa. Os números do pleito eleitoral demonstraram o controle político do eleitorado amapaense por parte dos Nunes. Nacionalmente Vargas saiu vitorioso (mais de 2,5 milhões de votos), e o candidato pessedista ficou em 3º lugar (938 mil votos). No Amapá, apoiado pelos Nunes, venceu Cristiano Machado, que obteve 3.873 votos contra 679 de Vargas. Coaracy Nunes foi reeleito deputado federal, com 3.730 votos contra 528 do candidato petebista.[93]

Com a eleição de Vargas, os filiados amapaenses do PTB esperavam derrubar Janary e colocar um partidário petebista no governo do Territór O governador iniciou uma

[92] Para Santos (1998), o não registro da candidatura do PTB deveu-se a manobras políticas de Janary Nunes.
[93] *Jornal Amapá*, nº 292 (1950) e números seguintes.

campanha pública por sua manutenção à frente do governo territorial, pois, como não apoiara Vargas, acreditava-se que seria substituído.

Enquanto a oposição janarista restringiu-se às suas esperanças locais e, quando muito, conseguiu fazer articulação com a presidência do PTB nacional, Janary viajou ao Rio de Janeiro e negociou diretamente com Vargas, conseguindo a sua manutenção à frente do governo, mas foi obrigado a aceitar o fato de ter de nomear como prefeito de Macapá um filiado local do PTB. O governador assim procedeu, nomeando Clodomiro de Morais prefeito da capital. O PTB amapaense passou a apoiar o governo Nunes. Segundo Santos (1998), o governador, ao mesmo tempo em que nomeou o prefeito petebista, criou uma fração de apoio interna no PTB, cindindo-o.

Vargas novamente adotou uma política nacionalista, criando a Petrobras[94] e, para o desenvolvimento regional amazônico, lançou a já citada SPVEA. Além disso, o Presidente alterou seu ministério, e nomeou Tancredo Neves para assumir o Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, ministério que subordinava os territórios federais. Neves, segundo Santos (1998), era avalista da Icomi – as estreitas relações dessa empresa com Janary eram u forte evidência da permanência do governador à frente do cargo. Quando Vargas se suicidou em 1954, o governador amapaense viajou imediatamente à capital federal e negociou com o novo Presidente, Café Filho, sua permanência no governo amapaense. Mais uma vez, mudava-se o Presidente, mas se mantinha o governador.

A SPVEA, fundada em 1953, assumiu a tarefa de gerenciar os recursos constitucionais destinados à Amazônia, particularmente o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia (criado com a Constituição de 1946). Parte significati das verbas que eram transferidas diretamente aos estados e territórios passou, a partir de 1946, a ser rubricada no Fundo de Valorização e, depois de 1953, gerenciada pela Superintendência recém-criada. Acontece que,

[94] No seu primeiro governo, entre outras empresas, já havia fundado a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por meio do Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942.

na industrialização brasileira, a Amazônia despertava interesses muito secundários. Os recursos destinados à região eram escassos e chegavam Mesmo durante o governo Juscelino Kubitschek, essa situação manteve-se. Do Plano de Metas, restou à Amazônia a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, ainda assim respondendo à necessidade de integrar a região ao Sudeste brasileiro por ser aquela fornecedora de matérias-primas e consumidora de produtos desse centro industrial. Além disso, os limitados recursos concentraram-se principalmente no Pará, sede da SPVEA. Isso gerou descontentament e pontos de tensão nos demais governos da região (MARQUES, 2007). As ingerências políticas e denúncias de desvio dos recursos da SPVEA foram um ingrediente a mais nessa disputa pelos limitados recursos da Superintendência.

Esse cenário teve reflexos na relação entre Pará e Amapá, instalando-se um conflito quando o governo do Território passou a questionar a redução das verbas e seus sucessivos atrasos. Coaracy Nunes, que foi presidente da Comissão de Valorização da Amazônia por diversos anos, assumiu a tarefa de denunciar tal fato Câmara Federal.[95] Ao denunciar a administração da SPVEA, Coaracy Nunes entrou em choque com Magalhães Barata, que controlava politicamente esse órgão por intermédio da figura de seu superintendente, Waldir Bouhid. Isso levou ao rompimento entre janaristas e baratistas (partidários do governador do Pará) que, até então, haviam sido aliados e compunham mo partido – o PSD.

Os jornais tanto do Pará como do Amapá, controlados pelos políticos em questão, noticiavam os fatos de acordo com seus interesses. As críticas eram constantes entre ambos. A esse respeito, em matéria publicada no jornal oficial do Amapá, Coaracy Nunes afirmou: "não respondo às criticas do pasquim baratista, só sei é que muita gente vai para a cadeia"

[95] Declarou Coaracy Nunes: "O Governo do Território não sabe, no início do ano, depois de efetuados os cortes do plano de economia, em quando e como receberá suas dotações, se estas estiverem incluídas no Anexo da Valorização. [...] Tudo porque, conforme já afirmei em item desta carta, distribuição das verbas concedidas através da SPVEA, além de limitações do plano de economia, e outras de caráter administrativo, servindo seguramente aos fins políticos. O Amapá [...] não recebeu Cr$ 2.000.000.00 de suas verbas de 1954, $ 17.700.000.00 das verbas relativas a 1955 e terá outros milhões retirados, em segunda e terceira prioridade, nos seus créditos orçamentários de 1956" (JORNAL AMAPÁ, 28 mar. 1957).

(JORNAL AMAPÁ, 29 set. /09/1957).[96] A aliança só foi reatada após a morte do deputado amapaense Coaracy Nunes em 1958. Para o Amapá, a reconciliação era importante na medida em que muitas instituições, das quais o território dependia, funcionavam no estado paraense, como a própria SPVEA.

Quando Kubitschek tomou posse como Presidente da República em 1956, nomeou Janary Nunes presidente nacional da Petrobras. O enorme debate sobre o petróleo brasileiro e sobre a própria Petrobras na industrialização brasileira comprovam a importância de tal indicação. O governador amapaense aceitou o convite presidencial, mas indicou o seu sucessor, Amílcar Pereira, e colocou seu irmão Pauxy Nunes como secretário-geral do TFA, cargo que funcionava como um misto de secretário estadual e vice-governador. Coaracy ficou com a tarefa de desempenhar mais cotidianamente o papel de liderança local, até então desempenhado significativamente por Janary.

Mesmo como presidente da Petrobras, o ex-governador não deixou de visitar o Amapá, particularmente em momentos-chave, como foi o caso da definição de quem ocuparia a vaga de Coaracy na Câmara Federal, morto em desastre aéreo.[97] No acidente, morrera não apenas o deputado como seu suplente Hildemar Maia. Assim, ocorreu uma eleição para escolher quem cumpriria o restante do mandado. Amílcar Pereira (PSD), candidato dos Nunes,[98] foi o vitorioso e o outro irmão de Janary, Pauxy Nune foi nomeado governador. Ainda em setembro de 1958, Amílcar Pereira foi reeleito deputado federal.[99]

---

[96] Coaracy Nunes não se limitou a críticas e ao comunicado ao Presidente da República. Encaminhou à Câmara Federal um requerimento assinado por 173 deputados federais em que era solicitada a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a SPVEA (JORN L AMAPÁ, 28 mar. 1957). Ao ser questionado sobre o andamento da comissão, Coaracy Nunes afirmou: "no meu próximo depoimento, levarei ao conhecimento da Comissão novos elementos, principalmente baseados em documentos irrefutáveis que provam a malversação dos dinheiros públicos" (JORNAL AMAPÁ, 29 set. 1957).

[97] Quando sobrevoavam a região do Macacorari no próprio Coaracy foi velado no Palácio Tiradentes (sede do parlamento brasileiro) no Rio de Janeiro.

[98] Logo depois Amílcar passou a distanciar-se da família Nunes, a ponto de chegar a fazer-lhe oposição.

[99] O candidato derrotado, Danton Cordeiro de Lima (PTB), também advogado do sindicato dos trabalhadores da Icomi, denunciou, em entrevista ao jornal *Folha do Norte*, de Belém do Pará, que a empresa teria apoiado financeiramente a candidatura do PSD a pedido do gover territorial. O diretor-gerente da empresa no Amapá, Robert Butler, negou a denúncia – que foi seguida de intenso debate sobre o salário dos trabalhadores da

Contraditoriamente, se a posse de Kubitschek havia representado uma maior visibilidade nacional para Janary Nunes[100], a sucessão presidencial marcaria o início de uma inflexão na política amapaense. De fato, o domínio político-administrativo dos Nunes ficou abalado com a eleição de Jânio Quadros em 1960. O novo Presidente nomeou José Francisco de Moura Cavalcante, que se tornou inimigo político dos Nunes. Desde então, o ciclo janarista entrou em instabilidade, culminando com a derrota eleitoral direta do próprio Janary Nunes na eleição para deputado federal em 1970.

3.8 AUTONOMIA COMO PRODUTO DO PROGRESSO ECONÔMICO

Nas duas primeiras décadas após a criação do TFA, o regionalismo não foi tomado na perspectiva do confronto com outra região ou com o poder central, mas no movimento que deu legitimidade à região política, num processo que articulou a região política à região de vivência, manifestando a dimensão da consciência regional. Em outras palavras, procuramos comprovar que o regionalismo que se constituiu inicialmente no Amapá nã foi produto de uma relação de conflito com o exterior, mas, ao contrário, foi principalmente produto de ação primeira do governo federal[101] e apoiou-se, entre outros elementos, na exaltação da ação presidencial (que criara o TFA) e da riqueza natural. Ele progressivamente se associando à busca de autonomia política do Território recém-criado e adquirindo novos contornos, de modo que, a partir dos anos 1960, foi incorporando elementos de crítica ao governo federal.

---

empresa (JORNAL AMAPÁ, n. 902, n. 906, n. 964, n. 965, n. 971, n. 974, n. 976 e n. 981, todos do ano de 1958).

[100] Em fevereiro de 1960, Janary Nunes foi nomeado embaixador brasileiro na Turquia (JORNAL AMAPÁ, n. 1056 e n. 1058, ambos de 1960).

[101] Nesse sentido, a elite "amapaense" não foi autóctone, inicialmente foi muito mais uma representação subordinada, uma extensão local do governo federal e de seus detentores. Entretanto, ela foi progressivamente adquirindo elementos que iriam posteriormente caracterizá-la como amapaense. A elite em constituição teve como origem de seu poder o controle do aparelho político-administrativo e a sua condição de representante local do governo federal.

No Território Federal do Amapá, a perspectiva autonomista foi construída simultaneamente à identidade regional e à infraestrutura produtivo-administrativa. Isso era uma necessidade, visto que a criação dessa unidade federativa havia sido uma ação arbitrária, externa. Essa ação deveria ser vista como algo positivo, como uma promessa de progresso e de autonomia. A elite político-administrativa do governo territorial tratou de impulsionar e materializar essa promessa. Nesse sentido, qual seria o resultado natural do progresso? A transformação do Território em estado da Federação. As além de implantar a infraestrutura administrativo-territorial (sede do governo, departamentos governamentais, escolas, colonização, etc.), consolidando concretamente o Território, devia-se constituí-lo simbólica e politicamente. Guardadas todas as proporções e diferenças, isso estava em consonância com o nacionalismo desenvolvimentista daquele período, particularmente do governo Vargas.

A autonomia enfatizada nessa fase de fundação do Território era a econômica, pré-condição para a autonomia política. Apesar de não se l à mineração, a autonomia econômica sustentar-se-ia na riqueza mineral do TFA – por isso, o governo do Território não economizou esforços para descobrir reservas minerais e atrair investidores para o Amapá. Ademais, na busca pela autonomia política, os argument econômicos associavam-se a outros. Recorria-se até mesmo àqueles que haviam justificado a subordinação do Amapá ao governo federal – era o caso da condição de fronteira e a necessidade de nacional.[102]

Havia a necessidade de dar função à nova região que estava sendo formada, função fundamental para que não se revertesse à condição anterior (parcela secundária do estado paraense) e se almejasse futuramente a condição de estado da Federação. Entre as funções

[102] Em 1952, o major brigadeiro Lysias Rodrigues escreveu na revista militar *Defesa Nacional*: "Pela sua privilegiada posição estratégica, pela impulsão econômica e política que está gerando, dentro de contados anos o Território Federal do Amapá terá feito jus a sua eleva à categoria de Estado, porque já é o grande bastião geopolítico defensivo da foz do Amazonas" (RODRIGUES, 1952, p. 102).

destacamos a funcionalidade econômica. Nesse sentido, o papel da Icomi foi decisivo, sem ela teria sido muito mais difícil justificar a permanência daquele território federal como unidade da Federação, ainda que a doutrina de segurança nacional contribuísse para tal.

A Icomi foi um elemento fundamental para a atribuição uma função econômica ao espaço amapaense. Contribuiu também para a organização espacial. Além de fornecer substância econômica e populacional ao Amapá, ela foi decisiva para a construção de uma especificidade, uma diferenciação e uma imagem de progresso. Isso é tão verdadeiro que, em determinado período, mencionar o Amapá remetia quase a maticamente à imagem associativa da Icomi e do minério de manganês.

Em síntese, desde o Contestado, o Amapá já estava envolto na questão mineral. A fundação do Território resultou de diversos fatores, desde o contexto externo das relações internacionais conflituosas e a política nacionalista varguista até a fragilidade dos governos amazônicos. Com a criação do TFA, a questão mineral ganhou mais evidência, particularmente quando foi estabelecida a produção do dando visibilidade e sustentação à ideologia do progresso que apontava a autonomia econômica como o primeiro e decisivo passo rumo à transformação futura do Território em Estado.

4 DO FERRO AO MANGANÊS

A mineração na história amapaense merece, em razão de ua importância, que se analisem, de maneira mais apurada, as questões e polêmicas que a envolveram, entre as quais as descobertas minerais, os contratos de exploração e projeto de um estado minerador-industrial.

4.1 POLÊMICAS EM TORNO DA INDUSTRIALIZAÇÃO, DO ESTADO, DO CAPITAL ESTRANGEIRO E DA MINERAÇÃO.

O século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, segundo Bielschowsky (1996), foram marcados por uma hegemonia liberal na economia brasileira.[103] Como derivação dessa hegemonia, surgiram os neoliberais, que assumiram como prioridade a livre movimentação das forças de mercado como forma de alcançar a eficiência econômica. Para isso o equilíbrio monetário e financeiro do Estado seria indispensável à maximização da eficiência do mercado. Os neoliberais criticavam a concentração de poder no Executivo federal e opunham-se às propostas desenvolvimentistas, ou omitiam-se quanto a isso. Em relação à infra-estrutura econômica do país, acreditavam que o governo deveria dar algum apoio financeiro, mas não deveria fazer investimentos pois era o capital estrangeiro o agente privilegiado para desenvolver tais atividades.

Eugênio Gudin foi o principal representante dessa corrente, destacando-se por sua obsessiva oposição à intervenção estatal na economia. chegava a aceitar alguma

[103] O debate sobre desenvolvimento e industrialização no Brasil esteve marcado por algumas correntes de pensamento, a destacar: socialistas, liberais e nacionalistas. A primeira corrente, com diferenças internas, defendia uma proposta de ruptura com o capitalismo e não foi abordada aqui. Concentramo-nos nas duas outras. Quanto às interpretações que examinamos, as elaborações de alguns autores do período estudado (Gudin, Simonsen e Campos) apresentaram uma grande pulverização, devendo-se recorrer a artigos e a pronunciamentos diversos. Outros, como Celso Furtado, tiveram uma obra vasta demais. Por isso, para o que nos interessava nesta breve passagem, recorremos a alguns estudos e sistematizações já realizados, como Bielschowsky (1996), Diniz (1978) e Draibe (1985).

intervenção do Estado, mas ela deveria ser mínima para não prejudicar o mercado, de maior eficiência. Além da defesa do livre-cambismo, defendia incisivamente também políticas de atração do capital externo para todos os de atividade da economia e contrapunha-se ao planejamento econômico.[104]

No período de 1930 a 1945, diversos autores,[105] classificados por Diniz (1978) como teóricos do autoritarismo, criticaram o liberalismo e deram a inevitabilidade de um Estado forte e interventor. A função de segurança interna e externa deveria associar-se à promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social da nação. O Estado teria a função de regulamentar, supervisionar e coordenar as diferentes esferas da vida social. De igual modo, na economia, o Estado seria regulador, mas a produção econômica ficaria a cargo da iniciativa privada – princípio básico da ordem econômica e instrumento propulsor do progresso. Apesar de não ser um ponto consensual no pensamento autoritário, não havia uma oposição à participação do capital estrangeiro na industrialização. A contribuição da técnica e do capital dos países mais desenvolvidos seria um importante fator de superação do atraso econômico.[106]

Também alternativamente ao (neo)liberalismo, formou-se no Brasil o pensamento desenvolvimentista, marcadamente a partir dos anos 1930, impulsionado não apenas pela crise internacional e suas conseqüências nacionais, mas também, entre outros fatores, pela

---

[104] O capital estrangeiro somaria com poupanças, capacidad gerencial e *know-how*. Gudin admitia certa industrialização, mas acreditava que as políticas de industrialização roubavam artificialmente fatores produtivos da agricultura, aumentando a inflação e reduzindo o comércio e a eficiência do sistema econômico. Outro autor que, por suas posições, ficou associado a Gudin foi Octávio Bulhões que, ao defender os capitais estrangeiros afirmava que o "saldo negativo entre a soma dos lucros que sai e o capital que entra não tem a menor importância se, indiretamente, o empreendimento proporciona outras tantas vantagens que ficam incorporadas no território nacional". Ademais, "os fatos estão demonstrando que empreendimentos como a Siderúrgica de Volta Redonda e a Petrobrás podem prestar inestimáveis serviços ao país. O que, porém, não está claro é o motivo por que se há de dar exclusividade de exploração à Petrobrás" (BULHÕES, 1956, p. 124).

[105] Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Francisco Campos, entre outros.

[106] Na abordagem autoritária, a atuação do Estado em várias frentes impediria a anarquia da produção por efeitos desagregadores, a atomização da sociedade e a preponderância do regionalismo, do localismo e de diferentes formas de interesses restritos e particulares. Assim, Estado moderno seria aquele que preserva a integração social, promove o bem público, disciplina e canaliza as ações individuais para a realização dos objetivos superiores da nação. A idéia de nacionalismo associava-se à afirmação econômica e política da Nação: a autonomia política do país dependeria do seu fortalecimento econômico (DINIZ, 1978).

centralização política e pelo populismo de Vargas. Bie (1996) dividiu essa corrente em duas vertentes: os desenvolvimentistas do setor privado e os desenvolvimentistas do setor público.

Os desenvolvimentistas do setor privado, na classificação de Bielschowsky (1996), ou o industrialismo, na definição de Diniz (1978), apresentaram-se em paralelo ao nacionalismo, associando-se ambos de certa forma. Para Diniz (1978), o fortalec econômico concebido como um processo estritamente dependente do mento da industrialização do país far-se-ia acompanhar da incorporação, pela burguesia nacional, dos elementos nacionalistas que se ajustavam ao protecionismo industrialista. Mas não significava uma negação do capital estrangeiro, ao contrário, isso estava fora do universo ideológico dos empresários industriais.[107] Por outro lado, a intervenção estatal desejada pelos industriais deveria ocorrer dentro de certos limites: o Estado deveria oferecer a máxima proteção à iniciativa privada e participar ativamente da economia, não como produtor, mas como elemento regulador – salvo algumas exceções no campo da infra-estrutura e das indústrias de base.

A principal expressão dos desenvolvimentistas do setor privado foi o industrial Roberto Simonsen,[108] que defendia uma estratégia de industrialização planejada, chegando, inclusive, a criar, durante o governo liberal de Dutra, um Departamento Econômico na Confederação Nacional da Indústria (CNI) para, entre outras tarefas, pensar políticas desenvolvimentistas. Para essa corrente, interessava defender a industrialização planejada e, ao mesmo tempo, os interesses do capital privado nacional.

Para Simonsen, a industrialização seria o caminho de superação da pobreza no Brasil. Qual era o papel do Estado? Destacado. A industrialização dependia de uma ação forte do

[107] A associação entre industrialismo e nacionalismo não implicava a oposição ao capital externo e à entrada de empresas estrangeiras no Brasil.

[108] Líder do industrialismo no Brasil nos anos 1920, 1930 e 1940. Fundou o Centro das Indústrias de São Paulo (precursor da Fiesp) e vários órgãos responsáveis por defender a industrialização brasileira e o interesse do empresariado nacional. Foi deputado federal pelo Partido Constitucionalista (1933-1937) e senador pelo PSD paulista (1946). Morreu em 1948 (SANDRONI, 1999).

governo, pois, diferentemente do que pregava Gudin, Simonsen acreditava que os mecanismos do mercado eram insuficientes e, em alguns omentos, nocivos ao desenvolvimento, à industrialização. Por causa disso, n defendeu fortemente a intervenção estatal por meio de planejamento econômico e políticas protecionistas. Mas não apenas isso: para ele, o Estado deveria não somente direcionar recursos para certas atividades, mas também fazer investimentos diretos nos setores básicos nos quais o setor privado não conseguia atuar consistentemente. Essas proposições de Simonsen influenciavam lideranças empresariais. Isso pôde ser demonstrado na seção de Produção Industrial e Mineral da Carta de Teresópolis em decorrência da I Conferência Naciona das Classes Produtoras (1945) (BIELSCHOWSKY, 1996).

Nos anos 1950, as reuniões do empresariado industrial mantiveram a orientação desenvolvimentista, o que não quer dizer que a participação direta do Estado na economia fosse algo consensual. Não o era, assim como também nã era a visão da participação do capital estrangeiro. A Carta de Princípios da Indústria decorrente da II Reunião da Indústria organizada em 1955 pela CNI, ao mesmo tempo em que aceitava a intervenção estatal, defendia limitações à propriedade estatal dos meios de produção. Dois anos depois, a Reunião Plenária incorporou à Carta de 1955 a defesa da supressão do m opólio estatal no tocante à exploração dos recursos minerais do país, incluindo o No que diz respeito aos investimentos estrangeiros, o setor privado nacional também não se colocava em desacordo, mas defendia políticas de preservação contra a concorrência desigual e a força do capital externo. A Carta de Teresópolis (1945), após recomendar facilidades de atração do capital estrangeiro, recomendou que ele fosse direcionado para os ramos industriais, comerciais e agrícolas até então não explorados no país (BIELSCHOWSKY, 1996).

Em relação aos desenvolvimentistas do setor público, B lschowsky (1996) trabalhou com duas vertentes: a nacionalista e a não-nacionalista. Esta segunda era menos numerosa que

a primeira, mas bastante ativa e influente no governo. Destacaram-se Horácio Lafer, Ary Torres, Lucas Lopes, Glycon de Paiva e, até o início dos anos 1960, Roberto Campos.[109] Para eles, o Estado poderia investir, mas não ocupar aqueles espaços em que a iniciativa privada pudesse atuar com eficiência. Havia necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura e mineração. Como o capital privado nacional era frági para garantir esses investimentos, esses desenvolvimentistas não-nacionalistas defendiam a atração do capital estrangeiro, preferencialmente do capital estatal, que teria uma enorme contribuição a à industrialização brasileira.

Roberto Campos[110] foi o mais destacado dos economistas acima citados. Para ele, a industrialização deveria ocorrer por meio da internacionalização de capitais e do apoio estatal. Defendia, então, a atração de capitais externos até mesmo para a produção energética e mineral. Apesar de criticar a estatização da economia larmente nas situações para as quais vislumbrava uma solução privada), Campos mantinha a defesa planejamento da industrialização. Mas esse planejamento deveria ser setorial, para superar os pontos de estrangulamento. Isso foi levado a cabo quando elaborou o Plano de Metas no Governo JK e coordenou sua implementação. A falta de capitais, de *know how* e de capacidade de importar levava o país, na concepção de Campos, a ter de atrair capital estrangeiro. A presença do Estado nos empreendimentos produtivos só deveria ser aceita nos setores em que não houvesse interesse privado nacional ou estrangeiro em fazer investimentos.

Os desenvolvimentistas nacionalistas também defendiam estabelecimento do moderno capitalismo industrial no Brasil, mas se diferenciavam dos não-nacionalistas por

---

[109] Segundo Bielschowsky (1996), Roberto Campos foi influenciado por Glycon de Paiva, economista e geólogo, para quem a riqueza mineral brasileira era insuficiente e o nacionalismo debilitava ainda mais a capacidade de produção desse ramo produtivo.

[110] Até o período anterior ao golpe militar de 1964, Bielschowsky (1996) classificou Campos como desenvolvimentista não-nacionalista. Campos foi conselheiro da Comissão Mista Brasil-EUA (1950-1953), diretor (1952-1953), superintendente (1954-1958) e presidente (1958-1959) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), embaixador brasileiro na Europa e nos EUA (1961-1964), ministro do Planejamento (1964-1967) e, depois do fim da ditadura militar, assumiu mandatos legislativos federais (SANDRONI, 1999). Entre outras missões, esteve à frente da elaboração do Plano de Metas.

defenderem uma intervenção efetiva do Estado na economia: planejamento, apoio à industrialização e investimento em setores básicos. A ustrialização planejada seria a solução para o atraso histórico da economia e da sociedade brasileiras. Como o capital privado nacional ainda era fraco e como não guardavam grandes expectativas quanto à contribuição do capital estrangeiro[111], os desenvolvimentistas nacionalistas apelavam para a intervenção do Estado na conformação do alicerce industrial do país, fundamental para a acumulação de capital nos setores estratégicos. Mas não havia uma aversão ao capital estrangeiro, apenas poucas expectativas.

Nesse sentido, Celso Furtado[112] (1963) não negava a contribuição do capital estrangeiro, mas acreditava que sua presença deveria ser controlada e limitada a setores não estratégicos. Para a efetivação do desenvolvimento, era fundamental o papel do Estado por meio do planejamento e do investimento nos setores estratégicos. A preocupação de Furtado decorria de sua crença de que o sucesso da industrialização relacionava-se ao controle que os agentes nacionais deveriam ter sobre as decisões principais da economia nacional.

Desde a sua origem, a expansão industrial contou com p protecionistas do Estado, ainda mais quando a economia encontrava dificuldades. Até mais que elemento de estímulo, isso era uma condição de sobrevivência para indústria em nascimento e frágil. Draibe (1985) afirmou que o Estado não apenas controlou os rumos da economia, mas, também, regulou relações sociais, debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos e, ademais, manifestou-se como executivo forte, como aparelho burocrático-administrativo moderno e complexo. Para

[111] Para isso contribuiu, segundo Bielschowysk (1996), a recusa da U. S. Steel ao convite de Getúlio Vargas para fazer investimentos no Brasil.

[112] Teórico de grande visibilidade no Brasil. Durante o governo Juscelino Kubitschek, esteve no BNDE e à frente da fundação da Superintendência do Desenvolvimento do (Sudene), da qual foi superintendente. Foi ministro do Planejamento de Goulart, elaborando o Plano Trienal, que não conseguiu ter efetividade (SANDRONI, 1999). Também se destacou como diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Além dessa ação institucional, Furtado produziu um vasto trabalho teórico sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e economia brasileira.

essa autora, a Revolução de 30 marcou a abertura da fase fundamental da formação do Estado brasileiro, na qual se presenciou tanto uma quebra de utonomias estaduais, sustentáculos de pólos oligárquicos, quanto uma centralização do poder.

Durante o primeiro governo Vargas (de 1930 até 1945), há um forte, mas contraditório, movimento no sentido de constituir a máquina estatal brasileira que desse conta dos desafios impostos à industrialização. Coube ao Departamento Administrativo do Serviço Público o objetivo da ação industrializante, lançando em 1939 o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. Em 1943, o com a Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda, lançou o Plano de e Equipamentos. Ainda durante esse governo, foi conformado o Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1942 instalou-se a Comissão de Mobilização Econômica e, em 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) (CODATO, 1997; DRAIBE, 1985; IANNI, 1986). Foram todas tentativas, com mais ou menos efetividade, mas em grande medida frustradas de "do" órgão de planificação e coordenação geral do desenvolvimento e ização nacional (MARQUES, 2007).

Esse governo foi fortemente autoritário, mas necessitava de forças de sustentação, que nem sempre estavam coesas. O equilíbrio instável dessas forças era uma limitação ao projeto industrializante varguista. Setores exportadores defendiam políticas liberais. Essas contradições existiam inclusive dentro da máquina burocrática estatal. O ministro da Fazenda, ouza Costa, era banqueiro, fazendo incondicional defesa do liberalismo. Mesmo a fração industrializante não era monolítica e apresentava diferenças internas. burguesia industrial, por exemplo, defendia uma intervenção moderada, já que não queria ver ameaçado o seu futuro (DRAIBE, 1985; MARINI, 2000).

No governo Eurico Dutra (1946-1950), sob uma nova correlação de forças, mas ainda instável, os instrumentos econômicos e de intervenção de modo geral, permaneceram os mesmos, porém com outra dinâmica de funcionamento. projeto industrializante foi desacelerado, assim como a centralização e o controle Estado sobre a economia. A própria burocracia econômica estatal presenciou uma redução de sua efetiva capacidade de ação. Os órgãos antes encarregados dessa tarefa ou foram reestruturados, ou extintos.[113] Isso não significou nem uma reversão pura e completamente liberal (o país e o Estado haviam atingido um estágio que emperrava essa possibilidade), nem a inércia do aparelho econômico estatal, que sofreu até certa expansão, mas, tal qual no governo anterior, isso não foi acompanhado de uma ampliação das bases financeiras de sustentação do o (DRAIBE, 1985; MARQUES, 2007).

O segundo governo Vargas, iniciado em 1951, retomou o esforço industrializante, projetando investimentos em bens de produção e acelerando muito mais a expansão e a centralização do aparelho estatal (DRAIBE, 1985). O financiamento dos projetos de desenvolvimento ou industrialização viria de fontes internas (criação de tributos sobre a renda, captação pela via de depósitos compulsórios, etc.) e de fontes externas por meio do financiamento público junto ao Bird e ao Eximbank.[114] Como o financiamento ocorreria principalmente por empréstimo público, o papel da empresa estrangeira ficava secundário, em parte porque, apesar do desejo governamental, não se acreditava que ela faria os investimentos requeridos. Desse modo, já que o capital privado nacional ainda apresentava grandes fragilidades, coube à empresa pública o papel de destaque no projeto desenvolvimentista varguista, que, ao assumir os investimentos, estimularia e fortaleceria o investimento privado nacional (MARQUES, 2007). Porém, de mais gerais e mais

[113] Segundo Bielschowsky (1996) várias instituições do governo Vargas, com algum grau de interferência na economia, foram extintas (CNPIC, DNC, CME, CPE, CNP) e outras foram esvaziadas (Dasp, CTEF, CFCE).
[114] Banco criado em 1934 pelo governo estadunidense para o comércio exterior dos EUA, chegando a financiar governos na compra de produtos desse país.

ambiciosas, as novas instituições encontraram muita dificuldade para superar as limitações impostas ao projeto industrializante.[115]

Com Café Filho na Presidência, não houve nenhuma grande ação, tal como fizera Getúlio, mas a Instrução n.º 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) facilitou em muito a entrada de capitais externos no Brasil, permitindo que empresas estrangeiras que estivessem no Brasil pudessem importar máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

Durante os primeiros anos do governo Dutra, o que primou foi seu caráter liberal: reabriu-se a possibilidade de ampliar a participação estrangeira na economia, o que incluía até mesmo o petróleo. Essa situação mudou a partir de 1948, quando o nacionalismo econômico voltou a ascender, destacando-se a campanha do petróleo – que contou com o apoio do Clube Militar e de sua revista. Esse foi mais um dos elementos que estiveram presentes na eleição de Vargas em 1950. Mas o segundo governo Vargas foi marcado, no seu primeiro biênio, entre outros fatos, por uma coligação partidária que envolvia, além do PTB e do PSP, setores mais conservadores, como era o caso da UDN, que recebeu o Ministério da Agricultura (responsável pela temática da reforma agrária), e o PSD, que recebeu o Ministério da Fazenda, entregue a Horácio Lafer. Esse ministro defendia o estreitamento das relações econômicas com os EUA e a tomada de financiamentos junto ao Eximbank e ao Bird. Isso refletia uma política do governo Vargas de alinhamento aos EUA. Ainda durante o governo Dutra, Lafer, como deputado federal, defendia o planejamento da industrialização, mas também a intensa presença de capitais estrangeiros até na produção mineral, energética e de transporte (BIELSCHOWSKY, 1996).

[115] Como não foi possível obter uma coordenação geral, apesar do caráter centralizador do governo, assistiu-se ao afloramento dos conflitos intraburocráticos, desde aqueles de grandes proporções, acerca de temas nacionais, até questões de menor magnitude, o que limitou ainda mais o ritmo do processo de industrialização varguista, já debilitado pelas frágeis bases fiscais e financeiras em relação à magnitude do que se queria (DRAIBE, 1985; LAFER, 2002).

No decorrer da primeira metade dos anos 1950, ganhava força a corrente desenvolvimentista, que tinha figuras-chave na Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU), no BNDE e em outros órgãos. Para essa corrente, sistematizada nas proposições de Roberto Campos, dada a fragilidade do empresário brasileiro, o desenvolvimento do país dependia de dois agentes principais: o Estado como planejador e o estrangeiro como investidor. Glycon de Paiva, mais incisivamente, acreditava que os empreendimentos estatais deveriam ocorrer apenas quando não houvesse outra alternativa. ele, a falta de uma política de atração impedia que os capitais externos se tornassem principal responsável pelo desenvolvimento dos setores de serviços e recursos naturais.

E quanto aos militares? O que estavam pensando? Para Bielschowsky (1996), interessava-lhes, acima de tudo, o controle dos recursos naturais e o aprofundamento da industrialização:

> O fato importante a destacar sobre o pensamento dos militares, para o ângulo de análise que nos interessa, é que, de todo modo, favorá ou não ao alinhamento com os Estados Unidos e nacionalistas radicais ou moderados, um bom número dos militares brasileiros manifestava-se a favor de uma industrialização intensiva no país. A soberania e a emancipação econômica nacionais passavam a ser entendidas como dependentes do controle dos recursos naturais e da promoção da industrialização, e como a única forma definitiva de planejar a defesa nacional (BIELSCHOSWKY, 1996, p. 338).[116]

No início dos anos 1950, particularmente no período de 1953 a 1955, debateram-se dois modelos de planejamento: o da CMBEU, com Campos como principal expoente, que defendia um planejamento setorial, e o modelo cepalino de planejamento global. Os primeiros

[116] Essa afirmação pode ser constatada nas palavras do tenente-coronel Edmundo Soares e Silva, diretor técnico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no primeiro governo Vargas. Sustentado nas idéias do economista romeno Manoilesco, assegurou que "a industrialização dos países pobres constitui a única base séria para a prosperidade dos grandes países industriais [...]. Concluímos que chegáramos à grande alternativa econômica da nacionalidade: ou produzíamos os elementos básicos para a nossa vida de povo livre, ou definharíamos pela insuficiência de nossos meios de troca" (SILVA, 1943, p. 106-107).

tornaram-se hegemônicos no governo JK, de modo que Campos elaborou o Plano de Metas. O pensamento desenvolvimentista, com uma industrialização planejada, alcançava seu auge.

As limitações impostas ao processo de acumulação[117] foram, em grande medida, superadas com o grande volume de investimentos estatais realizados entre 1956 e 1961, o que possibilitou uma industrialização pesada (um salto tecnológico e um novo padrão de acumulação), marcada pelo crescimento acelerado (acima da demanda) da capacidade produtiva da indústria de bens de produção e da produção de bens de consumo duráveis. Entre 1957 e 1961, o Produto Nacional Bruto (PNB) cresceu em média 7% ao ano. Completou-se a fase de constituição das modernas forças produtivas capitalistas, ainda que subordinadas e dependentes financeira, política e tecnologicamente (MELLO, 1998). Isso foi possível porque o país, mesmo subordinadamente, negociou um novo papel na divisão internacional do trabalho e porque o período da industrialização restringida criou as bases mínimas necessárias para o impulso decisivo da industrialização comandado por Kubitschek (MARQUES, 2007).

Havia uma constante tensão entre a ação mais incisiva Estado na economia e na industrialização brasileiras e as resistências à presença estatal. Essa tensão também ocorreu quanto ao capital estrangeiro, muito mais em razão do o de atraí-lo e do seu grau de liberdade no cenário nacional. Essas considerações puderam ser observadas no tocante à exploração mineral. Porém, mesmo aqui, até o governo Vargas, conhecido por seu nacionalismo, não desenvolveu políticas de negação do pital estrangeiro. As negociações entre esse governo e o governo dos EUA, desde o final anos 1930, resultaram num convite de Vargas à multinacional US Steel para invest na produção mínero-siderúrgica brasileira. Técnicos da empresa fizeram estudos do potencial brasileiro e concluíram pela viabilidade de instalação de uma grande usina de coque e de produção de folhas de flandres,

[117] Pelo menos desde o primeiro governo Vargas e a industrialização restringida: limitação do capital nacional aos investimentos necessários ao estabelecimento dos grandes empreendimentos e também limitação ao acesso à tecnologia, grosso modo, concentrada nos países já industrializados.

mas o Comitê Financeiro da US Steel não acatou a propo Alegava que a empresa não deveria fazer novos investimentos fora dos EUA por conta da invasão da Finlândia pela URSS, que havia destruído algumas instalações da empresa naquele país.

A Constituição de 1934, complementada pelo Código das e pelo Código das Minas, também do mesmo ano, definia que o aproveitamento industrial das minas, das jazidas minerais, das águas e da energia hidrelétrica dependeria obrigatoriamente de autorização federal. Para receber as autorizações ou concessões, as empresas deveriam estar organizadas no Brasil, ainda que por estrangeiros. Apesar disso, a Constituição também determinava uma nacionalização progressiva das minas, jazidas e águas nsideradas fundamentais para a defesa econômica e militar do Brasil. A Constituição de 1937 definiu que a autorização só poderia ser dada a empresas formadas por acionistas brasileiros. Essa posição começou a ser mudada ainda no governo Vargas.

O Conselho Nacional do Petróleo (CNP) fora até então u órgão de caráter nacionalista e estatizante. Em 1944, o novo titular do CNP, coronel João Carlos Barreto, manifestou-se favorável à participação do capital estrangeiro nesse setor. Ainda nesse ano, Vargas assinou um decreto que permitia a formação de companhias mineiras para atuarem no Brasil, com até 50% das ações em mãos estrangeiras. A efetivação dessas companhias dependeria de autorização presidencial. Com a Constituição de 1946, suprimiu-se a progressiva nacionalização das minas, jazidas minerais e quedas d'água, e a autorização ou concessão para sua exploração passava a ser dada a empresas organizadas no Brasil, independentemente da nacionalidade dos acionistas (BIELSCHOWSKY, 1996).

4.2 O AMAPÁ NO CONTEXTO AMAZÔNICO NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Os anos 1940 na Amazônia foram marcados pelo efeito das décadas anteriores de crise econômica, pelo efêmero surto da Batalha da Borracha e por clamores regionais de reerguimento do extrativismo. Contudo, em virtude da permanência da crise da economia regional, do fim das ações em torno da Batalha da Borracha e das pressões da burguesia regional, dos governos locais e dos parlamentares amazônicos, a Constituinte de 1946 aprovou o artigo 199, de autoria do deputado amazonense Leopoldo Peres, determinando investimentos de 3% da renda tributária nacional para valorização da Amazônia. Apesar disso, permaneceram os reclames por políticas efetivas do governo federal na região.

Em 1952, o presidente Vargas enviou uma mensagem ao Co na qual apontou elementos de caracterização da Amazônia, assim como de ações federais. A mensagem referia-se à possibilidade de petróleo e de outros recursos do subsolo, mas, até pela falta de informações, não apresentava nada de concreto – embora já houvesse a constatação e os preparativos da exploração da reserva de manganês do Amapá. O extrativismo ainda era visto como o elemento sustentador da economia regional (VARGAS, 1954b). A borracha continuava a ter papel de destaque, merecendo "consideração especial", mas não devia ficar limitada à produção extrativa. A mensagem presidencial citava um estudo para a plantação de 30 milhões de seringueiras no intervalo de 10 anos. Para tal, 10% das verbas do plano deveriam ser destinadas a esse empreendimento – como veremos rapidamente, o Amapá candidatou-se a tais recursos, elaborando um projeto (e concretizando-o parcialmente) para o plantio de um milhão de seringueiras.

Havia a necessidade e o interesse de ocupar demografic a região, entre outras coisas para não se questionar a soberania brasileira sobre ela. Para ocupar uma região onde a natureza representava um problema e um inimigo a ser vencido, era necessário dar-lhe uma função econômica. Apesar do projeto de industrialização do governo amapaense e da instalação da Icomi, do ponto de vista do governo federal, a industrialização não se

apresentava de fato no horizonte regional imediato, e mensagem (VARGAS, 1954b) pouco falou dela, a não ser quando mencionou pequenos empreendimentos locais. A exploração mineral era tida como desejosa, mas pouco se conhecia as potencialidades regionais nesse campo, tanto é assim que as especulações giraram principalmente em torno do petróleo – o ferro e o alumínio não constavam dos debates. Qual saída? Manter o extrativismo enquanto se processava um movimento rumo à agricultura. Objetivava-se, então, manter a economia no seu caráter primário, distanciada do extrativismo tradicional, mas primário.

Durante os anos 1950, a Amazônia não conseguiu reverter a crise de sua economia, tampouco acompanhou, mesmo que marginalmente, a industrialização nacional. A intervenção que ocorreu nos anos 1940 (criação dos territórios federais e Batalha da Borracha) não representou uma intervenção sistemática e contínua, mas gerou uma pressão maior, ao ser interrompida, para que se elaborassem políticas federa para a região. Disso e de outros elementos resultaram a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a rodovia Belém-Brasília.

A SPVEA foi criada em 1953 e de imediato elaborou o Programa de Emergência. Aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 35.020, em 8 de fevereiro de 1954, o Programa partiu de uma breve caracterização da evolução econômica da região e do diagnóstico de suas deficiências, constatando negativamente a dependência de uma economia "puramente mercantilista" e extrativista (elementos vistos como problemas). Com base nessa compreensão mais geral, elaboraram-se os objetivos que formataram uma concepção de complementação à economia nacional,[118] mas também de substituição regional de importações[119] (MARQUES, 2007). A partir da SPVEA, o extrativismo passou a ser visto

[118] Ou seja, a economia regional deveria elaborar produtos que fossem necessários e complementares ao restante da economia brasileira, particularmente ao Sudeste do país.
[119] Produzir localmente o que se comprava do exterior e de outras regiões do Brasil, inclusive do Sudeste.

como a causa da crise e do atraso regional, e a única possibilidade de superação dessa realidade seria o desenvolvimento da agricultura e a industrialização.

Diferentemente de outros programas futuros, o Programa de Emergência, tal como os textos da conferência de 1951, deu pouca atenção à mineração, o que evidenciava o pouco conhecimento sobre a distribuição mineral da região. Ficava também claro o ainda pequeno desejo do grande capital (nacional privado e internacional) de fazer investimento direto imediato nessa atividade na Amazônia – o que não significava que não houvesse interesse estratégico do capital privado nacional e internacional na região, a proposta de criação do Instituto Internacional sobre a Hiléia Amazônica[120] e a produção de manganês (já em início de operação) no Amapá confirmam essa afirmação. Do total de Cr$ 300 bilhões previstos para o Programa de Emergência, apenas Cr$ 13,76 milhões destinavam-se aos recursos minerais, em grande medida para estudos sobre potencialidade, local ção e exploração (MARQUES, 2007).

A equipe que fez o Programa foi a mesma que elaborou o I Plano Qüinqüenal. Constata-se assim a continuidade no diagnóstico da realidade regional e nas políticas de desenvolvimento propostas. O Plano nunca chegou a ser pelas instâncias federais competentes (Congresso e sanção presidencial), tampouco recebeu o montante de recursos constitucionais que lhe deveriam ser destinados.[121]

No início dos anos 1960, a SPVEA, por intermédio da empresa Consórcio de Planejamento e Empreendimento S/A, elaborou um novo plano no qual a agricultura perdeu a centralidade. O investimento deveria concentrar-se no setor industrial. Qual o tipo de

[120] Reis (1968) e, em menor intensidade, Mattos (1980) afirmavam que algumas ações do governo brasileiro eram uma resposta ao interesse internacional sobre a Amazônia, materializado, por exemplo, no referido Instituto.

[121] A SPVEA assumiu ou propôs-se a assumir responsabilidades muito amplas para seus recursos técnicos e orçamentários. Além disso, o desenvolvimento da Amazônia, por meio da expansão agrícola ou da industrialização regional, exigia um investimento financeiro significativo, o que não ocorreu porque, por um lado, não houve interesse federal e, por outro, porque provavelmente o estágio de desenvolvimento capitalista brasileiro ainda não reunia condições ou interesse para tal empreendimento numa região como a Amazônia dos anos 1950 (MARQUES, 2007).

industrialização que se propõe? A industrialização das matérias-primas locais (aproveitando-se suas vantagens comparativas) e de produtos que substituíssem as importações. Isso pressupunha a proteção da indústria amazônica. Esse último plano também não teve efetividade, assim se mantendo, grosso modo, as políticas da instituição até o golpe militar de 1964 (MARQUES, 2007).

Enquanto na Amazônia se processavam os reclames da crise regional e alimentavam-se expectativas quanto ao extrativismo (até 1950) ou à industrialização de alguns poucos produtos locais (1950 e 1960), sustentados na indústria e no capital regional, no Amapá, desde os anos 1940, havia uma proposta de desenvolvimento baseado na extração mineral, financiada pelo grande empreendimento privado nacional e estrangeiro, cabendo ao Estado adotar todos os mecanismos necessários para atraí-lo. Nesse sentido, a dinâmica do Amapá foi não apenas diferente daquela do restante da região, como foi também uma antecipação do que se verificaria a partir dos anos 1970 na Amazônia.

4.3 O CONTRATO COM A HANNA EXPLORATION COMPANY NO AMAPÁ

Na área que hoje corresponde ao Estado do Amapá, havia registros de ocorrências minerais desde o século XIX, seja nos documentos da fase do Contestado franco-brasileiro, seja em relatos dos garimpeiros e geólogos que estiveram nessa região em diferentes momentos. Um dos primeiros informes oficiais sobre a existência de minérios, ainda na fase do Contestado, foi a carta de 1895 do geólogo francês Brousseau, enviada ao ministro das colônias da França, em que era mencionada a existência de carvão de pedra no Amapá. O primeiro registro oficial brasileiro de ocorrência mineral não aurífera no Amapá data de 1934: Josalfredo Borges, engenheiro de minas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), registrou a presença de polianita (bióxido de manganês) no rio

Amapari (BORGES, 1985), mas o DNPM não se interessou por tal descoberta. Já era bastante conhecida a extração de ouro, cujo auge foi o período o final do século XIX e o início do século XX. Além do ouro, Buarque (1925) destacou relatos de garimpeiros sobre cobre, prata, ferro e platina no rio Amapari.

Até então essas informações não tinham despertado grande interesse. Com a criação do Território Federal do Amapá, o seu governador logo interessou por elas. Esse interesse pôde ser observado no plano de organização administrativa do TFA de 1944. Com efeito, Janary Nunes incluiu na estrutura organizacional-administrativa da recém-criada unidade federativa o Departamento de Produção e Pesquisa – que, por sua vez, contava com o Serviço Geológico do Território (Figura 2). Esse serviço ficou sob a responsabilidade do geólogo alemão Fritz Louis Ackermann, ex-prisioneiro de guerra. A existência da Divisão de Produção e particularmente do Serviço de Produção Mineral foi, de modo geral, estimulada tanto pelo relatório do engenheiro do DNPM como pelas demais informações de ocorrência de minério no Amapá, oficiais ou não. Quanto ao Serviço Geológico, Leal (2007b) destacou que era específico do quadro administrativo do Território do Amapá, pois esse serviço inexistia nos demais territórios federais amazônicos.

A atenção especial dada à mineração pelo governo do Território tinha como principal objetivo encontrar algum minério que fosse economicamente viável e que servisse como ponto de sustentação de um programa de desenvolvimento que justificasse economicamente a manutenção da unidade federativa criada. Não esqueçamos as discussões na Constituinte de 1946 sobre a permanência ou não dos territórios federais – que redundaram na extinção dos territórios de Ponta Porã e Iguaçu. Em 1946, o Jornal Amapá publicou a carta de Georges Brousseau. Seguindo orientações do governo do Território, o jornal amapaense afirmou: “O Governo já instituiu um prêmio de 20.000,00 cruzeiros quem trouxer amostras e positivar a existência de carvão de pedra no Território” (JORNAL AMAPÁ, 8 jun. 1946).

Ademais, a campanha do governador pela descoberta mineral estava em sintonia com a política econômica do governo federal de estimular a produção de produtos que subsidiassem direta ou indiretamente a industrialização nacional. Nesse período, as políticas públicas estavam voltadas para o fomento da indústria, bem como para a valorização dos recursos naturais, produtos indispensáveis à industrialização. Data dessa época a criação das estatais Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), instalada em 1942 em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Minas Gerais, também em 1942. No caso específico da Amazônia, não podemos esquecer que a primeira metade dos anos 1940 foi marcada pela chamada Batalha da Borracha. Afinal, a função da região era produzir borracha natural para abastecer a indústria estadunidense.

Além da campanha local pela busca de minério, o governo do Território divulgava, no órgão oficial de imprensa, que existia um interesse muito grande pela exploração mineral do Amapá, tanto no âmbito nacional com no internacional, que esse interesse era fruto da campanha desenvolvida pela administração territorial que visava o aproveitamento mineral como elemento fundamental para o desenvolvimento do Território. Apregoava o órgão governamental de imprensa:

> Evidencia-se cada vez mais o interesse criado em torno das possibilidades de exploração mineral deste Território. Temos sido visitados por sucessivas comissões de geólogos, mineralogistas, industriais e comerciantes, brasileiros e estrangeiros, todos atraídos pela inteligente ação do nosso governo, empenhado em revelar novas fontes de riquezas ao país e outras oportunidades de trabalho ao nosso povo. Região rica e abandonada de outrora, está sendo agora palmilhada em todos os sentidos, na tentativa de traçar novo rumo à sua economia. Auspiciosamente já se iniciou o ciclo da exploração comercial de certos minérios, como a cassiterita e a tantalita, enquanto o ferro é também objeto de interesse geral. Com o estanho e a siderurgia, teremos inaugurada uma fase de prosperidade que só redundará em benefício à Nação, contribuindo para o progresso da civilização brasileira. Os objetivos da administração territorial que vem dotando o Amapá dos elementos necessários ao seu desenvolvimento serão alcançados brevemente com a crescente aplicação de capitais particulares no aproveitamento de nossa produção mineral (JORNAL AMAPÁ, 3 nov. 1945).

Nessa busca de novas fontes de minério, em 1945 o Serviço Geológico do Território anunciou a descoberta de minério de ferro no rio Vila Nova, no lugar denominado Santa Maria, município de Mazagão. Segundo o Jornal Amapá (4 maio 1946), Janary Nunes afirmou que o minério de ferro já estava sendo pesquisado desde 1944 pelo governo por meio de sua Divisão de Produção; informou ainda que a jazida descoberta em 1941 pelo geólogo Fritz Ackermann. Em 1944, a jazida recebeu visitas do comandante Eurico Magno de Carvalho[122], da Coordenação da Mobilização Econômica, e de Glycon de Paiva, engenheiro de minas do Ministério da Agricultura. Este último, por sua vez, elaborou um programa de trabalho para o devido conhecimento da jazida e aponto ainda o seu destino no comércio internacional e a sua importância para a instalação futura da "siderurgia na Amazônia".

Nesse contexto de comprovação da existência da jazida ferro, o governo do Território requereu ao governo federal a licença de pesquisa,[123] tendo obtido a autorização pelo Decreto n.º 19.424, de 19 de agosto de 1945.

Segundo o Jornal Amapá (26 jan. 1946), Janary Nunes empenhou-se em divulgar tal descoberta, consultou técnicos conceituados e capitalistas brasileiros especializados na exploração e no comércio do minério de ferro, além de solicitado a colaboração do governo federal para a exploração da jazida. Esse pedido foi-lhe negado devido ao grande volume de capital exigido para realizar tal exploração. Dada essa negativa do governo federal,

---

[122] Janary Nunes destacou que Eurico Magno de Carvalho foi o único dos capitalistas brasileiros que se interessou pela exploração do ferro no Amapá "e que, empolgado pelo ideal de estabelecer no Norte a siderurgia, entreviu nas nossas jazidas o destino que elas irão ter. Todavia o capital de sua empresa é exígua demais para dar a projeção nacional que vislumbramos nesta oportunidade, conforme a opinião dos técnicos" (JORNAL AMAPÁ, 22 jun. 1946).

[123] Paralelamente aos assuntos relativos à exploração do minério de ferro no Amapá, Janary Nunes também buscou, junto ao Governo Federal, regularizar a questão tributária dos municípios no que diz respeito à produção mineral, como evidenciou o jornal oficial: "O governador do Amapá submeteu à consideração do Presidente da República os projetos de decretos-leis criando o imposto municipal de três por cento sobre a produção de minérios, elaborados pelos prefeitos de Amapá, Macapá e Mazagão. Em solução, a Comissão de Estudos de Negócios Estaduais aprovou um parecer concluindo com um decreto-lei federal fixando em oito por cento o imposto devido à União e municípios nos Territórios Federais, de conformidade com a Constituição e leis que regulam a matéria. Do imposto, que será fixado pelas repartições federais, caberá a metade ao município onde se encontrar a mina ou jazida" (JORNAL AMAPÁ, 9 fev. 1946).

Janary Nunes explicou por que a exploração do minério se realizaria com o capital nacional:

> De posse do relatório do dr. Glycon de Paiva [...] procurei primeiro vários capitalistas brasileiros [...]. Todos alegaram dificuldades momentâneas e mostram que seria quase impossível empreendimento vultoso dentro dos próximos anos.
> Tentei também o concurso do Govêrno Federal para o estabelecimento de uma economia mista nos moldes de Volta Redonda ou da Cia. Vale do Rio Doce. Consultei técnicos e o próprio ex-Presidente Getúlio Vargas [...] que me declarou não ser possível a União auxiliar investimento similar ao que vinha fazendo, enquanto aquelas organizações não tivessem o seu êxito assegurado (JORNAL AMAPÁ, 22 jun. 1946).

Em virtude da inviabilidade da exploração da jazida de ferro pelo governo do Território com o apoio da União, o governador, de posse da autorização do então presidente Getúlio Vargas e depois do presidente Eurico Gaspar Dutra, fez contato com empresários estrangeiros a fim de iniciar a lavra. Realizou reuniões com técnicos norte-americanos cujo tema era o aproveitamento do referido minério. Como conseqüência dos contatos com empresas estrangeiras, o governador apresentou ao presidente da República um relatório sobre o aproveitamento e as propostas das empresas interessadas na exploração do ferro. A esse respeito destacou o Jornal Amapá:

> O capitão governador foi recebido hoje pelo Presidente da República. S. Exc. apresentou um relatório sobre o aproveitamento das jazidas de ferro do Amapá, com as propostas firmadas pelas companhias norte-americanas the Hanna Exploration Company e Companhia Meridional de Mineração, com os pareceres de aprovação unânime do Conselho de Minas e Metalurgia, Departamento de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura e Conselho de Segurança Nacional.
> O Presidente gal. Eurico Dutra assinou o decreto-lei n. 9.198, referendado pelo ministro Neto Campelo Júnior, autorizando o governo do Território Federal do Amapá a contratar o aproveitamento da jazida de minéri de que for concessionário. Diante desse ato do chefe do país, espera-se, a todo o momento, que seja assinado contrato com a Hanna Exploration Company [...] (JORNAL AMAPÁ, 4 maio 1946).

Como afirmou o jornal, duas empresas norte-americanas demonstraram interesse na exploração do minério: a Hanna Exploration Company e a United States Steel (por meio da sua subsidiária brasileira, a Companhia Meridional de Mineração). O contrato que seria firmado com uma dessas empresas foi elaborado com o apoio de Glycon de Paiva e de João Neiva de Figueiredo. Além do contrato elaborado pelo Território, as empresas interessadas também apresentaram suas propostas. Ambas as empresas em suas propostas: a realização, por seus técnicos, de sondagens para certificarem-se da existência de no mínimo 30 milhões de toneladas de minério antes da inversão de capital; a garantia do Governo Federal do contrato firmado pelo governo do Território; a concessão de área (uma empresa requeria uma área de no máximo 1.000 hectares e a outra, uma área de 1.500 hectares); a possibilidade de exportar o minério que produzissem; a liberdade de retirar-se com seus equipamentos no caso de não existir o depósito de minério; a exploração da estrada de ferro e do porto cuja construção financiassem; o recebimento de um auxílio moral do governo do Território para poder montar e pôr em funcionamento as suas instalações; igualdade de condições com outros concorrentes para se candidatarem a outras jazidas que se revelassem na zona tributária da estrada de ferro e do porto que construíssem (JORNAL AMAPÁ, 4 maio 1946).

A empresa escolhida para a exploração dos depósitos de ferro foi a Hanna Exploration Company. O geólogo Glycon de Paiva, em seu parecer na ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, afirmou que essa compa era a que apresentava a melhor proposta:

> Sou favorável à proposta feita pela Hanna Exploration Company porque, sensivelmente igual, senão superior à proposta feita pela United States Steel, exige, entretanto, a mobilização de, apenas, 1.000 hectares da província ferrífera, enquanto a United States Steel pede 1.500, além de outras vantagens de ordem moral por parte da Hanna Company. O Govêrno do Território ficará ainda com disponibilidade para futuros negócios e estabelecerá emulação e concorrência entre

> outros contratantes, que porventura se apresentem com dente vantagem para o Território. Por todos esses motivos, opino favoravelmente aos têrmos do contrato à proposta feita pela M. A. Hanna Company e à maneira pela qual o Govêrno do Território vem conduzindo negociações importantes para o futuro do Amapá e para o desenvolvimento do Brasil, no seu extremo norte (DIÁRIO OFICIAL, 6 abr.1946).[124]

Sobre a proposta da Hanna Company, o jornal oficial amapaense, com base nas informações do governador, publicou um histórico do processo de negociação para o aproveitamento do minério ferro, no qual defendeu e sistematizou os principais pontos da referida proposta:

> Área que pretendia 1.000 hectares.
> Quantidade mínima de minério de alto teor necessário à inversão de capitais 30 milhões de toneladas.
> Prazo para iniciar o programa de levantamentos topográficos, geológicos e geográficos, preparatórios da campanha de sondagens 1/7/1946.
> Prazo para a conclusão dos referidos trabalhos 30/6/1947.
> Prorrogação máxima da data de conclusão dos trabalhos sondagens e para a decisão se fica ou não com o depósito 31/3/1948.
> Mínimo de perfuração a ser efetuada para aquilatar o volume do depósito 3.000 ms.
> Valor do "*royalty*" a ser pago ao Território por tonelada métrica exportada, calculado sobre o custo do minério, desde a extração até depois de embarcar no vapor 10%.
> Valor mínimo do "*royalty*" por tonelada CR$ 4,50.
> Valor da antecipação trimestral mínima que será paga ao Território desde 1 de outubro de 1947 até o final da concessão CR$ 300.000,00.
> Data do pagamento da 1ª prestação 25/1/1948.
> Quantidade de minério não exportado que fica à disposição do Govêrno do Território do Amapá para a organização da Siderurgia local 150.000 toneladas.
> Preço desse minério por tonelada entregue na boca da mina ao Govêrno do Território preço de custo 8%.
> Capacidade do tráfego disponível para o Território 500.000 toneladas.
> Capacidade de força elétrica reservada ao Território Federal do Amapá pela Companhia concessionária de todas as instalações de energia de que fizer 25%.
> Facilidade de transporte construção de uma ferrovia.
> Facilidade de embarque construção de um cais.
> Preferência para fornecimento do mercado nacional imediatamente ao prazo máximo de dois anos, após a entrega do pedido até 50% de sua produção.
> Não será feita a transferência de contrato sem a autorização expressa do Govêrno do Território (JORNAL AMAPÁ, 4 maio 1946).

[124] Depoimento reproduzido no *Jornal Amapá* (22 jun. 1946).

Essa proposta foi a base do contrato firmado entre a e e o GTFA. Podemos perceber, de antemão, que ela (e o próprio contrato) antecipou em diversos aspectos parte da relação que se estabeleceu posteriormente quando da exploração do manganês: *royalties*, ferrovia, porto, além da intenção do governo do Território de montar uma siderurgia no Amapá.

O governo do Território assinou o contrato com a Hanna Exploration Company em 26 de abril de 1946, para a exploração dos depósitos de ferro do Vila Nova.[125] Esse contrato com a empresa norte-americana era, a princípio, para desenvolver estudos de prospecção e de avaliação da viabilidade econômica da produção ferrífera. A empresa concluiu pela inviabilidade comercial, pois, apesar do alto teor metálico, os depósitos continham menos de 30 milhões de toneladas de minério exportáveis. Embora a exploração mineral no Amapá não tenha passado da fase de pesquisa, o contrato com a empresa norte-americana não ficou livre de críticas, especialmente de parlamentares, na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, e dos jornais do Sul do país, que aproveitaram para discutir a permanência dos territórios federais no espaço brasileiro (JORNAL AMAPÁ, 25 jan. 1947).

Diversos parlamentares questionavam o contrato, afirmando que as concessões eram excessivas e colocavam em perigo a soberania nacional. De modo geral, faziam-se as seguintes acusações: comprometimento da soberania nacional, concorrência com Volta Redonda e com a Cia. Vale do Rio Doce e falta de divulgação das negociações. Segundo Santos (1998), as posturas contrárias ao empreendimento estavam mais motivadas por interesses políticos particulares do que por uma preoc om a defesa nacional.

Dentre as matérias da imprensa do Rio de Janeiro que criticaram o contrato, podemos destacar a do jornal *Diretrizes*, que criticou o sigilo das negociações para a exploração do ferro do Amapá:

[125] Glycon de Paiva, na qualidade de testemunha, participou do ato de assinatura do referido contrato (JORNAL AMAPÁ, 8 jun. 1946).

> Ninguém sabia de nada, nem que havia ferro no Amapá, nem que se estava negociando a exploração desse ferro com alguém [...]. do foi para organizar Volta Redonda e a City, Vale do Rio Doce, o assunto foi , reestudado. Houve comissões técnicas, viagens de técnicos brasileiros ao estrangeiro, orçamentos, decretos, pareceres e amplas discussões pela imprensa. Isto se deu com o ferro de Minas Gerais e com a siderúrgica que estamos instaland no Vale do Rio Paraíba. No Amapá, as coisas são diferentes surgem inopinadamente (DIRETRIZES, 2 maio 1946).

O jornal *Diretrizes* questionou ainda as vantagens para o Amapá:

> O celebérrimo contrato da Itabira Iron Ore também aparecia cheio de vantagens. A Itabira também prometia uma estrada de ferro, um porto – o de Santa Cruz, no Estado do Espírito Santo – destinava-se e extrair o minério de ferro e fazer uma usina siderúrgica. Mas depois se verificou que contrariava os interesses de nossa soberania (DIRETRIZES, 2 maio 1946).

O jornal *A Informação Econômica e Financeira* proclamou:

> Cabe 'A Informação' o direito de ter sido o primeiro jornal a ventilar e combater o ajuste, mediante o qual não só criamos um concorrente ra a Companhia Vale do Rio Doce, como também tornamos possível o controle de uma organização privada estrangeira sobre uma área do território que foi objeto de litígio, como ainda possibilitará o domínio da foz do Amazonas (INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA, 17 maio 1946).

Quanto ao posicionamento dos parlamentares, podemos destacar as críticas do deputado federal Café Filho na Assembléia Constituinte. Para ele, o referido contrato concedia a uma empresa estrangeira o monopólio da exploração do ferro e criava um concorrente para as empresas nacionais como a Companhia Vale do Rio Doce e a CSN, de Volta Redonda (JORNAL AMAPÁ, 22 jun. 1946).

Em resposta às criticas do parlamentar, Janary Nunes afirmou:

> O que ninguém, absolutamente pode deixar de reconhecer é que o Govêrno Territorial, ouvindo e recebendo as sugestões das mais altas autoridades brasileiras no assunto, desde as essencialmente técnicas como as d doutos elementos que constituem o Conselho de Minas e Metalurgia, ou que integram o Departamento Nacional de Produção Mineral até os que servem na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – colocou acima de tudo o interesse do Brasil, embora desejando fomentar o desenvolvimento econômico desta região que durante an a fio permaneceu nas trevas da ignorância, da decadência e da miséria.
> O contrato realizado previu a concessão de uma área insignificante, ou seja, de apenas 1.000 hectares que não vai além de sete milésimos por cento da área total do Território, isso mesmo com a condição de vir a ser rada por uma empresa nacional,[126] tão logo sejam concluídas as sondagens que fornecerão os elementos para a inversão dos vultosos capitais que terá de ser ta [...]. Busque-se no contrato uma cláusula ofensiva à dignidade nacional [...] e não se encontrará nenhuma (JORNAL AMAPÁ, 11 maio 1946).

Ainda em defesa[127] do contrato, o governador destacou seus benefícios para o Brasil, a Amazônia e o Amapá:

> Para o Brasil
> a) Possuirá mais um centro de produção de minério de ferro que permitirá a instalação da siderurgia regional da Amazônia.
> b) Renda efetiva de cerca de CR$ 5.000 por tonelada de minério de ferro produzido, de taxas e impostos diversos, excluindo o imposto de renda.
> c) Produção constante de divisas nas transações bancárias de exportações que deverão regular três e meio dólares ou 70 cruzeiros ao câmbio atual por tonelada exportada.
> d) Desenvolvimento econômico e social da Guiana Brasileira, sempre esquecida e abandonada.
> Para a Amazônia
> a) Vinda de navios de grande calado que poderão trazer da América carvão, equipamentos e mercadorias em geral como cargas de retorno.
> b) Interesse crescente de capitais pela riqueza do vale.
> c) Possibilidade de possuir em breve futuro uma siderurgia própria, capaz de concorrer muito favoravelmente nos mercados nacionais norte do país e das Guianas.
> Para o Amapá

[126] Sobre essa questão, dispunha o contrato: "A expressão 'Empresa' significa uma empresa ou companhia de mineração a ser organizada no Brasil pela COMPANHIA [Hanna Coporation], de acordo com a legislação então vigente, se conveniente for, a fim de cumprir determinadas cláusulas desta escritura" (JORNAL AMAPÁ, 11 maio 1946).

[127] Houve uma manifestação popular local em protesto contra as críticas ao contrato com Hanna Company. Na passeata, exibiam-se faixas de protesto com as seguintes frases: "O Amapá não se vende! Vende o seu ferro para alicerçar a grandeza do vale Amazônico", "Concorrência só existe entre nações. Dentro de um país, o amparo deve ser dado ao que mais precisa e maiores vantagens "Impedir a exploração do ferro do Amapá é estrangular o soerguimento da Amazônia", "O ferro do Amapá é a garantia do futuro da Amazônia", etc. (JORNAL AMAPÁ, 15 jun. 1946).

> a) Construção de uma via férrea de 180 quilômetros na parte central do Território abrindo à exploração os vales dos rios Matapi, Pedreira, Amapari, Araguari e Vila Nova e aproximando a ligação do Amazonas com a fronteira.
> b) Construção do porto de embarque de minério e de embarq e desembarque de mercadorias na margem do rio Amazonas e nas vizinhanças de Macapá.
> c) Visita de navios de grande calado que virão receber minério e poderão trazer mercadorias e equipamentos.
> d) Garantia de uma renda fixa ao Govêrno do Território a 1 de outubro de 1947, no mínimo de um milhão e duzentos mil cruzeiros (CR$ 1.200.000.00) anuais. Quando a exploração de minério atingir um milhão de toneladas renderá somente de "*royalty*" pelo menos CR$ 4.500.000,00 por ano sem nenhum novo ônus para o Govêrno além da cessão da primitiva área. Se a exploração atingir 3 ou 4 milhões anuais, *a renda crescerá a tal ponto que permitirá a auto-suficiência econômica do Território*.
> e) Garantia de uma renda fixa de 2,5% sobre o valor do minério explorado para os Municípios que possuírem as jazidas.
> f) Disponibilidade de 25% da capacidade de energia elétrica que for instalada no Território pela Companhia concessionária para o uso do Govêrno ou de particulares no consumo domiciliar ou industrial (JORNAL AMAPÁ, 4 maio 1946).

O governador, além de exaltar o contrato com a Hanna, a contribuição do capital estrangeiro para o desenvolvimento do Brasil. Para ele, esse c l produziria divisas e daria ao país a moeda necessária para comprarmos o que não produzíamos. Ao contrário das críticas de origem nacionalista, Janary Nunes afirmava obilizaria" o ferro e que isso aumentaria a riqueza e as possibilidades do progresso do país; portanto a exploração do minério de ferro do rio Vila Nova representaria uma possibilidade de progresso para o Brasil e um ato extremamente nacionalista (JORNAL AMAPÁ, 11 maio 1946).

Defendendo e reforçando o discurso nacionalista, o governo do Território apresentava a perspectiva de progresso sustentado na mineração e, ve, na siderurgia. Isso pode ser comprovado na manchete principal do *Jornal Amapá* de 22 de junho de 1946, que fez a defesa do contrato com a Hanna Company (Figura 3).

AMAPÁ

ANO 2 Macapá, 22 de Junho de 1946 N.º 66

O FUTURO DA AMAZONIA REPOUSA NO apoio que se der ao Amapá para a exploração da SUA RIQUEZA MINERAL

A POLITICA SIDERURGICA BRASILEIRA

Discurso pronunciado pelo Sr. Capitão Janary Nunes, Governador do Amapá

Figura 3: Futuro da Amazônia dependeria da exploração do ferro do Amapá

Foto: Indira Marques.

Como vimos, o contrato com a Hanna Company estabeleceu que 150 mil toneladas de ferro ficariam no Amapá para aproveitamento siderúrgico. Entretanto, a leitura do contrato, nesse ponto, indica que a realidade não era tão vantajosa quanto o discurso queria fazer crer, pois o minério que ficaria com o TFA seria aquele descartado pela empresa por conta de seu baixo teor, sem interesse econômico para a companhia. assim, o GTFA teria de pagar à empresa por esse minério, cujo destino normal seria o no. Além disso, 150 mil toneladas era o máximo que seria disponibilizado de um minério de baixo teor – talvez para evitar o estabelecimento de uma indústria siderúrgica porte que pudesse de alguma forma chocar-se com os interesses da Hanna Company. A Cláusula 34 do contrato estabelecia:

> Os minérios de baixo teor, extraídos durante a lavra da jazida ou jazidas mencionadas no presente contrato, em virtude dos trabalhos de lavra, e que, não sendo aproveitados pela EMPRESA, sejam abandonados no bota-fora das minas, ficarão disponíveis para o TERRITÓRIO até o máximo de 0.000 (cento e cinqüenta mil) toneladas métricas por ano, os quais o TERRITÓRIO poderá adquirir mediante um pagamento equivalente ao custo ou despesa média feita pela EMPRESA na boca da mina com a lavra desses minérios (JORNAL AMAPÁ, 11 maio 1946).

Defendendo o contrato com a Hanna Company, Glycon de Paiva afirmou em numa entrevista concedida a *O Jornal*:

> Tenho para mim, que o contrato [...] tem sido objeto de manobra hábil por parte de interessados na utilização de minérios do Sul do Brasil, de modo que, sob os mais variados pretextos, procuram impedir o aproveitamento de uma jazida mais bem situada que a deles, embora o minério seja de qualidade inferior. Tudo se passa como se houvesse o propósito deliberado da parte de um grupo de brasileiros do Sul do Brasil, de impedir o soerguimento econômico do Norte, temerosos de que com esse alevantamento econômico, decorra um poder político interno que deverá ser partilhado com o povo Amazônico e do Nordeste, beneficiados pela produção mineral e industrial do Amapá (O JORNAL, 22 jun. 1946).

A imprensa paraense também saiu em defesa do contrato, questionando as acusações de concorrência com Volta Redonda e a ameaça à integridade nacional:

> Na indústria de ferro que só agora se concretiza no Brasil, a ação propulsora norte-americana de capitais, maquinaria e técnica é muito mais extensa e profunda em Volta Redonda que a projetada em Macapá, evidenciando capacidade do argumento de que a primeira é a libertação nacional, e a segunda, uma presa do capitalismo colonizador.
> Em Volta Redonda a cooperação ianque resultou de um convênio entre os dois países, com financiamento através do Export Import Bank, tão oficialmente quanto fora a aquisição de máquinas e técnicos; em Macapá, a em escala muito menor, será em base do contrato preliminar firmado entre o govêrno brasileiro por seu representante no Território do Amapá, e a empresa particular norte-americana Hanna Exploration Company.
> Não há quem seriamente possa concluir que o capital, e a maquinaria e a técnica norte-americana, provenientes de um convênio direto entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil, exerçam influência libertadora em Volta Redonda, e, por serem fornecidos por empresa particular, constituam infiltração imperialista em Macapá (ESTADO DO PARÁ, 16 ago. 1946).

As negociações em torno da exploração do ferro do Amapá pela Hanna Exploration em alguma medida anteciparam o que se firmaria logo em seguida no tocante ao manganês. Afora isso, o centro da exploração ferrífera localizava-se no Sudeste brasileiro, como os projetos de desenvolvimento da siderurgia nacional, de modo que os projetos distantes do centro dinâmico no processo de industrialização brasileira não despertava muito interesse no

empresariado nacional e no próprio governo federal.[128] Mas isso não foi suficiente para que a tentativa de exploração do ferro no Amapá, por meio da atração de uma empresa estrangeira, ficasse isenta das críticas nacionalistas, ao contrário. A desistência da Hanna Corporation de dar continuidade ao empreendimento, ao considerar economicamente inviável a exploração do minério de ferro,[129] fez com que o debate perdesse fôlego, não sem antes a ontar alguns caminhos que deveriam ser trilhados pelos empreendimentos futuros.

4.4 O MANGANÊS AMAPAENSE NO CENÁRIO DAS DISPUTAS INTERNACIONAIS

Até pelo menos os anos 1930, manteve-se uma divisão internacional do trabalho segundo a qual os países industrializados participavam do mercado mundial exportando um amplo leque de mercadorias, destacando-se os produtos industriais, com maior valor; os demais países concentravam-se, grosso modo, na produção de produtos de origem primária, cuja exportação deveria gerar divisas para pagar a importação de manufaturados.[130]

Isso mudou, segundo Hobsbawm (2000),[131] com a Grande Depressão, principiada com a queda da bolsa de Nova Iorque em 1929. Os preços dos produtos primários caíram mais intensamente que os dos países metropolitanos. Essa situação impulsionou a crise do

[128] Fosse por que seus interesses de fato se localizavam no Sudeste, ou porque não tinham condições ainda de realizar projetos de mesma envergadura em outras regiões.

[129] "As sondagens haviam revelado que o grosso da reserva era constituído de canga, material muito bom para uma siderurgia local, com carvão de madeira, mas pobre e inadequado para o transporte e a venda no exterior. O minério rico e facilmente extraído não ia a mais de nove e meio milhões de toneladas, e como precisasse de um mínimo de quarenta milhões, a Hanna desistia do contrato" (BASTOS, 1956, p. 46).

[130] Ocorreria uma troca desigual, o processo por meio do qual as colônias e semicolônias tendiam a trocar quantidades crescentes de seu trabalho (ou produtos de seu trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (MANDEL, 1982).

[131] Para essa temática, além dos autores que serão citados, tomamos como referência ainda Singer (1976), Beaud (1987) e Bentes (1992).

colonialismo[132], que já vinha de antes. A Segunda Guerra Mundial, a emergência de movimentos e de governos nacionalistas e a adoção de políticas industrialistas em alguns países da "periferia"[133] foram elementos a mais nessa situação de forte instabilidade nas relações internacionais.

O pós-guerra foi caracterizado, entre outros fatores, pela crise do sistema de relação entre países centrais e coloniais/subcoloniais, pela busca da industrialização por países subdesenvolvidos, por mudanças na divisão internacional do trabalho, por um intenso crescimento econômico – que Hobsbawm (2000) rotulou de "anos dourados" – e, finalmente, pela Guerra Fria e pela divisão do mundo entre EUA e URSS.[134] Esses elementos tiveram reflexos na questão mineral. Esgotaram-se algumas minas; além disso, alguns países, fontes de reservas minerais, enfrentavam guerras de libertação nacional ou estavam tomados por governos nacionalistas ou de proximidade com a URSS. Isso gerava indefinição quanto à estabilidade do abastecimento da indústria norteamericana e européia. Como resultado, as duas economias passaram a buscar novas fontes de reservas minerais.

O manganês era um minério estratégico para a economia undial, fundamental na siderurgia – principalmente para a produção de aço. Os EUA eram o produtor e consumidor de aço, tendo consumido, entre 1955 e 1957, em média mais de 2.150.000

---

[132] O centro metropolitano do colonialismo era a Europa, dele também participavam os EUA em algumas áreas e o Japão até a Segunda Guerra.

[133] O termo foi definido e divulgado pela Comissão Econômica Para a América Latina (Cepal), parte da ONU. Após a Grande Depressão, uma série de países subdesenvolvidos principiou ou intensificou um processo de industrialização, o que foi acompanhado do estabelecimento nesses países de subsidiárias de indústrias de nações desenvolvidas, ocorrendo, então, uma exportação de capital produtivo numa proporção maior do que havia sido observado até então, principalmente se levarmos em consideração o fluxo em direção da periferia do sistema mundial. Impulsionou-se assim a formação e a expansão de empresas multinacionais. Essa industrialização já se iniciara antes, tendo sido estimulada durante a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, no decorrer da Segunda Guerra, quando alguns países, dada a dificuldade de abastecimento, passaram a incentivar a produção de produtos até então importados. Quando a guerra terminou, esses países não estavam dispostos a retornar à condição anterior.

[134] Entretanto, segundo Hobsbawm (2000), apesar das relações conflituosas entre esses dois países, com exceção de alguns momentos em que a tensão ameaçou sair do controle (fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, por exemplo), o pós-guerra foi marcado por um acordo não declarado de não ão entre EUA e URSS: "a peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia o perigo iminente de guerra mundial" (HOBSBAWM, 2000, p. 224).

toneladas de manganês. As reservas desse mineral conhecidas no chamado bloco ocidental eram distribuídas de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1: Reservas de manganês conhecidas no bloco ocidental.

País	**Toneladas**
Índia	92.000.000
Brasil	78.000.000
Marrocos francês	47.000.000
Turquia	12.000.000
Costa do Ouro	10.000.000
África do Sul	3.000.000
México	2.000.000
Chile	1.000.000
Total	**245.000.000**

Fonte: Lemos (1959).

Se compararmos esse total de 245 milhões de toneladas reservas somente da URSS (660.000.000 t), veremos a desproporção a favor do bloco soviético. Ademais, pelos dados levantados por Lemos (1959) para o período de 1955 a 1957, os EUA que consumiam mais de 2,15 milhões de toneladas de manganês produziram em 1957 tão-somente 325 mil toneladas. No bloco ocidental, o grande produtor era a Índia (1.3 .000 t em 1954),[135] seguida pela Costa do Ouro (766.536 t),[136] pela África do Sul (680 mil t) e pelo Gabão (350 mil No bloco soviético, a produção média do período de 1948 a 1952 somente da URSS foi de 2.960.000 toneladas.

Em 1957, os EUA importaram 2,78 milhões de toneladas de manganês, o que significava que seu consumo era abastecido em ampla maioria pela importação. A Índia era seu principal abastecedor nos anos 40 (26,4%), seguido por Brasil, África do Sul, Costa do Ouro e Cuba, entre outros. Também dependiam de importação a França (678 mil toneladas

[135] Esse número é bruto. No ano seguinte (1955), segundo Lemos (1959), a Índia produziu um total de 720 mil t de manganês contido no minério.
[136] Média de 1948 a 1952.

importadas), a Alemanha (307 mil t) e o Benelux (110 mil t), grosso modo abastecidos principalmente pela produção indiana.

Até 1938, a URSS havia sido a principal abastecedora de manganês economia estadunidense, mas, com a Segunda Guerra Mundial, ela deu essas exportações para os EUA, retornando em 1945 e suspendendo em definitivo em 1952 como represália à aprovação no Congresso norteamericano da lei do deputado Luring Battle que proibia a exportação para a URSS e seus aliados de materiais que pudessem ter fins militares ou paramilitares. Índia, Brasil e Costa do Ouro ganharam maior importância para os EUA. A partir de 1957, a Índia impôs novas condições à exportação, aumentando seus preços. Isso, somado ao fato de ser necessário utilizar o Canal de Suez para transportar o minério para os EUA, fez com que o Brasil se tornasse, no final dos anos 50, o principal para os norteamericanos (800 mil t). Por conta desses elementos, o governo estadunidense passou a empreender uma política crescente de formação de reservas de minerais estratégicos, incluindo o manganês, importando-os para estocagem.[137] Pelos dados de Lemos (1959), em 1957, do total de manganês produzido e importado pelos Estados Unidos, mais de um milhão de toneladas não foram consumidas, do que se deduz que formaram uma reserva estratégica.[138]

Diante desses fatos, podemos constatar a importância estratégica que passou a assumir o manganês brasileiro e destacadamente o do Amapá, devido a sua localização geográfica muito mais próxima do mercado norteamericano. O manganês de Mato Grosso[139] carecia de

---

[137] A política de estoques estratégicos dos EUA objetivav bém fazer cair os preços dos minerais no mercado internacional, pois isso diminuiria a dependência desse país e forçaria as nações fornecedoras a rebaixar o preço de suas exportações minerais.

[138] Os maiores produtores de aço norteamericano e, por derivação, também os maiores importadores eram United Steel, Bethlehem Steel, Republic Steel, Jone & Laughlin, National Steel, Youngstown, Iland Steel, Armco Steel, Kaiser e Colorado F. e I.

[139] As reservas de ferro-manganesífero de Urucum, Mato Grosso, foram descobertas em 1870 pelo Barão de Vila Maria. Somadas às dos arredores de Corumbá, eram estimadas em 60 milh de toneladas. Em 1943, o governo federal tornou o governo do Mato Grosso o titular da lavra do manganês de Urucum. Em 1948, o governo desse estado cedeu os direitos à Sociedade Brasileira de Mineração (Sobramil) que, por sua vez, firmou contrato com a Companhia Meridional de Mineração (subsidiária da US Steel) para a produção. Por cada tonelada produzida, a Meridional pagaria Cr$ 10,00 de *royalties* ao Mato Grosso e Cr$ 20,00, à Sobramil, ou seja, apenas por ser uma intermediária essa empresa ganharia o dobro do estado. Depois de denúncias, o contrato foi revisto em 1953,

estrutura de transporte por estar no centro do país, o de Minas Gerais era exportado pelo litoral do Sudeste, tendo de percorrer toda a costa brasileira. O minério amapaense saía diretamente no Atlântico, num ponto bem mais próximo dos EUA.

O período em análise, com crise nas relações internacionais, formação de estoques minerais nos EUA e aumento das exportações brasileiras para esse país, coincidiu com o período de descoberta do manganês no Amapá, a entrada da Bethlehem Steel no capital da Icomi, o empréstimo do Eximbank estadunidense, a montagem do complexo de produção e o início das exportações amapaenses em 1957. Assim, quando Brasil se tornou o principal exportador para os EUA, foi também quando se efetivou produção da associação Caemi-Bethlehem Steel no Amapá.

4.5 DA DESCOBERTA DO MANGANÊS AO CONTRATO COM A ICOMI

A descoberta do minério de ferro e o contrato assinado com a norteamericana Hanna Exploration Company levaram o GTFA a intensificar a campanha por minério (inicialmente carvão de pedra), só que agora direcionada para a busca de novas jazidas de ferro. Como conseqüência dessa campanha, em 1945, o garimpeiro e comerciante Mário Cruz,[140] que atuava na área do rio Amapari, apresentou ao governador Janary Nunes uma rocha de cor escura, que acreditava ser ferro, encontrada no lugar denominado Morro do Chumbo, nas proximidades da Serra do Navio (BASTOS, 1956; DR PEREIRA, 2007; REIS, 1949).

---

ficando o Mato Grosso com Cr$ 15,00 por tonelada e mais 3% sobre o preço do manganês embarcado até 250 mil toneladas e 3,5% para o que extrapolasse essa quantidade. Haveria uma antecipação de 30% dos *royalties*, e o arrendatário teria de reinvestir 20% dos lucros líqu S, 1959).

[140] Segundo Bastos (1956), que foi diretor da Divisão de odução do GTFA durante o governo Janary Nunes, o governador chamou Mário Cruz e indagou se ele sabia onde encontrar ferro. O caboclo disse que sim e foi buscar o ferro que havia encontrado anteriormente, mas, na realidade, tratava-se de manganês.

Sobre esta ação do governo do Amapá em desenvolver a campanha pela busca de minério. Leal (2007b) questionou a razão que levou o governador Janary Nunes a divulgar a premiação de quem encontrasse provas da existência de manganês no Amapá. Para esse autor, tanto o serviço geológico quanto a atitude do governador, que levou à descoberta do manganês, foram muito além do que a historiografia oficial apresentou: a descoberta do minério de manganês no Amapá como obra do acaso. Essa escamotearia a verdadeira história da busca do minério e sua apropriação, por causa das exigências da hegemonia dos Estados Unidos.

Quanto a essa afirmação, foi possível apontar alguns elementos de ordem local e externa. Do ponto de vista local, com base nas informações colhidas no relatório de Janary de 1944 (NUNES, 1946), já vimos que os municípios que estavam sendo desmembrados do Pará para formar o novo território passavam por forte crise econômica. Não havia indústrias, nem grande fluxo comercial, a produção agropecuária era fraca e o rebanho bovino havia sido reduzido. A castanha estava sem cotação no mercado internacional, e a extração de ouro, que durante algum tempo estimulou a economia local, estava em decadência. Era preciso de alguma forma reverter essa situação para justificar a do Território como unidade da federação. Nesse sentido, a possível ocorrência mineral contribuiria rápida e decisivamente para atingir esse objetivo.

Externamente, as colônias de países industrializados no Sudeste Asiático e na África em meados do século XX (e particularmente no pós-guerra) passavam por processos de descolonização, impondo sua independência. Isso suscitava algum grau de incerteza em relação à produção mineral explorada pelas multinacionais até então lá instaladas. Afora isso, já desde antes da guerra, havia uma corrida intensa pelo controle das reservas minerais no mundo. Alguns minérios, entre os quais o manganês, ass papel estratégico no tabuleiro do conflito entre os países, seja na disputa entre o bloco liderado pelos EUA e o liderado pela

URSS, seja dentro do próprio bloco de nações capitalistas. Dessa forma, as condições locais do TFA recém fundado e o cenário internacional tendiam a convergir.

Leal (2007b) assegurou que, quando da descoberta do manganês no Amapá, os mapas brasileiros sobre a área amapaense de ocorrência do minério eram muito imprecisos, era necessário recorrer a mapas norteamericanos, particularmente os do United States Department of the Interior, Geology Survey.[141]

Chegamos às seguintes conclusões: 1) antes da descoberta oficial do manganês, já havia registro institucional sobre a existência desse no Amapá; 2) esses indícios haviam sido comprovados por Mário Cruz em 1941 (com comunicado verbal ao Departamento de Produção do Amapá), acreditando-se, porém, tratar-se de ferro;[142] 3) as informações norteamericanas tendiam a ser mais precisas que as brasileiras; 4) apesar dos elementos anteriores, a descoberta do manganês na Serra do Navio ocorreu muito mais em função da busca de mais minério de ferro.[143] Esta última conclusão pôde ser confirmada não apenas pelas informações sobre os interesses demonstrados publicamente pelo governo do Território (particularmente após a descoberta do ferro do rio Vila Nova), também pela citação de matéria publicada pela revista *O Observador* de 1945, vinculada ao Ministério da Fazenda:

> Mas a riqueza que está fadada a alicerçar as bases definitivas e grandiosas da economia territorial é a do ferro. Os depósitos até agora descobertos e já estudados, somam uma reserva de mais de 100 milhões de toneladas, sendo o seu teor

[141] Segundo esse autor, isso ficou comprovado no mapa do DNPM com a inscrição de original do United States Department of the Interior, Geology Survey.

[142] O diretor desse departamento, Miranda Bastos, reproduziu o diálogo de Mário Cruz com o governador amapaense. Ao ser-lhe perguntado se sabia onde encontrar ferro, Cruz respondeu: "sei, sim, senhor. É num igarapé defronte da serra do Navio, no rio Amapari, onde acampei uma vez em 1941. Eu até avisei o Dr. Miranda Bastos, quando ele estava organizando o mapa econômico do Amapá, na qualidade de diretor da Divisão de Produção" (CRUZ *apud* BASTOS, 1956, p. 47).

[143] Diferentemente do que afirmou Leal (2007b), a campanh ão era por manganês em si, mas particularmente e principalmente pelo ferro.

> metálico de 68%, igual aos dos melhores minérios de Itabira (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, n. 109, 1945, p. 132).[144]

Em síntese, a descoberta do manganês do Amapá não foi obra do acaso; mas não havia tampouco pleno conhecimento sobre o minério, nem se elaborou um plano detalhado antes da divulgação da sua descoberta. As informações anteriores apontavam indícios, mas o objetivo central do governo do Território era o ferro. Essa conjunção levou à descoberta do manganês amapaense.

As amostras apresentadas ao governador por Mário Cruz, de acordo com Reis (1949) e Bastos (1956), foram examinadas primeiramente por Fritz Ackermann, que identificou o minério como sendo manganês. O governador também enviou a amostra para ser examinada na sede nacional do DNPM, onde o engenheiro de minas Glycon de Paiva examinou-a e confirmou a avaliação de Ackermann, afirmando que se tratava de minério, não de ferro, mas de manganês de alto teor.

Glycon de Paiva, ainda em 1945, visitou e examinou[145] o depósito de manganês de Serra do Navio, constatando não apenas o seu alto teor mineral, como também o grande volume e a proximidade com o mercado norteamericano. Ele concluiu que os depósitos eram de grande viabilidade econômica, especialmente no comércio internacional, uma vez que, apesar de serem menores que os da URSS e da Índia, eram superiores a alguns dos maiores depósitos conhecidos naquela época (África do Sul, Gana, Congo Belga, Marrocos, Angola, México e Cuba). Glycon de Paiva, com base nas características do depósito, fez recomendações que ajudaram a definir a orientação comercial assumida pelo governo:

---

[144] Essa mesma matéria apresentou um sintético levantamento do quadro mineral do Amapá no qual não cita a existência de manganês: "O sub-solo é muito rico, sobretudo em minérios de ouro, ferro, cobre, prata, bem como jazidas de carvão de pedra. O ouro tem sua principal fonte no rio Cassiporé. A prata, o ferro e o cobre encontram-se nos rios Cunani, Araguari e Vila Nova. O carvão de dra no alto Calçoene, no rio Carnot, nas cabeceiras do rio Cachipour e do Yauê" (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, n. 109, 1945, p. 131).

[145] O *Jornal Amapá* (1947, n. 146) noticiou que, além dos estudos de Glycon de Paiva e do professor Leinz e outras autoridades na matéria, especialistas e industriais estrangeiros também fizeram estudos, como foi o caso da Union Mines Development Corporation.

concessão unitária a um mesmo empreendedor, no sentido de não ocorrer o fracionamento da área, pois isso inviabilizaria o aproveitamento do minério numa escala competitiva no mercado internacional. Por isso a área foi definida como reserva nacional:

> Glycon de Paiva teve a oportunidade de visitar as jazidas e de proclamar sua importância econômica. Providenciou-se, então, para evitar o parcelamento das áreas de pesquisa e lavra, a declaração de reserva nacional para as jazidas descobertas, determinando-se o seu estudo e aproveitamento, por intermédio do governo do Amapá e sob a orientação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, n. 251, 1957, p. 7).

Paiva destacou ainda que "o manganês do Amapá pode[ria] tornar-se um ponto básico da política exterior realista do Brasil na sua difícil tarefa de lidar com as outras nações para conseguir o que não tem, oferecendo o que dispõe e do elas precisam e não dispõem" (JORNAL AMAPÁ, 25 jan. 1947).[146]

Seguindo as orientações de Paiva, o governador do Território solicitou a ação do governo federal, que se manifestou por meio do Decreto-Lei n.º 9.858, de 13 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946b), no qual determinou que as jazidas encontradas fossem transformadas em "reservas nacionais" e que o GTFA procedesse aos estudos de aproveitamento do minério com a colaboração dos demais órgãos que atuassem no setor, sob o acompanhamento do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM). De acordo com o Decreto-Lei, a extração poderia ser feita por empresas particulares ou de economia mista, e caberia ao GTFA a participação nos lucros provenientes da exploração (JORNAL AMAPÁ, 10 ago. 1946).

Por razões já expostas, optou-se pelo grande empreendimento minerador privado. Tendo em mãos tais prerrogativas, o governo do Amapá tratou de repassar o direito de pesquisa e exploração do minério para uma empresa mineradora. Em 25 de setembro de 1946, foi publicado no *Diário Oficial da União* um aviso que convidava companhias de mineração a

[146] Entrevista publicada originalmente no jornal *A Vanguarda*.

visitar a área de ocorrência do manganês. Segundo Drummond e Pereira (2007), Janary Nunes enviou, em 1947, uma carta às empresas interessadas (nacionais e estrangeiras), acompanhada de um documento que informava as características do depósito e de um questionário que serviria de base para a seleção da empresa que oferecesse a melhor proposta. Três empresas visitaram o depósito[147] e enviaram resposta à carta. A United States Steel (por meio de sua subsidiária brasileira, a Companhia Meridional de Mineração), a Hanna Coal & Ore Corporation (associada à empresa que atuou no Amapá avaliando o ferro) e a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minério de Ferro e Manganês (Icomi).[148] Nem a Companhia Vale do Rio Doce, nem a Companhia Siderúrgica Nacional interessaram-se pelo empreendimento. Além de serem empresas recém-criadas, essas estatais buscavam financiamentos para seus projetos originais em implantação. Afora isso, o interesse mineral brasileiro (e as polêmicas) concentrava-se principalmente no ferro e, também, no petróleo. O manganês não despertava o mesmo interesse. A título de exemplificação, quase 10 anos depois, o consumo de manganês pela indústria brasileir girava em torno de 55 mil toneladas anuais (BASTOS, 1956).

Em 1947, o GTFA abriu licitação para escolher a empresa que faria as pesquisas de viabilidade da exploração. Participaram da concorrência pública as três empresas de mineração já citadas. Em 21 de novembro de 1947, o CNMM, em reunião deliberativa, selecionou a Hanna Coal & Ore Coporation para explorar o minério de manganês no Amapá. A Icomi recorreu da decisão. Além do recurso, seu presidente, Augusto Antunes, em audiência com Bernardino de Mattos, presidente do Conselho Nacional de Minas e

[147] Sobre a visita da Icomi ao depósito de manganês no Amapá, ver o n.º 97 do *Jornal Amapá* (1947).
[148] A Icomi era uma empresa brasileira que tinha sido recentemente criada – em 8 de maio de 1942 – em Belo Horizonte. Tornou-se oficialmente uma empresa mineradora com o Decreto n.º 10.221, de 13 de agosto desse mesmo ano (LACOMBE, 2006).

Metalurgia, defendeu seu ponto de vista sustentado num discurso nacionalista. Lacombe[149] destaca a justificativa de Antunes aos membros do Conselho: "Sem a confiança em nossos mineradores, jamais chegaremos a ter uma mineração brasileira de grande porte" (ANTUNES *apud* LACOMBE, 2006, p. 82).

Já aqui se observa que a Icomi soube inteligentemente se aproveitar das diferenças entre a corrente desenvolvimentista (nacionalista ou não) e a liberal. Quando se fez necessário, recorreu a um discurso nacionalista, chamando o Estado a apoiar a indústria nacional. Por outro lado, também recorreu ao capital externo e a uma companhia multinacional para garantir a exploração do manganês amapaense – chegando inclusive a dividir com essa companhia o capital da empresa que se instalava no Amapá. Segundo Bielschowsky (1996), Glycon de Paiva era um desenvolvimentista, porém não-nacionalista, o que significava que defendia a ampla atração de capita iro para o desenvolvimento da indústria brasileira.[150]

Duas reuniões no CNMM (em 28 de novembro e 2 de dezembro de 1947) ocorreram para tratar do assunto. O relator da decisão favorável à Hanna, Antônio José Alves de Souza, mudou o seu voto e escolheu a Icomi, no que foi acompanhado pela maioria dos conselheiros. Assim, em 4 de dezembro de 1947, por meio do Decreto n.º 24.156, o presidente Dutra autorizou o governo do Amapá a assinar um contrato de prospecção com a Icomi. Esse contrato seria redigido pelo CNMM e executado sob a sua supervisão. Em 6 de dezembro,

[149] Este trabalho citado não consta um ou mais autores. Ele foi um projeto de iniciativa da Fundação Caemi, sendo financiado pela Minerações Brasileiras Reunidas (MBR). Francisco Lacombe fez a revisão e assinou a apresentação.

[150] Não era necessariamente o que pensava o almirante Roberto Gama e Silva, que assim se posicionou criticamente em relação a Paiva: "merece destaque o [nome] do engenheiro Glycon de Paiva Teixeira, pela influência que teve na decisão responsável pela mudança no rumo original, traçado com a criação da frustrada Reserva Nacional [de Serra do Navio]. Como retribuição integrou o Conselho de Administração da futura Caemi, pelo menos até 31 de janeiro de 1981, data da publicação do documento incluído como anexo I-2 [que comprovava a denúncia]. O mesmo adepto do 'livre comércio', aliás, figurou durante anos como sócio da Kaiser Aluminum Overseas Incorporated, uma das 7 irmãs do alumínio, com 25,5% das cotas da mineradora Bauxita da Amazônia Ltda., da qual era inclusive, Gerente Geral" (SILVA, 1988, p. 24).

dois dias após a decisão do CNMM, o contrato foi registrado no cartório 5º Ofício de Notas, no Rio de Janeiro (livro 1.066, folha 72 e seguintes) (SILVA, 1988).

De modo geral, a proposta da Icomi assemelhava-se àquela apresentada em 1945 pela Hanna Company – que incluía construção de obras de infra-estrutura, estudo da viabilidade econômica do empreendimento, construção de uma estrada de ferro e porto no delta do Amazonas, desde que as jazidas alcançassem pelo menos 10 milhões de toneladas de alto teor, pagamento ao TFA de *royalties* de 4% do valor de venda do minério, concessão de 2.500 ha de terra para pesquisa e lavra,[151] cinqüenta anos para arrendamento das jazidas a partir do momento em que a Icomi tomasse a decisão de levar à frente a exploração do minério e pagamento de *royalty* adicional de 1% ao TFA ou obrigatoriedade de a empresa investir no Amapá 20% dos seus lucros líquidos.

Santos (1998), ao comentar o processo licitatório, ressalta que o governador do Amapá foi a pessoa encarregada pelo CNMM para prestar informações às empresas concorrentes e coletar suas propostas. Esse autor frisa, ainda, que o governador demonstrava preferência pela Icomi, pois esteve várias vezes no escritório da empresa em Minas Gerais. Além disso, pesava a favor dessa empresa o discurso nacionalista ainda presente no país e no Congresso – que fazia restrições a empresas de capital estrangeiro que se propusessem a explorar riquezas naturais do subsolo brasileiro. Contribuía também para a preferência pela Icomi o Código de

[151] Os 2.500 ha seriam delimitados pela Icomi. A primeira parcela de 1.500 ha deveria ser efetivada até 31 de dezembro de 1951 e a segunda parcela de 1.000, se necessária, até 31 de dezembro de 1952. Os dois prazos foram cumpridos. Segundo Drummond e Pereira (2007), o governador Janary Nunes enviou a documentação referente à demarcação ao CNMM para aprovação. O órgão repassou o documento ao DNPM, que recomendou que um decreto presidencial oficializasse a concessão Isso só aconteceu em 10 de dezembro de 1956 pelo Decreto n.º 50.505. Esses autores destacam que as críticas às grandes concessões de terra, pres na literatura dos grandes projetos amazônicos, não se aplicam à exploração do manga do Amapá, já que o perímetro minerador correspondia a apenas 0,17% do território amapaense. Eles ressaltam ainda que a concessão de terra foi paga pela empresa na forma dos *royalties* estabelecidos no contrato. Assim, a concessão de terras "não foi nem enorme nem gratuita". Diferentemente dessa interpretação, os *royalties* são um pagamento pela utilização de um recurso não renovável, e não uma compra de terras. O contrato previa também concessão de terra para a empresa. A área correspondia a 2.300 ha que foram demarcados na mesma época das áreas já citadas. Essa outra área serviria para sediar as demais instalações necessárias ao funcionamento do empreendimento. A Icomi também não pagou por essa concessão complementar. No total de concessão de terras, a empresa ficou com 4.800 ha.

Águas e Minas implantado pelo Decreto n.º 24.643, de 1 de julho de 1934, que qualificava todos os corpos aquáticos e riquezas minerais como patrimônio nacional, exploráveis apenas por concessão do governo federal. Assim, desde 1934, c iniciativa de pesquisa ou de exploração mineral realizada no país dependia de alvarás específicos, cuja emissão ficou sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Além de as companhias mineradoras terem de estar sediadas no Brasil, os seus diretores também tinham de ser brasileiros. Esse código expressava bem a centralização e o nacionalismo do período de sua criação.[152]

Além do cenário internacional, contribuíram para a instalação da Icomi no Amapá, nos moldes em que se deu, entre outros, três elementos que queremos destacar. Em primeiro lugar, o manganês não estava no centro do debate nacionalista, que se concentrava, desde os anos 1920, no ferro, a partir da experiência da Itabira Iron Ore Co. Nos anos 1940 e depois, ganhando força na década de 1950, o petróleo entrou na cena do debate nacionalista. Desde os anos 1940, a Icomi preparou-se para o estabelecimento de uma produção voltada para o mercado externo.[153] Em segundo lugar, a Icomi soube reverter a seu favor polêmicas entre nacionalistas e desenvolvimentistas (nacionalistas ou o), recorrendo a um ou a outro conforme lhe convinha. Em terceiro lugar, o consumo de manganês pela indústria brasileira era ainda muito reduzido, ficando, em 1958, em pouco mais de cinqüenta mil toneladas anuais, o que era abastecido pela jazida de Morro da M faiete (MG) – explorada pela U.S. Steel por intermédio de sua subsidiária Companhia Meridional de Mineração (LEMOS, 1959). A produção da Serra de Navio superaria em muito o consumo nacional anual. Em

[152] Dizia o referido Código: "Art. 118. As minas e demais riquezas do sub-sólo, bem como as quedas dagua, constituem propriedades distintas da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Art. 119. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hydraulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma de lei. § 1º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou coparticipação nos lucros" (BRASIL, 1934, p. 55).

[153] "A exportação do minério de manganês era consentida livremente, mas se discutiam acaloradam as vantagens e desvantagens da exportação do minério de ferro; o contrato Faqhuar, referente à 'Itabira Iron Ore Co', era o grande pomo de discórdia" (SILVA, 1943, p. 105).

razão desses fatos, aliados à distância de Macapá em relação ao mercado consumidor brasileiro (Sudeste), configurou-se uma divisão de papéis: Minas Gerais abasteceria a indústria nacional e o Amapá voltar-se-ia para o mercado externo.[154]

Essas considerações podem também ser comprovadas por meio da Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: Manganês exportado em 1958-1959 por unidade da Federação (em toneladas).

Unidade	1958	1959
Amapá	614.168	752.776
Minas Gerais	55.626	145.028
Amazonas	16.713	17.000
Bahia	-	7.112
Espírito Santo	8.129	-
Mato Grosso	406	35.560
Total	**695.042**	**957.478**

Fonte: DNPM; Carvalho (1960).

O comércio externo de manganês pelo Brasil ocorreu majoritar a partir da exportação amapaense. Em 1958, ela foi de 614 mil toneladas, enquanto Minas Gerais exportou apenas 56 mil. No ano seguinte, embora o esta mineiro tenha exportado 145 mil toneladas de manganês, o Amapá exportou 753 mil toneladas.

O contrato assinado entre a Icomi e o GTFA em 6 de dezembro de 1947 foi de prospecção, prevendo que ela deveria começar antes de de março de 1948. Exatamente nesse ano, a empresa iniciou o trabalho de prospecção na Serra do Navio. Nessa etapa, os trabalhos consideravam a necessidade de encontrar pelo menos 10 milhões de toneladas de minério para que o empreendimento tivesse condições de competir no mercado internacional de manganês.

[154] "A política preconizada para nossa exportação de minério de manganês é a de ão preferencial dos minérios de alto teor de manganês do Estado de Minas Gerais, e exportação dos minérios das jazidas periféricas da Serra do Navio, no Território Federal do Amapá, e Urucum, no Estado do Mato Grosso, afastadas das regiões industrializadas do país, e, conseqüentemente, poderem [*sic*] desempenhar papel importante nas trocas internacionais, desde que estabelecidas correntes apreciáveis de exportação, de modo a influir, substancialmente, no suprimento mercado externo de manganês" (CARVALHO, p. 55). Observação: o autor da citação, José Guilherme de Carvalho, era engenheiro do DNPM.

O desenvolvimento do empreendimento para a exploração do minério envolvia várias etapas (pesquisa, prospecção, instalações para o beneficiamento do minério, construção de ferrovia, porto, alojamentos, etc.), exigindo um grande investimento por parte da empresa – que, por sua vez, apresentava limitações financeiras. Dada tal dificu Augusto Antunes tentou formar um *pool* de empresas brasileiras para explorar o minério de manganês, mas pesaram contra a tentativa de Augusto Antunes as dificuldades presentes no Amapá: falta de comunicação, de transporte, de energia, etc., o que representava obstáculos a tal tentativa. Somava-se a isso o grau de desenvolvimento da acumulação de capital do empresariado brasileiro, que dispunha de pouco capital para um investimento bastante distante do centro dinâmico do processo de industrialização brasileiro – no caso, o Sudeste. Um dos empresários que recusaram a proposta da Icomi foi Ricardo Jafet, ex-presidente do Banco do Brasil, que, ao ser consultado por Augusto Antunes, respondeu: "para perder dinheiro lá no Amapá, prefiro perder mais perto de casa" (LACOMBE, 2006).

Ainda de acordo com Lacombe (2006), a empresa partiu para a tentativa de uma associação com uma companhia estrangeira[155] em função de alguns elementos: dificuldades financeiras da Icomi, falta de dinheiro do governo brasileiro para financiar os vultosos investimentos da exploração do manganês de Serra do Navio e, finalmente, não concretização da associação com empresários brasileiros.

Desde o início de sua investida no Amapá, Augusto Antunes iniciou viagens aos Estados Unidos procurando uma companhia siderúrgica como sócia dentro da formalidade da legislação brasileira, ou seja, um sócio que aceitasse participar da empresa que exploraria o manganês amapaense com no máximo 49% das ações. Drummond e Pereira (2007) afirmam que a U.S. Steel e a Hanna Corporation recusaram o convite da Icomi. Ao todo, foram quinze

[155] Ainda sobre a participação estrangeira, Drummond e Pereira (2007) afirmam que a empresa escreveu, nos anos 1980, sua historiografia oficial (inédita), na qual informou que a Icomi desde sempre planejara obter "recursos financeiros" externos para o estudo dos depósitos. Segundo ainda esses autores, pelo tamanho reduzido da empresa e pelo tamanho do depósito, já eram claros os indícios da intenção da empresa de associar-se a uma companhia de grande porte.

viagens àquele país; em junho de 1949, Augusto Antunes retornou ao Brasil com o acordo definido com a Bethlehem Steel Company[156] (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, n. 251, 1957, p. 7).

Para efetivar a participação de uma empresa estrangeira no empreendimento, a Icomi fez dois movimentos: um interno, reestruturando seu es o, e outro externo, revisando o contrato firmado entre ela e o governo do Amapá em 1947. Quanto às mudanças internas, podemos destacar a redefinição do seu *status* legal e financeiro para acomodar a Bethlehem Steel na exploração do manganês. Em 1948, a Icomi, na fase inicial da prospecção, reescreveu seu contrato social, acrescentando sócios e expandindo o seu capital de 500 mil cruzeiros para 2 milhões de cruzeiros. Seis meses depois, a empresa n sofreu mudanças internas, readequando novamente o seu estatuto e tornando-se uma sociedade anônima (companhia acionista). Em 1949, a empresa comunicou oficialmente governo do Amapá que estava em busca de um sócio estrangeiro.

A Bethlehem Steel aceitara o convite de Augusto Antunes e, em 9 de junho de 1949, as duas empresas assinaram o acordo. Em virtude de tal composição, surgiu, em 31 de maio de 1950, a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi), cuja finalidade era comportar os empreendimentos do grupo Antunes e, ao mesmo tempo, permitir formalmente a entrada da empresa norteamericana no capital da Icomi. A nova empresa dispunha de um capital de 10 milhões de cruzeiros. Em 5 de junho do mesmo ano, o capital da Icomi foi aumentado, passando de Cr$ 2 milhões para Cr$ 20 milhões. Ainda como parte das mudanças necessárias para a participação estrangeira, a companhia introduziu novas mudanças no seu estatuto, criando uma nova categoria de ações (ao portador):

[156] A Bethlehem Steel foi fundada em 1850 numa pequena cidade de ferreiros: Bethlehem, na Pensilvânia. Ela rapidamente se expandiu, mudou de dono, passou a adquirir outras empresas e a produzir materiais de e ferro-ligas e aços para grandes construções (eclusas, pontes, etc.). Com a Primeira Guerra Mundial, teve grande impulso, principalmente por sua construção naval. Durante a Segunda Guerra, a companhia produziu 40% dos navios de guerra dos EUA (AMAPÁ, 1955).

> [as ações] poderiam pertencer a investidores individuais ou a instituições anônimas, num limite de até 49% do capital social da empresa. Os donos das ações ao portador não tinham direito de voto e as demais ações nominativas só poderiam pertencer a brasileiros ou a uma sociedade organizada país e constituída por sócios brasileiros e que deveriam sempre exceder os 51% do capital social (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

O grupo Caemi ficou com as ações nominativas majoritár da Icomi e a Bethlehem Steel, com as ações ao portador.[157] Em 18 de janeiro de 1951, ocorreu outra grande expans o do capital social da Icomi, que passou de Cr$ 20 milhões para Cr$ 30 milhões. Os Cr$ 10 milhões foram conseguidos por via de emissão de ações integralmente pela Bethlehem Steel. Segundo a empresa, essa "compra" seria na verdade "um pagamento feito à empresa dos EUA pela ICOMI, em troca de serviços e equipamentos usados, desde 1948, na prospecção de Serra do Navio" (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 130-131). Em 26 de junho de 1952, uma nova expansão fez com que o capital da empresa atingisse Cr$ 39,2 milhões. Também aqui novos Cr$ 9,2 milhões de ações ao portador foram adquiridos pela Bethlehem Steel como "compensação" por seus serviços e equipamentos. Em 17 de dezembro de 1957, após o início das exportações, o capital da empresa foi ampliado para Cr$ 200 milhões, mantidas formalmente as proporções de ações entre a Caemi e a companhia norteamericana (FERNANDES, 1982).

Formalizava-se a associação com a empresa estrangeira sem "ferir" legislação em vigor, já que os arranjos obedeciam à "letra da lei" e à cláusula 36 do contrato – que, de acordo com a legislação mineral brasileira, exigia que a empresa que explorasse o manganês da Serra do Navio fosse de propriedade de brasileiros e que eventuais participações de acionistas estrangeiros fossem minoritárias.

A revisão do contrato entre a Icomi e o governo do Ama ocorreu em 1950, a partir da autorização concedida pelo presidente Dutra por meio do Decreto n.º 28.612, de 31 de

[157] Com isso, efetivou-se a participação da empresa norteamericana no empreendimento de exploração do manganês do Amapá. "Dessa forma [a empresa] consegue uma situação de contorno à exigência contida na Lei pelo repasse à BETHLEHEM das ações ao portador" (FERNANDES, 1982, p. 515).

maio de 1950 (BRASIL, 1950a), em resposta ao pedido da empresa feito no mesmo mês. O contrato foi registrado seis dias depois no cartório 21.º Ofício de Notas do Rio de Janeiro perante as testemunhas Glycon de Paiva, Valter Schmidt e Júlio Veras (SILVA, 1988), tendo sido ratificado pelo Congresso Nacional por meio da Le n.º 1.235, de 14 de novembro de 1950, e aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).[158] Assim, o novo contrato foi aprovado pelos poderes Executivo e Legislativo federais e pelo TCU. Ele não se restringia à pesquisa, incluindo também lavra e beneficiamento.[159]

Apesar da revisão do contrato datar de 31 de maio de 1950, as relações entre a Icomi/Grupo Antunes e a Bethlehem Steel já existiam desde, pelo menos, o primeiro semestre de 1949. Isso ficou evidente na ata da 3.ª assembléia ia da Icomi, de 18 de janeiro de 1951, que registrou a entrada da companhia norteamericana.

> Já é do conhecimento de todos a estreita colaboração entre esta Sociedade e a empresa norte-americana Bethlehem Steel Company no tocante às jazidas de manganês do Amapá, de que é arrendatária esta Sociedade.
> Ela já fez por conta de nossa Sociedade, por combinação feita pela diretoria com aquela entidade americana, extensos trabalhos de pesquisa, nas quais despendeu importância superior a US$ 10 milhões, sendo esperado a continuação das prospecções ainda absorva ainda outro tanto. A Bethlehem Steel deseja associar-se ao nosso empreendimento e se propõe a receber em ações o crédito resultante a seu favor. Isto nos proporcionará a vantagem de ter uma associada experiente e prática no ramo de mineração cujas necessidades industriais próprias deverão torná-la consumidor seguro de nosso Território (INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A., 1951, s/p).

A citação acima, além de comprovar a associação da Behthlehem Steel com a Icomi muito antes da formalização por via de revisão do contrato, também deixava clara a intenção da companhia estadunidense: o minério em si para abastecer suas siderúrgicas nos Estados Unidos. Apesar do desejo do governo do Território, a empresa norteamericana não colocava em primeiro plano o estabelecimento de uma siderurgia Amapá – não apenas por ter suas

[158] Veja números diversos do *Jornal Amapá* de 1950.
[159] Álvaro da Cunha questionou a rapidez da revisão do contrato e o processo de sua negociação, concluindo que a revisão "exprimia, sim, modificação básica e total dos interesses da Companhia" (CUNHA, 1962, p. 17).

plantas industriais e seu principal mercado consumidor sediados nos EUA, como também pelo volume financeiro que o investimento requeria, o implicava, por exemplo, a construção de uma hidrelétrica.

O contrato revisto em 1950 estabelecia, a partir de então, que a empresa teria liberdade de exportar um mínimo de 500 mil toneladas anuais (cláusula 31) e que o abastecimento da indústria nacional ficava condicionado ao cumprimento os compromissos com terceiros e o disposto na cláusula 31 (cláusula 34) (INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A., 1950), ou seja, o abastecimento da indústria brasileira dependia do cumprimento anterior dos contratos de exportação, que envolveriam no mínimo 500 mil toneladas anuais.

O novo contrato destacava, entre outras coisas, as condições mínimas para o início do processo de extração do minério. Além disso, estipulava que o ano de 1951 seria o último prazo para a empresa concluir as pesquisas e apresentar os resultados que determinariam a quantidade de minério e a sua possibilidade de extração comercial. Estabelecia também que seria necessária uma reserva de manganês de no mínimo 10.000.000 de toneladas, para justificar os gastos com altos investimentos, como a construção de uma estrada de ferro que ligaria a mina ao porto de embarque, numa extensão aproximada de 200 km.

O novo contrato autorizava também a exploração com exclusividade e por arrendamento num prazo de 50 anos e permitia que a companhia constituísse sociedades comerciais com empresas de origem estrangeira, reservando aos brasileiros pelo menos 51% do capital.[160] Essa cláusula permitiu que a Icomi regularizasse sua com a Bethlehem Steel Company. Entre as cláusulas do novo contrato, estava a que estabelecia a obrigação da empresa de investir em novos empreendimentos 20% dos lucros líquidos anuais obtidos com a extração do manganês. Se não fizesse isso, ela dever pagar um adicional de 1%, que seria

[160] "Cláusula 36 – A Empresa poderá assumir qualquer das formas ou tipos legalmente admitidos no país para as sociedades comerciais, reservados sempre a brasileiros, pelo menos 51% do respectivo capital. Poderá admitir sócios estrangeiros, cuja participação no capital social não excederá, entretanto, 49%" (INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A., 1950).

somado aos 4% já fixados nos *royalties* (INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A., 1950).

Em 1951, a Icomi e a Bethlehem Steel apresentaram ao governo do Ter io o relatório final de prospecção, descrevendo a existência de 10.000.000 de toneladas de minério de manganês de alto teor:

> a maior parte do minério estava na margem esquerda do . As coordenadas dos depósitos eram 1º02' N (latitude) e 52º02' W (longitude). As altitudes variavam de 88 m snm (acampamento principal) até 320m (topos dos m os). Foram feitas 166 perfurações para retirada de amostra, totalizando 8.230 m lineares. Foram identificadas 10,6 milhões de toneladas recuperáveis de minério, com um teor médio de 46% (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 127).[161]

De posse dos resultados da pesquisa e com o respaldo d GTFA, a empresa resolveu buscar financiamento externo para a implantação do empreendimento. Podemos deduzir que a entrada da Bethlehem Steel na composição acionária da já era parte dessa necessidade de captação de um empréstimo externo. Tendo uma empresa do porte da companhia estadunidense como co-proprietária, ficava mais fácil alcançar esse objetivo.

Em 14 de novembro de 1950, o Congresso Nacional aprovou a Lei n.º 1.235, assinada e promulgada pelo presidente Dutra. O objeto dela eram as garantias que o governo brasileiro deveria dar a um empréstimo de US$ 35 milhões que a Icomi buscava contrair junto ao Banco Mundial (BIRD) – valor calculado pela empresa como necessário para a instalação do complexo de exploração do manganês.[162] "Parágrafo único. O Governo brasileiro ficará subrogado nas garantias reais e outras que a Indústria e Comércio de Minérios S.A. – ICOMI dará ao International Bank for Reconstruction and Development" (BRASIL, 1951b, p. 1).[163]

---

[161] Essas estimativas foram elevadas posteriormente para 30 milhões de toneladas.

[162] No CNMM, com parecer favorável, Glycon de Paiva foi o relator do processo do empréstimo junto ao Bird.

[163] O governo brasileiro já vinha planejando uma série de investimentos em infra-estrutura junto ao Bird (REVISTA DO CLUBE MILITAR, n. 141, 1956). Mas esse empréstimo, especificamente, havia sido objeto de uma negociação inicial entre a Bethlehem e o Bird, como afirmou o presidente à empresa norteamericana: "prosseguindo nos seus esforços de cooperação, a Bethlehem entabulou negociações com o International Bank

Em 1951, a Icomi apresentou um novo valor para seu empreendimento, agora da ordem de US$ 48 milhões (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). A solução para o financiamento dessa nova cifra surgiu tão logo a empresa confirmou a participação da Bethlehem Steel na exploração do minério de manganês da Serra do Navio. Desse modo, essa parceria viabilizou uma solução de financiamento por via de empréstimo do Eximbank dos EUA. Esse empréstimo foi aprovado em 1953 e apresentava um teto de US$ 67,5 milhões. Esse valor incluía juros e eventuais acréscimos da inflação.

A Icomi conseguiu manipular a seu favor, de acordo com seus interesses, políticas sustentadas tanto no discurso nacionalista quanto no liberal. Nesse sentido, a formalização da abertura de seu capital para abrigar uma empresa multinacional na extração de minério brasileiro (ação que, a princípio, seria apoiada por liberais e criticada por nacionalistas), a tomada do empréstimo com o Eximbank e o comprometiment de abastecer os EUA ocorreram durante o segundo governo do presidente Vargas, político claramente marcado pelo rótulo nacionalista.

Esse novo empréstimo não estava respaldado pela Lei n.º 1.235, sendo necessária então a sua aprovação no Congresso Nacional, mas tal procedimento enfrentaria uma batalha política ideológica desencadeada pelos parlamentares nacionalistas. Assim, a Icomi, o governo do Amapá e o próprio Executivo federal fizeram todo o possível para evitar que o novo aval para o empréstimo do Eximbank enfrentasse os riscos do meio parlamentar. Tanto assim que as exigências do banco norteamericano foram minhadas pela Icomi ao governador do Amapá, que concordou integralmente com elas e repassou-as para o ministro

---

for Reconstruction and Development para um empréstimo Icomi, no montante de, aproximadamente, 35.000.000,00 de dólares para atender o principal financiamento para o projeto, incluindo a estrada de ferro acima mencionada, porto, instalações de minas e outras obras" (HOMER, 1951).

da Fazenda de Vargas, Horácio Lafer,[164] que também concordou, juntamente com Vargas. A aprovação presidencial foi divulgada no *Diário Oficial da União* de 11 de março de 1953.[165]

Para que o empréstimo fosse efetivado, era necessária uma garantia de mercado, ou seja, a certeza de que o produto teria comprador. A Icomi assinou, então, o acordo de garantia de mercado com o Defense Materials Procurement Agency (DMPA).[166] Pelo acordo, o DMPA garantia a compra das primeiras 5,5 milhões de toneladas produzidas de manganês (ao preço de US$ 0,65 CIF-Baltimore a tonelada)[167], das quais 30% seriam comercializadas com um abatimento de 10% em relação ao preço médio do mercado. A Icomi ficava obrigada a vender aos EUA 70% do manganês produzido e exportado; os 30% restantes poderiam ser vendidos a outros países, desde que cumpridas algumas exigências relacionadas ao pagamento do empréstimo (CUNHA, 1962; SILVA, 1988).[168]

As exigências do Eximbank foram validadas pelas mais elevadas hierarquias do governo federal brasileiro, sem passar pelo Congresso, solução que poderia causar atraso e alguma dificuldade política. Mas isso não aconteceu sem questionamentos. As exigências do

---

[164] Lafer havia sido uma indicação do PSD e era defensor um estreitamento das relações com os EUA, assim como da tomada de empréstimos junto ao Eximbank.

[165] Em 1958, o governador Janary Nunes prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito que analisou a ação do governo do Território no processo de instalação da Icomi no Amapá. Em seu depoimento, deixou clara a intenção de evitar a tramitação no Congresso: "para garantia de novo empréstimo, porém, demandaria longo trâmite e também demorada votação de uma nova lei pelo Congresso; em face de tal exigência, a ICOMI resolveu consultar o EXIMBANK" (NUNES *apud* SILVA, 1988, p. 30).

[166] Agência de Obtenção de Materiais de Defesa, órgão do no dos EUA para a aquisição e a estocagem de materiais estratégicos. Lembremos: nesse período, esse país já aplicava uma política de estoque de minerais estratégicos, fosse por conta da suspensão das exportações soviéticas, fosse com o objetivo de reduzir o preço dos minerais que a economia norteamericana importava. O mang era um mineral pouco encontrado no território estadunidense. Logo, o que estava em jogo não era apenas a ampliação dos custos para a implantação do projeto no Amapá.

[167] Enquanto o preço do manganês do Amapá (das primeiras 5,5 milhões de toneladas) foi definido em US$ 0,65/unidade Mn CIF (com 50% do minério tendo de obrigatoriamente ser embarcado em navios norteamericanos), a Índia recebia US$ 1,65 pelo mesmo minério exportado aos EUA. Esse minério, quando transformado em ferro-liga nos EUA (com alto consumo de energia), era comercializado a US$ 160,00 a tonelada (LEMOS, 1959). Observação: o preço FIB (*Cost, Insurance and Freight* – custo, seguro e frete) é aquele em que o vendedor assume todos os custos e riscos de transporte até o destino da mercadoria, seguro e frete; no preço FOB (*Free on Board* – posto a bordo), as responsabilidades do exportador acabam quando ele embarca a mercadoria no porto de partida (S I, 1999).

[168] No plano de industrialização do Amapá, aparentemente equivocado, esses valores foram apresentados em proporções inversas. A obrigatoriedade de venda aos EU seria de 30% (URECH, 1955). Já as informações de Cunha (1962) foram retiradas do depoimento do governador Janary Nunes à CPI que averiguou a instalação da Icomi no Amapá.

banco norteamericano implicavam, na prática, mudanças contrato original, que já havia sido revisado para permitir a entrada da Bethlehem Steel. Quando as alterações foram encaminhadas para registro no Tribunal de Contas da União, o ministro Pereira Lira, apesar de voto vencido, posicionou-se contra, por entender que o banco do governo dos Estados Unidos exigia "uma reforma substancial do contrato já istrado", o que se evidenciava em duas pré-condições novas:

> 1) permitir que se dobrem as exportações de 500.000 toneladas anuais, para um milhão de toneladas; 2) na forma alternativa de investimentos, dispensar a empresa da obrigação de investir em novos empreendimentos, no Território, vinte por cento dos lucros líquidos originados da exploração das minas (REVISTA DO CLUBE MILITAR, n. 141, 1956, p. 172).

O ministro questionou ainda a própria legitimidade do governo do TFA para assinar a escritura pública que reformulava o contrato a partir das exigências do Eximbank:

> O governo do Território Federal do Amapá, não tendo autonomia concedida aos Estados, nos seus negócios peculiares, não deve ter figurado na escritura na categoria expressa de outorgante, tanto mais quanto a de concessões de jazidas, minas e riquezas do subsolo é puramente federal, somente podendo ser delegadas as atinentes atribuições a Estados, membros da Federação (§ 3.º do art. 153 da Constituição Federal de 1946), e não a Territórios Federais (REVISTA DO REVISTA DO CLUBE MILITAR, n. 141, 1956, p. 172).

Pela portaria do Ministério da Fazenda, em cumprimento da ordem de Getúlio Vargas (despacho no processo P.R. 17.353/1953), a Icomi recebia autorização para o empréstimo de US$ 67,5 milhões junto ao Eximbank, formalizado no aditamento ao contrato de 1950 por meio de três cláusulas: a empresa passava a ter o direito de exportar as quantidades de manganês necessárias à quitação do empréstimo (cláusula 1.ª), podendo exportar até um milhão de toneladas; pagaria ao governo do Amapá um adicional de 5% sobre o manganês exportado (preço FOB) que excedesse as 500 mil toneladas (cláusula 2.ª); em relação à cláusula 35 do contrato de 1950, o TFA abria mão do reinvestimento no Amapá de 20% dos

lucros líquidos da exploração do manganês (cláusula 3. , ficando tão-somente com o acréscimo no *royalty* de 4% para 5% (BRASIL, 1953).[169] As tarefas de desenvolver, industrializar, atrair e implantar novos empreendimentos no Amapá passavam a ser exclusividade do governo amapaense. Na prática, isso caminhava no sentido contrário ao da constituição de um estado minerador-industrial, tal qual apresentado pelo governador amapaense.

Segundo a síntese feita pela própria Icomi, a oferta e as exigências do para conceder o empréstimo foram:

> 1. dava garantia de mercado para a aquisição de pelo menos 5,5 milhões de toneladas de minério, pela Defense Materials Procurement Agency (órgão federal dos EUA incumbido de comprar e estocar matérias-primas estratégicas);
> 2. exigia uma declaração do Executivo federal brasileiro de que o projeto de Serra do Navio era economicamente vantajoso para o país e que não existiam obstáculos ao empreendimento;
> 3. exigia provas de que a Icomi tinha o direito de explorar o minério nas quantidades necessárias para o pagamento de todas as parcelas do financiamento;
> 4. exigia garantia de que as receitas da Icomi geradas pela compra de minério pelo governo dos EUA poderiam ser usadas diretamente para o pagamento das parcelas do financiamento;
> 5. exigia garantia de que a Icomi teria isenções de impostos de importação para adquirir equipamentos para a sua infra-estrutura;
> 6. exigia garantia de que os navios que buscassem o minério no porto de Santana seriam rapidamente carregados e despachados;
> 7. exigia garantia de que o governo do Território trocaria temporariamente o reinvestimento local de 20% do lucro líquido da Icomi r um adicional de 1% nos *royalties*;
> 8. exigia garantia de uma solução para o pagamento do imposto de renda da Icomi (INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A., 1983, p. 63).

Além disso, o banco também requeria uma autorização do governo brasileiro para a "importação dos materiais necessários [do que se conclui que seriam dos EUA] à execução

[169] "Terceira – O Território exerce neste ato a opção a que se refere a cláusula 35 do contrato de arrendamento mencionado, de 6 de junho de 1950, de modo que a ICOMI deverá até a liquidação do empréstimo, pagar o acréscimo ao preço de arrendamento previsto em dita cláusula, e dispensada conseqüentemente do cumprimento da alternativa de investimento, também referida na mesma cláusula" (BRASIL, 1953, p. 2). De acordo com a estimativa de Cunha (1962), para um milhão de toneladas de manganês exportada, deveriam ser reinvestidos no Amapá 880 milhões de cruzeiros, caso se tivesse optado pela obrigatoriedade de a empresa aplicar no TFA 20% de seus lucros líquidos. Com a opção tomada de 1% a mais, obtinham-se tão-somente 148 milhões de cruzeiros, que, nesse caso, eram repassados ao governo do Amapá.

dos projetos, no valor de US$ 22.883.115 e independente da cobertura cambial imediata" (URECH, 1955, p. 45).

De acordo com as exigências do Eximbank, o governo brasileiro deveria garantir tanto a viabilidade econômica do projeto encabeçado pela Icomi (pelo menos do ponto de vista pagamento da dívida que se estava contraindo) quanto as exigências externas (continuidade das exportações, garantia de pagamento dos empréstimos, etc.). Desse modo, a aceitação das exigências pelo governo Vargas demonstrava a amplitude de seu nacionalismo: ao mesmo tempo que pregava a defesa dos interesses nacionais, meteu-se às exigências do capital externo, inclusive para captar empréstimos para um projeto privado que tinha uma multinacional como sócia privilegiada.

Drummond e Pereira (2007), em sua análise do empréstimo do Eximbank, consideraram as exigências "duras", mas não muito diferentes daquelas que faziam, e até hoje fazem, os bancos privados e as agências multilaterais. Segundo eles, muitas delas já constavam no contrato original e na Lei n.º 1.235. Afirmavam, ainda, os autores que o Export and Import Bank apenas solicitou a confirmação das exigências, por causa do ataque dos parlamentares, intelectuais nacionalistas ao empreendimento da Serra do Navio, Amapá. Por outro lado, Hebert Chairman, executivo do banco, sintetizou o interesse do Eximbank: "além de proporcionar substancial renda de dólares ao Brasil, o projeto representa um importante papel de proteção à indústria do aço americano contra a falta dessa liga essencial" (JORNAL AMAPÁ, 10 jan. 1953).

Os empréstimos foram destinados às principais obras que compunham o projeto de aproveitamento das jazidas de manganês: construção da de ferro, do porto de

embarque, da base de extração e beneficiamento e das duas vilas residenciais (Figura 4 e Figura 5).[170]

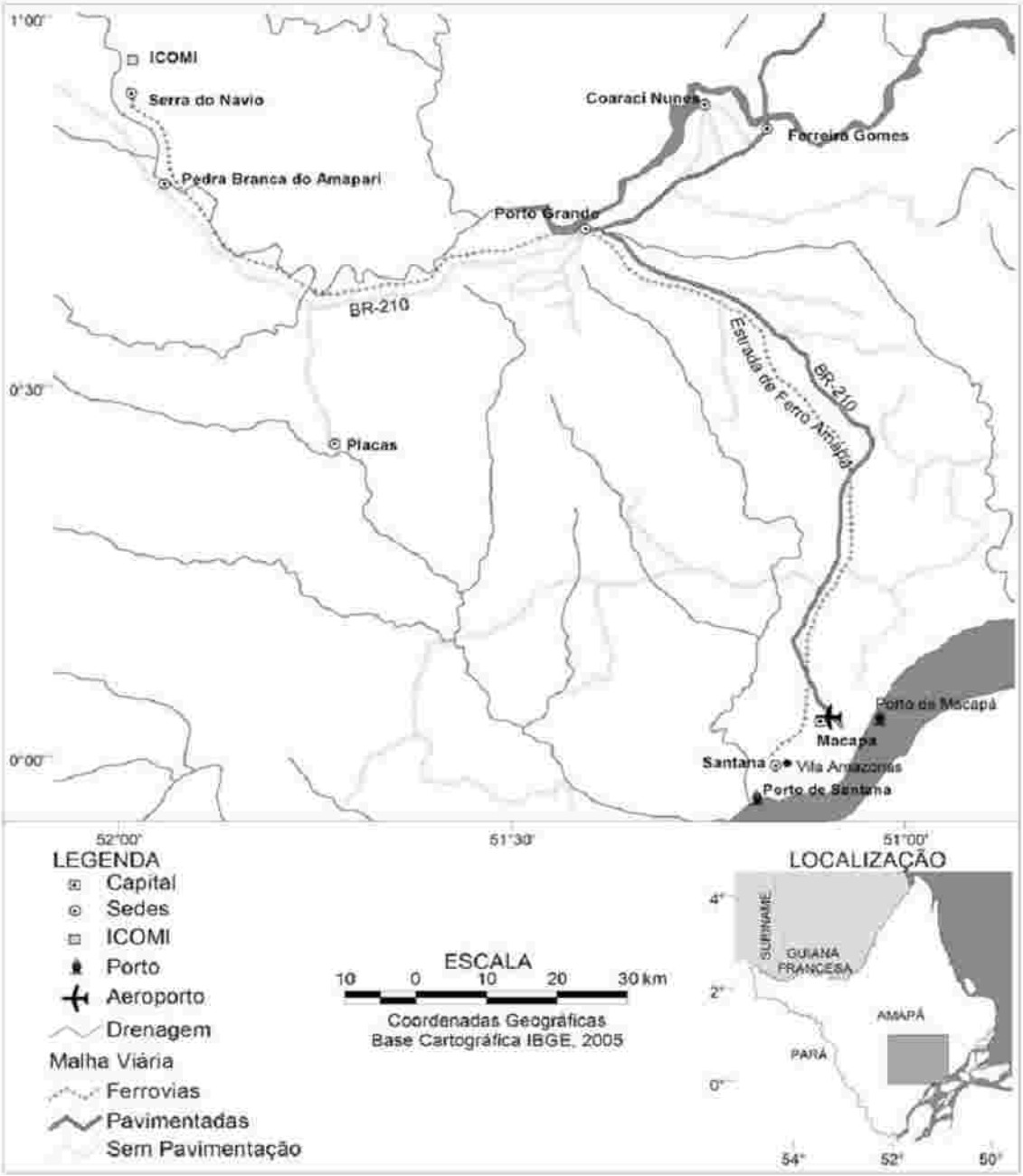


Figura 4: Complexo Icomi no Amapá.

Fonte: Monteiro (2003).

[170] Dos US$ 67,5 milhões disponibilizados pelo Eximbank, Icomi utilizou US$ 55 milhões. Ela reduziu sua meta de produção devido aos elevados encargos financeiros que enfrentaria (CAPES, 1959; FERNANDES, 1982).

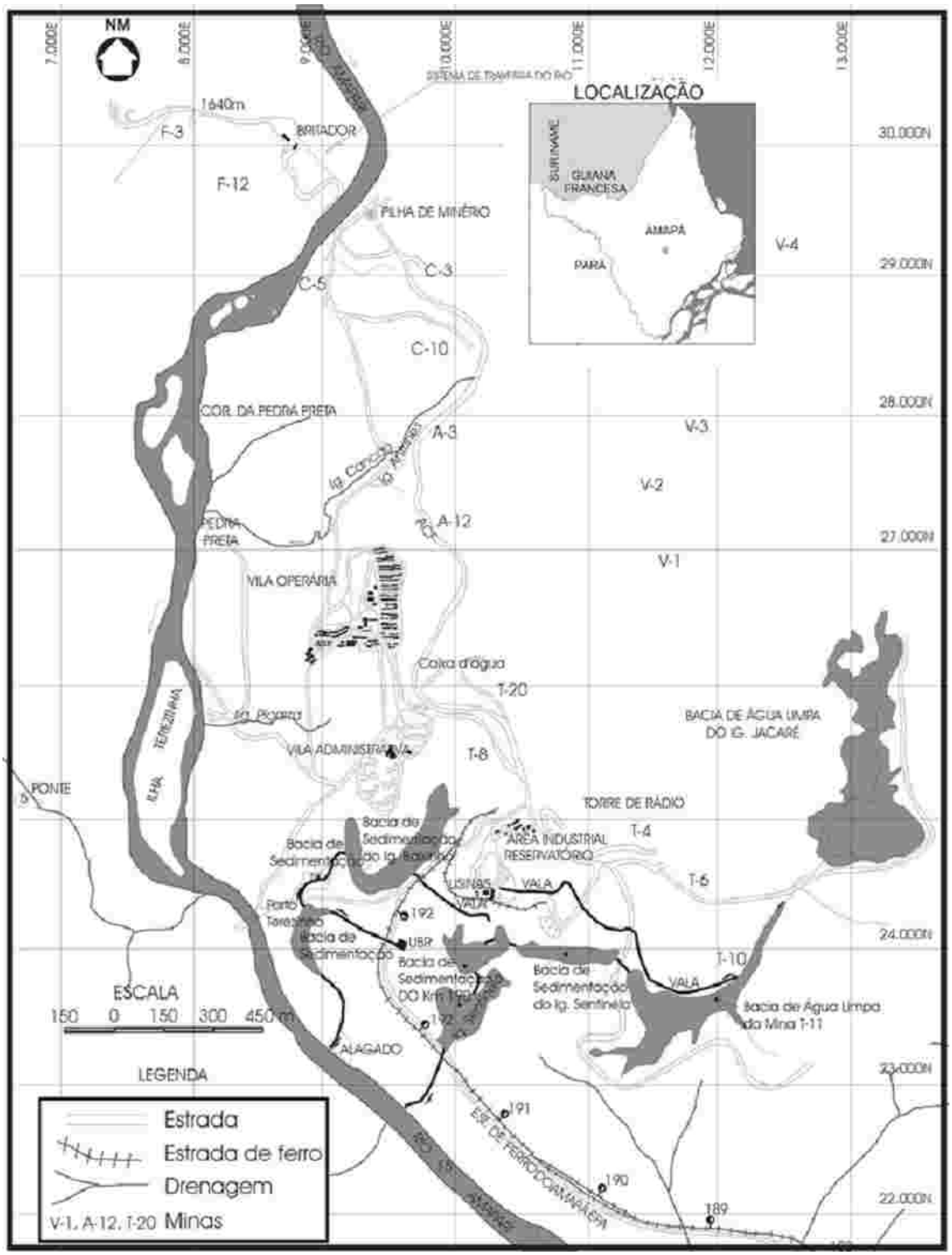


Figura 5: Localização das minas de manganês da Serra do Navio.

Fonte: Monteiro (2003); Icomi (1997).

Essas vilas seguiam os padrões norteamericanos de *company-towns*, ou seja, eram vilas com rede de esgoto, água potável, energia elétrica, coleta e tratamento de lixo. Havia dois núcleos habitacionais, um em Santana e outro na Serra Navio. Evidentemente, esse padrão urbano contrastava com a situação de pobreza presente no Território. O contraste era grande, especialmente entre as populações das vilas da empresa e as populações das áreas vizinhas. Não é difícil inferir o desejo dos moradores locais de conseguir um posto de trabalho na Icomi.

O aditivo ao contrato de 1950,[171] necessário para formalizar o empréstimo junto ao Eximbank, foi aprovado em 14 de julho de 1953 pelo Tribunal de Contas da União, mas, dez dias depois, em 24 de julho, foi negado o registro de concessão da ferrovia. Após intervenção direta da empresa e, explícita e intensamente, do governador Janary Nunes, o Tribunal registrou a concessão em 9 de outubro do mesmo ano. Segundo Fernandes (1982), a ferrovia custou US$ 27 milhões, equivalentes a 67% dos gastos com infraestrutura industrial.

A implantação da Icomi no Amapá recebeu críticas diversas. Segundo Drummond e Pereira (2007), as críticas diziam respeito, não à concessão de terras ou ao possível baixo valor dos *royalties*, mas, sobretudo, à presença da Bethlehem Steel no empreendimento. Evidentemente houve quem fizesse uma avaliação positiva da forma como se processou a implantação da Icomi no Amapá. Lacombe (2006), por exemplo, acreditava que o empréstimo do Eximbank fora muito vantajoso para o país e, principalmente, para a empresa, que soube tirar proveito do interesse dos Estados Unidos de não dependentes do minério da União Soviética. Drummond e Pereira (2007) seguiram o mesmo o, ainda que tenham afirmado que pretendiam não defender a empresa, mas fazer uma análise mais equilibrada.

[171] Aditivo que, por seu conteúdo, levou Cunha (1962) a afirmar que se tratava de um novo contrato.

4.6 A ICOMI E O PROJETO DE ESTADO MINERADOR-INDUSTRIAL

A existência de minérios e a necessidade de dar-lhes uma função econômica que justificasse a continuidade do Amapá como território federal e, ao mesmo tempo, apontasse uma perspectiva de autonomia futura, levaram à elaboração do projeto de um estado que se sustentaria na exploração mineral. A partir dela seriam atraídos outros empreendimentos, minerais ou não, que se instalariam no TFA. A extração mineral deveria conduzir à industrialização.

A primeira tentativa de elaborar algo nesse sentido está ligada à descoberta de ferro no rio Vila Nova. Porém, foi a partir da descoberta do minério de manganês e da implantação da Icomi que o projeto ganhou mais evidência. O governo do Território atraiu geólogos, geógrafos, engenheiros e empresas nacionais e estrange as para pesquisar a ocorrência de minérios no Amapá. O Departamento de Produção e Pesquisa do Serviço de Fomento à Produção Mineral do Amapá empreendeu diversas expedições que fizeram o levantamento geológico de várias áreas e inúmeros rios do Território, chegando até mesmo a elaborar mapas de localização de minérios (Anexo 2).

Os indícios de ocorrência mineral eram automaticamente transformados em notícia propagandística do governo do Território. De todas as apresentadas (Anexo 3), apenas o manganês foi extensa e abertamente explorado. Mas isso foi assim não por falta de vontade do governo local. O caso do ferro do rio Vila Nova é exemplar. O governador Janary Nunes convidou diversas empresas a retomar os trabalhos abandonados pela Hanna Corporation e a extrair o minério daquele rio.

Em 1950, Fritz Ackermann explorou o rio Caimaipi, principal afluente do rio Vila Nova, não constatando minérios. Em 1951, o governo do Território fez várias expedições mineiras aos rios Tartarugal, Araguari, Nutuacá, Preto, e nas regiões do Igarapé do

Lago e da área compreendida entre Mazagão e Mazagão Ve As expedições repetiram-se em outros momentos e atingiram outros rios e regiões amapaenses, como foi o caso da Serra do Tumucumaque (JORNAL AMAPÁ, 18 out. 1952).

As descobertas minerais eram anunciadas com grande expectativa de implantação de novas indústrias no Amapá. O cromo no Mazagão, estimado em 150 mil toneladas, foi divulgado no jornal local como mais uma possibilidade industrialização, com a instalação de uma usina de laminados a partir do convite feito pe governo do Território a Ricardo Jaffet.

Tanto o governador Janary Nunes como o representante do Amapá na Câmara Federal, Coaracy Nunes, atuaram em várias frentes no intento de apostar no desenvolvimento amapaense em torno da mineração – seja levando comitivas de industriais de diversos ramos de atividades ao Território, seja em audiência direta com ministros e com o presidente da República.

Em 1952, o governador Janary Nunes debateu com o presidente Getúlio Vargas a retomada da produção de ferro do rio Vila Nova por uma "organização brasileira"; o estanho do rio Araguari seria aproveitado pela CSN[172] e a cromita do rio Preto (Mazagão), por outros grupos. O governo do Amapá chegou a assinar contrato com a CSN para que ela pesquisasse cassiterita no TFA, partindo das ocorrências do igarapé Gavião, no rio Amapari.[173]

Outras matérias sobre a possível instalação de indústrias foram divulgadas pelo jornal do governo amapaense: instalação da indústria de pescado (Indústria Brasil de Peixe S.A.);

---

[172] A Companhia Siderúrgica Nacional enviou técnicos ao Amapá para analisar as possibilidades do empreendimento.

[173] As pesquisas seriam pagas posteriormente pelo GTFA quando a produção estivesse ocorrendo; além disso, esse governo transferiria o direito de lavra para a CSN. ém fruto das sondagens do governo amapaense, a Companhia de Mineração Vera Cruz ter-se-ia interessado em explorar o ferro do rio Vila Nova, o mesmo acontecendo com a mineradora brasileira Cruzeiro do Sul. Em 1957, Donald Towse, técnico da Kaiser Aluminum do Brasil, esteve no Amapá colhendo amostras de cromita no rio Preto (Mazagão) para análise de aproveitamento econômico. Durante a permanência de Jan y Nunes na presidência da Petrobrás diversas perfurações foram feitas no Amapá (rio Cajari e foz do rio Araguari) buscando descobrir petróleo, no entanto nada de significativo foi encontrado em termos de viabilidade econômica.

funcionamento da empresa Comércio, Indústria e Navegação (CINAL) no Amapá como empresa de navegação de cabotagem, graças ao Decreto n.º 40.423, de 26 de novembro de 1956; possibilidade da instalação de uma fábrica de ce lose por finlandeses; fundação da empresa Ferro Union do Brasil S.A. (FERUSA), como resultado da associação de um grupo de industriais europeus e norteamericanos com o alemão naturalizado brasileiro Paul Bremer.

Essa política de construção de um estado minerador buscava atingir, entre outras metas, o envolvimento do próprio governo federal que, alguma forma, incorporava-a, mesmo que informalmente. No início de 1952, Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso Nacional na qual destacou a importância mineral do Amapá, assim como sua intenção de industrialização local sustentada na mineração.

> O Território do Amapá apresenta perspectivas de amplo desenvolvimento, em virtude, principalmente das jazidas minerais localizadas no seu sub-solo. Sabia-se, desde os fins do século passado, da existência abundante de ouro aluvionar. Após a criação do Território foram descobertas jazidas de ferro, tantalita, cassiterita e manganês. No ano findo nova ocorrência mineral foi identificada: a de cromita, na região do rio Preto, município de Mazagão. Embora prossigam as pesquisas, os resultados obtidos são animadores, podendo-se estimar a existência de mais de 150.000 toneladas de minério de bom teor, economicamente aproveitável. Por outro lado, prosseguiram os estudos para o aproveitamento do minério de manganês do rio Amapari. Lembre-se que, excetuando-se as pesquisas de petróleo, os estudos de manganês são os mais importantes realizados no país no tocante a minerais [...].
> Continua a exploração de cassiterita nos rios Amapari Araguari. É de ressaltar, ainda, haver ressurgido o interesse pelo minério de ferro do rio Vila Nova [...].
> O atual governo, no entanto, está empenhado em criar, no Território, as bases para a instalação de um multiforme parque industrial. Daí haverem intensificado os trabalhos para o aproveitamento do potencial hidroelétrico da cachoeira do Paredão, no Araguari (JORNAL AMAPÁ, 22 mar. 1952).

As propostas de extração mineral, e possivelmente de industrialização, no Amapá dependiam da atração de capitais extra-locais: nacionais e estrangeiros. Isso não entrava em conflito com a política nacional, fosse do governo Vargas, Dutra ou Kubitschek. Na mensagem presidencial de 1951, o presidente Vargas, ao referir-se à Amazônia, ao mesmo tempo que afirmou que espaços desocupados despertavam perigosos, declarou que o

governo “não chega ao exagero de desprezar a cooperação alienígena e dos organismos que nos podem trazer, sob nossa orientação política e vigilância permanente, o subsídio da experiência técnica”. Para o desenvolvimento amazônico, a declaração presidencial concentrou-se no extrativismo, na borracha e na agropecuária. Entretanto, em relação ao TFA, a mensagem afirma que, “por outro lado, as descobertas de grandes jazidas de manganês e de ferro, no Amapá, cuja exploração é de grande interesse nacional, sugerem a intensificação das pesquisas geológicas, que nos venham revelar outras riquezas latentes na região, inclusive petróleo, cuja pesquisa me foi dado iniciar no Acre ocidental” (JORNAL AMAPÁ, 24 mar. 1951).

A proposta de um estado minerador-industrial, orientado por uma perspectiva de progresso e autonomia, tinha como elemento central a extração de manganês pela Icomi na Serra do Navio. Com essa produção, tentava-se estimular outros investimentos; daí a intensa busca de novas descobertas minerais. A mineradora seria a propulsora de um pólo de industrialização com base na siderurgia. Isso foi formalizado no Plano de Industrialização do Amapá – encomendado pelo governador Janary Nunes a Edouard E. Urech. Nele, em 1955, o economista suíço orientou a implantação de unidades de produção siderúrgicas ligadas diretamente à mineração e, evidentemente, à Icomi. Urech defendia a criação de um pólo mínero-metalúrgico, aproveitando o potencial hidráulico dos rios, a reserva de ferro do rio Vila Nova e a madeira da região, e uma de suas metas era a construção da hidrelétrica do Paredão. Além do beneficiamento de minérios e madeira, propunha ainda a industrialização de óleos e gorduras vegetais. Os investimentos para a zação do plano viriam dos *royalties* do manganês pagos pela empresa ao governo do Território. Assim, esse plano de desenvolvimento, além de evidenciar a tentativa de aprofundar a interação entre a companhia e o GTFA, buscava introduzir formalmente uma política pautada pela organização moderna da produção capitalista (um parque industrial) (URECH, 1957). O plano, grosso

modo, ficou nas intenções, particularmente quanto à implantação de unidades de produção siderúrgicas.[174]

Em 1958, foi elaborada uma carta econômica do TFA, apresentada na Conferência Internacional de Investidores realizada em Belo Horizonte. Ela centrava-se na mineração[175] e buscava atrair capitais externos para o Amapá. Também ano o governador Pauxy Nunes assinou convênios com a SPVEA para a realização de pesquisas minerais no TFA e contratou a LASA, empresa de serviços aéreos, para fazer o levantamento aerofotogramétrico das margens da rodovia Macapá-Clevelândia no trecho compreendido entre os rios Araguari e Tartarugal para verificar possíveis ocorrências minerais (JORNAL AMAPÁ, 3 jul. 1958, 12 dez. 1958).

O projeto de desenvolvimento e autonomia do Amapá esteve diretamente vinculado à mineração, mas as ações não se limitaram somente à extração e ao possível beneficiamento industrial de minérios. Estendiam-se, também, a outras atividades econômicas, como, por exemplo, o desenvolvimento da produção da agropecuária e a formação de seringais de cultivo.

No tocante à produção de borracha, a partir do estabelecimento de seringais cultivados, o governo amapaense buscava inserir-se nas políticas federais de apoio à produção de látex na Amazônia. No planejamento do TFA buscava-se plantar mais de um milhão de pés, principalmente em Mazagão e Macapá. Os recursos f ros viriam do Banco de Crédito da Borracha e, posteriormente, da SPVEA.

---

[174] O referido plano recomendava ainda que a iniciativa industrial fosse destinada ao capital privado e que o governo do Território colaborasse "apenas" facilitando a aquisição de terras, concedendo isenção de impostos, ou ainda criando as condições para o desenvolvimento industrial, como transporte fácil e energia abundante. O Amapá, segundo Urech, apresentaria, assim, elementos demonstrativos de vitalidade e de rentabilidade, tornando-se fonte de atração de capital e de mão-de-obra, o que resultaria em crescimento econômico (JORNAL AMAPÁ, 17 fev. 1957).

[175] Dos 16 empreendimentos sugeridos, os quatro primeiros, considerados os mais importantes, eram: mineração, em particular do ferro e alumínio; eletro-siderurgia; mineração não-metálica; metalurgia do alumínio. Na seqüência, vinham a fábrica de pasta e papel celulose, a indústria de madeira, de óleos vegetais e outras (JORNAL AMAPÁ, 19 jun. 1958).

Entre as expedições organizadas pelo governo do Amapá, havia algumas específicas, que visavam a exploração agropecuária. Em 1952 e 1953, estimulou-se a produção de arroz para exportação. Em abril de 1953, Donald Daniels, empresário norteamericano, visitou o Amapá juntamente com o industrial brasileiro Alberto Monteiro da Silva e P. C. Von Echerenberg (apoiado pelo adido da embaixada da Holanda no Brasil). A intenção era implantar nas terras do rio Maracá a Agro-Industrial do Amapá Ltda, para o plantio em larga escala de arroz, dendê, seringa e cana-de-açúcar, entre outros produtos.[176]Tentava-se diversificar a economia do Amapá.

A proposta de industrialização local, particularmente nto ao intento de estabelecer uma indústria de ferro-ligas, enfrentava problemas de ordem local, nacional e internacional. "O consumo nacional do produto ainda é pequeno[177] e as grandes siderúrgicas estrangeiras possuem fornos de redução do minério de manganês e não pretendem ficar na dependência de importações de ferro-ligas" (CAPES, 1959, p. 96-97). Afora esse baixo consumo nacional nos anos 1950, havia a exigência de grandes investimentos e de disponibilidade de tecnologia, condições não facilmente acessíveis à economia brasile da época – como as dificuldades e negociações em torno da implantação da CSN e da industrialização pesada no país.

Além dos elementos expostos, a questão energética tornava-se uma pré-condição fundamental para atrair capitais para a industrialização amapaense. O projeto de desenvolvimento econômico do Território, que levaria à sua transformação em estado, tinha formalmente como eixo a mineração e a industrialização – para as quais a energia elétrica e o manganês seriam indispensáveis.

Para garantir uma base energética às indústrias que quisessem instalar-se no Amapá, o governo do Território decidiu construir uma usina hidrelétrica de 100 mil kW na cachoeira de

[176] O governador Janary Nunes chegou a reunir-se com o Instituto do Açúcar e do Álcool na tentativa de viabilizar a instalação de uma usina de açúcar. O projeto envolvia a imigração de 500 famílias holandesas e 300 japonesas. Esperava-se contar com um empréstimo de US$ 10 milhões junto ao Eximbank, o que não aconteceu e contribuiu para a não efetivação do empreendimento.

[177] No caso do Amapá, havia um complicador a mais: a distância do mercado consumidor nacional, o Sudeste.

Paredão, no rio Araguari (Anexo 4). Na primeira fase, sua capacidade seria de 25 mil kW, o suficiente para abastecer Macapá, o porto de embarque e as instalações da Serra do Navio, e ainda sobrariam 10 mil kW para instalar uma indústria de ferro de manganês e pasta de papel. O projeto da hidrelétrica, apesar de estar l à industrialização como um todo, relacionava-se direta e imediatamente ao aproveitamento do manganê como deixou claro o governador Janary Nunes: "nesse particular, faço questão de esclarecer o aproveitamento da energia de Paredão é ligado interinamente à exploração do manganês" (JORNAL AMAPÁ, 4 out. 1952). Foi solicitado um empréstimo de US$ 5 mi ao BNDE, que negou o pedido. O empréstimo tentado junto ao banco estatal e a outras instituições teria como garantia os *royalties* do manganês. Por não ter conseguido o empréstimo, o governo amapaense resolveu criar, em 1956, uma sociedade de economia mista, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) (Lei nº 2.740). Seu capital seria subscrito pelo governo do TFA e pela SPVEA (contribuições do governo federal). Os *royalties* do manganês, que seriam pagos até 1965, cobririam, no planejamento original, metade dos custos da construção da hidrelétrica (CAPES, 1959).[178]

Também outros governadores insistiram nesse projeto. Foi o caso de Amilcar Pereira e Pauxy Nunes. Em 1964, pouco antes do golpe militar, o da época, Terêncio Porto, com a intermediação do então deputado Janary Nunes, negociou no Congresso recursos da ordem de Cr$ 11,5 bilhões para a conclusão da obra. Mas o golpe de 1964 provavelmente suspendeu temporariamente esses recursos. A hidrelétri só foi concluída em 1976, isso porque a Eletronorte assumiu o empreendimento em 1974, injetando recursos próprios.

[178] Ainda, pela mesma lei, o governo amapaense decidiu que até 1980 os *royalties* do manganês seriam integralmente destinados à construção da hidrelétrica – que foi denominada Coaracy Nunes, em homenagem ao deputado federal pelo Amapá morto em acidente aéreo.

4.7 A ICOMI COMO RECURSO POLÍTICO DESENVOLVIMENTISTA

O estabelecimento da produção de manganês configurou-se como o elemento econômico no discurso desenvolvimentista e autonomista da elite política amapaense. O projeto de desenvolvimento pautado pela industrialização-manganês-*royalties* apoiava-se também na infraestrutura implantada pela Icomi. Isso tudo era apresentado pela elite político-administrativa como elemento propulsor da nova dinâmica econômica do Território, para perspectiva de transformação em estado da federação e para o benefício de todos.[179]

A Icomi veio dar concretude ao discurso regionalista da elite política amapaense, ou seja, o discurso de progresso ganhou conteúdo econômico (Figura 6).

ANO 9 Macapá, Quinta-feira, 5 de Dezembro de 1953 Nº 480

O AMAPÁ SERÁ UM GRANDE PARQUE INDUSTRIAL

53º Aniversario De Assinatura Do Laudo Suisso

As comemorações nesta capital — Evocadas as figuras de Rio Branco, Joaquim Caetano da Silva e outros vultos imperecíveis

Figura 6: Manchete principal do *Jornal Amapá* prometendo transformar o TFA num grande parque industrial

Foto: Indira Marques.

[179] As inúmeras matérias do *Jornal Amapá* comprovam essa assertiva. Ao referir-se à ferrovia, o jornal afirmou: "A exploração do manganês no Amapá veio dar ensejo à construção, pela empresa concessionária – ICOMI – de uma moderna e completa ferrovia no extremo Norte do Brasil. Dinamizou-se uma riqueza e constituiu-se uma estrutura econômica duradoura. [...] abriram-se com a ferrovia amplas perspectivas para o Govêrno e o povo do Amapá. [...] A Marcha para Oeste concretizada no Setentrião brasileiro! Daí virão inegavelmente as grandes iniciativas sócio-econômicas. Será a ferrovia um meio de transporte de riquezas naturais e produtos agro-pecuários e um instrumento de política administrativa" (JORNAL AMAPÁ, ano 11, n. 704, 25 jan. 1956). Para o governador amapaense, "O forno siderúrgico, a estrada de ferro e o porto constituirão causa eficiente da autonomia econômica do Amapá em futuro próximo, permitindo-lhe a nova condição de Estado, prevista pela Constituição brasileira (JORNAL AMAPÁ, 30 abr. 1949).

Mas esse discurso não assumia uma postura de enfrentamento com o governo federal; ao contrário, a União era parte indispensável do progresso do Amapá. Por isso, nesse período, o debate autonomista buscava constantemente conteúdo e sustentação econômica.

A elevação do TFA a estado seria uma conseqüência natural desse progresso que se iniciava. Por causa desse e de outros elementos, o governo amapaense, e particularmente seu governador Janary Nunes, assumiu a defesa dos interesses da Icomi no Amapá, passando a tratá-los como interesses do Território, ainda que eles estivessem diretamente ligados aos objetivos produtivos da empresa (Figura 7).

ANO 8 — ÓRGÃO DO GOVÊRNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ — Macapá, 1 de Outubro de 1952 — Nº 304

67 Milhões De Dolares Para O Progresso do Território do Amapá

Construção de uma estrada de ferro e do Pôrto de Macapá — A energia hidraulica — O aspecto social e econômico — A grande cooperação da Força Aérea Brasileira — Fala à imprensa o Governador Janary Nunes

Regressa A[illegible] vernador D[illegible]

Macapá vai receber Janary Nunes A[illegible] to e na residencia [illegible] agem de seus am[illegible] Fortaleza — Tocará [illegible] Rocha, vindo esp[illegible]

Figura 7: Empréstimo do Eximbank seria, primeiramente, para o progresso do Amapá

Foto: Indira Marques.

O chefe do executivo amapaense assumiu o papel de interlocutor direto e privilegiado entre o empreendimento e o governo federal. Os contratos de exploração mineral, suas revisões, os empréstimos e outras concessões eram motivos de viagens do governador à capital federal. As garantias do governo brasileiro ao Eximbank foram negociadas diretamente por Janary Nunes junto ao ministro da fazenda e ao presidente da República. No

julgamento pelo Tribunal de Contas da União do termo aditivo ao contrato, decorrente desse empréstimo, o governador não apenas esteve presente como também fez a defesa do contrato da estrada de ferro, que havia recebido parecer contrário à concessão por parte do relator, ministro Pereira Lira.[180]

A possibilidade de implantação de um centro siderúrgico no Amapá com a exploração do manganês extrapolava a fronteira local e apresentava-se (ou era apresentada) como uma possibilidade de progresso industrial para toda a região amazônica. Isso, de modo geral, tinha relação com a grandiosidade industrial e moderna do empreendimento que, por sua vez, passou a representar para a Amazônia a promessa de redenção econômica baseada na siderurgia. Isso dependia, entre outros fatores, da expressão econômica da empresa no cenário amapaense e amazônico. Em 1958, os valores das exportações da Icomi representaram 62,1% de todas as exportações da região Norte. Diferentemente dos demais estados da região, o Amapá tinha sua economia hegemonizada pelo grande extrativismo industrial, reforçando a promessa de progresso por via da industrialização.

No projeto do estado minerador-industrial amapaense, destacou-se o momento da inauguração oficial das instalações industriais da Icomi (porto e ferrovia) e do primeiro embarque de manganês para o exterior em 1957. Esteve presente o presidente Juscelino Kubitschek. A sua presença não foi sem significação, v va demonstrar a importância alcançada pela empresa e pelo empreendimento sediado no Amapá. Da solenidade, participaram 143 convidados, além dos familiares de Antunes e dos diretores da empresa.[181] Juscelino Kubitschek ressaltou a importância da Icomi para o Amapá e para o Brasil:

---

[180] O julgamento foi adiado e, na reunião seguinte, novamente com a presença do governador na capital federal, o novo relator deu parecer favorável à concessão da estrada de ferro e do porto à Icomi (JORNAL AMAPÁ, 9 abr. 1953, 16 jul. 1953, 23 jul. 1953, 30 jul. 1953).

[181] Lacombe et al. (2006) citaram os políticos locais (como o governador e assessores) outras personalidades nacionais: marechal Eurico Gaspar Dutra, Tancredo Neves, João Goulart, João Café Filho, Ulisses Guimarães, Oswaldo Aranha, Negrão de Lima, Pedro Calmon, general Mourão Filho, Horácio Lafer, Glycon de Paiva, os ministros José Maria Alckmin e Nereu Ramos, além de vários órgãos da imprensa nacional, como O

> A exploração do manganês do Amapá tem significado nacional. A Icomi pretende exportar, em 1957, cerca de 700 mil toneladas. Somadas às 200 mil que Minas Gerais já vem exportando, o Brasil vai colocar no mercado mundial cerca de 50% do minério de manganês adquirido por ano, no exterior, pelos Estados Unidos. E perto de 30% do minério de manganês comercializado anualmente no mundo (KUBITSCHEK *apud* LACOMBE, 2006, p. 102-104).

O pronunciamento de Augusto Antunes exaltou o empreendimento "eminentemente nacional", a participação da Bethlehem Steel e o progresso econômico do Amapá:

> É uma obra eminentemente nacional – na sua origem e na destinação dos seus benefícios. [...] Uma associação de interesses de forma justa e eqüitativa com a Bethlehem Steel Company nos proporcionou, ao mesmo tempo, recursos, material humano e a experiência indispensáveis a um empreendimento de tal vulto. [...] Começa no Amapá uma era de prosperidade ímpar. Macapá transforma-se em uma cidade de significação internacional. O empreendimento da Icomi, por só, criou um elevado padrão de vida para milhares de pessoas no Território. As conseqüências indiretas, porém, representam ainda maior impacto na economia da região. Inúmeras atividades econômicas surgem, estimuladas pelas novas ndições criadas (ANTUNES *apud* LACOMBE, 2006, p. 99-101).

Janary Nunes (então presidente da Petrobrás) também discursou e ressaltou os avanços do Território com a Icomi: "agora já se perseguem novos objetivos: a Usina Hidroelétrica do Paredão, a conclusão da rodovia Macapá-Clevelândia ligando o Amazonas ao Oiapoque, a instalação da siderurgia, a penetração do vale despovoado na direção da Serra de Tumucumaque, a criação do Estado do Amapá" (JORNAL AMAPÁ, 10 jan. 1957).[182]

A ação política (GTFA e governo federal) e a empresa construíram uma imagem, uma ideologia dominante de grandiosidade, progresso e modernidade para o Amapá, e os empreendimentos da Icomi e a ação do governo amapaense eram sinônimos de progresso local. O GTFA atuou para estruturar o novo ente federativo, e a presença da Icomi foi

---

Globo, Diário Carioca, O Jornal, O Cruzeiro, Diário de Notícias, Diário da Noite, Tribuna da Imprensa, Rádio Nacional e Rádio Globo. Entre os jornalistas presentes, havia Carlos Castelo Branco e Ênio Silveira.

[182] O governador da época, Amílcar Pereira, afirmou: "A exploração do manganês do Amapá fornecerá o dinheiro para financiar as obras integrantes do Plano Industrialização, dando-lhe um novo tipo de economia local, e para libertá-lo do ônus, do gravame que ainda constitui para os cofres da União (JORNAL AMAPÁ, 10 jan. 1957).

elemento importante. As inúmeras ações concretas do governo do Território e da empresa foram também acompanhadas de ações de ordem propagandista, como o Jornal Amapá, a Rádio Difusora do Amapá (desde meados dos anos 1940) e a revista da Icomi (nos anos 1960), que divulgavam as ações do governo e da empresa, destacando os progressos da região a partir de sua condição como território federal e da exploração do manganês pela companhia.

A descoberta do ferro no Amapá, no cenário de nacionalismo, industrialização e busca de capitais, redundou na exploração do manganês. Se a Hanna Exploration representou uma antecipação do processo que se verificou com a Icomi posteriormente, esta última conseguiu contornar as críticas à sua associação com uma multinacional, montou uma significativa estrutura produtiva no TFA e deu a esse território não apenas funcionalidade econômica, mas também materialidade ao discurso de progresso de sua elite política.

5 PRODUÇÃO DA ICOMI E A BUSCA POR AUTONOMIA DO TFA: DAS CONTRADIÇÕES À TRANSFOMAÇÃO DO AMAPÁ EM ESTADO

No cenário amazônico, até os anos 1960, a grande mineração industrial esteve concentrada no Amapá com a produção do complexo Icomi. A partir do golpe militar de 1964 as políticas federais adquiriram novos contornos de tal modo que na segunda metade dos anos 1970 o Pará passou a ser o eixo das atenções do governo brasileiro quanto à grande mineração industrial na região.

Em 1963 os incentivos fiscais, presentes no Nordeste, estendidos à Amazônia, mas limitados a empresas com capital 100% nacional.[183] A SPVEA pouco conhecia e menos ainda apoiava a produção mineral.[184] A Superintendência e o governo federal optaram por estimular o investimento na agropecuária, esboçando um movimento que marcou as políticas públicas nos anos 1970 e 1980: o estímulo à grande produção pecuária. Isto impulsionou a expansão da grande propriedade – tanto de proprietários originários do Pará como daqueles vindos de outras regiões. Isso estava de acordo com a o de segurança nacional que via a região como um imenso "espaço vazio" e com um Estado que já desde antes optara pelo apoio ao latifúndio, em detrimento dos pequenos produtores diretos (MARQUES, 2007).[185]

Esta política se consolidou com a Operação Amazônia em 1966, que, entre outras medidas, extinguiu a SPVEA e criou a Sudam. No final desta década foram descobertas grandes jazidas minerais no Pará: o ferro na serra de Carajás e a bauxita no rio Trombetas, por exemplo. Elas influenciaram decisivamente as políticas adotadas na década seguinte.

---

[183] Em dezembro de 1965 as demais vantagens que dispunha o Nordeste foram estendidas a Amazônia por meio da emenda constitucional nº 18 (CAVALCANTI, 1967; LIRA, 2005).

[184] Segundo seu superintendente, os minerais amazônicos, apesar da intenção, "ainda estão a grosso modo na estaca zero dos conhecimentos a respeito" (CAVALCANTI, 1967, p. 61).

[185] Ainda em relação aos recursos da SPVEA, pelas informações de Pereira (1976), entre 1955 e 1960 o Pará obteve 23,7% dos recursos aplicados, seguido do Amazonas com 21,2%. Segundo relatório da própria Superintendência (CAVALCANTE, 1967), no biênio 1964-1965, este estado recebeu mais da metade dos recursos da instituição para projetos industriais aprovados, totalizando Cr$ 39,7 bilhões, seguido do Amapá com Cr$ 13,4 bilhões (para um projeto somente, a Brumasa, Grupo Caemi/Icomi) e Mato Grosso com Cr$ 8,4 bilhões.

Consolidaram-se as políticas gestadas anteriormente e reduziu-se o poder de intervenção das instituições regionais, pois as grandes decisões foram tomadas fora da Amazônia.[186]

Os anos 1970 foram marcados pela crise que atingiu a economia brasileira, pelo forte endividamento externo, desequilíbrio cambial do país e pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento - que se propôs a completar o movimento de industrialização pesada iniciado com o Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek. Buscava-se, ademais, produzir produtos que gerassem divisas internacionais ao país. Para a Amazônia, o plano definiu o papel de se tornar forte exportadora de prod naturais, notadamente minerais, inaugurando-se o período que ficou conhecido como dos grandes projetos. Daí o Ferro-Carajás, o Trombetas (Mineração Rio do Norte), a Albrás-Alunorte, Tucuruí e próprio Grande Carajás (MARQUES, 2007; LOUREIRO, 2004; COELHO e COTA, 1997). Entretanto, estes projetos ficaram, grosso modo, concentrados no Pará, o que significou um deslocamento do centro das atenções da produção mineral industrial que até então ha o Amapá como principal produtor.

5.1 A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA ICOMI

O início das exportações da Icomi em 1957 coincidiu com um momento de procura acentuada e preços elevados do manganês no mercado internacional. Essa situação fez com que das 678.358 toneladas do minério produzidas, 668.275 toneladas fossem exportadas, o que correspondeu ao total de suas vendas neste ano. Isso fortalecia as expectativas criadas em torno do empreendimento e das possíveis repercussões positivas quanto ao “progresso” prometido para o TFA.

[186] Por exemplo, a construção de rodovias, a federalização das terras da região e a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) (MARTINS, 1984; BECKER e EGLER, 1993; BECKER, 2001; EMMI, 1999; FERNANDES, 1999).

As informações quantitativas que muitos pesquisadores trabalharam[187] eram provenientes principalmente da própria empresa (e de alguns anuários do DNPM). Qual o problema? Estes dados tinham como referência um valor fixo do preço da tonelada a US$ 38,00, quando se sabe que este nunca foi estável. No primeiro ano de exportação o preço da tonelada estava acima de US$ 55,00 e no final dos anos 1960 estava em torno de US$ 20,00. Durante os quarenta anos que a Icomi produziu no Amapá, a variação de preços foi grande, em poucos anos se aproximando dos US$ 38,00 divulgados pela empresa e que conformaram a base dos valores divulgados por ela. Por causa disso, recorremos aos dados da Receita Federal do Pará e Amapá e a uma atualização de valores feita por Leal (2007), que, por sua vez, apresentou valores muito próximos àqueles levantados por Fernandes (1982), a partir de outros dados colhidos junto à própria empresa. A quantidade produzida que adotamos foi a divulgada pela Icomi. O valor das exportações e dos *royalties* pagos foi coletado junto à Receita Federal. O preço médio da tonelada anual decorreu da divisão do valor exportado pela quantidade exportada.

Duas últimas observações foram importantes: primeira; os valores da receita federal podem conter algumas diferenças pelo fato de que a empresa poderia pagar os *royalties* até três meses depois de ter efetivado a venda do produto; segundo, em outros momentos, por conta de informações específicas não encontradas na Receita Federal, recorreremos a outras fontes de dados que podem apresentar alguma diferença com os números da Tabela 3.

A produção da Icomi representou não apenas uma inovação produtiva no Amapá, mas um forte incremento produtivo na Região Norte, que há muito se arrastava com índices baixos de produção e de relação com o exterior. Neste ponto, a entrada em produção da empresa traduziu-se numa inversão total da pauta exportadora da região (Tabela 4).

[187] Entre os quais Brito (1994) e Drummond e Pereira (2007).

Tabela 3: Evolução da produção da Icomi e dos *royalties* pagos, 1957-1997					
Ano	**Produção**	**Toneladas exportadas**	**Valor em US$ FOB**	**Valor da tonelada US$**	***Royalties* pagos em US$**
1957	678.358	668.274,5	34.608.776,51	55,79	2.091.655,52
1958	600.000	614.096,0	29.895.458,44	48,68	1.677.714,28
1959	753.000	752.941,7	26.858.662,24	35,67	1.738.989,58
1960	760.000	760.655,5	33.955.425,37	44,64	1.745.581,16
1961	775.270	801.584,2	29.784.412,00	37,16	1.979.611,32
1962	951.393	685.832,3	26.226.541,50	38,24	1.605.391,43
1963	1.083.918	816.452,6	24.078.312,31	29,49	1.361.790,31
1964	1.079.093	798.898,8	19.503.123.71	24,41	847.210,98
1965	939.505	796.137,7	22.054.896,48	27,70	950.662,67
1966	953.250	761.173,8	21.448.047,88	28,18	917.735,14
1967	909.172	521.963,7	12.699.704,01	24,33	510.004,81
1968	1.623.516	1.025.485,9	22.703.008,74	22,14	908.120,35
1969	1.428.049	1.036.732,5	21.065.408,64	20,32	842.616,35
1970	1.530.020	1.298.143,7	23.972.694,73	18,47	958.907,79
1971	2.081.387	1.638.495,5	34.168.888,90	20,85	1.366.754,76
1972	1.801.038	1.118.631,7	24.917.293,04	22,27	996.691,72
1973	2.140.048	1.273.059,7	29.290.290,55	23,01	1.771.611,62
1974	2.137.853	1.295.976,2	45.715.318,46	35,27	1.828.612,74
1975	2.109.194	1.254.055,9	63.589.740,12	50,71	2.543.589,60
1976	2.112.977	1.072.360,7	65.621.951,78	61,19	2.936.800,75
1977	1.633.542	595.965,7	30.413.415,25	51,03	1.361.101,55
1978	1.606.696	783.087,5	42.061.428.42	53,71	1.882.388,91
1979	1.675.575	1.231.750,1	56.250.028,90	45,67	2.517.376,01
1980	1.888.104	1.226.855,0	60.210.024,36	49,08	2.694.598,97
1981	2.020.810	987.594,8	48.985.038,82	49,60	2.192.243,51
1982	1.881.479	897.399,2	40.358.750,87	44,97	1.806.188,42
1983	1.629.594	878.622,4	32.059.539,56	36,49	1.434.771,09
1984	2.201.089	884.420,2	30.149.315,20	34,09	1.349.282,20
1985	1.946.576	911.114,4	32.223.928.78	35,37	1.442.128,06
1986	1.492.286	711.900,8	19.223.340,40	27,00	860.308,47
1987	1.355.768	721.198,6	19.809.399.03	27,46	589.761,41
1988	551.642	954.590,5	31.585.279,12	33,09	761.224,68
1989	676.880	667.454,9	31.022.708,03	46,48	717.755,63
1990	1.096.691	556.566,3	40.909.730,49	73,50	969.493,17
1991	1.074.108	501.369,3	47.015.538,11	93,77	1.872.660,62
1992	949.456	522.100,9	44.860.792,33	85,92	1.765.273,95
1993	466.982	612.532,0	43.125.767,09	70,40	2.315.205,85
1994	584.300	520.412,0	41.205.717,17	79,17	2.245.043,74
1995	486.226	463.474,6	35.835.700,80	77,32	1.657.103,35
1996	390.012	349.268,7	20.821.506,02	59,61	1.430.833,20
1997	269.134	335.991,3	19.925.264,87	59,30	1.369.002,16
Total	**52.323.991**	**34.304.621,8**	**1.380.210.150,03**	**-**	**62.213.798,25**

Fonte: Icomi, 1973; Relatórios da Icomi; Receita Federal do Pará e Amapá; Leal, 2007.

Tabela 4: Exportação da região Norte para o exterior, 1958 (Valores FOB a preços de 1974)		
Produtos	US$ mil	Percentual
Manganês	45.200,3	62,1%
Castanha-do-Pará	20.163,1	27,7%
Couros e peles	2.120,6	2,9%
Borracha e resinas	2.061,9	2,8%
Madeira em tora ou serrada	761,3	1,1%
Óleo de pau rosa	679,7	0,9%
Pimenta-do-reino	577,5	0,8%
Produtos da pesca	46,5	0,1%
Diversos	1.233,3	1,7%
Total	72.844,2	100,0%

Fonte: Basa (1967); Loureiro (2004)

Foi verdade que a economia regional ainda apresentava-se "frágil" comparada a outras regiões, mas isso, apesar de relativizar, não invalida a importância da empresa. Em 1958 quase dois terços da venda ao exterior de todos os estados da região Norte provinham apenas da Icomi. Enquanto o restante da região ainda estava com sua pauta externa sustentada no extrativismo tradicional (castanha-do-pará, 27,7%; couros e peles, 2,9%; borracha e resinas, 2,8%), o TFA se concentrava na grande produção mineral do manganês.

Ademais, isso também significou aprofundar e expandir lações no comércio internacional. A partir deste período, o Brasil passou a ter participação fundamental no fornecimento de manganês aos EUA, com a exploração da Serra de Urucum (Corumbá, atualmente no Estado de Mato Grosso do Sul) e, principalmente, da própria Serra do Navio.

A produção do manganês amapaense pela Icomi não foi linear. Ela sofreu muitas oscilações, marcadas fundamentalmente pelas disputas no mercado internacional. Em relação à quantidade exportada o volume foi crescente de 1957 1963, caindo de 1964 até 1967. Em 1963 a empresa exportou 816.452,6 toneladas e em 1967 suas vendas ao exterior registraram somente 521.963,7 toneladas. Esse movimento foi acompanhado da queda do valor médio da tonelada exportada que, em 1957, registrou US$ 55,79 e em 1970 recebeu tão

somente US$ 18,47.[188] Para responder à crise que se instalara a empresa optou por aumentar a produção e, conseqüentemente, venda ao exterior, ainda que isso pudesse implicar numa redução do preço unitário da tonelada do minério. Por causa desta opção, em 1968 a Icomi, pela primeira vez em sua história, exportou mais de um milhão de toneladas de manganês, permanecendo neste patamar até 1976. À exceção de 1979 e 1980, a partir de 1977 as exportações estiveram abaixo de um milhão de toneladas, sendo que em 1991 registraram 501.369,3 toneladas e 335.991,3 toneladas em 1997.

A redução dos preços do manganês no mercado internacional implicou numa diminuição do valor das exportações do manganês amapaense. Marcado por oscilações, o valor das vendas externas caiu de US$ 34,6 milhões em 57 para US$ 19,5 milhões em 1964, tendo leve recuperação nos dois anos seguintes para, depois, reiniciar um movimento oscilante de elevação que fez com que em 1976 tivesse US$ 65,6 milhões.[189] No ano seguinte caiu drasticamente (para US$ 30,4 milhões) e depois voltou a se recuperar até 1980, quando alcançou US$ 60,2 milhões. Deste então, a que com oscilações contrárias na transição dos anos 1980 para 1990,[190] o movimento do valor das exportações do manganês foi declinante, registrando seus valores mais baixos em 1986 (US$ 19,2 milhões) e no último ano de exportação (US$ 19,9 milhões).

Os *royalties* seguiram o movimento do valor e/ou da quantidade exportada. Em 1957 a empresa pagou ao governo do Amapá US$ 2.091.656 pela extração do manganês, caindo para US$ 1.677.714 no ano seguinte. Mesmo declinante esse valor se manteve alto até 1963, quando foi de US$ 1.361.790. Desde então, registrou-se profundas oscilações nesses

[188] Assim como em outros momentos, neste intervalo de tempo este movimento não foi linear, de modo que registrou movimentos positivos em alguns anos. Contudo, a sua dinâmica foi descendente.
[189] Estes valores são a dólares correntes e não estão incluindo a inflação norteamericana. Se tivéssemos calculado o impacto deste processo inflacionário constataríamos que, em termos reais, o valor do dólar no ano em questão foi inferior ao valor do mesmo em anos que o antecederam. Isso implica que os valores reais das exportações de manganês devam ter sido inferiores àqueles que constam na Tabela 3.
[190] Por exemplo, caiu até 1986 e voltou a crescer até 1991, aproveitando o movimento de recuperação dos preços no mercado internacional. Desde então, o descenso do valor exportado foi definitivo.

montantes. Em 1967, ano de profunda crise das exportações, foram pagos apenas US$ 510 milhões. De 1973 a 1985 os *royalties* anuais pagos ficaram acima de US$ 1,34 milhão, alcançando seu maior volume em 1980, com US$ 2,7 milhões. De 1986 a 990 os *royalties* ficaram abaixo de um milhão de dólares, mas voltaram a superar este patamar nos últimos anos da produção da Icomi.

Em resumo, de 1957 a 1997 a Icomi exportou 34.304.622 toneladas de manganês (mais de três vezes o que constava no contrato original de concessão), obtendo US$ 1.380.210.150 em receitas por esta venda e pagando *royalties* de US$ 62.213.798. Ao dividirmos o total de *royalties* pagos pelo valor do conjunto da produção comercializada verificamos que eles representaram 4,51% das receitas da empresa.

Os números podem ser lidos de diversas formas, assim com tirar-se conclusões das mais variadas possíveis. Drummond e Pereira (2007) levantaram a produção da Icomi entre 1957 e 1994 e o total de *royalties* pagos neste período. Este valor foi atualizado para o último ano, obtendo-se um total de US$ 131,6 milhões pagos ao governo do Amapá como *royalties* e US$ 106,6 milhões em impostos (IUM e ICMS)[191] – ambos em valores de 1994. Com isso, destacaram aquilo que para eles seria o grande papel dinamizador e desenvolvimentista da empresa. "Concluímos que a ICOMI exibiu uma genuína preocupação com o desenvolvimento amapaense, numa atitude rara entre empresários brasileiros da época" (DRUMMOND e PEREIRA, 2007, p. 247). O fato disso não ter se traduzido no "desenvolvimento" do conjunto do TFA não seria responsabilidade da Icomi, pois ela teria cumprido seu papel, mas do próprio governo territorial. Assim, ao constatar que o bem-estar ficou restrito às vilas operárias, os autores afirmaram que "uma coisa é certa: não se pode culpar a empresa por isto [...]. Para nós, <u>foi o poder público que falhou e não fez os</u>

[191] O IUM (Imposto Único sobre Minerais) existiu até 1988, quando foi incorporado pelo ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e pela CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral).

investimentos equivalentes na forma de políticas de efeitos universais" (grifo dos autores) (DRUMMOND e PEREIRA, 2007, p. 181).

Leal (2007), por sua vez, fez um movimento inverso, recorrendo à inflação dos EUA no intervalo entre 1957 e 1997, que foi de 476,79%. Ele aplicou-a aos valores da produção de manganês do Amapá e aos *royalties* pagos em termos monetários (nominais). Seu objetivo foi, ao descontar a inflação incidente sobre os preços, verificar quanto o total final pago pelo manganês correspondia aos preços de 1957. Deste modo, valores da produção e dos *royalties* pagos até 1997 foram transformados em valores reais do primeiro ano, o q resultou num montante menor do que o montante nominal até o último ano. Assim, o total de US$ 62.213.798 pagos em *royalties* até 1997 equivaleram a apenas 32.061.812 em dólares de 1957. Com isso, concluiu que a Icomi (inserida nos interesses das multinacionais imperialistas) cumpriu um papel de saque às riquezas amapaenses.

O manganês amapaense destacou-se na pauta de exportações brasileiras, se apresentando, em 1957, como o 7º maior produto no valor das exportações nacionais. Deste ano até 1961 as vendas externas da Icomi representaram em média 88% das exportações brasileiras de manganês, se mantendo em 84% no interva 967 e 1971.

Esta produção foi muito significativa para a economia amapaense, mas também para a própria região Norte. No tocante ao Amapá a expressividade desta mineração foi maior devido a sua frágil e reduzida economia, diminuta e empobrecida população e insipiente organização estatal e da sociedade local. "Aquela estrutura social, demográfica, econômica e pública muito frágil foi afetada pela lavra do manganês, que suscitou diversas modificações socioeconômicas, vinculadas, especialmente à mobilização da força de trabalho e a fluxos econômicos derivados do empreendimento" (MONTEIRO, 2003, p. 126).

Em 1959 a indústria extrativa mineral amapaense, que em termos de valor podia ser tomada como sinônimo de Icomi, era responsável por 77,12% do total da produção extrativa

de minérios da região Norte como um todo. Este percent subiu a 80,57% em 1970 (Tabela 5). Segundo levantamento do Basa (1967), em 1957 o PIB da região Norte havia crescido 196,2% em relação a 1949. No Amapá esta expansão foi de 1.083,4%. Isso decorreu do início das exportações da Icomi, pois até 1956 a expansão havia sido de 205,1%.

Tabela 5: Renda interna da indústria da região Norte e do Amapá, 1959 e 1970, em Cr$ 1.000

Setor industrial	1959			1970		
	Reg. Norte (a)	Amapá (b)	b/a	Reg. Norte (a)	Amapá (b)	b/a
Ind. Extrat. Mineral	1.355	1.045	77,12%	102.608	82.669	80,57%
Ind. de transformação	4.080	68	1,66%	398.483	18.580	4,66%
Total	5.435	1.113	-	501.091	101.249	-

Fonte: I Plano de Desenvolvimento do Amapá, 1976.

As informações apresentadas na Tabela 5 confirmaram o enorme peso da produção da Icomi, contudo nos indicaram que seu reflexo no restante da indústria amapaense era limitado. Apesar do crescimento 1,66% para 4,66% do total produzido pela indústria de transformação do Norte, esta participação no conjunto desta produção regional ainda foi pouco significativa.

A produção crescente da Icomi, assim como suas oscilações, interferiu no volume total das receitas arrecadas no Amapá e nos gastos públicos.[192] Isso foi claramente visível pelo menos até 1979, quando este produto foi majoritariamente predominante na economia do Amapá. A receita arrecada nos municípios do TFA se manteve num crescimento normal até 1956, quando houve uma expansão de 51% em relação ao ano anterior (de Cr$ 5,12 milhões para Cr$ 7,8 milhões). As exportações só se iniciariam em 1957, mas em 1956 já havia alguma produção, além do que se pagavam salários e impostos diversos.[193]

Em 1957 o recolhimento governamental se expandiu próximo de 100% se comparado a 1956 e mais que dobrou em 1959 (relacionado a 1957). 959) o total de despesas

[192] Os valores da arrecadação fiscal no Amapá devem ser tomados apenas como uma referência, pois em diversos anos a arrecadação deste Território era computada no recolhimento feito pelo Pará. Os anuários do IBGE e outras fontes deixaram claro isso.
[193] Sobre a importação de produtos e equipamentos, por exemplo.

no TFA foi de Cr$ 34.246.683, muito superior aos Cr$ 1 48.182 de 1957. Em 1967 a arrecadação sofreu o impacto da queda no valor das exportações da empresa, de modo que registrou NCr$ 1.671.022 contra um total arrecadado de NCr$ 3.357.731 no ano anterior e NCr$ 4.096.097 de 1968, quando a arrecadação retomou o movimento ascendente. A queda de 1967 foi mais acentuada ainda do que o que estes nú indicam, pois não está aplicada sobre eles a variação inflacionária. Este ano registrou também uma forte queda absoluta e relativa nas despesas realizadas, que somaram NCr$ 2.562.960 contra NCr$ 3.784.685 de 1966. Estas oscilações permaneceram durante a década de 1970. A partir do final desta última as correlações diretas entre produção da Icomi e a variação da receita arredada no TFA se tornaram mais difíceis de serem feitas já que novos em os ganharam destaque: Projeto Jari, produção de ouro e Amcel (Amapá Florestal e Celulose S.A.), por exemplo.

No início da década de 1960 o mercado mundial do manganês passou por importantes transformações, que repercutiram na produção deste mineral no Amapá. Estas transformações estavam, grosso modo, relacionadas à entrada em operação no mercado internacional da mina de Comilog no Gabão,[194] cuja produção anual superava 1,3 milhões de toneladas. Esta mina pertencia a, até então cliente da Icomi, U.S. Steel (em associação com um grupo francês). Com a nova mina, a empresa estadunidense, além de suprir sua demanda, uma política acirrada no mercado internacional gerando uma redução dos preços.[195] No início de sua comercialização a Icomi obtinha pouco mais que US$ 57,00 por tonelada. Com o aumento

[194] Seguida anos depois pela Austrália e África do Sul.

[195] Olegário Reis, em um trabalho feito para a Sudam, analisou a crise das exportações do manganês da Icomi em 1967. O estudo apontou algumas causas da crise: mudança tecnológica, substituindo matérias-primas por materiais sintéticos ou similares; início da produção do Gabão, pela US Steel, acompanhada intensa política de vendas para a Europa; recessão do mercando mundial siderúrgico; negociações salariais nos EUA que colocam as empresas em "compasso de espera" e utilizando os estoques disponíveis antes de fazerem novas encomendas; e Guerra do Vietnã que aumentara as dificuldades financeiras norteamericanas, levando aquele governo a exaurir seus estoques antes de comprar nova produção (REIS, 1968).

da oferta nos anos de 1960 este preço foi reduzido para US$ 28,00 por tonelada (MONTEIRO e COELHO, 2002).[196]

Este movimento de oferta ampliada do manganês no mercado internacional manteve-se na década de 1970, mas foi afetado, todavia, pela redução do consumo deste minério em decorrência dos avanços tecnológicos na siderurgia. As inovações técnicas possibilitaram reduzir o volume de manganês necessário para cada tonelada de aço produzido. A Icomi, para compensar a queda dos preços no mercado internacional, impulsionou suas vendas, ou seja, procurou vender mais para manter uma receita elevada. que em 1967 ela tenha exportado 521.963 toneladas e no ano seguinte saltara para 1.025.486 toneladas (Tabela 3), atingindo o pico máximo de exportações em sua história três anos mais tarde, em 1971, com 1.638.496 toneladas de manganês. Neste ano, a empresa conseguiu receita de US$ 34.168.889, próxima dos US$ 34.608.777 obtidos no seu primeiro ano de venda (1957). A diferença foi que a receita conseguida no seu primeiro ano de exportação foi conseguida com 668.275 toneladas, quase um milhão de toneladas de manganês a os do que o necessário para alcançar renda próxima em 1971.

O aumento das exportações implicava a expansão das quantidades produzidas, ainda que para isso tivesse que adotar um turno extra de trabalho. A produção não poderia ser interrompida. Se em 1967 a produção havia caído para 909.172 toneladas (quando anteriormente já superara um milhão de toneladas) em 1968 subiu para 1.623.516 toneladas, um incremento de mais de 700 mil toneladas do minério de um ano para o outro (Tabela 3).

Como reflexo das mudanças no mercado mundial, a Icomi passou por mudanças significativas na sua organização industrial de produção, introduzindo novas tecnologias para o aproveitamento do minério, resultando na construção usina de concentrado de miúdo e

[196] Na realidade, de acordo com os dados da tabela 3, este valor foi alcançado em 1966 (US$ 28,18), mas continuou em queda até atingir tão somente US$ 18,47 por tonelada em 1970.

fino na Serra do Navio e da usina de pelotização no porto de Santana.[197] Objetivava-se aproveitar o minério até então descartado, particularmente aquele de baixo teor. A incorporação dessas novas tecnologias também ocorreu e função da adoção, pelo governo brasileiro, da política de incentivos fiscais para a Amazônia. A Icomi utilizou-se desses incentivos para o estabelecimento das novas tecnologias.

Segundo a Icomi, a usina de pelotização foi a primeira unidade deste gênero a entrar em operação industrial no mundo.[198] Os estudos foram concluídos em 1969, sendo o projeto aprovado pela Sudam ainda neste ano e as obras iniciadas no ano seguinte. No final de 1971 o complexo (usina de concentrado e usina de pelotização) estava pronto e entrou em operação no início de 1972. O empreendimento custou US$ 15 milhões, dos quais US$ 7 milhões foram através de um empréstimo junto ao Eximbank e ao Chase Manhattan Bank e US$ 8 milhões foram via incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (ICOMI, 1973).

A situação do mercado internacional, as disputas entre as principais multinacionais da siderurgia (brigando por mercados e tensionando para baixo os preços das matérias-primas), o acúmulo de grandes estoques de manganês nos Estados Unidos (por causa da política anterior da sua agência de estocagem de materiais estratégicos) e o encerramento dos ompromissos decorrentes do empréstimo do Eximbank (anos 1950) também fizeram com que a Icomi tivesse que diversificar seu mercado de vendas. A Tabela 6 apresenta o destino das exportações da Icomi.

---

[197] Em Santana o minério era "moído, aglomerado e endurecido em fornos próprios. O sistema tinha um nível potencial de produção firme de 200.000 toneladas de pelotas por ano. Consumia, aí, uma quantidade de energia equivalente a 10.000 kw" (LEAL, 2007, p. 226). Coincide com este ano a decisão do governo federal de assumir a usina hidrelétrica de Paredão, reiniciando as obras necessárias à sua conclusão. A tentativa de pelotização sinterização do minério de baixo teor nos anos 1970 e 1980 esteve na base da origem da problemática do arsênio em Santana.

[198] "Usina de caráter pioneiro, sendo, na verdade, a primeira unidade de seu gênero a entrar em operação industrial no mundo. Para tanto, empreendeu importantes pesquisas tecnológicas, desenvolvidas durantes cerca de três anos nos laboratórios da empresa no Amapá e no Home Research Laboratories, da Bethlehem Steel, nos Estados Unidos da América do Norte" (ICOMI, 1973, p. 20).

A análise da comercialização do manganês amapaense nos mostrou que seu mercado consumidor esteve marcado por sucessivas oscilações. Apesar disso, foi possível perceber alguns movimentos mais gerais. Na Tabela 6 constatamos que em 1957 a produção da Icomi foi vendida integralmente aos EUA.

Tabela 6: Destino do manganês amapaense (toneladas), 1 57-1997, anos selecionados.

Ano	América do Norte	Europa	Brasil	América do Sul	Ásia
1957	668.275	-	-	-	-
1958	614.096	-	-	-	-
1959	752.811	-	130	-	-
1960	746.327	14.071	257	-	-
1964	430.052	256.104	55.701	19.348	37.695
1965	429.344	272.811	50	11.137	82.795
1966	426.231	270.95	-	-	64.748
1967	244.533	228.586	-	11.898	36.644
1968	451.752	500.925	-	-	72.807
1970	707.111	558.844	-	9.839	22.350
1971	578.744	936.294	10.855	30.041	82.562
1972	425.449	614.662	11.705	22.075	44.741
1975	527.177	548.086	72.969	55.489	50.336
1976	441.781	502.631	25.118	52.795	50.035
1977	181.615	284.004	96.676	33.671	-
1980	73.106	790.054	204.151	21.584	137.959
1982	67.413	505.306	183.508	36.775	104.397
1985	87.478	494.221	195.094	32.995	101.327
1986	54.702	345.919	220.219	50.882	40.179
1988	117.376	529.637	200.428	107.150	-
1990	19.914	392.940	70.630	73.082	-
1991	11.391	259.537	75.795	71.688	82.958
1992	32.185	174.586	160.090	69.961	75.279
1995	42.846	287.818	9.285	95.506	15.011
1997	-	30.670	10.898	54.333	63.631
Total 1957-97	**12.580.571**	**15.199.015**	**2.955.538**	**1.438.301**	**1.836.503**

Fonte: Icomi (1972, 1997), I Plano de Desenvolvimento do Am 1976; Fernandes (1982); Monteiro (2003).
Obs: A África comprou 117.934 toneladas de manganês e a O não comercializou com a Icomi.

A partir da conclusão do pagamento do empréstimo tomado junto ao Eximbank e de outros fatores já citados, esta procura diminuiu e a empresa deslocou significativamente suas vendas para a Europa. Este continente em 1964, com 256.104 toneladas (32,06% das vendas

da empresa), tornou-se, definitivamente, um dos grandes mercados consumidores do manganês amapaense. Quatro anos depois, a economia européia superaria os EUA como principal destino do produto da Icomi.

Em 1971, a Europa comprou 57,14% (936.294 toneladas) do manganês do Amapá, enquanto os EUA adquiriram 578.744, equivalente a 35,32% das vendas da empresa. Este movimento se aprofundou nos anos seguintes de tal modo que em 1980 a economia norteamericana foi responsável por apenas 5,96% (73.106 toneladas) das vendas e em 1991 tão somente 2,27% (11.391 toneladas), enquanto que neste ano a Europa adquiriu 51,77% da produção da Icomi e o Brasil 15,12%.

A diversificação do destino de venda passou, assim, a incorporar inclusive o mercado interno brasileiro como destino do manganês produzido pela Icomi no Amapá (Tabela 7). A partir de 1971 o Brasil se tornou permanentemente um d destinos do manganês amapaense, mas ainda em proporções reduzidas. Contudo, em 1977, com 96.676 toneladas, já representava 16,22% e em 1980 superou os EUA em quantidade minério comprado. O maior volume foi alcançado em 1986 quando o mercado brasileiro foi o destino de 220.219 toneladas (30,93%) do produto da Icomi. Com isso, em busca de rentabilidade, a empresa modificou sua política original que era produzir no Amapá, mas voltada exclusivamente para o mercado externo.

Segundo as informações da empresa (ICOMI, 1973), em 1972 a Bethlehem Steel comprou 16,19% das exportações do manganês do TFA. Este ainda era um percentual alto em se tratando de uma empresa apenas, mas já estava no meio do movimento mais geral que marcou a redução das compras pelos EUA e a ampliação dos demais mercados, particularmente o europeu. A dinâmica de queda das importações do minério amapaense pelos Estados Unidos a partir da década de 1970 (e principalmente na seguinte) foi um indicador da

perda de interesse da Bethlehem Steel no empreendimento da qual ela fez parte no Amapá. Em 1988, a companhia multinacional vendeu as ações de que era proprietária na Icomi.[199]

No final dos anos 1960, logo após a aprovação do Código de Mineração pela Ditadura Militar em 1967, o grupo Caemi iniciou um processo de undação de outras mineradoras a ele ligadas. Num curto espaço de tempo fundou nove mineradoras no Amapá. Eram elas: Amapari, Aporema, Cassiporé, Itacuruçá, Itamira, Itapagé, Porto Santana e Serra do Navio (LEAL, 2007; SILVA, 1988). Estas mineradoras talvez tenham sido fundadas com o objetivo de conseguir reserva de áreas de possíveis ocorrências minerais – não esqueçamos que nesse período havia sido descobertas as reservas de ferro de Carajás e de bauxita do rio Trombetas. Não temos informações sobre o funcionamento das mesmas, do que concluímos que não tiveram grande efetividade. Também nesses anos a Icomi criou e manteve duas instituições cujo objetivo formal era elaborar políticas de desenvolvimento para o Amapá: o IRDA e a Copram (o primeiro fundado em 1965). Elas funcionaram muito mais como braços operacionais da empresa no sentido de aproveitar oport de investimento lucrativo e captar recursos privados e, particularmente, públicos (a exemplo dos incentivos fiscais).

A partir do final dos anos de 1970, o grupo Caemi, controlador da Icomi, diversificou suas atividades, criando outras empresas no Amapá.[200] Foram elas: a Amcel (implantada em 1976), para a exploração florestal objetivando a produção de celulose/cavaco, e a Codepa (Companhia Dendê do Amapá), que era uma agroindústria de produção de óleo dendê para o mercado internacional. A Codepa foi implantada em Port Grande, em 1981 e tinha como sócios a Icomi (51%), a Amcel (16%) e a Socfinco (33%) grupo franco-belgo. A produção da

[199] A título de registro, 1988, também ano de criação do do Amapá, a Itália foi a grande importadora (21,60%) da Icomi, seguida em ordem decrescente por Alemanha Ocidental (12,50%), EUA, Romênia, Bélgica e Argentina (AMAPÁ, 1988).
[200] A Brumasa já entrara em operação anos antes produzindo compensados para exportação.

Amcel (*pinus*) complementava o abastecimento da Companhia Florestal Monte Dourado, subsidiária da Jari.[201]

A Caemi entrou ainda no processo de nacionalização do omplexo Industrial Projeto Jari (Jari Celulose S.A., com mais de 450 mil hectares de terras só no Amapá, e Caulim da Amazônia – Cadam), tornando-se co-proprietária do mesmo.[202] A nacionalização do Complexo Jari havia sido uma oportunidade para grandes lucros aberta a partir da crise instalada entre seu então proprietário, o norteamericano Daniel Ludwig, e um setor nacionalista da ditadura militar. A crise surgira a partir das críticas de diversos setores, inclusive empresariais, contra a concentração de enorme extensão de terras em mãos estrangeiras (no Pará era 1,63 milhões de hectares) e ao aval dado pelo BNDE a um empréstimo contraído por Ludwig (US$ 200 milhões). Azevedo Antunes as negociações entre o empresário e o regime militar[203] e compôs um consórcio de 22 empresas que se tornou proprietário do Projeto Jari. O próprio Augusto Antunes assumiu a presidência da empresa. O valor da transação foi de US$ 100 milhões, dos quais o US$ 40 milhões seriam pagos pelo Grupo Antunes.

Esses movimentos do grupo Caemi tinham, entre outros m a intenção de responder à perda de produtividade da Icomi, com a proximidade nos anos 1980 da exaustão das minas de manganês e a redução do seu volume exportado e das receitas destas vendas. A usina de pelotização entrara em operação em 1973, mas lisara suas atividades em 1985. Nesse período a Bethlehem Steel Company já estava se afastando da Icomi. Ainda nesta fase,

[201] A Amcel tinha como sócios a Icomi (51%) e a Scott Paper (49%). Em 1996 a ela foi comprada pela Champion Papel e Celulose Ltda por 100 milhões de dólares. A compra envolveu os equipamentos industriais localizados no município de Santana e mais de 400 mil de terras nos municípios de Porto Grande e Tartarugalzinho, tendo 44 mil hectares de *pinus*, 31 mil hectares de eucalipto e 213 mil hectares de reserva legal e preservação permanente (PORTO, 2003).

[202] A Cadam foi implantada à margem do rio Jari, no Distrito de Munguba (Almeirim – PA) em 1978. Em 1982 seu controle acionário foi transferido para a Companhia Jari, cujo acionista majoritário era Azevedo Antunes proprietário da Icomi (LACOMBE, 2006). O grupo Antunes adquiriu ainda a mineração Santa Lucrécia Minerais S.A., também de propriedade de Daniel Ludwig, criada em 1979 para explorar a bauxita refratária das proximidades do rio Jari.

[203] Segundo Leal (2007) e Garrido Filha (1980), Antunes tinha a simpatia tanto do regime militar (que ele ajudara a instalar) quanto do empresário.

para continuar a aproveitar o minério “finos”, a empresa introduziu novas modificações. A antiga usina de pelotização passou a produzir *sinter,* sendo convertida em uma usina de sinterização. Esta usina começou a produzir em 1988 e passou a aglomerarar os “finos” de minério de manganês gerados no beneficiamento na Serra do Navio.

Nessa fase, a Caemi/Icomi criou uma nova empresa, a Compan de Ferro-ligas do Amapá (CFA).[204] Esta se dedicou à exploração da cromita das minas de cromo da região do rio Vila Nova e à transformação metalúrgica do manganês, produzindo ferro-ligas. A partir do momento em que a CFA entrou em operação (1990), parcela do *sinter* de manganês produzido pela Icomi foi destinado aos fornos da CFA, que os convertia em ligas de ferro-manganês (COELHO e MONTEIRO, 2002; DRUMMOND e PEREIRA, 2007). “Por conseguinte, as atividades metalúrgicas da CFA estiveram estreitamente relacionadas ao início da produção do *sinter* de manganês pela ICOMI” (MONTEIRO, 2003, p. 148).

A CFA previa inicialmente a produção de ferro-ligas por um ciclo operacional de 15 anos, com a previsão de instalação de dois fornos elétricos. A implantação da referida empresa se efetuaria de duas etapas, com um forno em cada uma delas. A primeira etapa conseguiu beneficiar, dentro dos padrões de competitiv internacional, somente o ferro-liga de manganês, frustrando as expectativas da Caemi de produzir ferro-liga de cromo.

A diversificação realizada pela empresa (construção das usinas de pelotização e de sinterização), decorria das exigências do mercado mundial de manganês. Em 1996, a CFA encerrou suas atividades na área da siderurgia. A justificava divulgada para tal atitude foi a

[204] Anterior à instalação desta empresa foi criado no Amapá o Distrito Industrial de Santana que teve como justificativa os seguintes fatores: “a variação da exportação do manganês nas décadas de 1960 e 1970; necessidade de eliminar a dependência do setor industrial ao processo extrativo mineral; proximidade de fontes de matéria-prima (madeira, pesca e minério); facilidade de utilização de vias navegáveis (rio Amazonas e Matapi); proximidade do porto de Santana; fornecimento de energia elétrica; e facilidade de captação de água” (GTFA, 1980a).

inviabilidade do empreendimento frente aos altos custos da energia elétrica e à redução do preço das ligas de manganês no mercado internacional (COELHO e MONTEIRO, 2002).[205]

Retornemos novamente aos valores da produção da Icomi, mas analisando a sua distribuição. Monteiro (2003) atualizou para dólares de 2003 os valores de toda a produção do manganês amapaense pela Icomi e chegou ao montante de 4,78 bilhões. Desse valor, o autor estimou que US$ 2,3 bilhões (47,80%) corresponderam aos custos operacionais da produção e US$ 2,5 bilhões (52,20%) equivaleram ao valor adicionado (Tabela 7).

Tabela 7: Distribuição do valor da produção do manganês amapaense (%)

Especificação	Percentual
Despesas operacionais	**47,80%**
Valor adicionado	**52,20%**
Remuneração dos acionistas	33,42%
Financiadores	18,46%
Investimentos no Amapá	10,72%
Salários pagos	12,69%
Contribuição social	2,83%
Royalties	8,30%
IUM/ICMS	6,58%
Outros tributos	7,00%

Fonte: Icomi, 1997; Monteiro, 2003.

Dos US$ 2,5 bilhões de valor adicionado 33,42% remuneraram os acionistas e 18,46% os financiadores. Some-se a isso 10,72% que a empresa divulgou como investimentos no Amapá, concluiremos que do total do valor adicionado 62,6% foram destinados para acionistas, financiadores e reinvestimentos da Icomi/Grupo Caemi. A remuneração da força de trabalho correspondeu a 12,69% do valor adicionado (US$ 316,5 milhões em valores de 2003).

Ainda em relação ao valor adicionado, US$ 207 milhões valores de 2003) foram pagos em *royalties* e US$ 164 milhões em IUM/ICMS, o que correspondeu a 8,30% e 6,58%,

[205] A Brumasa já havia sido fechada em 1989 e a Codepa foi vendida em 1993 (DRUMMOND e PEREIRA, 2007).

respectivamente (MONTEIRO, 2003) – valores reduzidos à metade quando consideramos que o valor adicionado foi de 52% dos US$ 4,78 bilhões pro s durante a exploração do manganês.

Pelas informações da Icomi (1997), ela e seu controlador (Grupo Caemi) investiram US$ 267,4 milhões no Amapá (Tabela 8), equivalente a 10,7% do valor adicionado total.

Tabela 8: Reinvestimentos da Icomi/Caemi no Amapá – US$ 1.000 de 2003

Empreendimento	Valor
Pelotização/sinterização	37.393
Indústria açucareira	4.282
Inst. Regional Desenv. Amapá	1.002
Bruynzeel Madeira S.A.	42.846
Amapá Florestal e Celulose	48.106
Companhia Dendê do Amapá	13.460
Companhia Progresso do Amapá	4.347
Companhia Ferro-Ligas do Amapá	31.158
Outros Investimentos	84.809
Total	**267.403**

Fonte: Icomi (1997). Atualização: Monteiro (2003).

O investimento no Amapá de 20% dos lucros auferidos pela exploração do manganês (ou um acréscimo de 1% aos *royalties*) era uma exigência do contrato de arrendamento das minas de Serra do Navio. Para cumpri-la, a empresa classificou como reinvestimento suas inversões diretamente necessárias às exigências das disputas no mercado internacional do manganês. Também incluiu como tal empreendimentos cujos objetivos eram captar recursos dos incentivos fiscais. A usina de pelotização, por exemplo, foi usada e serviu a ambas as classificações.

Através dos dados apresentados (10,7% do valor adicionado como reinvestimento), constatou-se uma baixa capacidade de internalizar no Amapá o valor criado na exploração do manganês. Isso levou Monteiro (2003) a afirmar que

> Em que pesem as expectativas, neste meio século de história da mineração industrial no Amapá, se, por um lado, as atividades minerometalúrgicas

> desenvolvidas na região foram competitivas e abasteceram indústrias de diversas partes do planeta, por outro lado, não foram capazes de impulsionar rapidamente processos regionais de desenvolvimento econômico e de dernização (MONTEIRO, 2003, P. 114).

Na realidade até conseguiram essa rapidez, mas esses processos não foram na magnitude prometida, tampouco se mostraram duradouros o q o se necessitava.

Nos anos 1990 confirmou-se a exaustão das minas e a decadência da produção na Serra do Navio, levando a uma perda de interesse por parte da empresa no empreendimento lá localizado, uma vez que só fazia sentido continuar a produção se perspectiva de lucro se mostrasse viável. Paulatinamente, a Icomi foi desmontando sua estrutura de produção e o que fosse possível retirar do local ela o fazia. Foi o caso do forno elétrico que, ao que nos consta, foi para o México. Assim, em 20 de novembro de 1997, a companhia enviou ao Ministério das Minas e Energia e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) solicitação oficial de autorização para encerrar as atividades mineradoras. Cinco anos antes de completar o prazo estipulado no contato a empresa oficialmente encerrou suas atividades de extração do manganês no Amapá. Neste momento, ela tentou requerer governo estadual uma indenização pelas obras infraestruturais que deixaria: estrada de ferro e casas construídas, por exemplo.

Para a região Amazônica a implantação da Icomi representou o início da produção industrial e extrativa mineral em grande escala, com a venda voltada para o mercado internacional. Este projeto de exploração mineral de grandes proporções era atraente se constatarmos que Amazônia ainda se ressentia da decadência econômica da borracha natural, grande fonte de renda no início do século XX. Podemos oncluir que a exploração do manganês no Amapá foi uma antecipação dos grandes projetos que marcariam a região a partir da segunda metade dos anos 1970.

5.2 ICOMI, DISPUTAS LOCAIS, LIMITAÇÕES ECONÔMICAS E INTENSIFICAÇÃO DA CAMPANHA AUTONOMISTA

Apesar do grande volume de manganês produzido, a produção mineral foi paulatinamente perdendo espaço na campanha autonomista do Amapá.

5.2.1 A Produção de Manganês e o Cenário Político Amapaense no Período de 1960 a 1964

O final do governo Juscelino Kubitschek foi marcado pela abertura de uma crise econômica no país e uma forte crise política que se arrastou até o golpe militar de 1964. O Presidente eleito, Jânio Quadros, renunciou ainda em 1961. Parlamentares, setores militares e empresariais se posicionaram contra a posse do vice-Presidente João Goulart. O impasse foi momentaneamente resolvido com a adoção do parlamentarismo, onde Tancredo Neves[206] tornou-se Primeiro-Ministro, com Goulart assumindo a Presidência da República. Pouco depois, um plebiscito nacional definiu a volta do presidencia ismo, mas isso esteve longe de resolver os conflitos. Goulart passou a assumir um discurso cada vez mais nacionalista. Os setores que haviam articulado o impedimento de sua posse em 1961 expandiram e intensificaram as articulações para a sua deposição. Além da Escola Superior de Guerra, duas outras organizações destacaram-se: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que juntaram empresários, militares, governadores e fizeram articulações internacionais (envolvendo a embaixada norteamericana) para a efetivação do golpe de Estado. O Presidente definido por este movimento seria Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército no governo Goulart (DREIFUSS, 1981).

[206] Que, assim como Goulart, estivera na inauguração da I mapá em 1957.

Nessas articulações pró-golpe alguns indivíduos se destacariam como lideranças do IPES, entre elas Glycon de Paiva[207] e Augusto Antunes.[208] Entre outros, Augusto Antunes se movia por seus interesses em torno da Icomi e, também, contra a ica de nacionalização propagandeada por Goulart. Segundo Lacombe (2006), logo após o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, a imprensa de Belém noticiara que o Presidente assinaria decreto de encampação da Icomi pelo governo brasileiro.

Três motivos, de acordo com Lacombe (2006), explicariam o fato da Icomi ter tornado-se alvo das ações do governo: 1) Augusto Antunes era defensor da livre iniciativa e da liberdade econômica; 2) era membro do IPES; e 3) desejo nacionalista do governo Goulart em dificultar o abastecimento de minério de manganês para os Estados Unidos, período esse em que o Gabão ainda não tinha entrado no mercado exportador.[209]

Os governadores do TFA na segunda metade da década de foram Amílcar Pereira e Pauxy Nunes, indicados por Janary Nunes. As danças na administração amapaense não eram algo comum. Quando estas ocorriam eram por indicação de Janary Nunes, de modo que se mudava o governador, mas se mantinha o controle político do Território. No início da década de 1960 a condução governamental do Amapá foi marcada por grande instabilidade político-administrativa, refletindo a crise política maior que vivia o país.

Com a eleição de Jânio Quadros em 1960 o domínio político-administrativo dos Nunes ficou abalado. O novo Presidente nomeou José Francisco de Moura Cavalcante[210] que se

---

[207] Segundo Dreifuss (1981) Paiva, posteriormente, assessorou empresários chilenos na preparação do golpe militar que depôs o governo eleito de Salvador Allende no Chile no início dos anos 1970.

[208] Nos primeiros dias de abril de 1964 um grupo de empresários pressionou o governo militar a levantar US$ 100 milhões para que este setor privado (que incluía Antunes) adquirisse o controle da Companhia Telefônica Brasileira, em crise. Não conseguiu. A CTB foi encampada pelo Estado (DREIFUSS, 1981). A presença de Antunes nos preparativos do golpe militar de 1964 ainda lhe renderia frutos, como foi, anos mais tarde, sua entrada na nacionalização do projeto Jari.

[209] Ora, o primeiro motivo não nos parece ser relevante, pois se assim fosse Goulart teria que se opor ao conjunto do empresariado brasileiro e não era isso que ocorria. Então, os dois motivos seguintes nos parecem mais significativos.

[210] A nomeação de Moura Cavalcante levou o jornal da Prelazia de Macapá a manifestar-se, relembrando os dezessete anos sem mudanças significativas na administração amapaense; quando estas ocorriam eram esporádicas "substituição de um chefe, nomeação de outro". Para o jornal, a chegada do novo governador ocorria

tornou inimigo político de Janary Nunes e, segundo Santos (1998), nos poucos meses que passou à frente do governo, se confrontou com a Icomi acreditar que ela era o sustentáculo da família Nunes no poder. O novo governante do Território acusou a "empresa de fraudar a quantidade de minérios exportados, apreendeu um navio carregado de manganês e mandou checar a máquina que fazia a pesagem, constatando a adulteração" (SANTOS, 1998, p. 131).

Moura Cavalcante passou pouco mais de seis meses à frente do governo. Após a renúncia de Quadros, necessitando de apoio parlamentar, Goulart[211] aceitou que em outubro de 1961 o deputado federal Amílcar Pereira, em ruptura com os Nunes, indicasse o novo governador. A administração do Território sofreu nova mudança, send nomeado Raul Valdez[212] para governar o TFA. Esta nova administração evidenciou outro momento de conflito político local, onde a correlação de forças, modo geral, foi reconfigurada. Novos opositores entraram em cena, evidenciando um cenário mais "equilibrado", se comparado ao período de hegemonia clara dos Nunes. Isto pode ser observado na indicação do novo governador que não partiu de Janary Nunes, pelo contrário. Ela evidenciou, ainda, o rompimento de Raul Valdez com os Nunes e o fortalecimento de Amílcar Pereira, que havia sido governador por indicação desta família.

Na eleição para deputado federal de outubro de 1962 a oposição janarista[213] formou uma aliança (PSD/PTB) e apresentou Amílcar Pereira como candidato a deputado federal. Janary Nunes também concorreu à vaga, mas pelo Partido Democrático Cristão (PDC). Nunes foi eleito para a única vaga de deputado federal que o TFA dispunha. Restabeleceu, assim, sua força política e indicou para governar o Território o do Exército Terêncio Furtado de

---

em meio a um "clima pesado", na medida em que "veio pairar no Amapá uma atmosfera pesada de expectativa angustiante e muitas vezes de temor" (A VOZ CATÓLICA, 26 de mar. 1961).

[211] Enquanto o vice-Presidente João Goulart não assumiu a Presidência da República, Mário Barbosa foi interinamente nomeado governador do Território (setembro a outubro de 1961).

[212] Raul Valdez fez parte da equipe administrativa do primeiro governo de Janary Nunes. Era secretário-geral, cargo de extrema confiança, equivalente a uma vice-governadoria .

[213] Esta oposição contava com o apoio do governador de então.

Mendonça (A VOZ CATÓLICA, 10 set. 1961; 22 out. 1961; 29 out. 1961; 24 dez. 1961; 02 dez. 1962).

Segundo Santos, a oposição janarista criticou bastante a Icomi pelo apoio prestado a Nunes. "Acusaram Janary Nunes de demagogo, oportunista e entreguista, referindo-se sobre sua conduta como governador quando da instalação do projeto Icomi na região, provocando ingresso da multinacional na campanha eleitoral em seu apoio, enquanto dificultava o adversário de circular em áreas do empreendimento" (SANTOS, 1998, p. 136).

Nesse período, de forte instabilidade política local e nacional, ocorreu, em 1962, a elevação do Território Federal do Acre a Estado. Este acontecimento e o clima político do Brasil, de modo geral, propiciaram que a questão do futuro Estado do Amapá (autonomia político-administrativa) manifestasse-se de forma mais explicita a partir deste ano, mantendo-se até início de 1964.[214]

A abordagem autonomista, nesse período, de modo geral, manifestou-se através do governo do Território e do Movimento Popular Pró-Estado do Amapá (MPPEA).[215] A política desenvolvida pelo governo do Território para a transformação deste em Estado passava por um discurso de conteúdo economicista, sustentado na mineração e na hidrelétrica. Como vimos no capítulo anterior, a perspectiva de progresso apresentada inicialmente pela elite político-administrativa era de defesa da autonomia econômico-financeira (sustentação para o

[214] A questão da elevação do Território Federal do Amapá a estado não era algo novo. Isto pode ser observado em diversos números do *Jornal Amapá*, desde a criação deste periódico em 1945. Em 1959, por exemplo, a questão da elevação dos territórios a estados foi discutida no primeiro encontro de governadores dos territórios, em Belém. O encontro não tinha como objetivo tratar apenas de tal tema, mas este foi bastante discutido e tornou-se consenso a compreensão da completa inconstitucionalidade dos territórios naquela ordem vigente. Ao encerrar o conclave foi aprovada uma resolução oficial "reconhecendo a necessidade de imperiosas medidas urgentes, visando a transformação dos territórios em Estado membro da Nação" (NUNES, P., 1979, p. 11). Em 1960 o governador Pauxy Nunes reivindicou, no Conselho Nacional de Economia, que a Lei Orgânica dos Territórios passasse a incluir: eleição de governadores e prefeitos, câmara de deputados estaduais com sete deputados, câmara de vereadores, transformação da guarda territorial em polícia militar e transformação de verbas específicas em verbas globais, o que significava autonomia de decisão financeira. Conclusão: o governador defendeu que os territórios passassem a dispor das prerrogativas dos estados, ainda que não fossem formalmente definidos como tal.

[215] Organização "apolítica" e "apartidária", em defesa da criação do Estado do Amapá (A VOZ CATOLICA/BOLETIM nº 7, 11 ago. 1963).

futuro Estado), que se apoiava nos *royalties* da exploração do manganês e na possibilidade de extrair outros minérios como o ferro do rio Vila Nova.

O Amapá passava por intenso crescimento populacional, ating 68.520 habitantes. De 1960 a 1964, à exceção de 1962, as exportações da Icomi, mantinham-se em torno de 800 mil toneladas de manganês, mas em paralelo a uma redução dos preços internacionais, o que fez com que o valor das vendas ao exterior caíssem significativamente.[216] Por causa disso, apesar da arrecadação fiscal em cruzeiros nominais ter crescido, entre outros por conta da inflação, o valor dos *royalties*, medidos em dólares, vinha em queda (ICOMI, 1973). Por outro lado, no início dos anos 1960, as explorações das riquezas minerais do Amapá continuavam relacionadas com a possibilidade da instalação da siderurgia e do processo de industrialização do Território, o que evidenciava a perspectiva de um Estado minerador-industrial.

A elite político-administrativa defendia uma imagem de progresso ao futuro Estado do Amapá que não se sustentava apenas na exploração industrial do manganês e de outros minerais. O seu discurso apoiava-se na construção da usina hidrelétrica, agora em maior evidência. Juntos representariam a independência econômica e a consolidação do projeto industrial para o Amapá. Essa perspectiva de progresso do TFA, que levaria à sua elevação a Estado, pode ser observada na entrevista do governador amapaense Terêncio Porto ao jornal paraense *Folha do Norte*. Segundo o governador do TFA,

> Há presente no Território do Amapá um desejo sempre crescente de transformar o Território em Estado. Debates públicos se vêm realizando com freqüência, abordando todos os problemas, todos os ângulos possíveis capazes de influenciar pró ou contra, na situação política do Amapá.
> O exemplo do Acre vive em cada parcela do povo, que almeja a mesma posição. E o próprio Governo está interessado e vem lutando para que haja de fato e de direito a transformação [...].
> Todo o movimento para que se transforme em Estado está em função da Usina. Nela deverão ser instaladas duas turbinas possantes, capazes de fornecer potencial

[216] Dados da Receita Federal, já apresentados em seção anterior.

> energético em escala grande e suficiente para dar ao Amapá uma situação que lhe permita subir no conceito das Unidades do Território Nacional (JORNAL AMAPÁ, 19 mar. 1964).

A questão da elevação do TFA a Estado sustentou-se mais especificamente na "indispensável" construção da usina hidrelétrica, "promotora" da energia necessária à industrialização e da independência econômica – elementos que se reivindicam desde o início da extração do manganês nos 1950. Assim, a riqueza mineral do TFA, a exploração industrial da Icomi e a construção da usina hidrelétrica do Paredão destacaram-se no quadro das recorrências discursivas autonomistas. O grupo de poder político-governamental, sustentado na máquina político-administrativa, as interpretava como sendo o eixo para o "progresso" e para a autonomia político-administrativa do TFA. Isso podia ser constatado novamente no discurso do governador Terêncio Porto quando da passagem do 20º aniversário do TFA: "os sonhos mais caros dos amapaenses não estão longe de se tornarem realidade – a construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes e a transformação do Território em Estado" (JORNAL AMAPÁ, 29 jan. 1964).

Podemos perceber, nas mensagens das matérias do jornal oficial, um painel ilustrativo dos elementos predominantes da imagem construída sobre a autonomia do Amapá que se projetava tanto no plano local como no nacional: a imagem de um Amapá rico em recurso mineral e com grande potencial energético onde a usina hidrelétrica possibilitaria o progresso com a instalação da siderurgia e de indústrias modernas. Era esse conjunto de imagens localmente produzido e organizado de dentro para fora pela elite político-administrativa que informava a "visão" maior do Amapá como futuro Estado.

Nesse período, diante da crise econômica nacional, os TF's sofreram fortes cortes em suas verbas. Em 1962 o TFA recebeu apenas 28% de suas dotações orçamentárias para atender todas as suas atividades (JORNAL AMAPÁ, 06 nov. 1963). Esta contenção de despesa por parte da União refletiu negativamente no andamento da construção da usina de

Coaracy Nunes. Frente a tal situação Janary Nunes utilizou a tribuna do Congresso Nacional para protestar:

> O Amapá não quer esmola, nem doações, mas apenas empréstimos que serão pagos cruzeiros por cruzeiros e que servirão para o seu progresso.
> Com a ajuda do Congresso Nacional, deverá surgir nos próximos anos no extremo Norte, mais uma Unidade pujante da Federação Brasileira, o Estado do Amapá (JORNAL AMAPÁ, 09 out. 1963).[217]

As justificativas para a demanda autonomista não se apoiavam unicamente em motivos econômicos, mas político-democráticos também. Outras justificativas eram apresentadas para a elevação do Amapá a Estado, como, por exemplo, as reivindicações do Movimento Popular Pró-Estado do Amapá (MPPEA) que realizou campanha pública com este objetivo, fazendo publicações e realizando abaixo-assinados. O MPPEA defendia a ampliação dos representantes do Amapá nas esferas federais como única forma possível para atingir o progresso, pois esse seria decorrente da elevação do Território a Estado. Isso pôde ser constatado no boletim do movimento:[218]

> Os Deputados que representavam os Territórios Federais elaboraram, apresentaram e justificaram um projeto, transformando essas Unidades, subordinadas ao Ministério da Justiça, em células autônomas da União.
> Este projeto recebeu o nº 4.821 e foi subscrito pelos Senhores Valério galhães, Amilcar Pereira e Aluísio Ferreira e se encontra engavetado em uma Comissão qualquer da Câmara dos Deputados [...].
> Somente quando pudermos eleger o Governador e Prefeito e tivermos mais de um representante no Legislativo é que possuiremos as condições e os fatores indispensáveis ao progresso, ao bem estar, ao encaminhamento de soluções adequadas aos problemas que nos afligem, aos males contra os quais você se queixa. Seja pelo Estado do Amapá (A VOZ CATÓLICA/BOLETIM nº 4, 21 jul. 1963).

[217] Transcrito do *Diário Carioca* de 10/9/1963.
[218] O boletim era o instrumento de divulgação do MPPEA e propunha a sensibilizar a opinião pública local, regional e nacional mediante campanha pela elevação do Território à categoria de estado, tal qual ocorrera com o Acre. Os boletins eram publicados no jornal *A Voz Católica* da prelazia de Macapá.

Nesse momento, as reivindicações de autonomia político-administrativa, bem como econômico-financeira, passavam a adquirir elementos de crítica ao governo federal. Para o MPPEA a intervenção federal do Amapá como meio de governo já estava superada.[219]

Do ponto de vista do governo do Território, suas críticas à União eram mais comedidas e sutis. Não eram dirigidas diretamente ao Presidente da República. Quando ocorriam, eram relacionadas aos obstáculos financeiros e burocráticos que impediam a conclusão da usina hidrelétrica, a independência econômica e a autonomia política do Território.

Outra manifestação defendendo o Estado do Amapá ocorreu por meio do livro "Mosaico da Realidade Amapaense, publicado em 1963, pelo ex-governador Pauxy Gentil Nunes. O autor reivindicava a elevação do Território a Estado por julgar que a falta de progresso do mesmo era conseqüência antes de tudo da estrutura que o regulava, ou seja, da completa inconstitucionalidade do Território na ordem vigente. Segundo Pauxy Nunes, esta situação jurídica tornou-se centro de "resistência contrário ao desenvolvimento dos amapaenses" (NUNES, 1979, p.12).

Os deputados dos TFs se mobilizaram pela elevação destas unidades da Federação à categoria de estados federados. Foi apresentado o projeto nº 4.821/63 na Câmara Federal. Houve, ainda, no caso especifico do Amapá, o projeto de lei nº132/63 do senador paraense Moura Palha que criava o Estado do Amapá.[220]

---

[219] Esta crítica se apoiou na mensagem do governador do Estado do Acre à Assembléia Legislativa estadual que destacou o fracasso da administração do governo federal que durante 60 anos naquele território. O jornal católico amapaense assim se manifestou: "conceitos, amigo leitor, perfeitos que se encaixam muito bem na atual situação do Território. O Acre foi esvaziado em 60 anos de tutela da União. O Amapá já está em pleno processo de esvaziamento também, com muito menos tempo. Façamos nossa parte. Estanquemos a hemorragia. Criemos o Estado do Amapá" (A VOZ CATÓLICA/ BOLETIM nº 8, 18 ago. 1963).

[220] Tais quais os outros projetos, este também não foi aprovado. Ele foi apresentado no Congresso federal em 9/10/1963 e destacava que "O Amapá, portanto, caminhando agora para a sua terceira década, já está em condições de governar o seu próprio destino, emancipando-se da tutela federal [...]. Sua situação econômico-financeira, das mais promissoras, assegura-lhe tranqüilidade e certeza no dia de amanhã (JORNAL A APÁ, 20 nov. 1963).

A mobilização regional-autonomista buscou coesão e legitimação, ou seja, mobilizou diferentes setores sociais em torno de uma base comum: a transformação do TFA em Estado. Esta busca por apoio foi desenvolvida tanto por parte o governo, com os debates públicos sobre a criação do Estado do Amapá, como pelo MPPEA com seu manifesto pró-Estado. Era uma campanha que extrapolava as fronteiras do TFA,[221] de modo que a luta pela autonomia político-administrativa e econômico-financeira era desenvolvida em pelo menos duas frentes: uma junto à Federação (Presidência e Congresso Nacional, principalmente) e outra no local, no sentido de obter a legitimação popular.

Nesse período de forte reivindicação autonomista no Amapá o observamos nos jornais locais grandes manifestações espontâneas e autônomas da população. As manifestações que ocorriam, apesar de recorrer à população local, tinham como origem o governo do TFA e o MPPEA (organizado pela igreja catól e setores da elite local).

Também não encontramos manifestação formal da Icomi sobre tal questão. Apesar da empresa destacar, em sua revista Icomi Notícias, o progresso do Amapá, esse progresso não fazia analogia como a perspectiva do futuro Estado. Nos atos públicos ou em sua revista a empresa exaltava um Amapá que se fortalecia, se desenvolvia fruto dos investimentos, pesquisas e projetos da companhia, mas não tomava partido sobre sua transformação ou não em estado federativo. Isto pode ser observado no primeiro número de sua revista, publicada pela primeira vez em 1964, que trouxe como manchete de capa "manganês: vida no coração da floresta. De tudo para todos". Ao falar das escolas que construiu, afirmou em manchete de matéria específica que "surge uma nova geração" e no decorrer do texto justificou o título: "novas escolas valem como centros geradores de progresso. Nada pode ser mais sugestivo do

[221] "A Secretaria do M.P.P.E.A distribuiu a cada membro Congresso Nacional (deputados e senadores) um exemplar do Manifesto acompanhado do expediente informativo das finalidade do mesmo." O movimento buscou, ainda, estabelecer relações com outros movimentos autonomistas. "O movimento também enviou apoio ao movimento de políticos e representantes de outras classes sociais, em pró da criação do Estado do Baixo Amazonas, com o desmembramento dos municípios de Oriximiná, Faro, Óbitos, Alenquer, Almeirim, Prainha e outros" (A VOZ CATÓLICA/ BOLETIM nº 10, 01 set. 1963).

que uma escola no meio da selva amazônica, num local onde há pouco mais de um decênio não havia vida humana" (ICOMI, jan. 1964, p. 2). Em outra matéria, ao referir-se ao núcleo urbano da Serra do Navio afirmou que "há pouco mais de uma dezena de anos Serra do Navio ainda guardava o seu segredo e era praticamente inacessível. Hoje é um centro de vida em plena selva, conhecida no Brasil e no mundo, pelo minério e pela notável experiência humana que ali se realiza. [...] Porque Serra do Navio tem este duplo significado: de uma mineração sem igual em nosso país e escrita entre as mais eficientes do mundo [...], de uma prova definitiva da possibilidade da instalação da civilização em zona tropical na linha mesma do Equador" (ICOMI, jan. 1964, p. 8).

5.2.2 Do Golpe Militar ao Final dos Anos de 1970: Diversificação da Produção da Icomi e Enfraquecimento da Campanha Autonomista.

Após o golpe militar de abril de 1964 a questão autono perdeu visibilidade nos jornais locais. De modo geral, não se encontrou registro a respeito do movimento autonomista. Isso teve relação com o clima autoritário do regime, determinando a censura à sociedade e aos órgãos de imprensa. Os interventores militares nomeados se deslocavam ao Amapá para governar e manter a ordem num território federal e não com a intenção de construir um projeto autonomista. Este quadro só mudou com o último governador do regime militar: Anníbal Barcellos.

O estabelecimento da ditadura militar também implicou num enfraquecimento do poder da família Nunes. O deputado Janary Nunes não foi cassado, mas também deixou de indicar os governadores, ainda que tenha ido compor a do governo militar, entrando na Aliança Renovadora Nacional (Arena) quando os golpistas extinguiram os partidos existentes e estabeleceram o bipartidarismo (Arena e Movimento Democrático Brasileiro - MDB).

Desde então, os governadores passaram a ser nomeados a partir da correlação de forças interna à ditadura.[222]

Pouco depois de confirmado o golpe militar, o governador do Território, Terêncio Porto, pediu sua exoneração do cargo. O novo governador indicado pelo Presidente Castelo Branco foi o general Luiz Mendes da Silva. Este acusou publicamente a administração anterior de desvio de 350 milhões de cruzeiros e de ter esbanjado, nos três primeiros meses do ano, as verbas relativas ao exercício de 1964.

Nesse momento a questão autonomista ainda apareceu no contexto político-administrativo do Território, mas não com a mesma intensidade do momento anterior. Em entrevista ao jornal carioca "Diário de Notícia" o novo governador manifestou sua opinião sobre a transformação do Amapá em Estado, afirmando que esta seria uma das principais metas que pretendia alcançar. Sobre o assunto Mendes destacou a importância da Icomi para o desenvolvimento do Território e a necessidade da conclusão da hidrelétrica do Paredão (JORNAL AMAPÁ, 06 jun. 1964).

Entretanto, a transformação do Amapá em Estado da Federaçãofoi perdendo visibilidade no decorrer da administração de Luiz Mendes. Esta perda da perspectiva autonomista não significou que o discurso de progresso e industrialização do TFA tenha desaparecido, ao contrário, ele ganhou novos elementos de sustentação, para além da hidrelétrica[223] e da exploração do manganês. Isto pode ser observado numa entrevista em que Luiz Mendes relatou sua conversa com Augusto Antunes, na ocasião, lhe deu conhecimento dos planos da empresa para o Amapá. Segundo o governador,

[222] Em ordem cronológica crescente temos os seguintes governadores do período da ditadura: Luiz Mendes da Silva, Ivanhoé Gonçalves Martins, José Lisboa Freire, e Azevedo Henning e Anníbal Barcellos.
[223] Esta administração retomou as obras da hidrelétrica do Paredão, que estavam paralisadas desde o início dos anos 1960 (JORNAL AMAPÁ, 31 mar. 1967).

> Destaca-se a criação do Instituto de Pesquisa do Amapá, dentro dos moldes do que possui o Estado de São Paulo, e a instalação de uma usina açucareira no município de Mazagão, com capacidade para produzir 100 mil sacos de açúcar [...].
> Inclui, também, o plantio de cana, que segundo estudo realizado com meticulosidade, atingirá a uma altura de 4 metros, além de comprar a produção daqueles que cultivarem a importante gramínea (JORNAL AMAPÁ, 13 jun. 1964).

A Icomi/Caemi iniciava o processo de diversificação de suas atividades no Amapá. O discurso de progresso do Amapá passou a incorporar novos elementos objetivos. Foram criados a COPRAM (Companhia Progresso do Amapá), em 27/07/1964, e o IRDA (Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá),[224] em 1966. Eles eram diretamente vinculados à companhia mineradora e se apresentavam como instrumentos que iriam possibilitar novos investimentos no Território - sustentados agora no embasamento científico e finance da iniciativa privada. Porém, a existência dos mesmos com elementos "propulsores do desenvolvimento" não tinha como meta a elevação do Território a Estado. Na realidade, entre outros fatores, estas duas instituições refletiram um novo momento na política federal para a Amazônia, agora sustentada nos incentivos fiscais. Estes passaram a se destinar progressivamente para a agricultura, particularmente a partir da Operação Amazônia. Interessava captar os recursos dos incentivos fiscais e obter isenções fiscais para aplicar em empreendimentos privados. As duas instituições criadas não eram concorrentes, mas complementares no diagnóstico de problemas e possibilidades de empreendimentos com rentabilidade empresarial.[225]

---

[224] Um exemplo de trabalho realizado pelo IRDA em parceria com o IBGE foi o Atlas do Amapá de 1966.

[225] A mensagem de Augusto Antunes quando da instalação do IRDA evidencia o papel de ambas: "Faz poucos meses, aqui nos encontrávamos reunidos para o lançamento da COPRAM 'Companhia Progresso do Amapá', entidade que anunciamos como um dos instrumentos que havíamos concebido para ajudar o Território do Amapá e sua gente na luta pelo aperfeiçoamento da sua infra-estrutura econômica e social e na criação de novas atividades geradoras de riquezas e bem-estar [...]. Naquela oportunidade lançamos uma empresa que se destina, principalmente, a promover, por si ou por terceiros, o estabelecimento no Amapá de iniciativas em base de rentabilidade empresarial, que criassem oportunidades de emprego para as novas gerações desta região [...]. Assumíramos, então, o compromisso de que, tão logo nos permitisse os estudos que estamos promovendo, criaríamos uma segunda entidade, dedicada particularmente à identificação dos problemas e deficiências da infra-estrutura econômica e social do Amapá e à formulação das soluções para esses problemas e para a correção dessas deficiências" (A VOZ CATÓLICA, 16 mai. 1965).

A presença dessas empresas como sinônimo de progresso o Amapá evidenciava também formalmente atuação da Icomi e o seu discurso de progresso associado à industrialização do Território. O progresso, de modo geral, apresentado empresa e pelo governo do TFA tinha como meta novos investimentos e a construção e de obras de infra-estrutura econômica, pouco se relacionando explícita e diretamente com a elevação do Território a estado da Federação.[226]

Ainda em relação ao cenário político local pós-golpe de 1964, a diminuição da esfera de influência de Janary Nunes no governo federal não significou de imediato o fim de sua popularidade no Amapá.[227] Porém, em 1970, no auge da ditadura e do chamado mila econômico brasileiro, Janary perdeu a eleição para o que seria seu terceiro mandato no Congresso Federal. O deputado eleito foi Antônio Pontes, do MDB. De acordo com Santos (1998), contou a favor do enfraquecimento da elite janarista o fato de que a meação dos governadores golpistas não mais passava por suas mãos, o que diminuiu seu controle sobre a máquina governamental e contribuiu para desorganizar seu ciclo de apoio e articulação político-populista-paternalista.

Em 1967 o país passara por uma reforma administrativa. Como parte desta o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), órgão responsável pelos territórios federais, foi substituído pelo Ministério do Interior (MINTER), que ficou sob a responsabilidade o general Afonso de Albuquerque Lima. O novo ministro nomeou para a chefia da Assessoria dos TFs o governador do Amapá Luiz Mendes da

[226] Nessa fase, tanto a questão da conclusão da hidrelétrica como a industrialização foram evidenciadas, mas não com a centralidade do momento anterior. No caso particular da hidrelétrica ela era apresentada como mais um elemento da infraestrutura econômica necessária para a existência das condições básicas do progresso econômico. Diferentemente dos primeiros anos do TFA, este progresso econômico que se defendia não tinha como objetivo direto (pelo menos formalmente) a elevaç do Amapá a Estado (JORNAL AMAPÁ n. 1.282; n. 1.292, 1964).

[227] Em 1966, ano de eleição parlamentar, só existia a Arena no Território e as disputas internas levaram a uma subdivisão, se formando a Arena 1, que tinha o candidato preferencial Alfredo Oliveira (que contava com o apoio do governador Luiz Mendes) e a Arena 2, liderada pelos Nunes. O candidato da primeira fração foi derrotado por Janary Nunes.

Silva,[228] assumindo então o governo do Território do Amapá o general Ivanhoé Martins,[229] nomeado pelo Presidente da República Costa e Silva. As metas de desenvolvimento para o Território nesta nova administração também se centraram nas obras infra-estruturais e em investimentos sociais. Concentrou-se, ainda, atenção no desenvolvimento do setor agropecuário[230] e no prosseguimento das obras da usina hidrelétrica do Paredão.

Além das obras infra-estruturais divulgadas como fatores de desenvolvimento e progresso outros empreendimentos vieram somar-se a estes. Foi o caso da inauguração em 1967 (Santana/Macapá) da fábrica de compensados Brumasa (Bruynzeel Madeiras S.A, associação da Icomi com o grupo holandês Bruynzeel). Este empreendimento foi apontado como um grande investimento de base industrial e de apreciável fonte de divisas para o Amapá e para a Amazônia. A magnitude da Brumasa[231] para Amapá foi reconhecida pela Sudam em 1967

> O primeiro grande empreendimento de interesse fundamental para a Amazônia, reconhecendo os elevados propósitos da associação ICOMI/BRUMASA, no que constitui hoje o maior investimento industrial na área da SUDAM. zesseis milhões de cruzeiros novos é o seu montante.
> Com uma área construída de 16.000m² a fábrica da BRUMASA é a mais moderna da Amazônia e se inaugura no exato momento em que se abre para a região em face da política desenvolvimentista da SUDAM e dos estímulos para atrair capitais, as oportunidades aguardadas pela iniciativa privada para implantar empreendimentos de alta rentabilidade econômica no extremo norte do País.
> Ao alcançar a média prevista de sua produção, a BRUMASA carreará para a balança de pagamento do Brasil no exterior cerca de dois milhões de dólares anuais. Paralelamente, contribuirá para a receita do município de Macapá (JORNAL AMAPÁ, 03 fev. 1968).

---

[228] *Jornal Amapá* nº 1.421 (1967) e 1.423 (1967).

[229] Seu sucessor foi o oficial da marinha Arthur de Azeve Henning, nomeado governador em 1974 pelo Presidente Ernesto Geisel. Nesta fase os territórios passaram a ser administrados pelos segmentos das Forças Armadas, onde o Amapá ficou sob a responsabilidade da ha.

[230] Sobre o desenvolvimento da agropecuária veja *Jornal Amapá* nº 1.469 (1968), 1.605 (1971), 1.607 (1971). Este jornal, a partir de 1970 passou a ser denominado de *Novo Amapá*.

[231] A Brumasa foi desativada em 1988 devido ao esgotamento da *virola* no Amapá e suas instalações passaram para a fábrica de cavaco do Amapá Celulose S. A (PORTO, 2003).

O reconhecimento da Sudam era a constatação da manutenção de sua ajuda financeira à Brumasa. Este empreendimento havia sido aprovado pela Comissão Deliberativa da SPVEA (antecessora da Sudam) em 1966. Seu investimento total programado foi de Cr$ 13.378.785.600,00 sendo que os investimentos próprios da empresa totalizaram somente Cr$ 2.905.437.437,00. Seriam aportados Cr$ 4.662.473.289,0 formalmente definidos apenas como outras fontes e Cr$ 5.810.874.874,00 como incentivos fiscais (CAVALCANTE, 1967), ou seja, o grande aporte de capital para o novo empreendimento da Icomi era proveniente do setor público.

O governo do Território de então continuava a propagandear sua a ação política pelo "progresso" do Território, mas não associava este "progresso" à estadualização do Amapá. Contudo, isso não significou que esta questão tenha saído de cena por pleto, tanto no Amapá quanto nos demais territórios federais. Porto (2 3) destacou que na década de 1970 Rondônia e TFA se mobilizaram politicamente em defesa da elevação dos mesmos a estados. No caso do Amapá houve o projeto de Lei Complementar nº11/72 de autoria do deputado Antonio Pontes (MDB- AP) propondo sua transformação em Estado. Entretanto, esta não era a política do governo federal.[232]

Na década de 1970 foi criado na Amazônia o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). Na definição da Sudam (1976) o Amapá foi incluído como um pólo agromineral, de onde se destacava a produção de manganês, ferro, pescado e cana-de-açúcar. No pólo Amapá foi incluído, ainda, a extração do caulim no morro

[232] O jornal carioca *O Globo* publicou a declaração do ministro do Interior, Costa afirmando que "Não está em cogitação qualquer medida do Governo Federal no sentido de transformar em Estado os atuais Territórios, embora exista alguma especulação sobre o assunto. [...] Um Território para alcançar as condições de Estado deve ter um grau razoável de desenvolvimento e estrutura social, política e econômica, que lhe permita a auto-sobrevivência, o que, no entanto, não ocorre com Roraima, Rondônia e Amapá (NOVO AMAPÁ, 17 out. 1970).

do Felipe, município de Mazagão,[233] pelo então projeto Jari - no caso especificamente a Caulim da Amazônia (Cadam) (COELHO et al, s/d).

O Polamazônia e outros instrumentos configuram formalmente o planejamento federal para a região amazônica. As elaborações nacionais (com destaque para planos de desenvolvimento) deveriam ser adaptadas e aplicadas pelos estados e territórios federais. No caso destes últimos, o Decreto-lei nº 411/69 já definira os objetivos a serem seguidos por suas administrações. Como parte deste processo, foi elaborado no Amapá o I Plano de Desenvolvimento (1975-1979), uma adaptação para o Território do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que definiu a Amazônia como uma região produtora de produtos naturais, notadamente minerais, voltados ao mercado internacional. Abriu-se com isso a fase que se configurou nos grandes projetos minerais na região. Mas estes projetos (e seus investimentos) concentraram-se fundamentalmente no Estado do Pará (MARQUES, 2007). Observamos, então, que a atenção estatal na questão mineral amazônica foi deslocada do Amapá para o Pará. E isso ocorreu no momento em que esta política foi tomada com destaque. Assim, o Amapá perdeu importância relativa no âmbito das políticas públicas federais para a Amazônia.

Apesar da entrada em operação da hidrelétrica de Coaracy Nunes em janeiro de 1976 e, no final da década, do projeto Jari, não se presenciava novos empreendimentos minerais da Icomi ou de outras empresas, ou mesmo o processo de industrialização há muito propagandeado. Isso esteve refletido na elaboração do de Desenvolvimento do Amapá (AMAPÁ, 1976). O plano já não teve como eixo a mineração, ao contrário. As verbas destinadas a programas sobre recursos minerais eram mínimas (Tabela 9).

Os grandes volumes de investimentos se concentrariam no que se chamava de desenvolvimento regional (Cr$ 993,3 milhões), com destaque para saneamento (Cr$ 248

[233] Atualmente município de Vitória do Jari.

milhões) e transporte rodoviário (Cr$ 362 milhões). A tação planejada para os programas de energia e recursos minerais concentrava-se quase que exclusivamente no setor energético.[234] Chama atenção ainda o baixo valor que se definiu para indústria, comércio e serviços, Cr$ 2,18 milhões.

Tabela 9: Recursos programados no I Plano de Desenvolv mento do Amapá/II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979

Funções e Programas	Total (em Cr$ 1.000)
1. Administração e planejamento	170.140
2. Agricultura	181.618
3. Comunicações	118.274
4. Defesa nacional e segurança pública	4.700
5. Desenvolvimento Regional	993.292
- Saneamento	248.139
- Transporte rodoviário	362.153
- outros	383.000
6. Educação e cultura	134.227
7. Energia e recursos minerais	183.600
- Energia elétrica	180.600
- Recursos minerais	3.000
8. Indústria, comércio e serviços	2.178
Total	**1.728.029**

Fonte: I Plano de Desenvolvimento do Amapá, 1976.

Os recursos minerais receberiam apenas Cr$ 3.000.000. Na definição de valores no planejamento do II PND[235] consta Cr$ 3.050.000, dos quais Cr$ 300.000 seriam para um estudo sobre a viabilidade da industrialização de ferro-liga. Este plano era vago quanto à definição das estratégias de desenvolvimento do Amapá, deixando-as amplas demais.[236] As suas definições tornaram-se claras quando correlacionamos, como feito acima, os dados da distribuição dos recursos entre os diversos setores e programas.

[234] Do total de Cr$ 183,6 milhões destinados a este setor Cr$ 165,6 milhões foram programados somente à reforma e ampliação dos sistemas de distribuição de energia elétrica.

[235] Este foi elaborado por técnicos do governo federal em Brasília, enquanto o I Plano de Desenvolvimento do Amapá foi feito no Amapá.

[236] "A estratégia de desenvolvimento para a região do Território se orienta no sentido de criar condições que permitam a ocupação econômica, em bases racionais, do geográfico, mediante a execução de medidas voltadas de forma eficaz para dinamização principalmente de atividades agrícolas, pecuárias e de mineração. Nessas condições, assumem relevante importância os trabalhos de regularização fundiária, as pesquisas agrícolas, os estudos de oportunidades que revelem o potencial das riquezas disponíveis, e os projetos que visam a melhoria das condições e dos padrões sociais dos centros urbanos da região" (BRASIL, 1975, p. 55).

O I Plano de Desenvolvimento do Amapá enumerou as estratégias para o setor industrial, dentre as quais o manganês esteve oculto:

> Realização de estudos sobre o potencial de matérias-primas existentes, bem como, as possibilidades de beneficiamento e industrialização;
> Implantação do distrito industrial, objetivando melhores condições de produção e comercialização;
> Implantação do Programa de Assistência Técnica e Comercial, visando capacitar os dirigentes de pequenas e médias empresas, principalmente aquelas voltadas para o ramo industrial;
> Realização de estudos objetivando o levantamento das p de turismo no Território assim como dinamização do setor através implantação de infra-estrutura de apoio (AMAPÁ, 1976, p. 120).

Do total de Cr$ 1,73 bilhões destinados ao I Plano de nvolvimento do Amapá, o governo do Território entraria com Cr$ 961,65 milhões o restante viria de outras fontes públicas ou de incentivos fiscais (Cr$ 46 milhões). O IRDA entraria com Cr$ 350 mil, ou seja, apenas 0,02% do total planejado, isto demonstra que o envolvimento da Icomi, nesse caso, era mínimo.

No tocante a elevação do Território a Estado, estes planos não fizeram referência aberta. Apesar disso, o I Plano de Desenvolvimento do Amapá (elaborado neste Território) reivindica, na prática, maior autonomia no tocante à p tributária:[237]

> a) Outorgar ao Governo do Território a competência de arrecadar os tributos especificados na Constituição, atribuídos aos Estados e ao Distrito Federal;
> b) Estender ao Amapá a capacidade legal de concessão de Incentivos Fiscais à Empresa Privada, como vem fazendo os Estados e o Distrito Federal;
> c) Preparar, pelos órgãos federais competentes, equipes de fiscalização e arrecadação, formada por funcionários do Governo do Território (AMAPÁ, 1976, p. 130).

[237] Ainda em relação a autonomia e representação política, em 1978 os territórios federais passaram a dispor de duas vagas no Congresso Nacional. A partir de 1982 puderam eleger quatro deputados federais. Anteriormente, desde 1974, já podiam eleger vereadores e a partir de 1985 passaram a escolher seus prefeitos (FREITAS, 2004).

Desde o golpe militar de 1964 até o final da década seguinte a Icomi e o grupo Caemi procederam a diversificação de suas atividades no Amapá: estabelecimento da Brumasa, usina de pelotização e criação de instituições "desenvolvimentistas" (Copram e IRDA) e de novas empresas (Amcel e Codepa). Contudo, esta diversificação não foi acompanhada da intensificação da campanha pela autonomia do Amapá, ao contrário. Este quadro só mudaria a partir de 1979 com a chegada de um novo governador.

5.2.3 As Contradições do Projeto de Estado Minerador-Industrial

Nos anos 1970 a Icomi passou por oscilações nas quantidades exportadas de manganês, presenciando um descenso desde 1974, com uma breve recuperação em 1979 e 1980, para em seguida continuar seu movimento decrescente. As suas receitas também registraram esta oscilação descendente. Em 1984, com US$ 30,15 milhões (dados da Receita Federal), havia vendido (em termos de valor) menos da de daquilo que conseguira em 1965 (US$ 63,6 milhões). A empresa havia instalado a usina de pelotização, criado a Amcel e Augusto Antunes tornara-se um dos proprietários do projeto Jari. A hidrelétrica Coaracy Nunes funcionava desde janeiro de 1976. Contudo, o final desta década e o início dos anos 1980 não confirmavam as previsões discursivas relativas à industrialização e ao progresso (pelo menos na forma esperada pela sociedade local), tão intensamente prometidos nos decênios anteriores. O estado minerador-industrial não havia se tornado realidade, limitara-se fundamentalmente ao plano das "intenções", algumas iniciativas e ao discurso.

Ao analisarmos o Amapá desde a sua fundação até este período (década de 1980), podemos sistematizar alguns elementos explicativos da não efetividade daquilo que denominamos de projeto de estado minerador-industrial. Esta constatação e síntese não significam negar a importância da Icomi no cenário econômico amapaense e sua efetividade

na reorganização espacial, que foi importante não apenas para a consolidação do Amapá como território federal como o alicerçou de elementos a sua elevação a estado da Federação brasileira em 1988.

O projeto foi esboçado a partir da descoberta do ferro do rio Vila Nova, sendo desenvolvido com o descobrimento do manganês de serra do Navio e o conseqüente contrato de extração mineral firmado entre o GTFA e a Icomi. Ne se concentravam grandes expectativas de que o manganês e o próprio ferro pudessem dar origem à siderurgia/metalurgia e atrair outros empreendimentos mínero-industriais e de outros ramos. Acontece que, naqueles anos, as usinas das grandes siderúrgicas, incluindo a Bethlehem Steel e a US Steel, localizavam-se nos EUA e Europa e estas empresas não estavam dispostas a transferi-las para a "periferia" mundial. Interessava ter controle das fontes de matérias-primas para acessá-las a custo baixo.

Ademais, implantar estas indústrias no Amapá implicava o investimento muito alto. As multinacionais não estavam dispostas a fazê-los e os capitais privados brasileiros (estatal e privado) encontravam muita dificuldade em reuni-los. Neste sentido, pesava, ainda, contra o TFA o fato de que o centro dinâmico da economia e industrialização brasileiras era o Sudeste do país e que nesta fase o que se observava era uma centralização de capitais nesta região, enquanto que a proposta do Amapá significaria o inverso. Deste modo, o manganês do Amapá deveria, prioritariamente, ser exportado na sua forma primária.

A aceitação de aumento em 1% dos *royalties* apenas (de 4% para 5%), em troca da não obrigatoriedade de que a Icomi investisse no Amapá 20% de seus lucros, nos parece que diminuiu, de certa forma, o potencial industrializador da extração do manganês. Com isso facilitou-se a remessa de lucros e dividendos para os EUA (Bethlehem Steel) e o investimento em empreendimentos em outros pontos do Brasil, particu do Sudeste (pelo grupo Antunes/Caemi).

Havia uma pré-condição à industrialização que o GTFA não conseguiu satisfazer: a geração de energia em grande volume. Os setores empresariais privados (nacionais e estrangeiros) não se propunham a assumir estes custos A rigor, nos anos 1940 e 1950 pouco havia no Brasil quanto à produção de energia elétrica. No tocante a Amazônia, então, a hidrelétrica de Paredão significava uma inovação sem igual. Em 1960, quando entrou em construção, não havia nenhuma hidrelétrica construída e em operação na região. A fundação da CEA em 1956 e os *royalties* (transferidos integralmente para a obra) não foram suficientes para transformar o projeto em realidade. Foi necessário que o governo federal assumisse o empreendimento para que ele pudesse entrar em operação em 1976 – ainda assim com 40 mil kw, quando o planejamento inicial propunha mil kW. Neste momento o manganês já demonstrava uma dinâmica decrescente.

Por outro lado, os anos 1970 marcaram uma redefinição a consolidação) das políticas estatais para a Amazônia. A partir de então economia paraense concentraria os grandes empreendimentos minerais (incluindo a produção energética). Com isso, percebemos um deslocamento do centro dinâmico da mineração regional do Amapá para o estado paraense. Expressão deste deslocamento foi o Programa rande Carajás que envolveu uma área de 10% do território brasileiro entre Pará, Goiás (no que hoje é o Tocantins) e Maranhão. Apesar de suas solicitações, o Amapá ficou de fora.

Estes elementos expostos, mesmo sem ter a intenção se conclusivos ou de negarem o papel destacado da Icomi no espaço amapaense, se configuraram claramente como contradições no projeto de construção de um estado minerador-industrial. A efetividade do projeto esteve longe das promessas feitas, mas não se limitou a discurso apenas. A hidrelétrica e outras iniciativas atestam essa assertiva. Ademais, esse discurso respondia aos interesses de legitimação da elite local (para manter-se à frente do governo do Território) e da Icomi diante da sociedade amapaense.

5.2.4 A Retomada da Campanha pela Transformação do Amapá em do e a Diminuição da Importância Relativa da Mineração no Movimento Autonomista

Em 1979 a administração do Território passou para a responsabilidade do comandante Anníbal Barcellos, por indicação do Presidente da República João Figueiredo e do ministro do interior Mario Andreazza. Neste governo o projeto de transformação do Amapá em estado foi retomado.

Ainda neste ano o governo do Território lançou o II Plano de Desenvolvimento do Amapá, 1980-85, Detalhamento do III PND (AMAPÁ, 1979).[238] O plano constatou a não efetivação da industrialização ao caracterizar que a indústria de transformação era composta por micro e pequenas empresas voltadas para abastecer amapaense. Diante disso, a política de desenvolvimento deveria concentrar-se no setor primário e tomar a agropecuária como seu objetivo básico: "Essa política está consubstanciada na experiência e nas potencialidades agrícola e pecuária, ao mesmo tempo na política definida pelo Governo Federal, devendo, para tanto, fortalecer e dinamizar todas as ações requeridas para o setor" (AMAPÁ, 1979, p. 48).

Percebemos, assim, a perda de importância do setor mineral como fator de desenvolvimento no planejamento do governo do Território. Isso se confirma na definição das 21 diretrizes globais da política de desenvolvimento, a mineração só aparece uma única vez e mesmo assim através da proposição de "reduzir o de dependência da indústria de mineração" (AMAPÁ, 1979, p. 54), que o próprio plano reconhecia que era profundamente concentrada no manganês. Na definição dos recursos não foi destinado nada a qualquer programa ou projeto ligado à mineração, nem mesmo para estudos nessa área.

[238] Este plano foi elaborado a partir do III PND, que, por sua vez, para a Amazônia manteve as diretrizes gerais estabelecidas no II PND (MARQUES, 2007).

Por outro lado, o plano não se limitou a constatar as imitações da mineração no processo de industrialização-desenvolvimento amapaense. Foi muito além e questionou a configuração institucional-jurídica (a legislação) que concentrava as decisões locais na União e mantinha o TFA sem nenhuma autonomia e capacidade le islativa, colocando-o, inclusive, numa situação de "grande dependência do poder judiciár local ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal" (AMAPÁ, 1979, p. 64).

> O tratamento até hoje dispensado nos documentos e legislações, não conseguiu definir a natureza jurídica dos Territórios, verificando-se ausência de jurisdição própria e autônoma. A União exerce domínio exclusivo, pleno e direto sobre estes, ao contrário do que ocorre nos Municípios, Estados e Distrito Federal, onde existe uma perfeita divisão jurisdicional.
> Os Territórios, instituídos como membros da União, ocupando base física e geográfica perfeitamente definidas e comparativamente diferenciados dos Estados e do Distrito Federal, dos quais são independentes, nã têm nenhuma capacidade legislativa.
> O poder Legisferante não atribuído aos Territórios, pelos próprios dispositivos preceituados na Constituição Federal, é dado à União a quem, naturalmente, dispõem sobre matérias de quaisquer natureza sobre esses, exaurindo-os dos instrumentos reguladores da ação governamental, ficando os Territórios, durante longos períodos submetidos à ação de legislações defasadas, sofrendo a ausência de instrumentos legais indispensáveis e, ainda, aplicação de leis que diferem da sua realidade (AMAPÁ, 1979, p. 62-63).

Uma das conseqüências desse quadro era a "ausência de representatividade política condizente com sua realidade populacional", na medida em que os terr federais possuíam somente dois representantes na Câmara Federal. Ademais, a legislação dos fundos de desenvolvimento não colocara estas unidades em igualdade com os estados, municípios e distrito federal, deixando-os num patamar inferior na distribuição dos benefícios decorrentes da aplicação destes instrumentos desenvolvimentistas.

Decorrente dessa última constatação e do fato de que as políticas de apoio à mineração haviam se concentrado em outras áreas fora do TFA, o governo do Amapá elaborou um documento cuja reivindicação era incluir o Território Programa Grande Carajás (AMAPÁ,

1983).[239] Qual o objetivo desta inclusão? Atrair investimentos m grande volume, "contribuindo significativamente como um dos suportes fundamentais à ascensão do Amapá à categoria de Estado" (AMAPÁ, 1983, p. 42).

Em comum com o II Plano de Desenvolvimento do Amapá estava a constatação dos entraves institucionais que mantinham o TFA na condição de dependência econômica e situação de inferioridade em relação aos estados brasileiros:

a) Ausência de personalidade jurídica própria.

b) Falta de autonomia para captar recursos.

c) A maioria das terras do TFA estava nas mãos da União.

d) Pouca representatividade no Congresso Nacional.

Contudo, o documento (AMAPÁ, 1983) foi mais afundo no diagnóstico, constatando que o objetivo presente no momento de criação dos territórios federais não se confirmara: desenvolvê-los para que fossem transformados em estados.

> A criação dos Territórios Federais pela União, visava o desenvolvimento econômico, social, político-administrativo, para uma futura ascensão a categoria de Estado, mas que infelizmente, não se tornou realidade os mecanismos institucionais necessários a concretização dos objetivos não se coadunaram com a realidade existente (AMAPÁ, 1983, p. 38).

E pela primeira vez o governo do Território destinou parte da responsabilidade por esta situação à Icomi. A implantação desta empresa teria promovido "certo crescimento econômico", porém "não houve a preocupação em diversificar suas atividades em projetos que viessem integrar um complexo industrial, dando suporte necessário para sua sustentação econômico-financeiro" (AMAPÁ, 1983, p. 38). Ademais,

[239] "Baseando-se nos objetivos [do PGC], e em função de sua frágil economia, o Amapá requer sua inclusão na área-programa do Grande Carajás" (AMAPÁ, 1979, p. 38).

> A retração do mercado internacional do aço e a descoberta de outras jazidas de manganês, também de alto teor, fizeram com que houvesse redução da produção ocasionada pela perda significativa da fatia desse mercado, resultando, por conseguinte, a dispensa em grande escala da mão-de-obra, o que gerou problemas sociais, demandando ações do Governo do Território que deverá envolver grandes somas de recursos na tentativa de solucioná-los (AMAPÁ, 1983, p. 39).

Este diagnóstico negativo era estendido, inclusive, ao projeto Jari. Segundo o governo do Amapá,

> Como se nota a implantação do projeto, nada trouxe de benefícios para o Território, muito pelo contrário, seus efeitos negativos obrigaram o Governo, muitas das vezes a carrear recursos de atividades produtivas, na tentativa de amenizar os problemas sociais da área,[240] dando condições humanas de sobrevivência a esta população oriunda de diversas unidades da Federação (AMAPÁ, 1983, p. 39).

Apesar disso, o governo amapaense, para justificar sua entrada no PGC[241] e o acesso aos seus recursos fiscal-financeiros, recorreu, entre outros, à configuração mineral do Amapá. Segundo a administração pública do TFA,

> Estudos realizados por diversas entidades do setor mineral, destacando-se o Ministério das Minas e Energia, através do Departamento Nacional de Produção Mineral, mostram uma configuração semelhante entre a área do e a do Grande Carajás em relação às jazidas minerais existentes, o que caracteriza a presente reivindicação da inclusão do Amapá, visto que o carro-chefe para a criação do Projeto Carajás foi a descoberta de grandes jazidas de minérios. Como conseqüência da existência do minério de ferro, o Território poderá se transformar em um grande centro produtor de ferro-liga e ferro-gusa para a exportação e consumo interno, experiência que já vem ocorrendo, substituindo as importações, através de uma empresa implantada no Amapá (AMAPÁ, 1983, p. 40).

O governo do Território, então, tomou para si a tarefa de retomada da campanha autonomista. Isso foi confirmado pelo próprio ex-governador Barcellos quando afirmou que a

[240] Refere-se principalmente à cidade-favela de Beiradão, que cresceu à margem do projeto Jari.
[241] Que ao que nos consta não ocorreu.

sua administração, trabalhando para tornar o Amapá um estado, se antecipou e criou toda a infraestrutura necessária para tal.[242]

Mas a campanha para a elevação do Território a Estado não se restringiu apenas a atuação local do governo, com divulgação nos jornais dos avanços das obras de infraestrutura básica realizada pelo governo. Ela atuou também no Congresso Nacional, como destacou o jornal *Amapá Informativo* ao publicar matéria sobre o Projeto de Lei Complementar nº 15, apresentado no Congresso Nacional pelo deputado federal Antônio Pontes (MDB-AP), que criaria o Estado do Amapá. Ao veicular o projeto do deputado de um partido opositor ao governo do Território, o jornal oficial reforçou a necessidade de fundação do Estado e a justificou:

> Exatamente como o Território Federal de Rondônia, que foi elevado à condição de Estado pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro 1981, também o Território Federal do Amapá reúne as condições para merecer idêntico tratamento.[243]
> Suas principais atividades econômicas referem-se ao extrativismo (castanha-do-pará, madeira e borracha) e a exploração de manganês. principais minérios encontrados em seu território são a cassiterita, o estanho, o manganês e o ouro. Dispõe demais de uma centena de estabelecimentos da indústria de transformação e de aproximadamente cinco mil estabelecimentos agropecuários.
> O progresso da industrialização do Amapá em pleno desenvolvimento, tendo como suporte o porto comercial de Macapá, localizado em Santana, cinco quilômetros do Distrito Industrial, com capacidade inicial para movimentar 20.000 toneladas de cargas.
> De fato, a expansão demográfica e o incremento da prod agropecuária, de mineração, do processo de industrialização, da produção extrativo-vegetal, da pesca, [...] autoriza a convicção de que é chegado o momento histórico da transformação do Amapá em Estado da Federação (AMAPÁ INFORMATIVO, Set. 1983).

[242] "Assim sendo, foram construídos os prédios da futura Assembléia legislativa; do Palácio do governo; do futuro banco do Estado-BANAP; o centro de Administração do Estado, composto por cinco prédios para secretarias, além de um centro de convenções. Ainda foram construídos [...] a Secretaria de Finanças; a Câmara de Vereadores de Macapá [...]. Foram implantados os batalhões da Polícia Militar em cada localidade, assim como o Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça. Concluímos a pavimentação asfáltica da BR-156, trecho Macapá – Porto Grande [...]. Todas essas iniciativas e outras me fogem a memória, foram de suma importância para a transformação do Território em Estado" (BARCELLOS, 2008).

[243] Veja então que a criação do Estado de Rondônia constituiu-se em mais um elemento de pressão para que ocorresse algo igual com o Amapá.

A década de 1980 expressou também o fim da ditadura militar, o aprofundamento da crise econômica nacional que se abriu na segunda metade dos anos 1970 e as limitações do Estado desenvolvimentista brasileiro. Segundo Leite (2001) e Baer (1993), a crise fiscal e as medidas recessivas de combate à crise da economia reduziram significativamente a capacidade do Estado de investir em políticas setoriais e de desenvolvimento regional. Isso implicou numa maior fragilidade no tocante à manutenção de certas despesas, inclusive as relativas aos então territórios federais.

Essa situação também estimulou a campanha pela elevação dos mesmos à condição de estados federativos. Nesse período, entram em cena novos membros e correntes políticas regionais. Segundo Barcellos, as correntes opositoras seu governo eram contrárias à elevação do Território a Estado.[244]

Os novos atores políticos também se sustentaram no discurso de progresso e parte significativa defendia a transformação imediata dos territórios federais em estados como forma de garantir autonomia político-administrativa e o desenvolvimento dos mesmos. Isso era apresentado inclusive como bandeira eleitoral.

Nos anos 1980 o discurso regionalista-autonomista adquiriu também traços conflitantes na medida em incorporou a crítica sobre a falta de autonomia do TFA, de recursos e políticas da União. As críticas também podiam ser encontradas na elite político-administrativa, porém menos incisivas, além de poupadoras dos dirigentes de então – que se procurava exaltar.[245]

---

[244] "Os partidos considerados de esquerda, como PMDB, PT, PDT, etc. eram contrários a tudo que se fazia" (BARCELLOS, 2008). Evidentemente isso tem que ser relativizado, pois a grande crítica em torno destas obras se relacionava às suas despesas e possíveis desvios ilícitos de dinheiro público. Não custa lembrar que o deputado do PMDB apresentou projeto no Congresso Nacional cujo tema era a transformação do Amapá em Estado. Quando deputado federal, Barcellos concentrou seu mandato em torno da transformação do TFA em Estado. Para isso, desenvolveu campanhas em rádios que tinha grande acesso e em jornais, ainda que pagando anúncios – era o que acontecia no *Jornal do Dia*.

[245] Afora isso, neste período situação e oposição já estavam mais equilibrados, em que pese a importância ainda desproporcional da máquina governamental na economia e na sociedade amapaenses. Dito de forma mais exata, a oposição já estava mais organizada, estruturada e tensionava as críticas ao governo fed A própria bancada

Em 1986 o novo governador do TFA, Jorge Nova da Costa, nomeado pelo Presidente José Sarney, publicou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá, uma derivação do I PND da Nova República. Diferentemente do plano elaborado no início do governo Barcellos, agora se constatava e destacava o atraso e a limitação do setor agropecuário: "a agropecuária, evidencia uma estrutura inadequada, métodos de cultivos e criatórios rudimentares e limitada expressão econômica. O subsetor agrícola caracteriza-se fundamentalmente pelo emprego maciço do fator trabalho, baixo nível de capitalização, tradicional técnica de produção e baixa produtividade" (AMAPÁ, 1986, p. 15). Apesar de citar o objetivo do grupo Caemi em implantar uma usina de ferro-ligas, em relação à industrialização o plano afirmou que "dará prioridade a investimentos capazes de elevar o ritmo das atividades econômicas, com apoio nas micros, pequenas e médias empresas reconhecidamente empregadoras de mão-de-obra, utilizadoras de tecnologias simples e de matéria-prima local ou nacional" (AMAPÁ, 1986, p. 22). Das suas diretrizes, apenas uma referia-se à mineração e ainda assim somente para propor "disciplinar a exploração mineral, a fim de evitar o contrabando, a poluição ambiental, a exploração e/ou expropriação dos trabalhadores" (AMAPÁ, 1986, p. 22). Tal qual o plano nacional, este plano amapaense, marcado pela crise fiscal e econômica nacional, teve pouca efetividade, o que já ficava evidente na sua divulgação que não veio acompanhada de dotação orçamentária para seus programas e projetos.

Apesar de não haver grande mobilização popular (comícios específicos, por exemplo), o debate em torno da elevação do Amapá a Estado tomou conta da população conformando setores a favor e contra tal processo. Não há nenhum levantamento conhecido sobre os percentuais favoráveis a um ou outro campo de opinião. O fato era que em jornais escritos e, principalmente, em programas de rádio isso foi intensamente debatido.

---

do Território na Câmara Federal já havia sido elevada quatro deputados, gerando maiores possibilidades de eleger parlamentares não aliados com o governador em exercício.

A mobilização política em defesa do Estado do Amapá contribuiu significativamente para que, na Constituição de 1988,[246] a reivindicação autonomista político-administrativa fosse aprovada por meio do Art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: "Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos" (BRASIL, 2004, p. 145).

Por fim, constatamos que no discurso regionalista de progresso que autorizava a elevação do TFA a Estado, apresentado, neste momento, pela elite político-administrativa e pela nova elite em transformação e consolidação, a Icomi pouco aparecia se comparada às décadas de anteriores.

5.3 A ICOMI NO MOMENTO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ

O Amapá foi elevado à condição de Estado da Federação brasileira a partir da Constituição de 1988, sendo instalado formalmente como tal com a posse dos governadores e deputados estaduais eleitos nas eleições de 1990. Retornemos a um dos questionamentos colocados no capítulo de introdução dessa tese: por que tanto a população quanto os pesquisadores em geral pouco vêem a importância da Icomi no processo de transformação do Amapá em Estado?

A primeira resposta foi que eles se concentram no momento em que isso aconteceu (o fato), durante a Constituição de 1988, perdendo a noção da complexidade do processo histórico que levou à transformação do Território Federal em Estado. Desse modo, para respondermos satisfatoriamente ao questionamento levantado, fez-se necessário analisar a presença da Icomi nos anos que antecederam a estadualização do Amapá.

[246] A Constituição de 1988 também definiu um novo arranjo ativo, onde significativa transferência de capacidade decisória, funções e recursos do Governo Federal passaram para os estados e, principalmente, para os municípios.

Antes de nos aprofundarmos nas considerações sobre o papel da Icomi na transformação do Amapá em Estado precisamos fazer duas observações: os índices evidenciaram que o Amapá está longe do progresso prometido quando do estabelecimento do grande complexo minerador de manganês. Entretanto, esta constatação não deve nos levar a atribuir todas as responsabilidades à Icomi pelo não desenvolvimento do Amapá. Por outro lado, acreditamos que esta grande cobrança que se fez obre a empresa decorreu, entre outros, do enorme volume de expectativas intencionalmente construídas em torno do empreendimento a partir do discurso da elite político-administrativa. Construção que a própria empresa estimulou e ajudou a fomentar (vide os diversos números da revista *Icomi Notícias*). A segunda observação diz respeito ao fato de que não estamos questionando o êxito da Icomi enquanto empresa mineradora capitalista. Ela obteve muito lucro e até por conta disso pode impulsionar o desenvolvimento do Grupo Antunes em outros empreendimentos no Amapá e, particularmente, em outras regiões do país.[247]

Os anos 1980 marcaram a exaustão da mina de manganês do Amapá. A Icomi havia exportado em média um montante acima de um milhão de t do minério em quase todos os anos da década de 1970. Nos anos 1980 este volume exportado foi sendo reduzido e o próprio minério que se extraía tornava-se de menor teor. Em 1987, quando o debate em torno da criação do Estado do Amapá estava em seu auge, as exportações da Icomi atingiram somente 721.199 toneladas e de qualidade inferior ao que se produzia anteriormente. Isso se refletiu nas suas receitas. Em 1976 suas exportações somaram US$ 65,62 milhões e em 1980 US$ 60,21 milhões. Em 1987 elas alcançaram apenas 19,81 milhões (Tabela 3). Os *royalties* também seguiram este movimento descendente: em 1980 haviam somado US$ 2,70 milhões pagos ao governo do Amapá, enquanto em 1987 totalizaram somente US$ 589,76 mil. Este quadro pode ser constatado também nos números da arrecadação de impostos.

[247] Isso para não nos referirmos aos lucros enviados à multinacional estadunidense Bethlehem Steel – que não conseguimos informações mensuráveis satisfatórias.

A Tabela 10 apresentou a arrecadação do Imposto Único Sobre Minerais (IUM) arrecadado em Macapá e sua participação em relação à arrecadação total.[248] Pela análise da mesma podemos ver o peso do manganês na economia amapaense (já que o IUM era fundamentalmente decorrente deste minério) e como esta economia dependia desta produção mineral.

Tabela 10: Participação do Imposto Único sobre Minerais (IUM) na receita total arrecadada em Macapá, em Cr$

Ano	Arrecadação total (a)*	IUM (b)	b/a
1971	11.870.181	5.344.027	45,02%
1972	12.518.596	5.129.494	40,97%
1973	17.801.041	6.531.465	36,69%
1974	16.356.115	6.900.675	42,19%
1975	42.212.234	19.274.753	45,66%
1976	56.936.045	27.550.290	48,39%
1977	86.519.803	36.430.828	42,11%
1978	142.206.403	47.462.610	33,38%
1979	205.237.741	75.890.476	36,98%
1985	79.033.027.787	17.218.771.896	21,77%
1988 (Cz$)	3.989.605.575	707.592.131	17,74%

Fonte: Anuários estatísticos do Amapá
***** Diferentemente de outras informações e da Tabela 6, aqui estavam incluídos os depósitos e outras fontes, de modo que em alguns momentos a arrecadação de Macapá podia parecer superior ao do TFA que constou naquela Tabela.

Em 1975 enquanto o IUM arrecadado em Macapá foi de Cr$ 19.274.753 (ou 66% da receita arrecada neste município) o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias macapaense (ICM),[249] totalizou somente Cr$ 8.061.908 (19,10% da arrecadação total). Em 1979 a participação do ICM havia se elevado, mas ainda continuava inferior ao IUM. Esse foi de Cr$ 75.890.476 (36,98% das receitas arrecadadas) e ICM foi de Cr$ 51.084.613, equivalente a 24,90% do que se arrecadou em Macapá. Ademais, o Imposto sobre Importação foi de Cr$ 4.242.525 no primeiro ano e Cr$ 7.923.238 no segundo.

[248] Este imposto era recolhido pelo governo federal sem a obrigatoriedade formal de aplicá-lo no TFA. Não há informações mensurando o quanto do total deste imposto era reinvestido no á e o quanto era destinado a gastos em outras unidades da Federação.
[249] Que não está especificado na Tabela.

Em 1985 o IUM havia caído para 21,77% do que se arrecadou no município, ficando atrás do Imposto de Renda (Cr$ 29.690.742.842) e do ICM (Cr$ 19.612.693.122). No ano em que o Amapá foi transformado em estado (1988) o IUM correspondeu a apenas 17,74% da receita total arrecadada em Macapá. Com isso foi possível perceber que quanto mais se aproximou o momento de elevação do Território a Estado, menos a produção do manganês (que já era declinante) contribuiu em termos de arrecadação de impostos. Além disso, segundo o Informe Mineral do Estado do Amapá (AMAPÁ,19), do total do IUM arrecadado em 1988 (NCz$ 722.708,90) 47,10% havia sido recolhido em Macapá e 40,63% no município de Mazagão, o que demonstra não apenas a queda da produção do manganês, como a ascensão do caulim produzido pela empresa Cadam no segundo município (Tabela 11).

Tabela 11: Valor da produção mineral e do IUM, 1988

Discriminação	Valor (NCz$)	%	IUM (NCz$)	%
Ouro	17.381.655,80	50,85	112.062,70	15,51
Caulim	9.347.398,17	27,35	291.474,50	40,33
Manganês	6.152.311,83	17,00	305.381,70	42,26
Cromita	1.296.474,47	3,79	1.801,50	0,25
Argila	2.098,00	0,00	315,70	0,04
Tantalita	1.289,95	0,00	100,10	0,01
Prata	1.023,62	0,00	10,20	0,00
Areia	935,80	0,00	131,80	0,02
Columbita	356,00	0,00	53,40	0,01
Seixo	176,59	0,00	33,60	0,00
Pedra	66,55	0,00	11,70	0,00
Argamassa	-	0,00	-	0,00
Piçarra	62,15	0,00	9,30	0,00
Cassiterita	12,09	0,00	1,80	0,00
Brita	-	0,00	-	0,00
Multas, juros, proc. fiscal	-	0,00	11.320,9	1,57
Total	**34.183.860,62**	**100,00**	**722.708,90**	**100,00**

Fonte: Informe mineral do Estado do Amapá, 1988.

Em termos de valor, em 1988 o manganês, representou apenas 17% do valor total da produção mineral do Amapá. Isso significava um terço do valor produzido pelo mineral de maior destaque: o ouro. A produção aurífera foi de NCz$ 17.381.655,80 (50,85% do valor da

produção mineral amapaense). O caulim com NCz$ 9.347.3 17 correspondeu a 27,35% do valor produzido e também ficou à frente do manganês.[250]

Na década de 1980 a produção aurífera passou a ter destaque não somente na arrecadação fiscal, mas também nas exportações e ocupação da mão-de-obra amapaense. Formaram-se garimpos e instalaram-se empresas de exploração industrial: a Novo Astro sediou-se no TFA em 1983[251] e a Mineração Yukio Yoshidome S.A em 1989. Contudo, esta expansão das exportações do ouro amapaense não foi de expressividade nacional (Tabela 12).

Tabela 12: Participação percentual do Amapá nas exportações minerais brasileiras, 1957-2000, intervalos selecionados

Minérios	1957-61	1967-71	1977-81	1987-91	1992-96	1997-00
Manganês	87,72%	83,59%	69,60%	34,60%	19,11%	4,27%
Caulim	-	-	23,59%	47,78%	57,90%	52,53%
Cromo	-	-	-	17,13%	35,69%	66,70%
Ouro	-	-	1,27%	5,56%	4,00%	-
Cassiterita	8,58%	0,98%	0,06%	-	-	-
Tantalita	-	9,24%	5,41%	0,44%	22,76%	-

Fonte: SECEX (www.desenvolvimento.gov.br), Anuários estatísticos do Amapá, Porto (2003).

A Tabela 12 registrou, entre outros, a perda de importância do manganês. No intervalo entre 1957 e 1961 as venda ao exterior do manganês do pá representavam em média 87,72% do total que o Brasil exportava desse minério. Entre 1992 e 1996 caíra para 19,11% e entre 1997 e 2000 tornou-se residual (4,27%). Além da exaustão das minas nos anos 1980 e1990, a produção da Icomi passou a sofrer a concorrência de outras fontes produtoras nacionais, inclusive do Pará. Com isso, o Amapá perdeu espaço não apenas no cenário nacional, como também no regional .

[250] Apesar disso, o manganês ainda era quem mais recolhia IUM: 42,26% contra 15,51% do ouro. É provável que isso fosse em função de alíquotas diferentes para um e para outro mineral.

[251] Esta empresa encerrou suas atividades no Amapá em 1995, quando a mina por ela explorada se esgotou. No período de 1986 a 1995, esta empresa se posicionou entre as 78 maiores empresas do setor mineral brasileiro, chegando a estar em 25ª posição em 1989.

A Tabela 13 apresentou o saldo comercial e a participação do Amapá no conjunto das exportações nortistas. Em 1975 enquanto o saldo comercial da região Norte foi negativo em US$ 475,2 milhões, o TFA registrou um superávit de US$ 79,3 milhões em sua balança comercial com o exterior. As exportações amapaenses responderam por 41,03% das exportações de toda a região.

Tabela 13: Saldo comercial e participação do Amapá nas exportações da região Norte, US$ 1.000 FOB

Anos	Região Norte			Amapá			Participação
	Exportação (a)	Importação	Saldo	Exportação (b)	Importação	Saldo	b/a
1975	206.625	681.803	(475.178)	84.769	5.500	79.269	41,03%
1980	595.516	780.670	(185.154)	71.880	3.971	67.909	12,07%
1985	538.845	518.413	20.432	39.721	148	39.573	7,37%
1990	1.793.958	1.393.126	400.832	55.027	2.676	52.351	3,07%
1995	2.433.137	4.237.651	(1.804.514)	65.792	25.277	40.515	2,70%
2000	3.321.836	4.275.936	(954.100)	35.999	28.282	7.717	1,08%

Fonte: Secex (www.desenvolvimento.gov.br); Porto (2003).

Em 1985 o saldo comercial do Amapá foi de US$ 39,6 milhões, entretanto suas exportações corresponderam a somente 7,37% das vendas ionais ao exterior. Isso já expressava o resultado da política federal de apoio à dução da Zona Franca de Manaus e, principalmente, de expansão mineral do Pará voltada ao mercado exterior. No ano 2000 o saldo comercial do Amapá, em queda acentuada, foi de apenas US$ 7,7 milhões de dólares e suas exportações equivaleram a apenas pouco mais de 1% daquilo que a região vendeu no comércio internacional. A queda do saldo comercial amapaense e de sua participação no conjunto das exportações da região Norte ocorreu em paralelo e associada à redução das exportações do manganês. Houve, junto à redução da produção do manganês, uma redução do índice de internacionalização da economia amapaense.[252]

Ainda em relação à perda de importância do Amapá frente aos demais estados nortistas, nos anos 1950 o projeto de Estado minerador-industrial apresentava o Amapá como

[252] O fato do caulim ser contabilizado como exportação paraense e o forte contrabando de ouro reduziram o impacto desses minérios na balança comercial amapaense.

a porta de entrada da "redenção" da própria região Norte. A exploração do manganês inauguraria e impulsionaria a siderurgia e a industrialização na Amazônia. No início, essa promessa apoiou-se nos números da exploração mineral amapaense, mas, nas décadas seguintes, a produção do manganês não foi suficiente para evitar a redução proporcional do Amapá no cenário econômico regional **(**Tabela 14).

Tabela 14: Participação do PIB amapaense em relação ao PIB do N e; da Indústria do Amapá em relação a do Norte e da Indúst. Amapá em relação ao PIB do Amapá (em %)

Relação	1970	1975	1980	1985
PIB Amapá/PIB Norte	5,18	2,88	2,44	2,29
Indúst. Amapá/Ind. Norte	20,19	3,12	2,47	2,11
Indúst. Amapá/PIB Amapá	58,88	24,49	40,11	37,57

Fonte: Anuários estatísticos do IBGE. Cálculos a partir do PIB a custo de fatores.

Em 1970 o Amapá participava com 5,18% do PIB da região Norte e em 1985 havia caído para 2,29%, ou seja, o PIB do Amapá perdeu participação regional. Isso foi mais significativo se considerarmos que em 1985 ainda permanecia a produção do manganês, outras empresas já estavam em produção (Brumasa, Amcel, Jari e Cadam) e crescia a produção de madeira, pescados e do ouro (extraído industrialmente ou via garimpos).

A Tabela 14 nos apresentou ainda a queda da indústria amapaense em relação à indústria da região Norte. Em 1970 a produção industrial do TFA correspondeu a 20,19% do PIB industrial nortista, em 1975 esse percentual já havia caído para 3,12%.[253] A queda relativa da participação da produção industrial amapaense em relação ao PIB industrial do Norte permaneceu nas décadas seguintes. Por fim, a indústria localizada no TFA também perdeu importância em relação ao PIB amapaense. Em 1970 sua participação era de quase 60%, caiu para 24,49% cinco anos mais tarde e conseguiu se recuperar parcialmente em 1980 (40,11%), quando novos empreendimentos produtivos entraram em o Contudo, em

[253] Nesse caso, acreditamos que isso tenha sido reflexo muito da expansão da indústria regional por causa das políticas estatais de apoio (mas concentradas em alguns poucos estados, do qual o Amapá não conseguia fazer parte).

1985 já retornara ao movimento de perda relativa. Constatamos uma redução relativa, no cenário amazônico, do grau de industrialização do Amapá.

O surto do ouro foi relativamente breve se comparado ao do Contudo, ocorreu na década em que não apenas a produção da Icomi estava em descenso como o movimento rumo à transformação do Amapá em Estado estava em ascensão. Ademais, diferente da extração mineral do manganês pela Icomi, no caso do ouro era mais fácil para a população conseguir uma ocupação, bastava algum dinheiro para locomover-se até o local e coragem para aventurar-se nos garimpos, que, por sua vez, envolviam um número de pessoas bem maior que aquele que a Icomi empregava. Neste ponto também verificamos os números da redução do papel da empresa no cenário amapaense. Veja as duas tabelas a seguir. Enquanto o número de empregados do governo do Amapá se manteve numa ascensão permanente, a Icomi trilhou o caminho oposto.

Tabela 15: Evolução do funcionalismo público no Amapá, 1944-1993 (anos selecionados)*

Ano	1944	1965	1970	1977	1987	1988	1989	1993
Total	821	4.071	3.794	5.985	7.611	12.062	13.791	19.612

Fonte: Amapá – Anuários Estatísticos; Nunes (1946), Drumonnd e Pereira (2007).
* Incluídos além dos servidores estaduais regulares, os servidores temporários, servidores pagos pela União à disposição do governo amapaense e os servidores municipais de Macapá no intervalo entre 1965 a 1977.

Tabela 16: Empregados diretos no Amapá da Icomi e de empreendimentos associados, 1957-1999 (anos selecionados)

Ano	**1957-60**	**1971-75**	**1981-85**	**1986**	**1987**	**1989**	**1993**	**1994**
Icomi	1.940	1.480	1.189	1.060	785	778	526	375
Emprend. assoc.	-	-	-	1.403	1.438	913	836	794
Total	1.940	1.480	1.189	2.463	2.223	1.691	1.362	1.169

Fonte: Icomi: publicações diversas, in: Drumonnd e Pereira (2007).
Obs.: os empreendimentos associados eram CFA, Amcel, Codepa e Brumasa.

De acordo com a Tabela 15, em 1944, quando se instalou o governo do Amapá, o TFA tinha 821 funcionários públicos, saltou para 4.071 em 65 e para 7.611 na véspera da transformação do Território em Estado. No ano dessa elevação o funcionalismo do Amapá

expandira-se para 12.062 pessoas e chegou a 19.612 em 1993. Em sentido inverso, a Icomi manteve em média 1.940 pessoas empregadas no intervalo entre 1957 e 1960 (Tabela 16),[254] reduzindo-se sucessivamente até atingir 785 empregados em 1987. Em 1994 empregara somente 375 pessoas. Outros empreendimentos do grupo Caemi geraram novos postos de trabalho no decorrer dos anos 1980, mas mesmo somando-os aos trabalhadores da Icomi a redução absoluta dos ocupados ainda manteve-se significativa: em 1986 este somatório era de 2.463 empregados, caindo para 2.223 em 1987 e para 1.169 em 1994. Ademais, a partir de meados dos anos 1980, dada a redução dos empregados diretos da Icomi, cresceu a proporção dos terceirizados, que até então eram poucos se comparados aos primeiros.

Em resumo, em 1988, quando a Constituinte aprovou a criação do Estado do Amapá, a Icomi já apresentava uma dinâmica de encerramento de suas atividades em torno do manganês. É verdade que outros empreendimentos do grup Caemi estavam em andamento no Amapá, mas nenhum se aproximava daquilo que a Icomi representou em termos de importância e perspectiva de progresso. Se antes ela constituíra-se em recurso político para a elite regional e para a perspectiva autonomista, agora não estava em condições de cumprir este papel.

O projeto de um Estado minerador-industrial, do qual a Icomi seria peça central, encontrou diversas contradições e foi paulatinamente sendo fragilizado. Nos anos 1980, na prática, ele já havia sido descartado. O próprio governo do Território, através de seus documentos oficiais,[255] demonstrava que perdera as expectativas em torno da mineração industrial e particularmente do papel "desenvolvimentista" da Icomi.

Nos debates ocorridos na área correspondente ao atual Estado do Amapá a Icomi era inicialmente apresentada no discurso oficial, particularmente pela elite político-

[254] O que era bastante significativo para os números do emprego no TFA, de modo que depois do governo a Icomi era a grande empregadora amapaense.
[255] I Plano de Desenvolvimento do Amapá (1979), O Amapá no Programa Grande Carajás e o I Plano Integrado de Desenvolvimento do Amapá (1986), entre outros.

administrativa, como propulsora do progresso e do dese imento econômico regional – para o qual se apoiava na importância da exploração de manganês e na renda produzida pela mesma. Isso ganhava importância na medida em que essa região, pelo menos o início da década de 1940, apresentava-se totalmente carente de políticas públicas que objetivassem a valorização e o desenvolvimento regional. Os primeiros anos da produção mineral amapaense pela grande empresa capitalista foram marcados por elevados índices de expansão econômica, mas isso se perdeu nas décadas seguintes de tal modo que eclipsou o papel desempenhado pela Icomi no longo caminho entre o momento em que iniciou suas pesquisas minerais no Amapá (final da década de 1940) e o momento em que esta unidade territorial alcançou sua autonomia com sua transformação em Estado (1988).

6 ICOMI, (RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E QUESTÃO FÍSICO-SÓCIO-AMBIENTAL NA EXPLORAÇÃO DO MANGANÊS AMAPAENSE

As mudanças significativas na dinâmica social, política, econômica e espacial do Amapá manifestaram-se desde a criação do TFA em 1943. Procurando sustentação econômica, o governo do Território incentivou a busca de minério no solo amapaense, tendo como resultado a exploração do manganês.

6.1 A PRESENÇA DA ICOMI NA (RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO AMAPÁ

A criação do Território Federal do Amapá significou um pólo de (re)organização espacial, a começar pela escolha de Macapá para capita Os empregos públicos e a construção de obras públicas atraíam a população do interior e até mesmo do Estado do Pará. Isso, por sua vez, dinamizava o comércio local e abria novas possibilidades de atividades econômicas.

Não podemos negar a importância da fundação do TFA para a (re)organização espacial na nova unidade territorial criada. Essa importância manteve-se nas décadas seguintes. Neste momento, concentrar-nos-emos na presença da Icomi nesse processo de (re)organização. Isso não significa afirmar que esse fenômeno limita-se ao papel desempenhado por essa empresa.

Em 1940, os municípios que comporiam o futuro Território Federal do ainda pertenciam ao estado paraense. Para visualizar a evolução da população amapaense, resolvemos comparar a população dos municípios antes da fundação do TFA a seus números nas décadas que se seguiram à criação da nova unidade federativa e ao estabelecimento da produção da Icomi (Tabela 17).

Tabela 17: Evolução demográfica amapaense (1950-2000).							
Unidade/ano fundação	**1940**	**1950**	**1960**	**1970**	**1980**	**1990**	**2000**
Território Fed. do Amapá	**30.747**	**37.477**	**68.520**	**114.359**	**175.258**	**289.397**	**477.032**
Urbana	2.171	13.900	35.241	62.451	103.719	234.131	-
Rural	28.576	23.577	33.279	51.908	71.539	55.266	-
Macapá (1943)	**16.234**	**20.594**	**46.777**	**86.097**	**137.452**	**179.777**	**283.308**
Urbana	1.012	10.068	28.835	54.740	93.063	154.063	-
Rural	15.222	10.526	17.942	31.357	44.389	25.714	-
Amapá (1943)	**6.374**	**8.794**	**7.900**	**10.377**	**9.499**	**8.075**	**7.121**
Urbana	444	1.765	2.119	2.659	3.546	5.036	-
Rural	5.930	7.029	5.781	7.718	5.953	3.039	-
Mazagão (1943)	**8.139**	**5.105**	**7.565**	**10.497**	**20.433**	**8.911**	**11.986**
Urbana	715	1.013	1.447	1.697	2.517	3.921	-
Rural	7.424	4.092	6.118	8.800	17.916	4.990	-
Oiapoque (1945)	-	**2.984**	**3.934**	**4.554**	**5.028**	**7.555**	**12.886**
Urbana	-	1.054	1.894	2.097	2.515	4.004	-
Rural	-	1.930	2.040	2.457	2.513	3.551	-
Calçoene (1956)	-	-	**2.344**	**2.834**	**2.846**	**5.177**	**6.730**
Urbana	-	-	946	1.258	2.078	3.904	-
Rural	-	-	1.398	1.576	768	1.273	-
Santana (1987)	-	-	-	-	-	**51.451**	**80.439**
Urbana	-	-	-	-	-	45.800	-
Rural	-	-	-	-	-	5.651	-
Ferreira Gomes (1987)	-	-	-	-	-	**2.386**	**3.562**
Urbana	-	-	-	-	-	1.512	-
Rural	-	-	-	-	-	874	-
Laranjal do Jari (1987)	-	-	-	-	-	**21.372**	**28.515**
Urbana	-	-	-	-	-	14.301	-
Rural	-	-	-	-	-	7.071	-
Tartarugalzinho (1987)	-	-	-	-	-	**4.693**	**7.121**
Urbana	-	-	-	-	-	1.590	-
Rural	-	-	-	-	-	3.103	-
Pedra B. Amapari (1992)	-	-	-	-	-	-	**4.009**
Urbana	-	-	-	-	-	-	-
Rural	-	-	-	-	-	-	-
Porto Grande (1992)	-	-	-	-	-	-	**11.042**
Urbana	-	-	-	-	-	-	-
Rural	-	-	-	-	-	-	-
Serra do Navio (1992)	-	-	-	-	-	-	**3.293**
Urbana	-	-	-	-	-	-	-
Rural	-	-	-	-	-	-	-
Cutias do Araguari (1992)	-	-	-	-	-	-	**3.280**
Urbana	-	-	-	-	-	-	-
Rural	-	-	-	-	-	-	-
Itaubal (1992)	-	-	-	-	-	-	**2.894**
Urbana	-	-	-	-	-	-	-
Rural	-	-	-	-	-	-	-
Pracuúba (1992)	-	-	-	-	-	-	**2.286**
Urbana	-	-	-	-	-	-	-
Rural	-	-	-	-	-	-	-
Vitória do Jari (1994)	-	-	-	-	-	-	**8.560**
Urbana	-	-	-	-	-	-	-
Rural	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuários estatísticos do IBGE, Anuários estatísticos do Amapá, Censo Demográficos 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 20 set. 2008. Registram-se diferenças entre os números das publicações impressas e os do *site*.

Nosso objetivo foi traçar correlações entre a fundação do TFA, o estabelecimento da Icomi e o movimento demográfico amapaense, para com isso refletir sobre o processo de (re)organização espacial. O fenômeno da urbanização no período não foi uma exclusividade do Amapá. Ele foi nacional, mas isso não nos impediu de traçar correlações com os fenômenos específicos, no caso, a criação do TFA e o estabelecimento da produção do manganês.

Em 1940, os municípios que constituiriam o TFA tinham uma população total de 30.747 indivíduos, dos quais 28.576 moravam na zona rural e apenas 2.171 em zonas urbanas. Da população urbana, 797 eram habitantes de áreas suburbanas (moradores de vilas). Assim, 92,94% da população amapaense era rural, enquanto no Pará esse percentual era de 69,63% e no Brasil, 68,77%. Do total de 944.644 habitantes paraenses, 286.865 moravam nas zonas urbanas (urbana mais suburbana).

Dos municípios amapaenses, Macapá concentrava 52,80% da população do futuro território federal, totalizando 16.234 habitantes. Desse total, 93,77% (15.222 pessoas) eram população rural. Ademais, do total de 1.012 habitantes que estamos considerando como moradores urbanos desse município, o IBGE classificou como suburbanos. A população amapaense era ainda expressivamente rural, e, em Macapá, essa proporção era ainda maior, de modo que sua população urbana (aqui incluída a que o IBGE classificava como suburbana) era apenas 3,29% do conjunto da população geral do TFA.

De 1940 a 1950, a população passou de 30.747 moradores para 37.477 habitantes, o que representa um incremento populacional no TFA de 21,89%. No início dessa segunda década, do total de residentes, 62,91% localizavam-se na zona rural e 37,09% eram urbanos. Macapá, impulsionada pela criação do TFA em 1943 e por sua escolha para capital, cresceu acima da média local, atingindo 26,68% de expansão demográfica. Mas a mudança mais significativa foi na sua proporção rural-urbana. Dez anos antes, sua parcela urbana

correspondia a apenas 6% da sua população total, agora saltara para 48,89%, ou seja, houve um surto de crescimento urbano movido por uma migração externa, mas também por um deslocamento de parte de sua população rural para a sede e as vilas do município. Em termos absolutos, a população rural diminuiu 4.696 habitantes (quase um terço), o que sugere um forte movimento de migração campo-cidade.

Em 1950, se somarmos os números do município de Amapá do Oiapoque (desmembrado do primeiro em 1945), totalizando 11.178 veremos que o crescimento foi de 84,78% em relação a 1940. Isso provavelmente decorreu da instalação das bases militares (no caso do Amapá, instalação de uma base norteamericana e aumento do efetivo brasileiro) em decorrência dos acordos da Segunda Guerra Mundial.[256]

Ainda em 1950, para o TFA, dentro do que estamos classificando como urbano, a maior presença registrada era da população suburbana. 1960, isso mudou radicalmente. A população urbana (35.241 habitantes) passou majoritariamente a concentrar-se nas cidades (31.438 indivíduos). O total urbano superou o rural, concentrando 51,42% de toda a população do Território, que crescera 122,85% em relação a 1940, ou seja, mais que dobrou. De 1950 a 1960, a população do TFA saltou para 68.520 identes, o que corresponde a uma expansão de 54,69%, bastante superior à da década anterior, em que os 30.747 habitantes de 1940 passaram para 37.477 moradores em 1950.

No decorrer da década de 1950, a Icomi iniciou os trabalhos de montagem da infraestrutura necessária à exploração do manganês (construção das vilas, da ferrovia, do porto, abertura das minas e outras obras). Isso demandava produtos, serviços e trabalhadores, principalmente, para a construção civil, configurando m elemento de forte atração populacional – fosse do interior amapaense, fosse de outros estados – que se manteve quando as exportações foram iniciadas em 1957. Se de 1940 a 1 0 o grande crescimento

[256] Mazagão retrocedeu significativamente em termos absolutos. A título de registro, a vila de Mazagão Velho, com 2.489 habitantes, tinha uma população superior à da sede do município.

populacional ocorreu no município do Amapá, de 1950 a 960 esse crescimento deu-se especialmente em Macapá. Em 1960, do total de 46.777 habitantes de Macapá, 61,64% já eram moradores urbanos. A população total do município crescera 127,14% e sua população urbana, 186,40%, saltando de 10.068 habitantes para 28 35 pessoas. Esse foi o período de instalação da Icomi e de início das exportações do manganês, de modo que podemos deduzir que a empresa desempenhou um papel fundamental na atração populacional para a capital do TFA.

Entre 1950 e 1960, o crescimento da população urbana a se foi superior aos índices nacionais e regionais. Segundo o IBGE (1980), no intervalo desses dez anos, o TFA registrou uma taxa média geométrica de crescimento anual de sua população da ordem de 6,14%, enquanto no Brasil era de 2,99% e na região Norte, 3,44%. O crescimento médio anual da população urbana amapaense foi de 9,44%; já o Brasil cresceu 5,15% e o Norte, 5,04%.

Em 1970, dos 114.359 habitantes do Amapá, 54,61% eram urbanos, invertendo-se, pela primeira vez, mas definitivamente, a relação entre população rural e urbana no TFA. Em Macapá, que já havia feito essa inversão dez anos antes, aumentou-se essa relação, totalizando-se 54.740 moradores na cidade, o que equivalia a 63,60% de sua população total.

A análise dos dados dos anuários estatísticos do IBGE do Amapá apresentou-nos outras modificações que acompanharam a evolução demográfica amapaense. Em 1949, a renda interna do Amapá concentrava-se majoritariamente no setor terciário (comércio, serviços e, em destaque, governo) com 75,65% do total; a produção primária vinha a seguir, com 22,55%, e a indústria (setor secundário) participava com apenas 1,79% da renda gerada.

Essa concentração no governo (e demais subsetores terciários) já era produto tanto da criação do TFA (com pagamentos de salários e serviços s pela administração pública) quanto do processo de urbanização. Quando se iniciou a produção do manganês,

essas proporções mudaram radicalmente. O setor secundário em 1959 passou a compor 56,07% da renda interna amapaense. O setor terciário, havia-se reduzido para menos da metade de sua participação de 10 anos antes, ficando com 30,62%. O setor primário caíra para 13,30%. Também ocorreu uma concentração da produção no entorno do complexo da Icomi e da sede governamental, pois, em 19 , o município de Macapá sozinho era responsável por 91,64% do PIB do Território e por mais de 60% das exportações da região Norte. Isso nos sugere que, para além do deslocamento opulacional rural-urbano, houve uma movimentação da força de trabalho entre os setores pro favoravelmente ao setor industrial. A produção do manganês, por suas proporções, levou a um crescimento mais que proporcional desse setor em relação aos demais. Além disso, a concentração populacional em torno do complexo Icomi e da sede governamental estimulava algumas outras indústrias, ainda que de pequenas dimensões (olarias, alimentação, etc.).

Derivada da Tabela 18, a Figura 8 demonstra a proporção dos principais produtos da produção amapaense por município. Não está incluído o or de comércio e serviços (no qual se encontra o governo), mas isso não invalida nossas conclusões.

A Figura 8 comprova que havia uma grande diferença entre Macapá os demais municípios quanto à composição da produção. Oiapoque, e Amapá contavam com uma produção econômica sustentada pela agricultura e pelo extrativismo animal (pesca, couros e outros produtos). Mazagão apoiava-se no extrativismo vegetal, com grande destaque para a produção de castanha-do-pará. Por outro lado, organizada em torno da moderna exploração industrial do manganês, a produção extrativa mineral macapaense dominava completamente a economia do município.

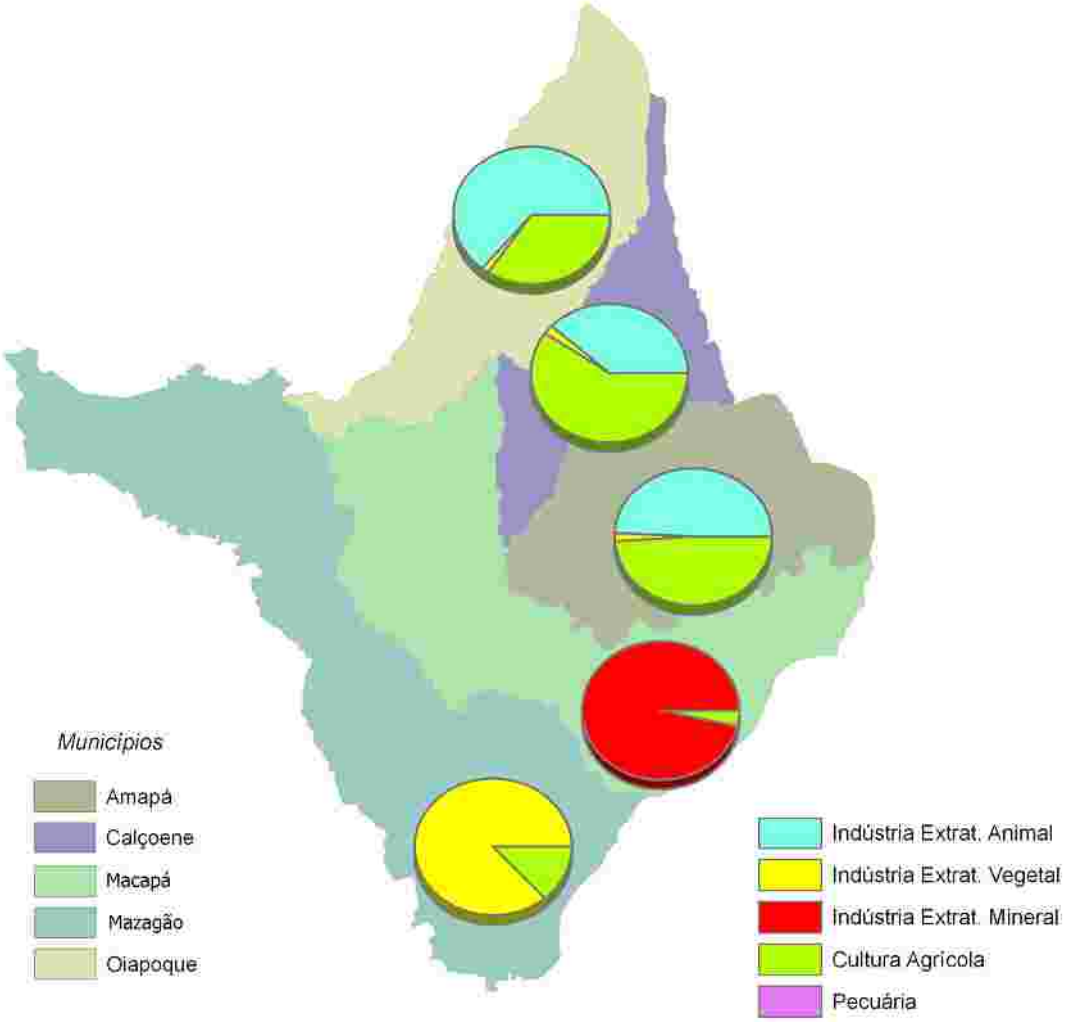


Figura 8: Proporção dos principais produtos da produção amapaense por município (1962)

Fonte: Atlas do Amapá e Anuários estatísticos do IBGE. Elaboração de Luiz Barbosa e Indira Marques.

A composição da produção econômica dos municípios amapaenses apresentada na Figura 8 permite-nos concluir que, com exceção da capital, os demais municípios mantiveram, em linhas gerais, seus perfis produtivos históricos sustentados pelo extrativismo tradicional (animal ou vegetal) e por uma agricultura com baixa incorporação tecnológica e

reduzida produtividade. A entrada da produção industrial do manganês em Macapá mudou o perfil produtivo desse município que, do ponto de vista dos valores produzidos, passou a ter a grande produção mineral como propulsora de sua economia.

Tabela 18: Produção da economia amapaense, a partir da somatória dos principais produtos de cada ramo produtivo (1962, em Cr$).

Produção	Amapá	Calçoene	Macapá	Mazagão	Oiapoque
Indústria extrat. animal	18.423.264	5.545.300	27.820.683	2.689.950	10.463.700
Indústria extrat. vegetal	671.000	300.000	13.657.000	266.614.240	240.000
Indústria extrat. mineral	-	-	6.958.496.852	-	-
Cultura agrícola	18.276.600	8.383.400	234.235.000	38.670.000	5.828.000
Pecuária (nº de cabeças)	36.350	11.375	28.680	5.062	2.690

Fonte: IBGE; GTFA. *Anuário estatístico do Amapá*, 1963; IBGE; IRDA. *Atlas do Amapá*, 1966.

Os dados apresentados na Tabela 18 comprovam nossa afirmação do peso desproporcional assumido pela produção mineral do manganês não apenas no município Macapá, mas também na própria economia do Território. Eles originaram o Gráfico 1. Levando em consideração que, em 1962, em termos de valor, a exploração mineira em Macapá era fundamentalmente do minério em questão, é inegável a importância dessa produção no cenário econômico amapaense. A desproporção provocada pela indústria extrativa mineral macapaense pode ser evidenciada ainda quando se comparam os valores do TFA com os do Pará. Segundo o *Anuário estatístico* do IBGE de 1965, no ano de 1962, o valor da transformação industrial da produção extrativa mineral paraense foi de Cr$ 6.064.000, enquanto no Amapá esse valor atingiu Cr$ 6.511.928.000.

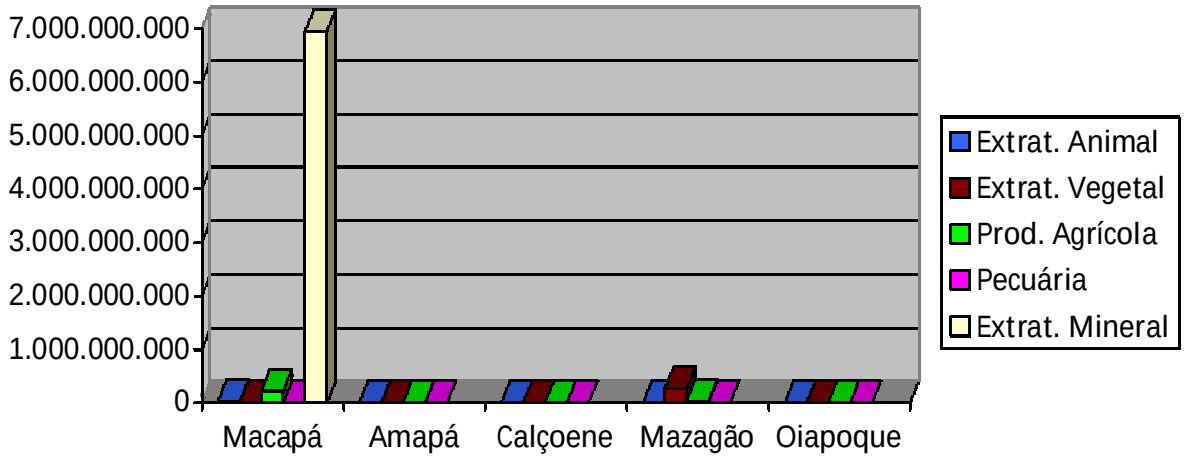


Gráfico 1: Principais produtos da produção dos municípios amapaenses em 1962

Fonte: IBGE; GTFA. *Anuário estatístico do Amapá*, 1963; IBGE; IRDA. *Atlas do Amapá*, 1966.

No que diz respeito aos principais produtos produzidos em 1962, a indústria extrativa mineral de Macapá somou sozinha Cr$ 6.958.496.852, mais do que a somatória de todos os demais produtos (inclusive da produção mineral) de tod os municípios do TFA, incluindo aqui a produção dos demais setores produtivos da capital amapaense. Em relação aos setores que apresentamos, excluindo o setor terciário amapaense e a produção d produtos minerais de Macapá, tudo o que se produziu no Território somou Cr$ 615.902.294, menos de 10% da produção mineral macapaense de 1962.

Quanto à receita arrecadada nos municípios, a entrada em operação da Icomi também conduziu a uma maior concentração no município sede do governo do Território. Em 1953, Macapá acumulou 30,77% de tudo o que foi arrecadado nos municípios amapaenses.[257] Esse percentual atingiu 44,82% em 1956, véspera do início das exportações da Icomi. O crescimento já estava claramente influenciado pela atividade da empresa, que importava

[257] Foi difícil ter acesso aos dados tributários do Amapá relativos ao período em que era território federal. As informações do IBGE foram imprecisas e, em alguns momentos, conflitantes com os valores dos anuários produzidos pelo governo territorial com base em informações das prefeituras e da Receita Federal. Ademais, os anuários do IBGE, em muitos momentos, não apresentaram as informações específicas do Amapá pelo fato de a arrecadação desse território ser computada junto com a arrecadação do Estado do Pará.

equipamentos e pagava salários aos seus operários em produção. Esse percentual saltou para 65,95% em 1957, quando passaram a ser recolhidos o Imposto Único sobre a Produção Mineral e outros impostos direta e indiretamente relac s à produção do manganês. Em 1965, somente Macapá concentrou 91,10% de tudo o que foi arrecadado em todos os municípios do TFA.

O crescimento de trabalhadores assalariados também contribuiu para a elevação da arrecadação fiscal. Em 1944, o governo do Território era o único grande empregador do TFA, com 821 empregados; em 1965, empregava 4.071 pessoas, mas já não estava sozinho: a Icomi admitiu, em média, 1.940 pessoas entre 1957 e 1960 e 1.256 pessoas no quinquênio 1961-1965.

Retornemos novamente à análise da demografia amapaense, agora em intervalos maiores. As elevadas taxas de crescimento do Amapá fizeram com que sua população fosse expandida em 1.272,87% entre 1950 e 2000, alcançando nesse último ano 477.032 habitantes. Juntamente com a isso, constatamos a inversão da relação população rural-urbana. Para exemplificar, verifiquemos a Figura 9, que apresenta a evolução dessas parcelas da população em 1950 e 1980. A escolha desses dois momentos justifica-se por duas razões: em primeiro lugar, em 1950, a Icomi ainda não estava instalada no em segunda, em 1980, já estava em plena produção e ainda permanecia como a responsável pelos grandes valores da produção amapaense – embora nesse momento o Projeto Jari já estivesse estabelecido, iniciando sua produção.

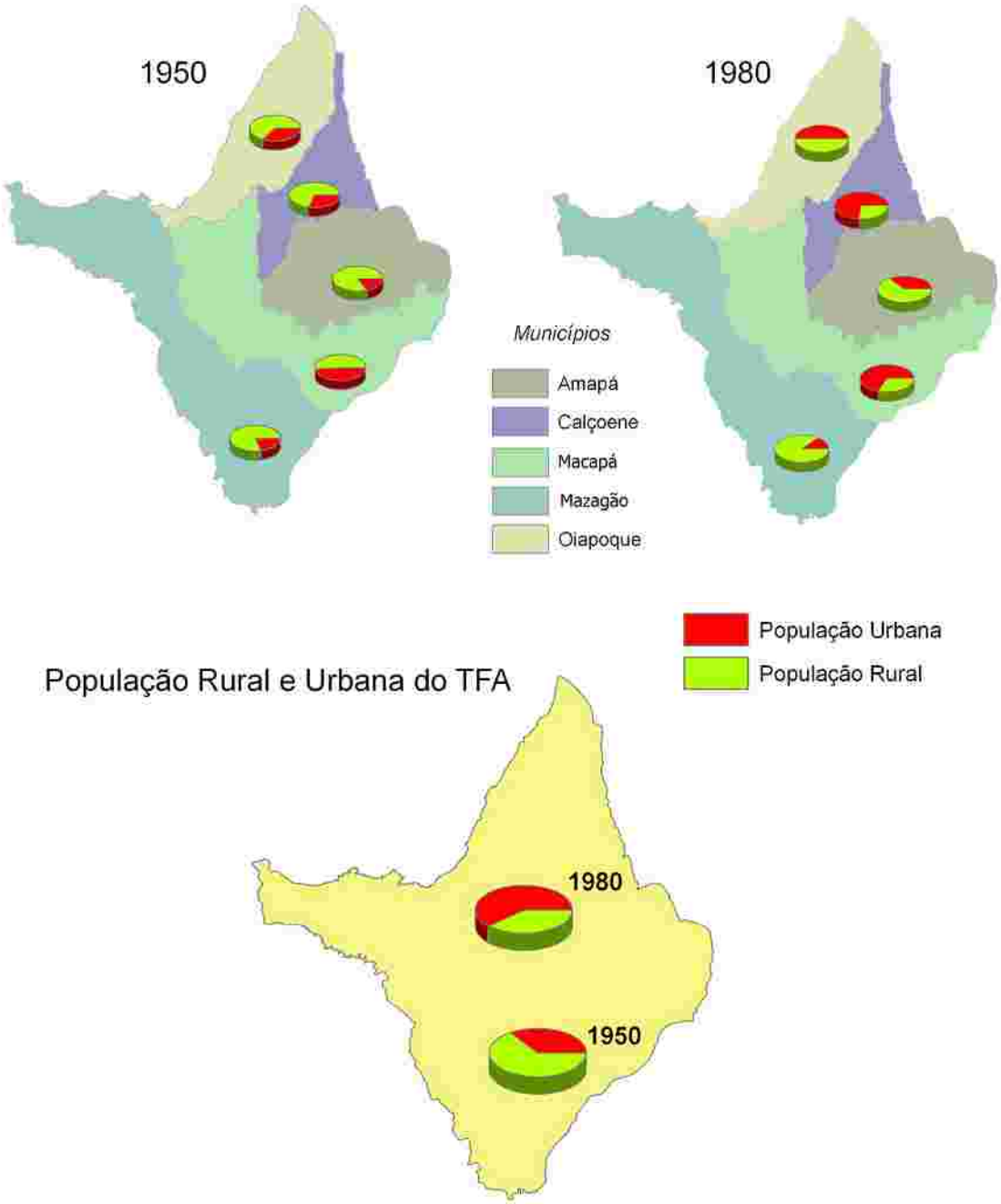


Figura 9: Relação entre a população rural e urbana do Amapá (1950 e 1990)

Fonte: Anuários estatísticos do IBGE, 1950 e 1990; IEPA (2006). Elaboração de Luiz Barbosa e Indira Marques.

Obs.: O município de Calçoene só foi fundado em 1956. Para efeito de demonstração na figura referente a 1950, subtraíram-se e destacaram-se do Amapá a área e a população do que viria a ser o novo município, até então distrito de Calçoene.

A Figura 9 permite constatar que a inversão da relação população rural-urbana ocorrida no TFA foi impulsionada pelo crescimento acentuado da população urbana de Macapá. Com exceção de Mazagão e Amapá, esse movimento foi seguido pelo Oiapoque e pelo município de Calçoene.

O movimento apresentado na Figura 9 não se encerrou na década de 80. De 1950 a 1990, enquanto a população rural sofreu um crescimento de pouco mais do dobro, a população urbana saltou de 13.900 pessoas para 234.131 moradores, o que representou um incremento de 1.684,40% em quatro décadas e com dinâmica de ampliação desse percentual para os anos seguintes. Ainda em relação a 1990, a parcela rural da população amapaense representava somente 19,10% do total do novo estado, o que significou uma inversão completa do quadro presente em 1940 e 1950 (ver Gráfico 2).

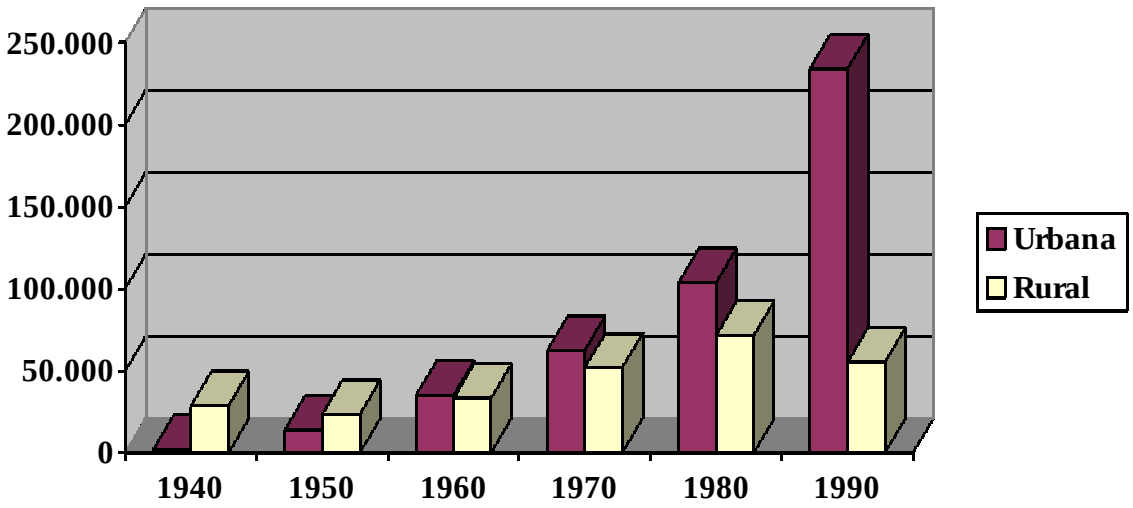


Gráfico 2: Evolução da população urbana e rural do Amapá, 1940-1990

Fontes: Anuários estatísticos do Amapá e censos demográficos (Tabela 17).

Afora os elementos expostos até aqui, a dinâmica demográfica amapaense caminhou no sentido de concentrar a população no município de Macapá (Gráfico 3), não apenas por ser esse município a capital do TFA, mas também por estar localizada a exploração do

manganês pela Icomi. Entre 1940 e 1950, Macapá, que já era capital do Território, presenciou um crescimento populacional, mas foi nas décadas seguintes que essa expansão ganhou mais volume, justamente no período de estabelecimento da companhia mineradora. Em 1940, 52,8% da população do TFA estavam no município de Macapá, apesar de dispersa no meio rural. Em 1950, esse percentual aumentou para 54,95% e, após a instalação da Icomi, saltou para 68,27% (em 1960) – o que destaca mais uma vez o peso que a Icomi desempenhou na geografia e na economia local. Na década seguinte, 70, essa proporção atingiu 78,43%, mantendo-se elevada nos anos seguintes.

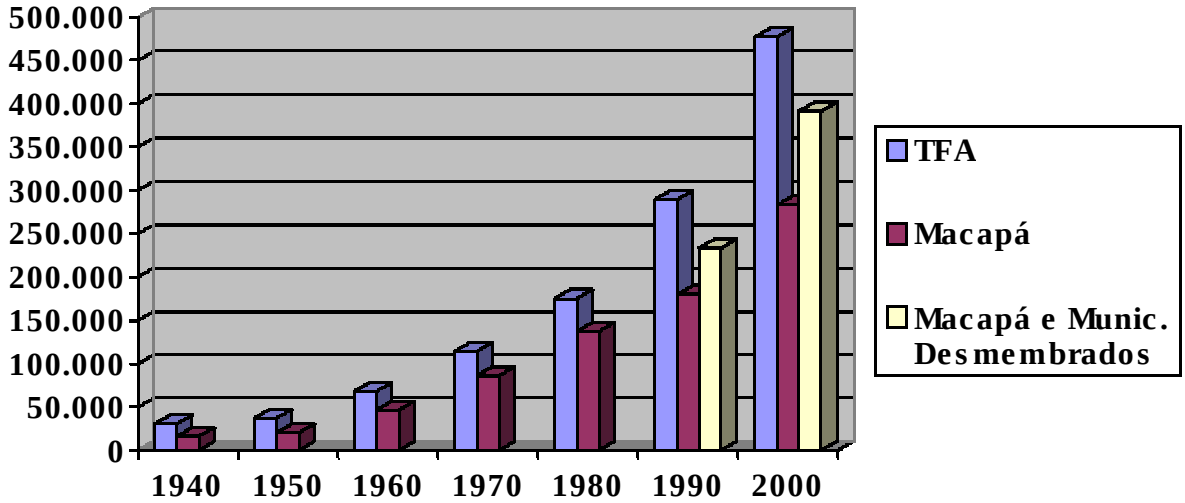


Gráfico 3: Comparativo da população do TFA e de Macapá (1950-2000)

Fontes: Anuários estatísticos do Amapá e censos demográficos (Tabela 17).

Com base no Gráfico 3 e na Tabela 17, constata-se que Macapá, em 1950, com 20.594 habitantes, já tinha uma população equivalente a 54,95% do total de moradores do TFA. Esse percentual cresceu para 68,27% em 1960 e para 78,43% (137.452 habitantes) em 1980. No decorrer dos anos 80 e 90, a área do município de Macapá foi desmembrada, originando novas unidades municipais. Se somarmos a população desses municípios em 2000, veremos

que Macapá e os municípios dele desmembrados correspon a 82,14% dos habitantes amapaenses, os outros 10,28% estando localizados na área do que fora Mazagão até 1987.[258]

Essa situação, entre outros motivos, refletiu a concentração de atividades econômicas em Macapá, entre as quais a exploração de manganês pela Icomi. Em 1971, do total da receita arrecadada em Macapá, 45,02% foram provenientes do Imp Único sobre Minerais (IUM), quase integralmente oriundo da produção do manganês.[259] Analisando a Tabela 19, verificamos que, paralelamente à centralização da população em Macapá, também se observou a concentração da arrecadação da receita arre nicípio.

Tabela 19: Receita arrecadada por município (anos selecionados).

Ano/moeda	Macapá	Mazagão	Amapá	Oiapoque	Calçoene	TFA	MCP/TFA
1952 (Cr$)	1.919.911	1.812.650	962.457	427.044	-	5.122.062	37,48%
1953 (Cr$)	1.957.850	2.196.422	1.141.913	1.066.049	-	6.362.234	30,77%
1954 (Cr$)	2.533.830	3.663.603	1.139.650	605.715	-	7.942.798	31,90%
1956 (Cr$)	4.798.920	3.904.230	1.364.142	640.867	-	10.708.159	44,82%
1957 (Cr$)	14.077.039	3.186.422	1.756.896	1.280.328	1.045.979	21.346.664	65,95%
1960 (Cr$)	45.561.158	13.433.931	3.668.032	1.359.294	1.869.323	62.891.758	72,44%
1962 (Cr$)	193.203.363	15.184.280	11.025.776	5.571.528	1.052.684	226.037.631	85,47%
1965 (NCr$)	2.440.982	113.240	50.372	36.932	29.669	2.679.395	91,10%
1970 (Cr$)	3.927.543	495.870	309.888	165.533	113.795	5.012.629	78,35%
1975 (Cr$)	29.081.234	1.405.137	678.416	628.164	433.243	32.226.194	90,24%
1985 (Cr$)	63.110.113.215	7.980.169.459	4.189.568.531	3.488.355.444	3.309.307.201	82.077.513.850	76,89%

Fonte: Anuários estatísticos do Amapá.

Em 1952, de tudo o que se arrecadou nos municípios amapaenses, 37,48% foram recolhidos em Macapá. Em 1956, quando a Icomi já estava em atividade, esse percentual subiu para 44,82% e saltou para 65,95% em 1957, quando a empresa começou a exportar o minério. Essas proporções chegaram a atingir 91,10% em 1965 e 90,24% em 1975. Em 1980, quando a empresa já decaía e outros projetos econômicos ganhavam expressividade em outros

[258] Do qual se originaram outros dois municípios: Laranjal e Vitória do Jari, originários da expansão populacional impulsionada pelo projeto Jari/Cadam.

[259] Em 1975, enquanto o IUM arrecadado em Macapá manteve patamar elevado (45,66% do total arrecadado), o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM) macapaense totalizou 19,10%.

municípios do TFA,[260] a participação de Macapá no conjunto da receita arrecadada nos municípios do Território caiu para 76,89%.

Guardadas as particularidades, a concentração populacional e econômica em Macapá também seguiu o fenômeno de urbanização amapaense. De a 1990, a população urbana do TFA cresceu 125,74%. Em Macapá, esse crescimento foi menor (65,55%), indicando que a expansão urbana intensificou-se em outros municípios.

Em síntese, de 1950 a 2000, a população amapaense tornou-se crescente e expressivamente urbana. Em paralelo, observou-se a evolução de sua divisão político-administrativa (Figura 10).

Em 1950, o TFA contava com 4 municípios e 11 distritos. Com exceção de Rondônia (que se tornou estado em 1983), a estabilidade da divisão administrativa marcou os estados e territórios federais da região Norte no longo período ntre 1950 e 1990. De todas essas unidades, o Amapá foi a única que apresentou mudanças icativas entre 1950 e 1960, intervalo em que a Icomi se instalou e começou a produzir. No primeiro ano, havia 11 distritos e, no segundo, 17 distritos, ou seja, foram iados 6 novos distritos. Os estados já constituídos no Norte mantiveram-se estáveis, Roraima registrou a criação de 3 distritos e Rondônia e Acre mantiveram o mesmo número de dez anos (IBGE, 2000; AMAPÁ, 1955, 1963).

[260] Jari/Cadam em Mazagão e Amcel em Macapá, mas também no município de Amapá, etc.

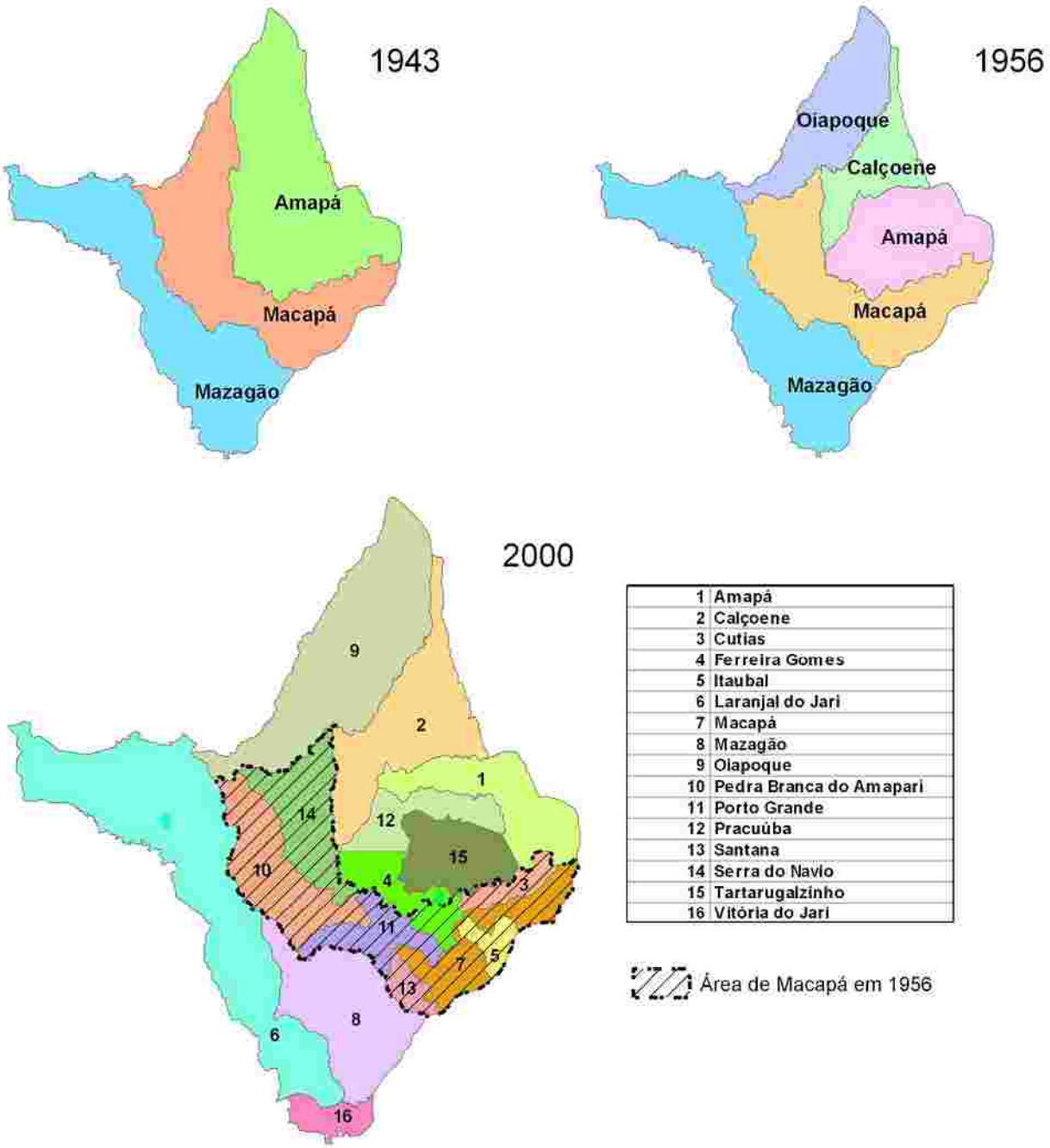


Figura 10: Divisão político-administrativa do Amapá (1943, 1956 e 2000)

Fonte: Anuários estatísticos do IBGE, 1950 e 1990; IEPA (2006). Elaboração de Luiz Barbosa e Indira Marques.

Dos distritos criados entre 1950 e 1960 no Amapá, dois mereceram destaque: Porto Grande e Serra do Navio, diretamente ligados ao empreendimento produtivo da Icomi. Tornaram-se municípios em 1992. O segundo sediava o núcleo de extração mineral da empresa. Porto Grande, além de estar perto da Serra do Navio, ainda sediou a Codepa (produção de dendê, pelo grupo Caemi) e abrigou a produção de *pinus* pela Amcel.

Outros municípios também foram criados na órbita de influência direta da ferrovia e da área de produção de manganês: Santana (1987), originado do porto de embarque de minério da Icomi; Pedra Branca do Amapari (1992), na região ao lado da mina da Serra do Navio; Ferreira Gomes, vila que se expandiu com o estabelecimento da Hidrelétrica de Coaracy Nunes no rio Araguari.[261] Todos esses municípios resultaram de desmembramentos de Macapá, que deu origem ainda a mais dois municípios: Itaubal e Cutias – este último também margeado pelo rio Amapari. Por fim, merece registro o município de Tartarugalzinho, criado em 1987 a partir do desmembramento do município de Amapá. Banhado pelo rio Araguari, Tartarugalzinho presenciou teriormente a ocorrência de ouro e o estabelecimento de garimpos, mas também abrigou as plantações de *pinus* da Amcel/Caemi.

Desse modo, havia três municípios no Amapá em 1940, quatro em 1945 e cinco em 1956. Esse número saltou para nove em 1987 e para dezesseis em 1994, mantendo-se essa configuração atualmente (Figura 10). De 1956 a 1994, foram criados onze municípios, dos quais sete no que até então era área de Macapá. Tartarugalzinho não se originou da área de Macapá, mas estava na órbita dos empreendimentos do grupo Caemi. Mazagão deu origem a outros dois municípios: Laranjal e Vitória do Jari, formados a partir da expansão populacional que ocorreu às margens do Complexo Jari (Jari Celulose e Cadam) – que a partir do início dos anos 80 contou com o grupo Antunes como um de seus proprietários. No extremo norte do

[261] Hidrelétrica que, como vimos, foi planejada em meio ao projeto de beneficiamento mineral do manganês e de outros minérios.

Amapá (Oiapoque e Calçoene), apesar da fronteira internacional, não se registrou a formação de novos municípios.

Assim, sem negar a força de outros elementos, como foi o caso da estrutura político-administrativa do TFA e de sua capital, podemos concluir que o empreendimento mineral da Icomi contribuiu de forma significativa para a estruturação do espaço amapaense nas décadas de 1950 a 1970.[262] Isso foi responsável, por exemplo, pela consolidação da *hinterland* de Macapá e da própria (re)organização regional amapaense.

6.2 A QUESTÃO FÍSICO-SÓCIO-AMBIENTAL NA EXPLORAÇÃO DO MANGANÊS

Os danos ambientais físicos e sociais da exploração do manganês, não evidenciados durante o auge dessa produção, ganharam destaque no mo o em que a Icomi anunciou sua decisão de encerrar suas atividades no Amapá. Isso foi acompanhado por um balanço a respeito do retorno social deixado para o Amapá depois de encerrado o longo ciclo da exploração mineral do manganês.[263]

Monteiro (2003) estimou que em 40 anos de operação da no Amapá, para que a empresa mercatilizasse 33,2 milhões de toneladas de óxido de manganês e 926 mil toneladas de carbonato ela teve que movimentar mais de 123 milhões de toneladas de material estéril, gerando mais de 26 milhões de toneladas de rejeitos dessa produção.

Nos anos 1970, a Icomi tinha instalado a usina de pelotização, encerrando suas atividades em 1983. Buscando novo aproveitamento do ma não utilizado, a unidade de pelotização que havia sido fechada foi readequada, sendo transformada em usina de sinterização, entrando em operação em 1988.

[262] E também nos anos 1980, por conta da permanência da produção de manganês e de empreendimentos correlatos ao grupo Caemi, plantações para celulose, por exemplo.
[263] Por exemplo: a cidade de Santana, surgida no entorno do porto de embarque mineral, apresentou elevados índices de violência, miséria, prostituição e reduzidos indicadores de desenvolvimento humano.

Tanto o processo de pelotização quanto o de sinterização produziram resíduos que foram acondicionados na bacia de pelotização/sinteriza localizada na área industrial do entorno do porto de Santana (Figura 11). Os rejeitos dessa atividade foram armazenados de maneira inadequada, poluindo as águas superficiais e subterrâneas daquela área pelo próprio manganês, por arsênio e por outras substâncias.

Figura 11: Depósito de rejeitos de manganês em Santana

Foto: Indira Marques (agosto de 2002).

A contaminação humana por arsênio pode gerar diversos graves problemas de saúde: cancerígenos, neurológicos, renais e cardíacos. No caso da experiência da pelotização/sinterização no Amapá, o que se percebeu foi que "um processo produtivo que foi apresentado à sociedade e aceito como portador de alta tecnologia e como fruto de anos de pesquisa, décadas depois se tornou uma 'bomba de efeito retardado'" (MONTEIRO, 2005, p. 180).

No encerramento das atividades da Icomi no Amapá (1998 instalou-se uma situação de conflito entre a empresa e a sociedade local, evidenciando questões ambientais e sociais da exploração e do beneficiamento do minério em solo amapaense. Destinada a apurar e a acompanhar a paralisação das atividades de extração da empresa, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Icomi foi criada pela Assembléia Legislativa do Amapá, que concluiu em 1999:

> A empresa ao encerrar suas atividades, antecipadamente, não deixou um saldo muito efetivo à sociedade amapaense, comparando-se ao tanto de riqueza que aqui obteve. As cifras especulativamente obtidas indicam uma receita entre 07 e 10 bilhões de dólares, em valores corrigidos, pela venda os 60 milhões de toneladas de minérios de manganês extraídos do sub-solo amapaense, deixando apenas entre 200 e 300 milhões de dólares, em valores corrigidos, em imposto e *royalties* pela extração do minério, sem nunca ter aplicado os 20% sob o lucro líquido previsto no contrato original [...].
> A Icomi, empresa do grupo Caemi, deixa para trás um cenário de terra arrasada: não resolveu o problema dos rejeitos na área portuária, não admitindo a contaminação ambiental e humana e não cumprindo as cláusulas contratuais assinadas com a União para a exploração do manganês.

A problemática físico-sócio-ambiental não se limitou à área portuária de Santana; expressou-se também nas áreas da mina de manganês na Serra do Navio. A Figura 12 apresentou uma cava aberta em função da extração do minério na mina de Terezinha-6. A cava transformou-se num lago de grande profundidade e inapropriado para o consumo humano: do nível d'água para baixo, há 100 metros e, do nível d'água para cima (até o limite do solo vegetal), há mais 70 metros.

Constatações como essa sobre a mina Terezinha-6 levaram Maurílio Monteiro a afirmar que "em todas essas minas, submetidas à exploração industrial hoje exauridas, é visível, sem grande esforço, um passivo ambiental seguramente muito significativo, embora não dimensionado" (MONTEIRO, 2005, p. 179).

Figura 12: Lago artificial surgido da extração de manganês na mina Terezinha-6

Foto: Indira Marques (agosto de 2002).

A Figura 13 apresentou um grande volume de manganês de baixo teor descartado pela Icomi na Serra do Navio, após declarada a "exaustão" da mina.

Sobre a contaminação por arsênio, a CPI da Icomi divulgou informações do relatório da Jaakko Poyry Engenharia (JPE),[264] cuja auditoria ambiental já indicava a ocorrência de ferro (Fe), arsênio (As) e manganês (Mn) em teores acima dos padrões estabelecidos pela legislação das águas subterrâneas. A JPE concluíra que a contaminação por arsênio estava relacionada, principalmente, ao material residual dos os de pelotização e sinterização (CPI, 1999).

[264] Empresa que foi contratada em 1998 pela Icomi para realizar uma auditoria ambiental exigida pela Champion Papel e Celulose durante as negociações envolvendo a compra da Amcel e da área industrial e portuária da Icomi em Santana.

Figura 13: Minério de baixo teor descartado na Serra do Navio

Foto: Indira Marques (agosto de 2002).

O relatório da JPE destacou também que a contaminação por arsênio das águas superficiais e de lençóis freáticos atingiu o igarapé Elesbão II e que os aglomerados populacionais localizados nas áreas circunvizinhas à área industrial, que eventualmente tiveram contato com águas com teores de arsênio acima do previsto, podem ter sofrido as sequelas da contaminação (JPE/CPI, 1999, p. 38).

Ainda sobre essa contaminação, a CPI afirmou que os estudos realizados pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1998 constataram que, das 100 pessoas da vila do Elesbão que doaram amostra de cabelo para análise, 98 taxas de arsênio até 20 vezes acima do máximo aceitável. Outra questão destacada pela CPI envolvendo rejeitos

contaminados teve a ver com o material doado pela Icomi para o asfaltamento das vias públicas do município de Santana. Os laudos laboratoriais assinados pela química Adriana D'Agostinho constataram a presença de bário em valores bem acima dos níveis aceitos.

Diante da contaminação ambiental provocada pelos rejeitos, a Icomi comprometeu-se perante a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) implantar na Serra do Navio um aterro com fundos e laterais compactados e cobertos por uma manta impermeabilizante. Os resíduos depositados em Santana seriam transferidos para o referido aterro. Posteriormente, a empresa mudou a proposta de localização para uma área à estrada de ferro e distante 30 quilômetros do porto (Figura 14).

Figura 14: Aterro para onde seriam transferidos os rejeitos do porto de Santana

Foto: Indira Marques (agosto de 2002).

Essa alteração teve como justificativa as características geológicas e hidrológicas da nova área para o depósito do rejeito. Porém, essa mudança de localização evidenciou um novo conflito com a sociedade civil, pois a população localizada nas proximidades da nova área sugerida pela empresa não aceitou a instalação do rejeito, chegando inclusive a atear fogo em parte da manta.

A CPI recomendou que a Sema aplicasse multa à Icomi correspondente às infrações ambientais cometidas. Segundo o Observatório Social (2003), essa Secretaria aplicou em 2002 duas multas à Icomi: uma de R$ 40 milhões, pela contaminação do meio ambiente, e outra de R$ 12 milhões, pelo fato da empresa, de maneira clandestina, ter tentado esconder o material contaminado por meio do deslocamento do rejeito localizado perto do cais para a área da mina em Serra do Navio.

A problemática físico-sócio-ambiental foi o último capítulo da história da exploração do manganês amapaense pela Icomi e somou-se às avaliações que constatavam a não efetivação do desenvolvimento econômico-social até então prometido. Desse modo, esse capítulo esteve distante da grandiosidade e da promessa de progresso apresentada pela empresa e pelo governo do Território no momento em que esse empreendimento instalou-se no Amapá. Mais que isso: nesse Estado "é nítida a sensação de frustração em relação à colaboração das atividades minerais para o desenvolvimento da região" (MONTEIRO, 2005, p. 179).

Juntamente com o estabelecimento do TFA, a produção mineral da Icomi no Amapá atuou ativamente no sentido de reorganizar o espaço local, o que significou uma mudança no perfil da composição e da distribuição de sua população (com forte concentração urbana em Macapá). A economia também foi fortemente afetada por essa atividade, de tal modo que nenhum outro produto do Território conseguiu aproximar-se do valor produzido pelo

manganês amapaense durante o seu ciclo. Contudo, essa espacial não ocorreu sem contradições, entre as quais o passivo ambiental.

7 CONCLUSÃO

Uma empresa pode influenciar a legitimidade de uma determinada unidade federativa, criada por decreto-lei, a ponto de contribuir significativamente para que ela passe de território federal a estado da Federação? Como constatar essa influência se, no momento da elevação do território federal a estado, a empresa já entrara em profunda decadência? Essas questões, entre outras, intrigaram-nos e dirigiram nossa pesquisa para a avaliação da importância das relações entre a Icomi e o TFA no processo de autonomia federativa do Amapá – entendido como legitimação política, econômico-financeira e não como movimento separatista.

Caso nos detivéssemos apenas no fato em si – o momento da fundação do Estado do Amapá em 1988 –, teríamos muita dificuldade para compreender o papel hado pela Icomi no longo processo que levou o Amapá à condição de estado federado. Se assim tivéssemos procedido, provavelmente reproduziríamos as conclusões de outros estudos, apresentados no primeiro capítulo, que abordaram a fundação do Estado do Amapá dissociada do processo de extração do manganês pela Icomi.

Ademais, o estudo da gênese do Amapá na perspectiva metodológica da unidade histórica (gênese) e da ação da elite regional local em formação possibilitou-nos, além de compreender o processo de autonomia amapaense, estabelecer relações entre a atividade mineradora da Icomi e a reorganização espacial que ocorreu no Amapá. Evidentemente, isso não esgota o tema. Concordamos com Monteiro (2003) que, ao analisar a experiência da Icomi, afirmou permanece em aberto uma instigante agenda de pesquisas.

A fundação do TFA ocorreu em 1943, por meio de um decreto do presidente Getúlio Vargas, ou seja, foi produto de uma ação externa, e não de um forte movimento local reivindicatório. Os municípios, até então paraenses, q compuseram o TFA tinham uma economia pouco dinâmica, sustentada numa frágil agricultura de subsistência e no extrativismo

tradicional. Sua população era expressivamente rural, e a presença urbana era pouco significativa mesmo para o padrão regional e nacional da época.

Essa realidade local reforçava a justificativa de criação dos territórios federais, além da necessidade de segurança nacional, particularmente nas áreas de fronteira internacional. Evidentemente, não podemos negar o contexto histórico criação dos TF: Segunda Guerra Mundial e centralização federativa no Executivo federa ileiro.

Com a criação do TFA e com o quadro político-administrativo implantado desde então, desenvolveu-se uma elite local, que não era um simples prolongamento da elite paraense. Ela tinha sua especificidade, pois seu poder emanava do controle que possuía sobre o aparelho governamental, fruto da nova condição de Território Federal daquela área. Nos primeiros anos após a criação do TFA esta elite político-administrativa foi hegemonizada pela família Nunes – originária fora da região configurada pelos três municípios constituintes da nova unidade federativa, mas que soube apoiar-se em proprietários e chefes religiosos locais. Assim, com a fundação do TFA foi se configurando um grupo social que passou controlar os processos de mudanças sociais, usando-os de acordo com os objetivos por ele traçados, ainda que sob o discurso de "nós, povo amapaense".

Embora os territórios federais tenham sido criados por uma ação do governo federal, eles permaneceram, durante sua existência, numa indefinição jurídico-institucional. Desconheciam suas prerrogativas federativas, não dispunham de autonomia econômico-financeira e sistema próprio de arrecadação fiscal, não elegiam governadores e, durante muitos anos, elegeram apenas um deputado federal e nenhum senador.

Essa indefinição jurídico-institucional levava os TF a buscar uma função econômica que justificasse sua permanência como território federal e colocasse como perspectiva a sua transformação em estado da Federação. Para alcançar esse objetivo, o governo do Amapá recorreu às exportações, ainda que de produtos primários, desenvolvendo uma campanha em

busca do minério de ferro. Ela redundou na identificação das reservas de manganês na Serra do Navio, inaugurando uma nova fase da ocupação econômica do Amapá. Contudo, anteriormente à exploração do manganês pela Icomi, houve, no TFA, uma primeira tentativa de exploração mineral em larga escala: os estudos e a para a extração de ferro no rio Vila Nova pela Hanna Exploration Company em 1945.

A exploração do ferro pela Hanna restringiu-se à fase dos estudos de viabilidade econômica e das negociações contratuais entre a empresa e o governo do Terr io. Contudo, essa experiência foi importante, na medida em que antecipou vários aspectos que foram logo depois adotados quando do estabelecimento da Icomi: contrato formal de concessão, pagamentos de *royalties*, determinados investimentos (estrada de ferro e outros) e perspectiva de industrialização. Isso, em alguma medida, refletia momento histórico que, entre outros elementos, foi marcado pelo forte debate sobre papel do capital estrangeiro no desenvolvimento do país. Formaram-se correntes a favor e contra sua participação. Por causa disso, a possível presença da empresa norte-americana na exploração do ferro amapaense foi alvo de críticas diversas, inclusive no Congresso Nacional.

Desse modo, muito do que se tomou como inovação da Icomi já hav sido elaborado antes, quando da tentativa de produção da Hanna no Amapá – que não se efetivou, porque os estudos da empresa concluíram que a quantidade de ferro de alto teor era pequena em relação aos investimentos requeridos para sua exploração.

O primeiro contrato de exploração do manganês foi assinado entre o governo do Território Federal do Amapá e a Icomi em 1946. Ele foi revisado duas vezes: primeiro para que pudesse incorporar a Bethlehem Steel Company (EUA) na produção do minério de Serra do Navio e, depois, para cumprir as exigências impostas pelo Eximbank à concessão do empréstimo de US$ 67 milhões.

A ação em torno da mineração constituiu-se um elemento econômico-financeiro para a consolidação do TFA, ao mesmo tempo em que apontava para sua auto mia – capacidade de autogovernar-se. Com ela, a questão da segurança nacional numa área de fronteira internacional, que fora importante na sua fundação, agora ficava em segundo plano diante da exploração mineral. A produção do manganês comportava, inclusive, uma associação com o capital internacional para a extração de um recurso natural que, na época, era considerado estratégico para o desenvolvimentismo e para a defesa da industrialização nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil esforçava-se e buscava industrializar-se por meio da política de substituição de importações. Nesse contexto, a Icomi conseguiu apresentar sua associação com a empresa estrangeira como um empreendimento a serviço do desenvolvimento amapaense, amazônico e brasileiro. Com isso, contornou as possíveis críticas nacionalistas e apoiou-se no movimento crescente de industrialização que ocorria no país – e que era o foco da política desenvolvimentista nacional.

A implantação da Icomi representou para a Amazônia o início da prod ção extrativo-industrial de minérios em grandes proporções e voltada para o mercado internacional. A exploração do manganês no Amapá antecipou os grandes projetos que marcaram a economia amazônica a partir da segunda metade da década de 1970.

Com o estabelecimento da Icomi, o governo do Amapá elaborou o projeto de um estado minerador-industrial: o TFA passaria a sustentar-se na extração mineral; o manganês atrairia outros investimentos minerais (haveria inclusive a retomada da exploração do ferro) e constituiria a base para o estabelecimento de um parque industrial no TFA; o Amapá ganharia sua independência financeiro-econômica, pré-requisito para transformar-se num “próspero” estado da Federação brasileira (independência política). Para tal, a elite política local assumiu para si os interesses da Icomi, negociando diretamente com o governo federal e outras instâncias tudo o que fosse necessário para viabilizar a produção da empresa.

A identificação do projeto de estado minerador-industrial no Amapá não foi algo fácil de perceber-se. Diversos trabalhos acadêmicos realizados não conseguiram constatar esta face da relação desenvolvida entre o governo do TFA e a mineração de manganês. O estudo dos jornais e outros documentos (que em si exigiu um grande esforço pesquisa) nos permitiu não apenas reconstituir os discursos, mas as ações efetivas (ainda que questionáveis quanto ao seu sentido social) do governo local no tocante a investimentos em hidrelétrica, infraestrutura, pesquisas, expedições minerais, tentativas de atração capitais, etc.). Este projeto tinha forte conteúdo de discurso ideológico e propagandístico (acima de sua real efetividade) e buscava dar sustentação à elite político-administrativa local, além de referendar e fortalecer a Icomi junto à sociedade amapaense. O projeto regionalista de um estado minerador-industrial era discurso, mas tinha sustentação na realidade objetiva em ações do governo do Amapá, de modo que não se reduzia a propaganda somente. Recorrer ao estudo do regionalismo clareou-nos o entendimento desta questão.

A produção da Icomi dava sustentação e visibilidade ao projeto de um estado minerador-industrial e à promessa de progresso (por meio da industrialização) que o acompanhava. Por outro lado, isso justificava a colocação público a serviço do privado, já que este levaria ao desenvolvimento do Amapá e de seus habitantes. Esse projeto pressupunha o estabelecimento de uma fonte produtora de energia em grandes proporções. A empresa não tinha recursos, nem interesse para fazer um investimento na magnitude necessária para a construção de uma usina hidrelétrica. O governo do Território assumiu para si essa responsabilidade, criando a Companhia de Eletricidade Amapá – que utilizaria os *royalties* do manganês para a construção da hidrelétrica. Entretanto, isso não foi suficiente, e a usina só foi concluída em 1976, dois anos após o governo federal ter assumido suas obras.

Também não se presenciou o processo de industrialização nas proporções prometidas nos discursos quando do estabelecimento da Icomi e da nstituição do projeto de estado

minerador-industrial. Isso se configurou em fortes contradições propaganda e ao projeto proposto. Ademais, a localização do Amapá na divisão internacional e nacional do trabalho atribuía-lhe fundamentalmente o papel de fornecedor de matérias-primas brutas ou pouco beneficiadas. Entretanto, esse quadro não significou uma participação secundária da Icomi na economia regional, ao contrário. Em 1957, primeiro ano de exportação, o manganês do TFA foi o sétimo principal produto de exportação brasileiro em termos de valor. Em 1958, as exportações da empresa representaram quase 2/3 de tudo o que a região Norte vendeu ao mercado internacional e, no ano seguinte, foi responsável por 77% da produção regional da indústria extrativa mineral. O PIB amapaense passou a ar em torno da produção de manganês, assim como a arrecadação fiscal, que se movimentava de acordo com as oscilações da receitas desse mineral. Isso sustentava as propostas de autonomia baseadas em argumentos econômicos e reforçava o movimento de constituição da identidade local (de ver-se e sentir-se amapaense), pois a Icomi era uma moderna indústria capitalista e sinônimo de "progresso" do Amapá.

Mesmo com uma enorme participação na economia local, a produção da Icomi também sofreu fortes oscilações. A empresa iniciou suas exportações em 1957 com 668 mil toneladas, obtendo uma receita de US$ 34,6 milhões. As quantidades exportadas mantiveram-se crescentes até o início dos anos 1960, quando registraram movimento descendente. Isso se explicava fundamentalmente pelo cenário das disputas internacionais no mercado mineral, que impunham reduções aos preços desses produtos. A em respondeu a essa situação com uma ampliação de sua produção, com a diversificação de seu mercado de vendas e com mudanças na sua estrutura produtiva. No início de 1972, entrou em operação a usina de pelotização para o aproveitamento do minério até então descartado.

As medidas introduzidas pela empresa possibilitaram a recuperação de suas receitas de vendas em diversos anos, mas ainda sofrendo fortes oscilações e com um volume exportado

cada vez maior, o que significava uma redução no preço de seu produto. A partir de 1980, as receitas da empresa, ainda que com recuperação em alguns anos isolados, entrou numa espiral descendente que a acompanhou até o encerramento de suas atividades em 1997.

As mudanças que a empresa realizou desde o final dos anos 1960 coincidiram com a redefinição do eixo da produção mineral da Amazônia, decidida pelo governo federal. Até 1970, o Amapá era o grande centro produtor mineral reg Deste período em diante, em decorrência das descobertas minerais de Carajás e Trombetas (no final da década anterior) e dos desdobramentos da crise da economia brasileira, o passou a concentrar, numa escala muito superior, o núcleo central dessa produção.

Diante da crise e das oportunidades abertas pelas políticas federais para a Amazônia e num processo de diversificação produtiva, o grupo Caemi, controlador da Icomi, fundou novas empresas no Amapá: a Amcel (1976), a Codepa (1981) e a CFA (1990). Anteriormente já havia fundado a Brumasa (1967). À exceção da CFA, nenhuma dessas empresas estava diretamente na produção mineral e também não permaneceram muito tempo em atividade, sendo fechadas ou vendidas para outros grupos. No início dos anos 1980, o grupo Caemi entrou na nacionalização do projeto Jari, com Azevedo nes assumindo a presidência da empresa, agora nacional.

Esse cenário de oscilação da produção/receita da Icomi também ocorreu paralelamente às mudanças que se processavam no cenário político brasileiro e no governo do Amapá. Até o final da década de 1950, Janary Nunes, direta ou indiretamente, controlava o governo do Território. Com a eleição de Jânio Quadros para a Presidência do Brasil, um novo governador foi nomeado e passou a enfrentar a família Nunes. Seu sucessor também não foi indicado pelo ex-governador Nunes. Janary Nunes só conseguiu retomar o controle político do governo amapaense depois de eleger-se deputado federal. Entretanto, isso não durou muito O golpe militar de 1964 mudaria novamente o cenário político local. Apesar de Nunes ter

aderido ao governo militar, ele não indicou o governador e, em 1972, perdeu a eleição para deputado federal, afastando-se definitivamente do cenário político amapaense. Outros grupos desenvolveram os projetos que se seguiram.

No período de instabilidade pré-golpe militar, as ações autonomistas ganharam mais visibilidade no discurso regionalista da elite local, apenas pela questão econômica, mas também por justificativas de cunho democrático-institucional. Após o golpe, os governadores militares, embora não descartando totalmente o projeto de estado minerador-industrial, pouco apresentaram em termos de propostas autonomistas. A campanha autonomista só voltou a ser adotada fortemente pelo governo do Território quando Annibal Barcellos assumiu o governo do Amapá em 1979.

O novo governo incluiu nas políticas institucionais (planos de desenvolvimento, documentos e discursos oficiais) a campanha pela transformação do Amapá em estado da Federação. Porém, a defesa da autonomia política não apenas não mais se justificava com base no projeto de um estado minerador-industrial, como também apresentava até mesmo uma crítica à produção mineradora a partir da constatação que ela não conduzira à industrialização e ao progresso. O II Plano de Desenvolvimento do Amapá (1979) propôs reduzir a dependência do TFA em relação à mineração. A defesa autonomista apoiava-se na crítica à excessiva dependência do governo federal por conta da configuração jurídico-institucional que concentrava as decisões a respeito do Amapá na União e impedia o desenvolvimento econômico-financeiro amapaense.

Podemos verificar, então, que o movimento regionalista foi sucessivamente ganhando novos sentidos. Num primeiro momento, apresentou-se em consonância com o governo federal, a autonomia defendida era sustentada em elementos econômico-financeiros – nos quais a Icomi ganhava destaque. Posteriormente, o regionalismo incorporou traços de críticas à dependência e excessivo controle do Executivo federal. Desse modo, o regionalismo,

enquanto recurso teórico-metodológico, possibilitou-nos não apenas ver o movimento da elite político-administrativa, como também a relação entre ela e a Icomi no longo e complexo processo que levou à autonomia do Amapá.

A retomada da campanha autonomista com esse formato coincidiu com a decadência da produção do manganês, por causa da exaustão das minas no início dos anos 1990. Também coincidiu com o fato de que outros produtos minerais ganharam mais visibilidade que o manganês: foi o caso do caulim e do ouro. No ano em que o Amapá foi elevado à condição de estado – 1988 –, o valor do primeiro minério foi, aproximadamente, 50% superior ao valor da produção do manganês. No caso do ouro, seu valor representou 50,85% do valor dos produtos minerais do Amapá, enquanto o manganês respondeu por a 17%. Afora isso, a produção do ouro envolvia um contingente populacional muito superior ao que a exploração do manganês empregava. Para a população local, parecia ser mais fácil entrar num garimpo de ouro do que na Icomi.[265] Esses elementos, entre outros, contribuíram para que empresa tivesse pouca visibilidade no momento em que o Amapá foi estadualizado. Contudo, esse fato não diminuiu a importância da Icomi no processo que conduzira à construção das bases para a criação do Estado do Amapá.

Os governos eleitos para o novo estado acabaram por não sustentar as políticas locais de "desenvolvimento" baseadas na produção mineral. Seguiram a tendência dos anos 1980 de busca de outros eixos de desenvolvimentistas. Na década seguinte, os dois mandatos do governador Alberto Capiberibe foram subsidiados pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, que se propôs a fazer uma tentativa de "redirecionamento do processo de desenvolvimento estadual, incorporando a questão am nomia e implantando ações interligadas com a área social" (AMAPÁ, 1995, p. 12). Esse governo

[265] Na realidade, a empresa já entrara numa fase de redução de seu contingente de mão-de-obra, o que foi contrabalançado momentaneamente pela incorporação de novos trabalhadores em outros empreendimentos do grupo Caemi no Amapá, que, posteriormente, também passar reduzir o número de empregados.

usou o discurso ambiental e a ênfase no “desenvolvimento ecologicamente sustentável” para atrair recursos financeiros para o Amapá. Como parte desse movimento, destacou o Amapá como fronteira internacional, particularmente por fazer divisa com a França, e, a partir disso, procurou construir ações conjuntas com esse país.

A criação do Território Federal do Amapá e a implantação da Icomi foram fundamentais para a (re)organização espacial dessa unidade federativa. Em 1940, 93% da população dos municípios que iriam constituir o TFA estavam na área rural. Em 1990, essa participação havia caído para 19,10%, e 80,90% da população era moradora urbana. Esse movimento demográfico foi acompanhado da concentração populacional em Macapá que, em 1940, comportava 53% da população[266] dos três municípios fundadores do TFA. Desde então, o município sede do governo do Território e da produção da Icomi teve um grande crescimento, impulsionado pelo estabelecimento dessa empresa no decorrer dos anos 1950. No ano de 2000, Macapá e os municípios originários de desmembramento concentravam 82% dos habitantes do Estado do Amapá.

O processo de (re)organização espacial a que estamos n referindo não se limitou à expansão demográfica e à construção de infraestrutura, houve também uma concentração do dinamismo econômico em torno da área de influência direta do complexo Icomi e da capital do Território. Nessa área, localizavam-se as principais atividades produtivas do TFA e os principais fluxos comerciais, de geração de renda e de arrec fiscal. Isso foi uma das razões principais para o fato de que, dos atuais 16 municípios amapaenses, sete são originários do que era Macapá em 1943 e outro (Tartarugalzinho, desmembrado do município do Amapá) esteve sob a influência do complexo Icomi/Caemi.

A Icomi desempenhou um papel fundamental na viabilização econômica e política do Território Federal do Amapá e, nesse processo, em sua transformação em estado da

[266] Dessa população, 94% eram moradores rurais.

Federação, pois participou, de certa forma, dos projetos de autonomia econômico-financeira e política. Evidentemente, não podemos reduzir a consolidação do TFA e a obtenção de sua autonomia federativa ao papel da Icomi somente. Destacamos sua importância, o fato de ela ter estabelecido uma relação de funcionalidade com o espaço e de ter sido um elemento relevante na constituição da identidade local, do ver-se e sentir-se como "nós, amapaenses". A empresa foi uma peça importante na ressignificação da que se tinha da região amapaense: o que antes era tido como atrasado passou a ser visto como moderno.[267] A Companhia ajudou significativamente a diferenciar e a icar uma unidade federativa criada arbitrariamente. A Icomi não apenas marcou decisivamente a economia regional como também atraiu indivíduos de outras regiões, contribuindo efetivamente para a reestruturação do espaço e para o crescimento econômico e demográfico do Território. Tanto na construção da identidade quanto nos determinantes econômicos e sociais, a Icomi apresentou-se ativamente na formação da nova unidade federativa.

Do ponto de vista estritamente econômico, a produção de manganês possibilitou a geração de enormes montantes de lucro para a Bethlehem Steel e a Caemi, possibilitando que o grupo Antunes fizesse investimentos em outros estados brasileiros. Quanto ao Amapá, a Icomi representou um forte impulso, aumentando a produção local, as exportações e a arrecadação fiscal, mas isso não foi suficiente para concretizar a promessa de progresso e de industrialização feita pela empresa e pelo governo do Território quando a Icomi se instalou no Amapá. Se é verdade que temos de compreender a importância da Icomi na construção do Amapá estado, por outro lado, também não podemos criticar sua população por não ser ufanista em relação a uma empresa que explorou os recursos minerais locais em troca de uma promessa de progresso que não se realizou.

[267] Evidentemente, a visão de moderno de que estamos falando não se estendia a todo o Amapá, mas, particularmente, ao entorno do complexo Icomi e, em alguma medida, ao aparato administrativo central do governo do TFA.

Em resumo: na gênese havia o projeto de um estado minerador-industrial, no qual se destacava significativamente a Icomi. Esse projeto foi sendo sistematicamente fragilizado, de modo que, quando a proposta regional-autonomista ganhou maior visibilidade (nos anos 1980), o projeto de estado minerador-industrial havia sido descartado, e a Icomi estava em crise. Por isso, que diversos estudos e pesquisadores tiveram dificuldade para avaliar a importância da Icomi para a elevação do TFA a estado da Federação brasileira. Não compreenderam completamente que, na gênese do atual estado amapaense, esteve o projeto de um estado minerador-industrial, no qual a Icomi havia sido fundamental. No momento em que a Constituinte de 1988 aprovou a criação do Estado do Amapá, a empresa pouco apareceu, mas agora ela já poderia passar despercebida, pois seu papel na construção do estado já havia sido cumprido.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. *Geografia do Brasil e suas regiões geoeconômicas*. São Paulo: Moderna, 1994.

ALICINO, Rogério. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo, democracia e governo no Brasil: idéias, hipóteses e evidências. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 51, 1.º sem. 2001.

AMAPÁ (Estado). Secretaria do Planejamento. *Anuário estatístico do Amapá, 1993-1994*. Macapá, 1993.

AMAPÁ (Território Federal). Serviço de Geografia Estatística (Órgão Competente C.N.E. – IBGE). *Anuário Estatístico do Amapá*. Ano IV. Macapá, 1955.

AMAPÁ (Território Federal). Serviço de Geografia Estatística (Órgão Competente C.N.E. – IBGE). *Anuário Estatístico do Amapá*. Ano VII. Macapá, 1958.

AMAPÁ (Território Federal). Serviço de Geografia Estatística (Órgão Competente C.N.E. – IBGE). *Anuário Estatístico do Amapá*. Ano XII. Macapá, 1963.

AMAPÁ (Território Federal). Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá. Conselho Nacional de Geografia (IBGE). *Atlas do Amapá*. Macapá, 1966.

AMAPÁ (Território Federal). Serviço de Geografia Estatística (Órgão Competente C.N.E. – IBGE). *Anuário Estatístico do Amapá*. Ano XVIII. Macapá, 1970.

AMAPÁ (Território Federal). Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização. Divisão de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Amapá*. Macapá, 1975.

AMAPÁ (Território Federal). Secretaria de Planejamento e Coordenação. *II Plano de Desenvolvimento do Amapá, 1980-85*. Detalhamento do III PND. Macapá, 1979.

AMAPÁ (Território Federal). Secretaria de Planejamento e Coordenação. Serviço de Geografia Estatística (Órgão Competente C.N.E. – IBGE). *Anuário Estatístico do Amapá*. Macapá, 1980a.

AMAPÁ (Território Federal). *Estudo de viabilidade, plano diretor e normas técnicas do Distrito Industrial de Macapá*. Macapá: Planave, 1980b, v. 4.

AMAPÁ (Território Federal). Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Amapá no Programa Grande Carajás*: estudo preliminar. Macapá, 1983.

AMAPÁ (Território Federal). Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá, 1986-89*. Macapá, 1986.

AMAPÁ (Território Federal). Departamento Nacional de Produção Mineral. 5.º Distrito. *Panorama do Setor Mineral*. Belém, 1988.

AMAPÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. *Programa de Desenvolvimento Sustentável*. Macapá, 1995.

AMAPÁ. Legislativa do Estado. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)*. Macapá, 1999.

AMARAL, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará*: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

ARRUDA, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 1997.

AUTARQUIA. In: WIKIPÉDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Autarquia>. Acesso em: 6 dez. 2008.

BAER, Mônica. *O rumo perdido*: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BANCO DA AMAZÔNIA; EMPRESA BRASILEIRA DE ESTUDOS ECONÔMICOS. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Belém: UFPA; BASA, 1965/1967.

BASTOS, A. de Miranda. Manganês do Amapá. *O Observador Econômico Financeiro*, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 248, out. 1956.

BEAUD, Michel. *História do capitalismo de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BECKER, Bertha K. EGLER, Cláudio. *Brasil*: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 2001 (Série Princípios).

BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçu)*: geografia, história e legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*: grandezas e misérias de uma aventura crítica (século XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BENTES, Rosineide. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Estudos e problemas amazônicos*: história social e econômica e temas especiais. Belém: Cejup, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BIELSCHOLWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 1.

BOBBIO, Norberto. Teoria das elites. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Curso de introdução à ciência política*. Brasília, DF, 1984.

BORGES, Josalfredo. *A descoberta do manganês*: reminiscência de uma epopéia. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

BOUÇAS, Jorge. Território do Amapá. *O Observador Econômico Financeiro*, Rio de Janeiro, n. 109, 1945.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Portaria n.º 247, de 29 de abril de 1953. *Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1953.

BRASIL. Ministério do Interior. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Programa de Ação do Governo para o Território do Amapá (1975-79). Brasília, DF: 1975.

BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia*: a experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá. 1994. (Dissertação de Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

BUARQUE, M. O Amapá, Altamira, Pará, em 1923. Belém: Suisso, 1925.

BULHÕES, Octávio G. Indústria de base. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, n. 142, abr./jun. 1956.

CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964, 2004, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 226-239.

CAPES. *Estudo de desenvolvimento regional*: territórios federais. Rio de Janeiro, 1959.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise*: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp, 2002.

CARVALHO, José G. Para onde vai o minério brasileiro. *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, n. 292, jun. 1960.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Brasil republicano*: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, t. III.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CASALECCHI, José Enio. A oligarquia paulista e a questão social: visões precursoras da Revolução de 1930. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2004.

CASTRO, Iná. *O mito da necessidade*: discurso e prática do regionalismo nordestino. 1989. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989a.

CASTRO, Iná. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 389-403, 1989b.

CASTRO, Iná. *O mito da necessidade*: discurso e prática do regionalismo nordestino. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTI, Mário de Barros. *Da SPVEA à Sudam (1964-1967)*. Belém: Imprensa da Universidade Federal do Pará, 1967.

CAVALCANTI, Valdemar. Visão do Brasil, ontem e hoje. *O Observador Econômico Financeiro*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 252, fev. 1957.

CODATO, Adriano N. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec; Anpocs; UFPR, 1997.

COELHO, Maria Célia N. *Impactos ambientais em áreas urbanas*: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo G. (Org.). *Dez anos da estrada de ferro de Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

COELHO, Maria Célia N. et al. *Mínero-metalurgia e processos de (des)estruturação espacial na Amazônia (as desigualdades espaciais)*. Belém, s/d (mimeo).

COELHO, Maria Célia N. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (Org.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Bertand Brasil, 2000.

CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato do manganês do Amapá*. Macapá: Rumo, 1962.

COSTA, Wilma P. *A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade*. Economia e Sociedade, n. 10, jun. 1998. Campinas: Un 998.

D'ARAÚJO, Maria Celina. A volta de Vargas ao poder e a polarização das forças políticas e sociais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2004.

DE quem é o manganês do Amapá? *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, n. 141, jan./mar. 1956.

DIESEL, Vivein. *A construção das recomendações no planejamento do desenvolvimento*. 1999. 310 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil*: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classes. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Brasil republicano*: sociedade e instituições (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DINIZ, Eli. A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central. In: FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2004, v. 1.

DI PIETRO, Maria S. Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 1994.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René A. *1964*: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DRUMMOND, José A.; PEREIRA, Mariângela. *O Amapá nos tempos do manganês*: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-200. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DUTRA, Manuel. *O Pará dividido*: discurso e construção do Estado do Tapajós. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

EMMI, Marília. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras – análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo*. Rio de Janeiro: UFRJ, dissertação de mestrado (Departamento de Antropologia do Museu Nacional), 1972.

EVANS, Peter B. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Brasil republicano*: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, t. III.

FEATHERSTONE, Mike. Localismo, globalismo e identidade cultural. *Revista Sociedade e Estad*o, v. 11, n. 1, p. 9-42, jan./jun. 1998.

FEBVRE, Lucien. *A Europa*: gênese de uma civilização. Florianópolis: Edusc, 2004.

FERNANDES, F. R. et al. *Os maiores mineradores do Brasil*: perfil empresarial do setor mineral brasileiro. Brasília, DF: CPNq/Coordenação Editorial, 1982, v. 2.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. *A divisão da floresta*: uma (re)interpretação do mapa político contemporâneo da Amazônia brasileira. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Rio de Janeiro, 1998.

FIORI, José Luís. O federalismo diante do desafio da globalização. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luís (Org.). *A Federação em perspectiva*: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

FREITAS, Aimberê. Os Territórios Federais e o Banco da Amazônia. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização*: uma trajetória de 60 anos. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARRIDO FILHA, Irene. *O projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1980.

GIDDENS, Antony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOTTMAN, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.

GRANDI, Rodolfo; RENTE, Andréa; COSTA, Fernanda (Org.). *Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia*. Belém: Alves Gráfica Editora, 2002.

HAMILTON, Alexander. Introdução: ao povo do estado de Nova Iorque. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista". São Paulo: Ática, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, Aurélio B. *Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

HOMER, A. B. Telegrama ao governador Janary Nunes. In: TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. *O manganês da região do Amapari*: ligeiro histórico do aproveitamento. Macapá: Imprensa Oficial, 1951.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, Octávio. A "redemocratização" de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2004.

ICOMI NOTÍCIAS. *Manganês: vida no coração da floresta*, Santana, AP, ano 1, n.1, janeiro, 1964.

ICOMI NOTÍCIAS. *Mais minério mais divisas*, Santana, AP, ano 2, n. 20, agosto, 1965.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A. *Revisão do contrato TFA*. Macapá, 1950.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A. *Ata da 3.ª Assembleia Geral Ordinária*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1951.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A. *O Manganês do Amapá*. Macapá, 1973.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. Rio de Janeiro, 1983. Mimeografado.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil, 1939-40*. Rio de Janeiro, 1940.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral do Brasil, 1940*. Censo Demográfico (população e habitação). Censos Econômicos (agrícola, industrial, comercial e dos serviços). Rio de Janeiro, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agrícola – Pará, 1960*. Rio de Janeiro, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico de 1991*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1995-1996*. Rio de Janeiro, 1996a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário – Pará, 1995-1996*. Rio de Janeiro, 1996b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil, 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LACOMBE, Francisco et al. *Mineração no Brasil*: Augusto Antunes, o homem que realizava. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 2006.

LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961)*: processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LEAL, Aluízio Lins. *Amazônia*: aspecto político da questão mineral. 1988. 311 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.

LEAL, Aluízio Lins. *Uma sinopse histórica da Amazônia*. São Paulo: Editora, 1999.

LEAL, Aluízio Lins. *Grandes projetos amazônicos I*: o caso Ford no Tapajós. Belém, 2007a. Inédito.

LEAL, Aluízio Lins. *Grandes projetos amazônicos II*: o caso ICOMI. Belém, 2007b. Inédito.

LEITE, Cassiano Ricardo. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1970.

LEITE, Sérgio. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

LEMOS, Newton L. *Manganês*: utilização, recursos nacionais, política de aproveitamento e de exportação. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

LENHARO, Alcir. A Marcha para o azul. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, t. 33, p. 7-16, 1984.

LEVI, Lucio. Federalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org). *Dicionário de política*. Brasília, DF: UNB, 2004, v. 1.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco (Org). *Os clássicos da política*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. São Paulo: Ática, 1997.

LIRA, Sérgio B. *Morte e ressurreição da SUDAM*: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional da Amazônia. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento

Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

LOUREIRO, Violeta. *Amazônia*: Estado, homem, natureza. Belém: Cejup, 2004.

MACHADO, Lia Osório. *Mitos y realidades de la Amazonia Brasileña en el contexto geopolítico internacional, 1540-1912*. 1989. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 1989.

MAHAR, Dennis. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).

MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capita ista no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 61-99, maio 1981.

MARQUES, Gilberto. *Estado e desenvolvimento na Amazônia*: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, José de S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MASSEY, Doreen. Regionalismo: alguns problemas atuais. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 50-83, maio 1981.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MEDEIROS, Océlio de. *Territórios Federais*: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MONTEIRO, M.; COELHO, M. *A Icomi no Amapá*: meio século de exploração mineral. Belém: UFPA/NAEA, 2002. Relatório preliminar de pesquisa.

MONTEIRO, Maurílio. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 6, n. 2, dez. 2003. Belém: NAEA/UFPA, 2003.

MONTEIRO, Maurílio. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1, jun. 2005. Belém: NAEA/UFPA, 2005.

MORAIS, Paulo D.; MORAIS, Jurandir D.; ROSÁRIO, Ivoneide S. *O Amapá na mira estrangeira*: dos primórdios do lugar ao Laudo Suíço. Macapá: JM Editora, 2006.

MORAES, Antônio C. R. *Bases da formação territorial do Brasil:* o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, R. J. *Economia política da sustentabilidade*: uma perspectiva neomarxista. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.

NUNES, Janary Gentil. *A melhor fortuna territorial (Mística do Amapá).* Macapá, 1944 (mimeo).

NUNES, Janary Gentil. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

NUNES, Janary Gentil. Exposição de motivos ao pedido de garantia da União ao empréstimo da Icomi junto ao Bird. In: AMAPÁ (Território Federal). *O manganês da região do Amapari*: ligeiro histórico do aproveitamento. Macapá: Imprensa Oficial, 1951.

NUNES, Pauxy Gentil. *Mosaicos da realidade amapaense*. Rio de Janeiro: Editora, 1979.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Rio de Janeiro, n. 109, 1945, p. 132

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Rio de Janeiro n. 251, 1957, p. 7.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. A crise da federação: da oligarquia à globalização. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz (Org.). *A Federação em perspectiva*: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

OLIVEIRA, Francisco; REICHSTUL, Henri-Philippe. Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PÁDUA, José A. *Ecologia política*: um ensaio de definição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. *Paradoxos da burocracia*: um estudo de caso da Amazônia brasileira. 1976. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1976.

PINTO, Nelson P. *Política da borracha no Brasil*: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec; Conselho Regional de Economia, 1984.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Amapá*: Principais transformações econômicas e institucionais: 1943-2000. Macapá: SETEC, 2003.

RAIOL, Osvaldino. *A utopia da terra na fronteira da Amazônia*: geopolítica e conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá: Gráfica O Dia, 1992.

RATZEL, Friedrich. Antropogeografia. In: MORAES, Antonio C. (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990a (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 32-107.

RATZEL, Friedrich. As raças humanas. In: MORAES, Antonio C. (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990a (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 108-150.

REIS, Arthur C. F. *Território do Amapá*: perfil histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

REIS, Olegário Pereira. *A crise do manganês amapaense*: o dilema das economias produtoras-exportadoras de matérias-primas. Belém: SUDAM, 1968.

REVISTA DO CLUBE MILITAR. *De quem é o manganês do Amapá?* Nº 141, jan-mar, 1956. Rio de Janeiro: Bibliex, 1956.

RIBEIRO, Nelson. *A questão geopolítica da Amazônia*: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

RICARDO LEITE, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Editora: José Olímpio, 1970.

ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001.

RODRIGUES, Lysias. Estrutura geopolítica da Amazônia brasileira. *Revista Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 458, set. 1952.

ROVERSI-MONACO, Fabio. Descentralização e centralização. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 2004, v. 1.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Fernando R. *História do Amapá*: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970). Macapá: FUNDECAP; GEA, 1998.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá*: a terra onde o Brasil começa. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

SECRETO, Verónica María. *Soldados da borracha*: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Edmundo M. Soares e. A industrialização do Bras l e a grande siderurgia. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, n. 74, jul./ago. 1943.

SILVA, Roberto Gama. *A quinta coluna do setor mineral*: o entreguismo dos minerais. Porto Alegre: Tchê!, 1988.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SILVA, Uédio Robds Leite da et al. *Atlas da Zona Costeira Estuarina do Estado do Amapá*: do diagnóstico socioambiental ao Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Participativo. Macapá: Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, 2006.

SINGER, Paul. *Divisão internacional do trabalho e empresas multinacionais*. São Paulo, 1976.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. *Travessia*: análise de uma situação de passagem Oiapoque e Guiana Francesa. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOUZA, Augusto Fausto de. *Estudos sobre a divisão territorial do Brasil*. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon, 1988.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971)*. Belém, 1967.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *I Plano Diretor (1968-1970)*. Belém, 1968.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém, 1971.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)*. Belém: Sudam, 1976.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985)*. Belém: Sudam, 1982.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Cenários da Amazônia. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, volume especial: Amazônia, p. 134-143, dez. 1991.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *Leis, decretos-leis e decretos*. Belém: 19--.

SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2004.

TEMER, Michel. *Território federal nas constituições brasileiras*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

URECH, Edouard G. *Esboço do Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá*. Macapá: [s.n.], 1955.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Amazonas. In: BRASIL. *Valorização econômica da Amazônia*: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa nacional, 1954a.

VARGAS, Getúlio. Mensagem ao Congresso Nacional em 195 In: BRASIL. *Valorização econômica da Amazônia*: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa nacional, 1954b.

WEFFORT, Francisco. O nacionalismo, o populismo e o que restou do legado político e econômico de Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2004.

WERLEN, Benno. Regionalismo e sociedade política. *Geographia*, Niterói, ano II, n. 4, 2001.

JORNAIS

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 28 abr. 1945.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 3 nov. 1945

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 10 nov. 1945.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 29 dez. 1945.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 9 fev. 1946

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 20 abr. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 4 mai. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 11 mai. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 8 jun. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 15 jun. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 22 jun. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 24 ago. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 31 ago. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 7 set. 1946.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 25 jan. 1947.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 8 fev. 1947.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 29 jun. 1947.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 15 jan. 1949.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 30 abr. 1949.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 4 nov. 1950.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 25 nov. 1950.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 25 jan. 1951.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 24 mar. 1951.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 18 jan. 1952.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 22 mar. 1952.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 13 set. 1952.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 4 out. 1952.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 10 jan. 1953.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 9 abr. 1953.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 16 jul. 1953.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 25 jan. 1956.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 10 jan. 1957.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 17 fev. 1957.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 28 mar. 1957.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 29 set. 1957.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 16 fev. 1958.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 19 jun. 1958.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 13 set. 1958.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 9 out. 1963.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 6 nov. 1963.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 20 nov. 1963.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 29 jan. 1964.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 6 jun. 1964.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 13 jun.1964.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 31 mar. 1967.

JORNAL AMAPÁ. Macapá, 3 fev. 1968.

VOZ CATÓLICA. Macapá, 26 mar. 1961.

VOZ CATÓLICA. Macapá, 21 jul. 1963.

VOZ CATÓLICA. Macapá, 11 ago. 1963.

VOZ CATÓLICA. Macapá, 18 ago. 1963.

VOZ CATÓLICA. Macapá, 1 set. 1963.

VOZ CATÓLICA. Macapá, 16 mai. 1965.

FOLHA DO NORTE. Belém, 6 abr. 1939.

FOLHA DO NORTE. Belém, s/d.

DIRETRIZES. Rio de Janeiro, 2 mai. 1946.

INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA. Rio de Janeiro, 17 mai. 1946.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 22 jun. 1946.

ESTADO DO PARÁ. Belém, 16 ago. 1946.

DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 10 set. 1963.

ENTREVISTAS

PASSARINHO, Jarbas. Entrevista concedida em 24 de abril de 2007. Brasília, DF, 2007.

BARCELLOS, Annibal. Entrevista concedida em abril de 2008, Macapá, 2008.

LEGISLAÇÃO

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *Legislação sobre a criação da Amazônia Legal*. Disponível em: <http://www.ada.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)*. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1937)*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá, Iguaçu. In: BRASIL. Coleção de Leis do Brasil. Rio de Janeiro, v. 5, col. 1, 1943a.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. In: BRASIL. Coleção de Leis do Brasil. Rio de Janeiro, v. 5, col. 1. Rio de Janeiro, 1943b.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 6.550, de 31 de maio de 1944. In: BRASIL. Coleção de Leis do Brasil. Rio de Janeiro, v. 5, col. 1, 1944.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1946)*. Rio de Janeiro, 1946a. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.858, de 13 de setembro de 1946. Dispõe sobre as jazidas de manganês existentes no TFA. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1946b.

BRASIL. Decreto n.º 28.612, de 31 de maio de 1950. In: AMAPÁ (Território Federal). *O manganês da região do Amapari*: ligeiro histórico do aproveitamento. Macapá: Imprensa Oficial, 1951a.

BRASIL. Lei n.º 1.235, de 14 de novembro de 1950. Autoriza o Poder Executivo a dar garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser contraído pela empresa "Indústria e comércio de Minérios S.A. ICOMI". In: AMAPÁ (Território Federal). *O manganês da região do Amapari*: ligeiro histórico do aproveitamento. Macapá: Imprensa Oficial, 1951b. [idem]

BRASIL. Lei n.º 1.806, 6 de janeiro de 1953. Criou a SPVEA. 1953. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Ato Institucional n.º 1. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 e 11 abr. 1964.

BRASIL. Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966. Regulamentou o Plano de Valorização da Amazônia e criou a SUDAM. 1966a. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966. Redefiniu os incentivos fiscais. 1966b. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Lei n.º 5.227, de 18 de janeiro de 1967. Estabeleceu nova política para a borracha natural. 1967a. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispôs sobre a organização da administração federal e estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa. 1967b. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967. Regulamentou a ZFM e criou a SUFRAMA. 1967c. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 291, de 28 de fevereiro de 1967. Estabeleceu incentivos especiais para a Amazônia ocidental. 1967d. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.178, de 1.º de julho de 1971. Criou o Proterra. 1971. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.328, de 20 de maio de 1974. Alterou prazos dos incentivos fiscais. 1974a. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974. Criou o FINAM, FINOR e FISET. 1974b. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

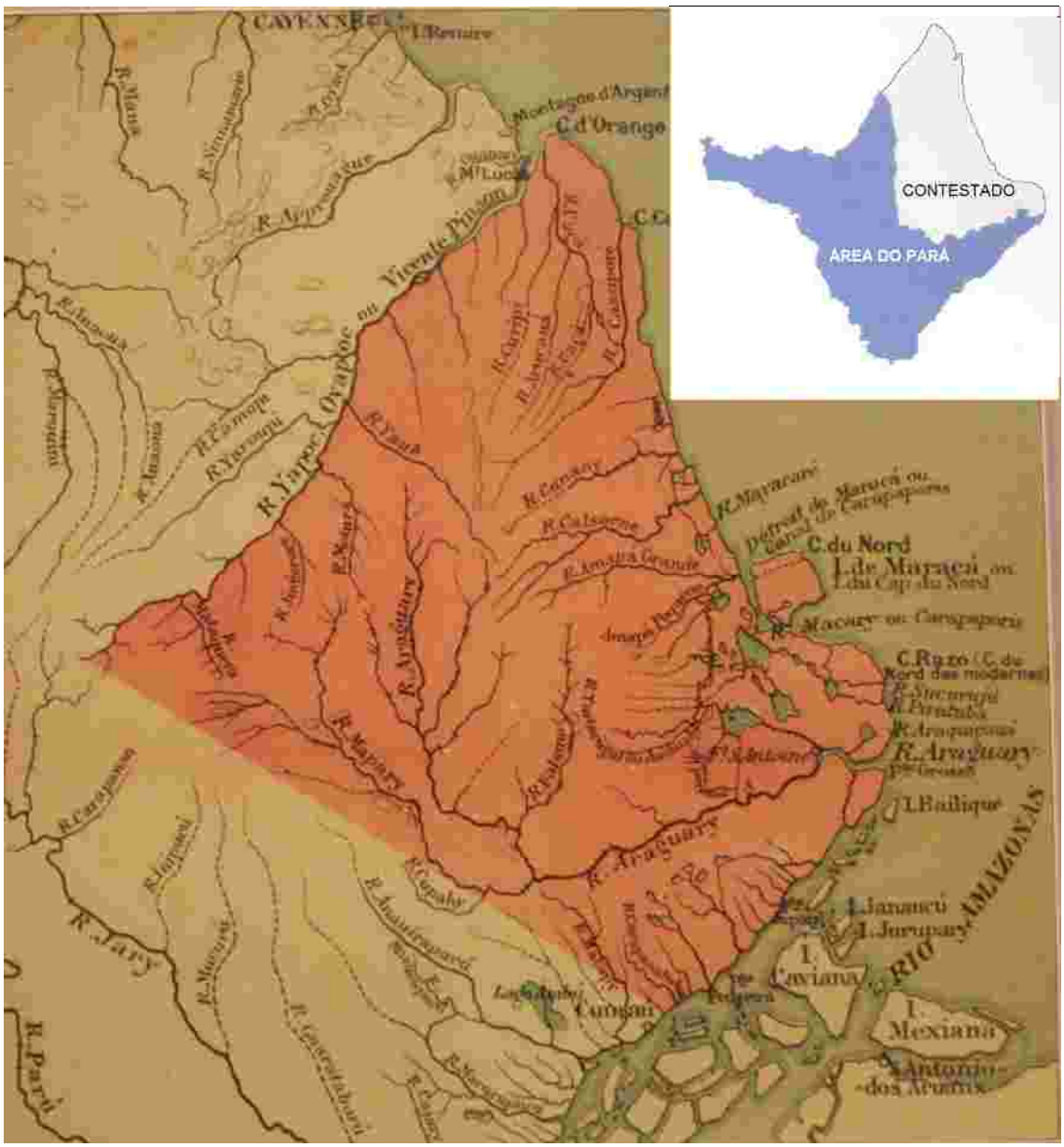
BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.478, de 26 de agosto de 1976. Redefiniu percentuais de fundo do IBDF. 1976. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.564, 29 de julho de 1977. Alterou prazos dos incentivos fiscais. 1977. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edição Técnicas, 2004.

ANEXOS

Anexo 1: Figura do Contestado Franco-Brasileiro



Fonte: Museu Caetano da Silva/Amapá – foto Camila Rocha; Silva 2006.

Anexo 2: Figura do esboço das áreas de ocorrência mineral no Amapá, anos 1940.

Fonte: Amapá – Divisão de Produção, 1949 (JORNAL AMAPÁ, 15/01/1949). Foto Indira Marques.

Anexo 3: Quadro de ocorrências minerais divulgadas no Amapá, 1945-1960.

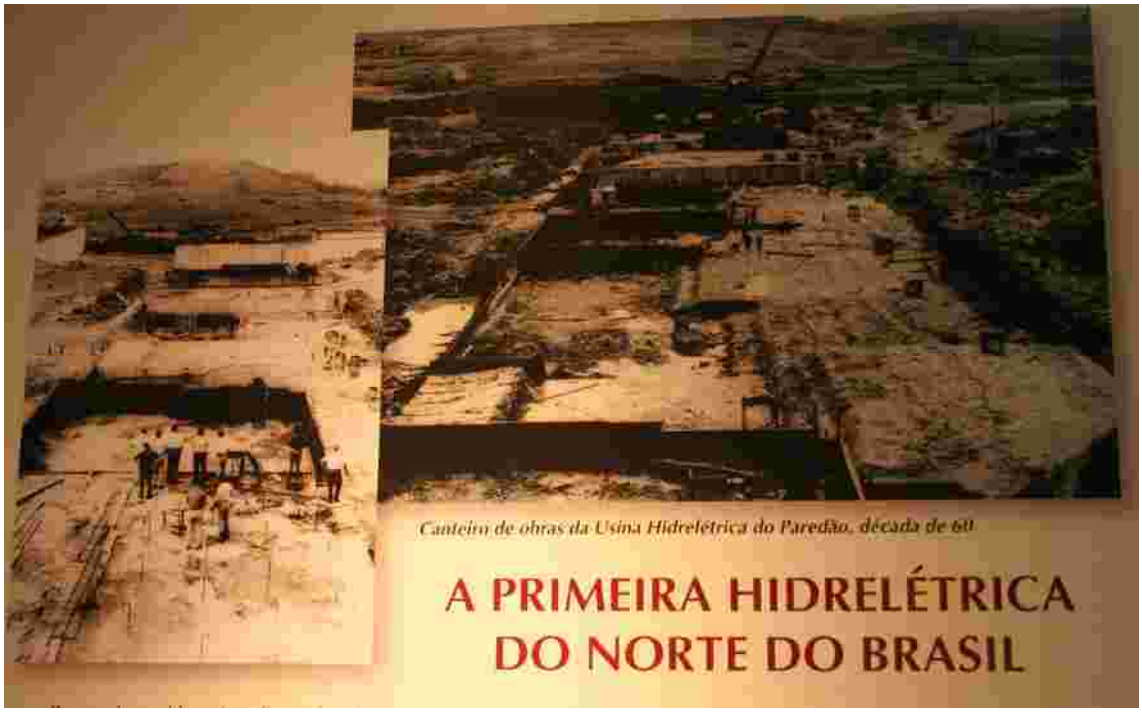
Data da descoberta	Ocorrência mineral	Localização	Descobridor	Fonte divulgadora
1945 (1934)	Ferro	Rio Vila Nova	Fritz Ackerman	GTFA
1945 (1941)	Manganês	Serra do Navio	Mário Cruz	GTFA
Anterior a 1949	Cassiterita (estanho)	Rio Amapari (igarapé Gavião) e rio Araguari	Div. Produção do GTFA (impreciso)	JA 15/01/1949 JA 08/03/1952 JA 20/09/1952
Anterior a 1949	Columbita	Rio Araguari e rio Amapari	Não divulgado	Div. de Produção JA 15/01/1949
1951/52	Cromita	Rio Preto, Mazagão	Não informado	JA 16/02/1952
1952	Cromita	Rio Amazonas (impreciso)	Não informado	JA 03/1952
1952	Ouro	Rio Jary (Mazagão)	Não informado	Jornais do RJ e SP (JA 12/7/52)
1955	Bauxita	Rio Oiapoque	Não informado	JA 08/05/1955
1955	Monazita	Rio Vila Nova	Não informado	JA 08/05/1955
02/1958	Ferro	Tracajatuba, próximo a Ferreira Gomes	Div. de Produção do GTFA	GTFA/JA 27/02/1958
03/1958	Tantalita	Igarapé Mestre, rio Araguari	Garimpeiro Salustiano da Silva	JA 30/03/1958
10/1958*	Xisto betuminoso	Rio Cajari	Walter do Carmo/Petrobrás	JA 19/10/1958
10/1958	Apatita (Fósforo)	Rio Araguari	Divisão de Produção do GTFA	JA 19/10/1958
Sem data precisa	Manganês (baixo teor)	Rio Cunani (Calçoene)	Não especificado	JA 13/08/1958
Sem data precisa	Manganês (baixo teor)	Rio Uaçá (Oiapoque)	Não especificado	JA 13/08/1958
Sem data precisa	Manganês (baixo teor)	Rio Maracá (Mazagão)	Não especificado	JA 07/08/1958

Fonte: Jornal Amapá (JA), números diversos, 1945 a 1960.

*Com indícios anteriores a esta data.

Obs.: este quadro não deve ser tomado como um levantamento exato das ocorrências minerais, mas como uma aproximação a partir das notícias divulgadas pelo governo do Território.

Anexo 4: Canteiro de obras da Hidréltrica de Paredão (Icoaracy Nunes), anos 1960.



Fonte: Jornal Amapá - foto: Camila Rocha